Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2021 | Nª 24.897 | Preço banca: R$ 3,50

Butantan confirma três novas variantes do coronavírus em SP

Ministério da Saúde inclui grávidas no grupo prioritário de vacinação

Página 12

Caixa libera lote de auxílio emergencial para 206 mil pessoas

Página 3

Três novas variantes do novo coronavírus foram confirmadas no estado de São Paulo por testes diagnósticos realizados pelo Instituto Butantan. As novas cepas foram encontradas na Baixada Santista e nas cidades paulistas de Itapecerica da Serra e Jardinópolis.

Em Itapecerica da Serra, foi confirmada a presença da variante B.1.318, encontrada na Suíça e no Reino Unido. Já na Baixada Santista foi encontrada a variante sul-africana B.1.351, já identificada anteriormente na cidade de Sorocaba. E em Jardinópolis foi encontrada a N9, uma mutação da variante amazônica P1, já observada em vários estados brasileiros.

Segundo o Butantan, a variante sul-africana é a que mais preocupa. As outras duas são, por enquanto, variantes de interesse, ou seja, elas são monitoradas com atenção, mas ainda não indicam um possível agravamento da pandemia.

O instituto diz que ainda é cedo para afirmar que essas variantes são mais transmissíveis ou mais agressivas do que as variantes brasileiras P1 e P2. Página 2

ONU: interrupção de vacinas regulares põe milhões de crianças em risco

Milhões de crianças cujas imunizações regulares foram interrompidas pela pandemia de covid-19, especialmente na África, agora correm risco de contrair doenças potencialmente mortais, como sarampo, pólio, febre amarela e difteria, alertam agências de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU).

Omissões nas vacinações causaram surtos de sarampo graves no Paquistão e no Iêmen, disseram as agências, e provavelmente levarão a epidemias futuras à medida que mais vacinações infantis frequentes deixarem de ser administradas. Página 3

Bélgica fecha fronteiras a viajantes do Brasil, Índia e África do Sul

As autoridades belgas decidiram na terça-feira (27) proibir a entrada no país de viajantes provenientes do Brasil, da Índia e África do Sul, para tentar prevenir a propagação das variantes locais da covid-19, anunciou o gabinete do primeiro-ministro, Alexander De Croo.

A decisão, tomada num comitê de concertação realizado por videoconferência, será formalizada "em breve" por meio de um despacho do Ministério do Interior, que detalhará as modalidades da medida, que prevê apenas algumas exceções, especialmente para diplomatas ou membros de organizações internacionais cujas viagens sejam consideradas essenciais. Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Muitas nuvens o dia todo, com aberturas de sol. 23° C / 15° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,45
Venda: 5,45

Turismo
Compra: 5,39
Venda: 5,60

EURO
Compra: 6,59
Venda: 6,59

Bancos estão preparados para enfrentar desdobramentos da pandemia

Foto: Divulgação

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar as incertezas relativas aos desdobramentos da pandemia de covid-19, mas o cenário dos riscos ainda é de cautela em razão dos efeitos que o prolongamento da crise pode gerar na economia das famílias. A avaliação é do Banco Central (BC), em seu Relatório de Estabilidade Financeira, referente ao segundo semestre de 2020, que foi divulgado na terça-feira (27). Página 3

Curso de Odontologia na USP é considerado o melhor do mundo

Página 2

CPI da Pandemia é instalada e Renan Calheiros é confirmado relator

Página 12

Bolsonaro relança programa de redução de salários e jornada

Página 4

SP poderá destinar parte da tarifa de água para proteção de mananciais

Página 2

Esporte

FIM anuncia adiamento do Baja FIM Jalapão no Brasil

A FIM - Federação Internacional de Motociclismo anunciou hoje o adiamento para 2022 do Baja FIM Jalapão, prova internacional válida pela Copa do Mundo Baja, prevista para acontecer juntamente com o Sertões Series Jalapão em junho. As circunstâncias e restrições associadas à pandemia do Coronavírus motivaram a decisão, adotada em parceria com a CBM – Confederação Brasileira de Motociclismo e os organizadores locais: Dunas Race e Arena Produções.

A etapa brasileira do Baja FIM Jalapão estava prevista para os dias 17 a 19 de junho, dentro do Series Jalapão, que segue confirmado de 16 a 19 de junho, em São Felix do Tocantins. A FIM e os organizadores trabalham para realizar a prova em 2022. Já o Sertões segue confirmado como etapa do Mundial, marcado para 13 a 22 de agosto, com largada do Rio Grande do Norte.

O Sertões Series é o campeonato de provas de rally cross country organizado pela Dunas Race. Em 2021 estão previstas 3 etapas, além do Sertões – marcado para 13 a 22/08 -, que também conta pontos para a competição. A abertura da temporada será em junho (de 16 a 19/06), com o Series Jalapão, prova realizada com co-organização da Arena Produções. Em novembro (3 a 11/11) acontece o Series Caminhos da Neve, que terá largada inédita de Florianópolis (SC) e chegada em Gramado (RS) e o encerramento da temporada será com o Rally de São Paulo, no Vale do Ribeira, em data a ser definida.

Foto: Gustavo Epifanio

CALENDÁRIO DUNAS RACE

16 a 19/06 – Series Jalapão; 23 a 27/06 - Baja Jalapão 500M; 13 a 22/08 – Sertões 2021; 03 a 06/11 – Series Caminhos da Neve; TBD – Series Rally de São Paulo. Site: www.sertoes.com

André Negrão inicia temporada do WEC nesta semana

André Negrão terá uma semana das mais movimentadas. O piloto participa do prólogo que abre oficialmente a temporada 2021 do FIA WEC, mais importante competição de corridas de longa duração do planeta, em Spa-Francorchamps. Será o único teste coletivo antes do início do campeonato mundial, marcado também para o tradicional circuito belga no dia 1º de maio, em uma corrida de seis horas de duração.

Piloto da Alpine ao lado dos franceses Nicolas Lapierre e Matthieu Vaxiviére, André será o único brasileiro a participar das atividades em Spa pela categoria dos Hypercars, a mais importante de um grid que contará com 35 carros e 100 pilotos. Os testes marcados para o início desta semana representam a terceira oportunidade que Negrão terá de pilotar o carro. A primeira aconteceu em um shakedown da equipe em Aragón, enquanto a segunda ocorreu há poucos dias, em Barcelona, ambas na Espanha.

"Com a subida da nossa equipe para classe principal, agora teremos realmente chance de brigar pela vitória na geral. A gente brigou muitas vezes pela vitória na LMP2, mas obviamente nunca tivemos carro para ganhar na geral, e agora vamos ter essa oportunidade. É um momento importante para a história da Alpine e, claro, para a minha vida como piloto", disse Negrão, campeão mundial da classe LMP2 da supertemporada 2018/2019, e vencedor da prova24 Horas de Le Mans em 2018 e 2019.

"Estamos fortes" - Negrão identifica na Toyota o maior rival da Alpine: "Pelo fato de os carros deles terem tração 4x4 e usarem o sistema híbrido", destaca ele. "Mas nós estamos fortes também. Os nossos têm sido produtivos. O primeiro foi apenas para verificação dos sistemas e uma aclimatação dos pilotos nos carros. No segundo já buscamos mais velocidade e fizemos uma simulação de corrida com os três pilotos, com tudo o que uma prova exige da gente".

Também por isso, o prólogo que se inicia na próxima segunda tem uma importância especial. "Esses testes são fundamentais para gente saber praticamente tudo sobre a relação entre nós e Toyota. Nós ainda não nos encontramos na pista fisicamente. Fizemos treinos separados. Nós comparamos os dados deles com os nossos, para saber se a gente não estava muito fora, nem eles. E pelo jeito a gente está bem parecido. Tudo vai ser decidido agora em Spa, nos ajustes que serão feitos. Tem umas coisas que a gente precisa acertar no nosso carro, controle de tração, e umas partes eletrônicas em que a gente tem que ser um pouquinho mais preciso", conta o piloto.

ANGELO AUGUSTO DELL AGNOLO OLIVEIRA:09126044846
Assinado de forma digital por ANGELO AUGUSTO DELL AGNOLO OLIVEIRA:09126044846
Dados: 2021.04.28 14:51:23 -03'00'

Butantan confirma três novas variantes do coronavírus em SP

Três novas variantes do novo coronavírus foram confirmadas no estado de São Paulo por testes diagnósticos realizados pelo Instituto Butantan. As novas cepas foram encontradas na Baixada Santista e nas cidades paulistas de Itapecerica da Serra e Jardinópolis.

Em Itapecerica da Serra, foi confirmada a presença da variante B.1.318, encontrada na Suíça e no Reino Unido. Já na Baixada Santista foi encontrada a variante sul-africana B.1.351, já identificada anteriormente na cidade de Sorocaba. E em Jardinópolis foi encontrada a N9, uma mutação da variante amazônica P1, já observada em vários estados brasileiros.

Segundo o Butantan, a variante sul-africana é a que mais preocupa. As outras duas são, por enquanto, variantes de interesse, ou seja, elas são monitoradas com atenção, mas ainda não indicam um possível agravamento da pandemia.

O instituto diz que ainda é cedo para afirmar que essas variantes são mais transmissíveis ou mais agressivas do que as variantes brasileiras P1 e P2.

"Esses estudos mostram que tem muita variante em São Paulo. Precisamos de políticas de contenção e respeitar o distanciamento para que a gente não fique espalhando variantes", disse, em nota, a vice-diretora do Centro de Desenvolvimento Científico do Instituto Butantan, Maria Carolina Quartim Barbosa Elias Sabbaga.

O surgimento de novas variantes gera preocupação em todo o mundo porque há o risco de que elas sejam mais transmissíveis e mais mortais. As variantes também podem ser mais resistentes às vacinas.

Segundo o Butantan, as mutações do novo coronavírus indicam que a pandemia está longe de ser controlada. Por isso, é fundamental o uso de máscara, a higienização das mãos com água e sabão ou álcool gel e manutenção do distanciamento social.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo informou que a paciente de Itapecerica da Serra, cujo exame confirmou a variante suíça, apresentou um quadro clínico leve, de síndrome gripal. O mesmo ocorreu ao paciente com a N.9.

Variantes de atenção

Segundo a Secretaria da Saúde, três variantes são consideradas atualmente de atenção em todo o mundo devido às evidências de aumento de transmissibilidade ou de gravidade. São elas a P1 (Manaus), a B.1.1.7 (do Reino Unido) e a B.1.351 (que surgiu primeiramente na África do Sul).

Ainda segundo a secretaria, 114 casos autóctones dessas três variantes foram confirmados no estado de São Paulo até segunda-feira, (26), sendo 102 deles da P1. Casos autóctones significam que a transmissão da doença ou do vírus foi local, sem que o paciente apresente histórico de viagem para outras regiões.

Treze casos da variante de Manaus (P1) foram notificados na capital. Mas houve casos registrados também nas cidades de Araraquara (12), Andradina (1), Araçatuba (3), Avanhandava (2), Bauru (3), Birigui (4), Biritiba Mirim (1), Bocaina (1), Cajamar (1), Diadema (3), Dois Córregos (1), Dracena (1), Espírito Santo do Pinhal (1), Fernandópolis (1), General Salgado (1), Guapiara (2), Icem (1), Ipiguá (1), Ituverava (1), Jaú (10), Lençóis Paulista (4), Lins (3), Martinópolis (1), Matão (3), Mauá (4), Mococa (4), Orlândia (1), Osasco (1), Pederneiras (1), Poá (1); Porto Feliz (1), Presidente Prudente (3); Presidente Vencesla (1), Rio Grande da Serra (1), Salto (1); Santa Lúcia (1), Santo André (1), São Bernardo do Campo (5), São José do Rio Preto (1), São José dos Campos (2), Sorocaba (1), Taquaritinga (2), Tarabai (1), e Tietê (1).

Já as nove confirmações da variante do Reino Unido no estado foram observadas na capital (5), Peruíbe (1), Jacareí (1), Guarulhos (1), e Bauru (1).

Quanto à variante sul-africana, dois casos foram observados em Sorocaba e um na cidade de Santos.

CoronaVac

Estudos têm demonstrado que a CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan com a farmacêutica chinesa Sinovac, é eficaz contra a mutação D614G, que predomina atualmente no mundo e é comum às linhagens B.1.1.28 (da qual derivam as variantes P.1 (amazônica) e P.2 (surgida no Rio de Janeiro) e B.1.1.33 (da qual deriva a variante N9).

Um estudo preliminar feito em mais de 67 mil profissionais da saúde de Manaus que tiveram diagnóstico confirmado de covid-19 comprovou que a vacina tem 50% de eficiência contra a variante P.1, após 14 dias de aplicação da primeira dose. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)

Dependendo do que rolar na CPI do Senado sobre Covid 19, o tipo de domínio na presidência e relatoria pode rolar nas próximas no Parlamento paulistano

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Bruno Covas (PSDB) teve alta dos tratamentos de seus cânceres. Reconhece em seu filho Tomás e no vice Ricardo Nunes (MDB) seus atuais 'anjos da guarda'

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Dependendo do que vai rolar na CPI do Senado sobre Covid 19, o tipo de domínio na presidência e relatoria pode valer nas próximas do Parlamento paulista

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

O que Doria (PSDB) dirá na coletiva de hoje (vacina Butanvac, ex-governador - CE - Tasso querendo puxar seu tapete pra Presidência 2022 e o caso Lide/China)

.

CONGRESSO (BRASIL)

Começou a CPI sobre 'Covid 19', tendo como relator o senador Renan (MDB Alagoas). Diz que a letra "I" não é de "Inquisição" à gestão Bolsonaro. Só que é sim

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Esta coluna vem publicando desde 2020 que o vice Mourão não estaria na chapa por uma reeleição em 2022. O vice-Presidente 'assinou o recibo' anteontem

.

PARTIDOS

Esta coluna vem publicando desde 2022 que o ex-governador paulista Alckmin (PSDB) estava em campanha pra ser candidato de novo ao Palácio Bandeirantes

.

(BRASIL)

... ex-ministro (Educação) Weintraub voltou a dizer que pode ser candidato em 2022, após Bolsonaro 'lançar' Tarcísio (Infraestrutura) pra governador do Estado

.

MÍDIAS

A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, wwwcesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. No Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

SP poderá destinar parte da tarifa de água para proteção de mananciais

A proteção aos mananciais poderá ser financiada a partir das tarifas de água pagas pelos consumidores atendidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A possibilidade foi aberta na última revisão da estrutura tarifária da empresa, concluída neste mês pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp).

Segundo o coordenador de pesquisa do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Guilherme Checco, a Arsesp deve dar prosseguimento ao processo tão logo receba resposta de uma consulta enviada no final do ano passado para a Procuradoria Geral do Estado.

A expectativa é que seja emitido um parecer que ratifique a competência da agência reguladora para determinar a destinação dos recursos tarifários para proteção dos mananciais.

"A nossa expectativa é que esse parecer saia ainda neste primeiro semestre", enfatizou o especialista que participou de um debate sobre o tema organizado na terça-feira (27) pelo próprio IDS.

A partir da garantia de segurança jurídica, a Arsesp poderá então conduzir um debate com a Sabesp e a sociedade civil sobre o melhor modelo para ser seguido.

Apesar de o projeto ter um pequeno potencial de aumento na conta de água para parte dos consumidores, Checco avalia que se trata de um investimento com retorno. "Do ponto de vista estritamente financeiro, viabilizar esses recursos para essa finalidade é uma decisão lógica, no sentido de que a água é um recurso finito que se a gente não cuidar vai acabar", ressalta.

De acordo com ele, algumas modelagens em que o IDS vem trabalhando excluem de qualquer cobrança extra as faixas de renda mais pobres, que já são beneficiadas por descontos nas tarifas pela Sabesp.

A ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Suely Araújo diz que, como a região metropolitana de São Paulo tem uma base muito grande de consumidores, com pequenos percentuais nas tarifas é possível chegar a valores expressivos.

Para ela, é urgente viabilizar esses investimentos. "De forma geral, a situação do Rio Pinheiros e de outros mananciais de São Paulo são muito vergonhosas, já passou a hora de reverter essa situação de forma mais estrutural", defendeu.

O gerente nacional de Águas da organização não governamental The Nature Conservancy, Samuel Barreto, destacou que a atual necessidade de a Grande São Paulo buscar água limpa cada vez mais longe levou a um modelo caro, uma vez que as reservas mais próximas não são aproveitadas devido à contaminação. "A gente está perdendo também dinheiro com as pessoas doentes no hospital, perdendo atividade econômica de outros usos de água", acrescentou sobre os prejuízos causados pela má conservação dos mananciais.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha, em parceria com o IDS e apoio da Sabesp, em 2019, mostrou que 68% dos entrevistados concordariam em pagar mais pela água se o valor extra fosse usado na universalização do saneamento básico. A maioria dos consumidores da cidade de São Paulo (60%) também disse que aceitaria uma tarifa mais alta se houvesse transparência e clareza sobre a forma como os recursos são aplicados. (Agencia Brasil)

SP registra 93,8 mil óbitos e 2,8 milhões de casos de Covid-19

O Estado de São Paulo na terça-feira (27) 2.856.225 casos e 93.842 óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia. Nas últimas 24h são 17.992 novos casos e 1.044 nova mortes. Os números de terça-feira, têm dados acumulados do final de semana, quando habitualmente são registrados menos óbitos e casos.

Entre o total de casos, 2.524.255 tiveram a doença e já estão recuperados, sendo que 292.059 foram internados e receberam alta hospitalar.

São no estado 22.112 pacientes internados, sendo 10.426 em unidades de terapia intensiva e 11.686 em enfermarias. A taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado é de 80% e na Grande São Paulo é de 78,3%.

Está vigente a Fase de Transição do Plano São Paulo, adotada diante da reversão da tendência de crescimento das internações. No entanto é fundamental que, mesmo com a redução dos índices, a população mantenha as medidas de distanciamento, uso de máscaras e higiene das mãos.

O detalhamento dos dados da pandemia estão disponíveis no site www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus .

Curso de Odontologia na USP é considerado o melhor do mundo

A USP subiu 14 posições na classificação internacional SCImago Institutions Rankings (SIR), ranking espanhol anual elaborado pelo laboratório de pesquisa SCImago Lab, ligado ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). A USP passou da 61ª para a 47ª posição, sendo a universidade latino-americana mais bem classificada.

Este ranking, divulgado no dia 14 de abril, avalia instituições de ensino superior e de pesquisa classificando-as por um indicador composto que combina três conjuntos diferentes de métricas com base no desempenho em pesquisa, resultados de inovação e impacto social medido por sua visibilidade na web.

Um diferencial desta classificação é que ela avalia não apenas universidades, mas também outras entidades que realizam pesquisa, como empresas, órgãos governamentais e instituições não governamentais. Nesta edição, foram avaliadas mais de 7.500 instituições do mundo todo.

No ranking latino-americano, a segunda colocação foi ocupada pelo Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, da Argentina, seguida pela Universidade Nacional Autônoma do México, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

No quesito Pesquisa, os principais critérios estão relacionados ao impacto científico, especialização temática, quantidade de publicações e colaboração internacional com redes de outras instituições. Nesse item, a USP é considerada a universidade latino-americana que mais publicou artigos científicos entre os anos de 2015 e 2019, indexados na base de dados científicos Scopus – que é produzida pela editora holandesa Elsevier e é considerada uma das maiores do mundo, englobando mais de 20 mil periódicos especializados.

Em relação à Inovação, a USP ficou na sexta colocação na América Latina. No quesito Impacto Social, que analisa a visibilidade na web, a USP obteve a 43ª posição na classificação geral entre 180 instituições classificadas.

Uma das novidades do ranking da SCImago deste ano foi a classificação em 19 diferentes áreas do conhecimento. Nesse ranqueamento, a USP teve quatro cursos classificados entre os dez melhores do mundo – Agricultura e Ciências Biológicas, Odontologia, Farmacologia, Toxicologia e Ciências Farmacêuticas e Medicina Veterinária –, sendo a área de Odontologia considerada a melhor entre todos os cursos avaliados, ocupando a primeira posição na classificação mundial dentre as quase 700 instituições ranqueadas.

Confira, a seguir, a classificação das áreas considerando o ranqueamento entre as universidades e a posição alcançada pela USP em cada uma delas na América Latina, no BRICS, na Ibero-América e no Brasil.

Moradores de São Paulo podem enviar até domingo propostas para o Orçamento 2022

Os moradores da cidade de São Paulo podem enviar, até o próximo domingo (02/5), suas sugestões para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2022, pelo site Participe+. Em 2020, 70 propostas foram incorporados ao Orçamento.

Todas as sugestões enviadas durante a fase de coleta serão analisadas e priorizadas pelos integrantes dos 32 Conselhos Participativos Municipais, em reuniões virtuais. Cada conselho definirá até 15 projetos, que serão apresentados para votação popular pela internet. As propostas escolhidas de cada subprefeitura seguem então para a próxima etapa da elaboração da PLOA 2022.

Neste ano os moradores de São Paulo também poderão contribuir com sugestões para a formulação do Programa de Metas (PdM) 2021-2024 e do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, por meio deste link no site Participe+. Diferentemente das propostas voltadas à PLOA 2022, nestas ferramentas de participação os cidadãos podem sugerir ações que abarcam um período maior de desenvolvimento e implantação.

Em 2020, a população de São Paulo também participou virtualmente na formulação do Orçamento. Os moradores da capital enviaram 3.519 projetos para a PLOA e foram registrados 43.831 votos de 17.818 cidadãos cadastrados no portal Participe+.

Por conta da pandemia da Covid-19, neste ano as audiências públicas para a discussão dos rumos do orçamento ocorrem de forma virtual. Nesta semana serão realizadas audiências das subprefeituras de Guaianases, Mooca, Penha, Vila Prudente, Aricanduva, Sapopemba, Itaquera, São Mateus e Cidade Tiradentes. Confira neste link o calendário completo.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Bancos estão preparados para enfrentar desdobramentos da pandemia

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar as incertezas relativas aos desdobramentos da pandemia de covid-19, mas o cenário dos riscos ainda é de cautela em razão dos efeitos que o prolongamento da crise pode gerar na economia das famílias. A avaliação é do Banco Central (BC), em seu Relatório de Estabilidade Financeira, referente ao segundo semestre de 2020, que foi divulgado na terça-feira (27).

"Ao longo de 2020, o SFN alcançou o maior valor histórico de provisões para ativos problemáticos, melhorou a capitalização e manteve liquidez confortável", informou o BC. "O risco de crédito arrefeceu, mas o cenário requer cautela diante da incerteza quanto ao prolongamento e aos desdobramentos da pandemia sobre a renda e o emprego", completou.

De acordo com o órgão, ao longo do segundo semestre de 2020, os programas emergenciais geraram "relevante crescimento" do crédito para as micro, pequenas e médias empresas, enquanto o estoque de crédito a grandes empresas ficou estável. Dos 11,9% de crescimento do crédito bancário a empresas no semestre, cerca de 80% deveram-se aos programas governamentais.

O relatório aponta ainda que a situação econômico-financeira das empresas melhorou de forma desigual. Para o conjunto de todas as empresas, o fluxo de recebimentos melhorou, mas as restrições sanitárias ainda impactam negativamente setores como lazer e transportes, percepção que pode mudar dada a incerteza sobre a pandemia.

Segundo o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, diferentemente do que aconteceu no ano passado, hoje, o sistema financeiro tem ferramentas disponíveis para serem utilizadas em caso do agravamento da segunda onda de casos de covid-19. Além disso, o cenário econômico mundial e doméstico mudou.

"Os níveis de crescimento quando se pega China e Estados Unidos, por exemplo, são surpreendentes. Os números aqui mostram que, apesar de toda a dificuldade advinda da segunda onda, têm várias empresas que se adaptaram a essa realidade, inclusive ampliando seu fluxo financeiro. Estamos preocupados, mas a nossa visão, por hora, é que o sistema financeiro tem plenas condições de atender a demanda por parte das empresas", disse, durante evento virtual para comentar os dados do relatório.

No caso do crédito às pessoas físicas, ele voltou a crescer no ritmo anterior ao da pandemia. A redução nas taxas e os novos índices de correção ofertados aos clientes impulsionaram as concessões do crédito imobiliário, especialmente com recursos de poupança. Até o momento, segundo o BC, o risco oriundo das famílias está mitigado pelas provisões adequadas de recursos na carteira de crédito.

Os resultados dos testes de estresse continuam demonstrando a redução dos efeitos da pandemia no sistema financeiro e apresentou o melhor resultado desde a primeira vez em que foi publicado, em abril de 2020. "A recuperação da atividade econômica no segundo semestre de 2020, assim como a melhora no capital, arrefeceram os efeitos da pandemia no sistema financeiro. Os resultados continuam corroborando a capacidade de o sistema absorver choques, sem desenquadramentos relevantes", explicou o banco.

No início da crise no ano passado, o BC estimou em R$ 400 bilhões a necessidade de provisões adicionais por parte do sistema e um aporte de R$ 70 bilhões na simulação que considerou um choque severo da pandemia. "Hoje, considerando as novas métricas incorporadas, como os choques em relação às pessoas físicas mais vulneráveis, houve redução bastante significativa na necessidade de provisão de R$ 128 bilhões. O impacto para um enquadramento de todo o sistema financeiro seria algo na faixa de R$ 1,5 bilhão", explicou Souza.

No teste de estresse, o BC simula o quanto uma situação de severa inadimplência e de corrimão aos bancos impacta o cumprimento dos limites regulatórios mínimos pelas instituições financeiras e quanto a autoridade monetária precisaria aportar ao sistema financeiro. Entre esses limites estão a manutenção de uma reserva em caixa para garantir que os bancos paguem todos os clientes que forem sacar dinheiro em momentos de crise. São testados também os riscos de crédito, juros, câmbio e desvalorização de imóveis.

O BC considerou dois cenários, o primeiro de queda na atividade econômica, inflação e taxas de juros, em caso de uma terceira onda significativa; e o segundo cenário de uma crise de confiança pelo agravamento da situação fiscal. "Os bancos estão preparados para absorver cada um dos choques dos dois cenários", destacou o diretor do BC.

O órgão informou ainda que a rentabilidade dos bancos diminuiu com a crise sanitária, em cerca de 26%, mas não representa risco para a estabilidade financeira. "A pandemia inverteu a sequência de recuperação da rentabilidade que ocorria desde a recessão de 2015-2016. A expectativa para 2021 é de melhora. Mantida a perspectiva de recuperação, as despesas com provisões tendem a ser menores, e as receitas de serviço, a se recuperar", avaliou o órgão.

O Banco Central também apresentou um estudo sobre os riscos climáticos. Os pesquisadores do BC e acadêmicos analisaram os principais eventos climáticos, como enchentes e secas, entre 1994 e 2017, e indicam que as flutuações de curto prazo no clima teriam baixo impacto sobre os bancos. Mas mudanças climáticas duradouras, poderiam gerar impactos relevantes para o setor bancário, reduzindo a oferta de crédito e aumentando a inadimplência.

Segundo o BC, os bancos acabaram reduzindo a exposição de crédito nas áreas mais vulneráveis a esse tipo de evento climático. O crédito bancário aos setores verdes é menor do que o crédito aos setores de alto impacto, mas essa participação relativa está aumentando desde 2011.

"O resultado do estudo mostra que os bancos e a própria economia como um todo já se antecipam a esses problemas e percebem que rapidamente se ajustam para enfrentar esse tipo de eventos", disse Paulo Souza. Segundo ele, os incidentes envolvendo risco climático nos últimos anos se acentuaram em diversas localidades, uma questão que é tratada no Brasil há muito tempo em relação ao risco socioambiental. "Inclusive, hoje o Brasil lidera, em fóruns internacionais, a discussão sobre melhores práticas de supervisão, a gente já tem o mapeamento em termos de políticas muito precisos", completou.

O diretor explica que, nos próximos dois anos, o Brasil terá um detalhamento muito mais preciso desses riscos, em função do novo documento de coleta de dados que deve ser lançado nesse semestre. Ontem (26), o BC também colocou em consulta pública uma proposta normativa que estabelece regras para a divulgação de informações sobre riscos sociais, ambientais e climáticos pelas instituições financeiras.

Além do estudo sobre impacto climático, o Relatório de Estabilidade Financeira tratou de outros dois temas em boxes especiais: o programa de aprimoramento da resiliência cibernética do SFN e do Sistema de Pagamentos Brasileiro; e os mecanismos de segurança do Pix, o sistema instantâneo de pagamento do BC. O BC também faz avaliações sobre o sistema financeiro internacional e as infraestruturas do mercado financeiro e apresenta o resultado da pesquisa de estabilidade financeira. (Agencia Brasil)

Resgates do Tesouro Direto superam vendas em R$ 708,5 milhões

Os resgates do Tesouro Direto superaram as vendas em R$ 708,5 milhões em março deste ano. Segundo dados do Tesouro Nacional, divulgados na terça-feira (27), em Brasília, as vendas do programa atingiram R$ 3,392 bilhões no mês passado. Já os resgates totalizaram R$ 4,100 bilhões, sendo R$ 1,923 bilhão relativo a recompras de títulos públicos e R$ 2,176 bilhões a vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), cuja participação nas vendas atingiu 40,7%. Os títulos corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) corresponderam a 35,3% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, foram 24%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 62,83 bilhões no fim de março, uma redução de 0,1% em relação ao mês anterior (R$ 62,93 bilhões) e aumento de 7,5% em relação a março do ano passado (R$ 58,44 bilhões).

Em relação ao número de investidores, 390.394 novos participantes se cadastraram no programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 10.285.781. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 57,9%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 1.479.805, aumento de 21,9% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R$ 5 mil, o que correspondeu a 87,8% do total de 455.054 operações de vendas ocorridas em março. Só as aplicações de até R$ 1 mil representaram 61,3%. O valor médio por operação foi de R$ 7.454,64.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo. As vendas de títulos com prazo entre 1 e 5 anos representaram 38,1% e aquelas com prazo entre 5 e 10 anos, 46,6% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 15,4% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Nacional.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agencia Brasil)

Embrapa calcula ter gerado R$ 61,8 bi de lucro social no ano passado

A atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ao setor produtivo gerou lucro social de R$ 61,85 bilhões para o Brasil ao longo do ano passado.

Segundo a nova edição do Balanço Social da Embrapa, divulgada na terça-feira (27), cada R$ 1 investido na empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento proporcionou retorno de quase R$ 18 para o país.

"Além desse benefício, geramos, com nossas tecnologias, cerca de 41 mil empregos no setor do agro, um número bastante considerável se pensarmos que se tratou de um ano de pandemia", disse o presidente da empresa, Celso Moretti.

Ao apresentar os resultados do último ano a jornalistas, o engenheiro agrônomo explicou que o cálculo leva em conta 152 projetos desenvolvidos pela Embrapa e parceiros. O resultado, de acordo com Moretti, representa um aumento dos benefícios econômicos para o setor agropecuário 4% superior ao registrado em 2019.

Dentre as tecnologias desenvolvidas pelo corpo técnico da empresa com parceiros dos setores público e privado, Moretti destacou a fixação biológica de nitrogênio no plantio da soja; o manejo animal para correção da fertilidade do solo e o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. "Só com a fixação biológica de nitrogênio, no ano passado, o Brasil economizou R$ 28 bi deixando de importar mais adubo nitrogenado", ressaltou.

A conta para obtenção do lucro social também leva em conta o orçamento de quase R$ 3,8 bilhões colocado à disposição da empresa no ano passado. Esse valor foi suplementado pelo aporte de recursos privados, disse Moretti, ao ressaltar que, em 2020, a diretoria da Embrapa reforçou a estratégia de buscar mais apoio na iniciativa privada.

"Em 2018, apenas 6% da nossa carteira de projetos era financiada pelo setor privado. Em 2021, chegamos a 20%. Nossa meta é, até 2023, chegar a 40% dos nossos projetos vinculados ao setor privado", revelou Moretti, sem precisar quanto a participação representa em valores. "Em termos globais, posso dizer que o Tesouro Nacional financia em torno de 60% da programação de pesquisa da Embrapa, e que o setor privado, que tem participação em 20% dos projetos, financia cerca de 35% deles."

Com pesquisas em andamento, novos projetos e produtos prestes a serem lançados, a Embrapa ainda não sabe ao certo o montante de dinheiro lhe foi reservado no Orçamento sancionado na semana passada.

"Ainda não temos os números finais", afirmou Moretti, dizendo ter se reunido com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na segunda-feira (26) para tratar do assunto. "Estamos discutindo. Este ano, com a saída de 1,2 mil colegas no PDV [Plano de Demissão Voluntária], há uma natural redução orçamentária, mas estamos trabalhando para que os recursos para despesas operacionais, custeio e investimento, permaneçam nos mesmos níveis do ano passado. Dado o contexto da pandemia, as dificuldades econômicas e a queda do PIB [Produto Interno Bruto], se conseguirmos manter o padrão, estaremos satisfeitos", comentou Moretti, antes de defender a existência da empresa pública.

"Creio que o fantasma da privatização da Embrapa foi exorcizado. Trabalhamos muito bem para isso", brincou o presidente da estatal.

"Entendo que a Embrapa tem um papel primordial em prover segurança alimentar à população brasileira e de mais de 170 países. Sua manutenção não é nem mais só uma questão de segurança alimentar, mas sim de segurança nacional. Imaginem um setor como o agro, responsável por 21% do PIB brasileiro, não ter uma empresa pública que cuide de um banco genético como o nosso, que reúne mais de 120 mil amostras de plantas, animais e micro-organismos. Em meio a esta pandemia, todos viram o quanto a ciência foi, está sendo e continuará sendo importante para vencermos os desafios. Agora, imaginem se aparece uma doença tão séria como a covid-19 e atinge o plantio de soja, tomate, frango ou a criação de gado etc. Onde buscaremos variabilidade genética para resolver o problema? No banco genético da Embrapa", acrescentou Moretti. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

ONU: interrupção de vacinas regulares põe milhões de crianças em risco

Milhões de crianças cujas imunizações regulares foram interrompidas pela pandemia de covid-19, especialmente na África, agora correm risco de contrair doenças potencialmente mortais, como sarampo, pólio, febre amarela e difteria, alertam agências de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU).

Omissões nas vacinações causaram surtos de sarampo graves no Paquistão e no Iêmen, disseram as agências, e provavelmente levarão a epidemias futuras à medida que mais vacinações infantis frequentes deixarem de ser administradas.

"Lacunas na cobertura de vacinações já estão tendo consequências graves no mundo real", disse o chefe da OMS, Tedros Adhanom, em entrevista coletiva virtual na qual também anunciou uma nova estratégia global de imunização.

A estratégia visa a reduzir de 20 milhões para 10 milhões o número das chamadas crianças "zero doses", aquelas que não foram vacinadas, entre outras medidas.

A diretora de Inoculações da OMS, Kate O'Brien, disse na mesma entrevista coletiva que essas medidas poderiam evitar até 50 milhões de mortes até 2030.

Na comparação com 2020, algum progresso foi feito na restauração das vacinações de rotina interrompidas pela pandemia, mas mais de um terço dos 135 países que participaram de uma pesquisa da OMS disseram ainda enfrentar dificuldades.

"Mesmo antes da pandemia, havia sinais preocupantes de que estávamos começando a perder terreno na luta contra doenças infantis evitáveis, já que 20 milhões de crianças já estão sem vacinações críticas", afirmou Henrietta Fore, diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em comunicado conjunto com a OMS e a aliança de vacinas Gavi. (Agencia Brasil)

Bélgica fecha fronteiras a viajantes do Brasil, Índia e África do Sul

As autoridades belgas decidiram na terça-feira (27) proibir a entrada no país de viajantes provenientes do Brasil, da Índia e África do Sul, para tentar prevenir a propagação das variantes locais da covid-19, anunciou o gabinete do primeiro-ministro, Alexander De Croo.

A decisão, tomada num comitê de concertação realizado por videoconferência, será formalizada "em breve" por meio de um despacho do Ministério do Interior, que detalhará as modalidades da medida, que prevê apenas algumas exceções, especialmente para diplomatas ou membros de organizações internacionais cujas viagens sejam consideradas essenciais.

A Bélgica detectou recentemente 20 casos da variante indiana da covid-19 em um grupo de estudantes provenientes da Índia, que se somam a pelo menos mais sete casos registados em diferentes pontos do país.

De acordo com as autoridades sanitárias belgas, a variante britânica continua a ser a predominante na Bélgica, representando cerca de 85% dos casos de infecção, enquanto as variantes brasileira e sul-africana representam, cada, menos de 5% dos casos positivos.

Com uma população de 1,3 bilhão de habitantes, a Índia enfrenta surto devastador, durante o qual registrou recordes diários de mortes e de contágios durante cinco dias consecutivos, o que levou vários países a oferecerem ajuda.

Desde o início da pandemia, a Índia já registrou 197.894 óbitos e 17,6 milhões de casos, situando-se, em número de mortos, apenas atrás dos Estados Unidos, do Brasil e México.

A pandemia de covid-19 provocou, pelo menos, 3.122.150 mortes no mundo, resultantes de mais de 147,7 milhões de casos de infeção, segundo balanço feito da agência francesa AFP.

Em Portugal, morreram 16.965 pessoas dos 834.638 casos de infecção confirmados, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.

A doença é transmitida por um novo coronavírus detectado no fim de 2019, em Wuhan, cidade no centro da China. (Agencia Brasil)

Caixa libera lote de auxílio emergencial para 206 mil pessoas

Cerca de 206,1 mil trabalhadores informais que corrigiram informações no cadastro foram incluídos na nova rodada do auxílio emergencial, anunciou a Caixa Econômica Federal na terça-feira (27). Os contemplados receberão o benefício a partir de 16 de maio, junto com o pagamento da segunda rodada, quando serão creditadas duas parcelas nas contas poupança digitais.

Após a segunda parcela, esse público será incorporado ao calendário tradicional e receberá a terceira e a quarta parcelas nas datas estabelecidas. A relação dos beneficiados pode ser consultada no portal consultaauxilio.cidadania.gov.br, no site auxilio.caixa.gov.br ou pelo telefone 111.

Segundo o Ministério da Cidadania, foram aprovados 206.126 novos benefícios. Desse total, 142.531 têm direito à cota de R$ 150 (pessoas que moram sozinhas), 39.719 receberão R$ 250 e 23.876 mulheres chefes de família que sustentam a casa sozinhas receberão R$ 375.

O trabalhador que teve o pedido processado, mas continuou com o benefício negado, terá dez dias para contestar a decisão. (Agencia Brasil)

Bolsonaro relança programa de redução de salários e jornada

O presidente Jair Bolsonaro assinou na terça-feira (27) a medida provisória (MP) que viabiliza a retomada do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), que permite a empresas a realização de acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho. O programa entra em vigor de forma imediata e terá duração inicial de 120 dias.

De acordo com o governo, no ano passado o programa preservou o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores em acordos que tiveram a adesão de mais 1,5 milhão de empresas. O benefício foi pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A retomada do BEm era uma demanda de empresários por causa do agravamento da crise econômica em decorrência da pandemia.

A redução de salários ou a suspensão dos contratos serão feitas nos mesmos moldes de 2020, segundo o governo. Os acordos individuais entre patrões e empregados poderão ser de redução de jornada de trabalho e salário apenas nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. Como contrapartida, o governo pagará mensalmente ao trabalhador o Benefício Emergencial, que corresponde ao valor do percentual reduzido tendo como referência a parcela do seguro-desemprego a que o empregado teria direito.

Na prática, um trabalhador que tiver redução de 25% do salário receberá 25% do valor do seguro-desemprego que ele teria direito em caso de demissão, e assim sucessivamente. No caso da suspensão temporária dos contratos de trabalho, o governo pagará ao empregado 100% do valor do seguro-desemprego a que ele teria direito.

Garantia de emprego

Em todos os casos fica reconhecida a garantia provisória no emprego durante o período acordado e após o restabelecimento da jornada ou encerramento da suspensão, por igual período. O pagamento do benefício se dará ao trabalhador independentemente do cumprimento de período aquisitivo exigido para o seguro-desemprego, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos. Além disso, segundo o governo, a medida não impedirá a concessão ou alteração o valor do seguro-desemprego a que o empregado vier a ter direito, quando atendidos os requisitos previstos legalmente, no momento de uma eventual demissão.

Alguns requisitos devem ser observados pelos empregadores que aderirem ao programa, como a preservação do salário-hora de trabalho, a assinatura de acordo individual escrito entre empregador e empregado, além dos percentuais de redução do salário e da jornada previamente definidos (25%, 50% ou 70%).

Para assegurar o pagamento do benefício aos trabalhadores com salário reduzido, Bolsonaro também editou uma medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R$ 9,98 bilhões, em favor do Ministério da Economia.

Flexibilização trabalhista

Em outra medida provisória, o presidente da República estabeleceu uma série de flexibilizações temporárias na legislação trabalhista, que poderão ser adotadas pelos empregadores por, pelo menos, quatro meses.

A MP permite que o empregador altere o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determine o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos.

Segundo o governo, o patrão também poderá antecipar as férias do empregado, devendo informá-lo com antecedência de, no mínimo, 48 horas, por escrito ou por meio eletrônico. As férias não poderão ser gozadas em períodos inferiores a cinco dias corridos e poderão ser concedidas por ato do empregador, ainda que o período aquisitivo não tenha transcorrido. Para as férias concedidas durante o estado de calamidade pública, o empregador poderá optar por efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias após sua concessão, até a data em que é devida a gratificação natalina.

Pela MP, as empresas poderão conceder férias coletivas, devendo notificar o conjunto de empregados afetados com antecedência de 48 horas, sem a necessidade e observar o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Poderá também antecipar o gozo de feriados federais, estaduais, distritais e municipais, incluídos os religiosos, devendo igualmente notificar o conjunto de empregados afetados com antecedência de 48 horas.

Por meio de acordo individual ou coletivo escrito, poderá haver a interrupção das atividades pelo empregador e a constituição de regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas, para compensação no prazo de até 18 meses, contado da data de encerramento do período de 120 dias após a publicação da MP.

Segundo o governo, a MP suspende a obrigatoriedade de realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto dos exames demissionais, dos trabalhadores que estejam em regime de teletrabalho, salvo no caso dos trabalhadores da área de saúde e das áreas auxiliares em efetivo exercício em ambiente hospitalar. O médico, porém, poderá indicar a necessidade da realização dos exames se considerar que a prorrogação representa risco para a saúde do empregado. Fica mantida a obrigatoriedade de realização de exames ocupacionais e de treinamentos periódicos aos trabalhadores da área de saúde e das áreas auxiliares em efetivo exercício em ambiente hospitalar.

A MP também suspende temporariamente o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores por quatro meses (abril, maio, junho e julho). O pagamento poderá ser realizado em até quatro parcelas mensais, com vencimento a partir de setembro de 2021.

Em outra flexibilização, a medida permite que estabelecimentos de saúde possam, por meio de acordo individual escrito, prorrogar a jornada, nos termos do disposto no Artigo 61 da CLT, inclusive para as atividades insalubres e para a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, bem como adotar escalas de horas suplementares entre a 13ª e a 24ª hora do intervalo de intrajornada. As horas suplementares serão compensadas, no prazo de 18 meses, por meio de banco de horas ou remuneradas como hora extra, informou o governo. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

MRC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.355/0001-29 – NIRE 35.300.190.998

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		316	306
Impostos a recuperar		24	18
Dividendos a receber	4	—	306.695
		340	306.019
Não circulante			
Investimentos	5	10.598.346	10.153.266
Total do ativo		**10.598.686**	**10.459.285**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Partes relacionadas		—	107
Dividendos a pagar	4	—	305.419
		—	305.526
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.793.281	2.081.846
Ajuste de avaliação patrimonial		1.220.675	487.183
		10.598.686	10.153.759
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.598.686**	**10.459.285**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019		**7.584.730**	**2.630**	**348.718**	**1.053.493**	**484.583**		**9.474.144**
Lucro do exercício						1.285.976		1.285.976
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto						2.600		2.600
Total do resultado abrangente do exercício						**1.288.576**	**2.600**	**1.288.576**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					101.609			101.609
Perda no aumento de capital da Karmin					(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 (c)			64.299		(64.299)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(358.151)	(305.419)		(663.570)
Retenção de lucros					916.258	(916.258)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**64.299**	**612.716**	**(1.285.976)**		**(608.961)**
Em 31 de dezembro de 2019		**7.584.730**	**2.630**	**413.017**	**1.666.209**	**487.183**		**30.153.759**
Prejuízo do exercício						(417.297)		(417.297)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							733.492	733.492
Total do resultado abrangente do exercício						**417.297)**	**733.492**	**316.196**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(417.297)	417.297		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(195.481)			(195.481)
Reversão de dividendos deliberados					305.419			305.419
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSUVSA					9.120			9.120
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU VSA					9.674			9.674
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					**(288.565)**	**417.297**		**128.732**
Em 31 de dezembro de 2020		**7.584.730**	**2.630**	**413.017**	**1.377.644**		**1.220.675**	**30.598.686**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
MRC Participações S.A ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2. Apresentação e apuração das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.

3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas inderteminante no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

Partes relacionadas	Dividendos a receber 2020	Dividendos a receber 2019	Dividendos a pagar 2020	Dividendos a pagar 2019
Hejoassu Administração S.A.		305.695		
Dividendos a pagar aos acionistas				305.419
(pessoas físicas)				305.419
	—	**305.695**	—	**305.419**

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Informação da investida em 31 de dezembro de 2020				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimento	
Avaliados por equivalência patrimonial	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	2020	2019	2020	2019
Hejoassu Administração S.A.	42.393.359	(1.663.356)	25,00	(415.839)	1.287.138	10.598.340	10.153.260
Outros investimentos				6		6	6
Total dos investimentos				**(415.839)**	**1.287.138**	**10.598.346**	**10.153.266**

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos
No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 95.731, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 99.750, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	(415.839)	1.287.138
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.484)	(1.150)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(417.323)**	**1.285.988**
Resultado financeiro		**26**	**26**
Resultado não operacional, líquido		—	(1.037)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(417.297)**	**1.285.976**
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro (prejuízo) do exercício		**(417.297)**	**1.285.976**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		(0,61)	1,88
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**(417.297)**	**1.285.976**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	766.146	24.001
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(72.254)	23.067
"Hedge accounting" operacional de controladas	(158.974)	(9.737)
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.306)	10.918
Outros reflexos de controladas e coligadas	247.227	(12.450)
	775.838	**35.847**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(42.346)	(33.247)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**733.492**	**2.600**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**316.195**	**1.288.576**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	(417.297)	1.285.976
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	415.839	(1.287.137)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(6)	(18)
Aumento (diminuição) em outros passivos	(107)	(1.187)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.571)**	**(2.368)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	307.062	360.417
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**307.062**	**360.417**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(195.481)	(358.151)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(195.481)**	**(358.151)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	10	(101)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	306	406
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	316	306
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	305.695	101.609

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Essa reserva só utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, deltidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Maria Helena Moraes Scripilliti – Presidente
Cícero Emirio de Moraes Scripilliti – Diretor
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti – Diretor
Regina Helena Scripilliti Velloso – Diretora
Maria Helena de Moraes Scripilliti Noschese – Diretora
Paulo Midena – Contador – CRC 1SP 171.463/O-9

SACYR CONSTRUCCION S.A.

CNPJ: 28.489.439/0001-49

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento à legislação brasileira, as Demonstrações Financeiras da SACYR CONSTRUCCION S.A., referentes ao Exercício Social encerrado em 2020, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) , foram registradas no 6 º Oficial de Registro de títulos e documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo – Registro nº 1.902.745 estando à disposição dos interessados. O texto integral do documento também pode ser obtido no website: www.sacyr.com. SACYR CONSTRUCCION S.A. inscrita no CNPJ nº 28.489.439/0001-49 e, filial brasileira SACYR CONSTRUCCION S.A do Brasil inscrita no CNPJ nº 30.808.507/0001-37.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Milhares de Euros)	31/12/2020 (euros)	31/12/2019 (euros)
ATIVO		
Ativo não circulante		
Imobilizado material	102.978	116.129
Direitos de uso	21.954	27.042
Outros ativos intangíveis	1.639	87
Projetos concessionais	417	526
Investimentos em empresas do grupo e associadas a longo prazo	11.328	8.899
Ativos financeiros a longo prazo	19.889	17.782
Ativos por imposto diferido	230.601	161.691
Devedores comerciais não circulantes	2.611.137	1.958.528
Total de ativo não circulante	**2.999.943**	**2.290.684**
Ativo circulante		
Estoque	144.535	154.986
Devedores comerciais e outras contas que cobrar	1.530.705	1.280.674
Contas que cobrar por ativos concessionais	557	447
Investimentos financeiros a curto prazo	31.014	131.291
Outros ativos a curto prazo	20.070	10.038
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	681.893	1.045.939
Total de ativo circulante	**2.408.774**	**2.623.375**
TOTAL ATIVO	**5.408.717**	**4.914.059**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO e PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Social	52.320	52.320
Reservas legais e estatutárias	330.156	371.810
Resultado do exercício	60.905	53.611
Diferenças de conversão	(48.415)	(29.114)
Acionistas minoritários	160.405	110.509
Ajustes Cambiais *	—	—
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**555.371**	**559.136**
PASSIVO		
Passivo não circulante		
Receitas diferidas	516	78
Provisões a longo prazo	17.002	2.207
Dívidas com entidades de credito	150.626	130.109
Fornecedores a longo prazo	2.563.756	1.646.760
Dívidas por contratos de arrendamento	15.592	13.193
Dívidas com empresas do grupo e associadas a longo prazo	17.280	3
Passivos por imposto diferido	170.793	125.227
Total de passivo não circulante	**2.935.565**	**1.917.578**
Passivo circulante		
Provisões a curto prazo	56.482	43.013
Dívidas com entidades de crédito	41.838	59.762
Dívidas com empresas do grupo e associadas a curto prazo	276.648	134.064
Credores comerciais e outras contas que pagar	1.542.173	2.199.548
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	640	966
Total de passivo circulante	**1.917.781**	**2.437.355**
TOTAL PASSIVO	**4.853.346**	**4.354.923**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.408.717**	**4.914.059**

(Montantes expressos em Reais)	31/12/2020 (reais)	31/12/2019 (reais)
ATIVO		
Ativo não circulante		
Imobilizado material	656.783	526.122
Direitos de uso	140.020	122.514
Outros ativos intangíveis	10.453	394
Projetos concessionais	2.660	2.383
Investimentos em empresas do grupo e associadas a longo prazo	72.249	40.317
Ativos financeiros a longo prazo	126.850	80.561
Ativos por imposto diferido	1.470.750	732.541
Devedores comerciais não circulantes	16.653.571	8.873.111
Total de ativo não circulante	**19.133.336**	**10.377.944**
Ativo circulante		
Estoque	921.830	702.164
Devedores comerciais e outras contas que cobrar	9.762.683	5.802.094
Contas que cobrar por ativos concessionais	3.552	2.025
Investimentos financeiros a curto prazo	197.804	594.814
Outros ativos a curto prazo	128.004	45.477
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	4.349.045	4.738.627
Total de ativo circulante	**15.362.920**	**11.885.209**
TOTAL ATIVO	**34.496.256**	**22.263.144**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO e PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Social	333.692	237.036
Reservas legais e estatutárias	2.105.702	1.684.485
Resultado do exercício	358.862	236.719
Diferenças de conversão	(308.786)	(131.901)
Acionistas minoritários	1.023.047	500.661
Ajustes Cambiais *	29.584	6.165
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**3.542.101**	**2.533.166**
PASSIVO		
Passivo não circulante		
Receitas diferidas	3.291	353
Provisões a longo prazo	108.437	9.999
Dívidas com entidades de credito	960.678	589.418
Fornecedores a longo prazo	16.351.379	7.460.646
Dívidas por contratos de arrendamento	99.444	59.771
Dívidas com empresas do grupo e associadas a longo prazo	110.210	14
Passivos por imposto diferido	1.089.301	567.341
Total de passivo não circulante	**18.722.740**	**8.687.542**
Passivo circulante		
Provisões a curto prazo	360.237	194.870
Dívidas com entidades de crédito	266.839	270.752
Dívidas com empresas do grupo e associadas a curto prazo	1.764.433	607.377
Credores comerciais e outras contas que pagar	9.836.825	9.965.052
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	4.082	4.380
Total de passivo circulante	**12.231.415**	**11.042.437**
TOTAL PASSIVO	**30.954.155**	**19.729.979**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**34.496.256**	**22.263.144**

*: Ajuste decorrente da aplicação de taxas de câmbio distintas na conversão das Demonstrações (Taxa câmbio média do período para as transações; Taxa câmbio fechamento do período para os saldos).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Milhares de Euros)	31/12/2020 (euros)	31/12/2019 (euros)
Operações contínuas		
Valor líquido do montante de negócios	2.295.731	1.872.311
Variação de estoque de produtos terminados e em curso de fabricação	(3.837)	(8.213)
Aprovisionamentos	(1.489.653)	(1.257.967)
Outras entradas de exploração	259.906	267.282
Despesas com pessoal	(337.918)	(273.205)
Resultado de associadas	1.346	673
Amortização do imobilizado	(72.090)	(63.296)
Imputação de subvenções de imobilizado não financeiro e outras	7	17
Deterioração e resultado por alienações do imobilizado	14.268	2.656
Variação de provisões de exploração	(11.827)	4.964
Variação de provisões de imobilizado	(1.416)	(5.892)
Outros gastos de exploração	(413.922)	(347.823)
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	**240.625**	**191.509**
Entradas financeiras	9.124	28.668
Despesas financeiras	(92.112)	(85.943)
Diferenças de câmbio	(3.888)	(57)
Variação de provisões financeiras	264	(16)
RESULTADOS FINANCEIROS	**(86.612)**	**(57.348)**
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	**154.013**	**134.161**
Impostos sobre sociedades	(41.698)	(42.118)
RESULTADOS DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTÍNUAS	**112.315**	**92.043**
Minoritários		
Interesses minoritários	(51.410)	(38.432)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**60.905**	**53.611**

(Montantes expressos em Milhares de Reais)	31/12/2020 (reais)	31/12/2019 (reais)
Operações contínuas		
Valor líquido do montante de negócios	13.526.812	8.267.189
Variação de estoque de produtos terminados e em curso de fabricação	(22.608)	(36.280)
Aprovisionamentos	(8.777.273)	(5.554.553)
Outras entradas de exploração	1.531.408	1.180.184
Despesas com pessoal	(1.991.067)	(1.206.337)
Resultado de associadas	7.931	2.972
Amortização do imobilizado	(424.589)	(279.479)
Imputação de subvenções de imobilizado não financeiro e outras	41	75
Deterioração e resultado por alienações do imobilizado	84.069	11.728
Variação de provisões de exploração	(69.687)	21.919
Variação de provisões de imobilizado	(8.343)	(26.016)
Outros gastos de exploração	(2.438.894)	(1.535.812)
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	**1.417.801**	**845.608**
Entradas financeiras	53.760	126.584
Despesas financeiras	(542.739)	(379.481)
Diferenças de câmbio	(22.909)	(252)
Deterioração e resultado por alienações de instrumentos financeiros	1.556	(71)
RESULTADOS FINANCEIROS	**(510.332)**	**(253.220)**
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	**907.469**	**592.388**
Impostos sobre sociedades	(245.691)	(185.972)
RESULTADOS DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTÍNUAS	**661.778**	**406.416**
Minoritários		
Interesses minoritários	(302.916)	(169.696)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**358.862**	**236.719**

Ricardo Cassanha - Representante Legal - CPF: 267.908.218-48 * **Aline Martins de Lima - Contador - CRC 1SP264365/O-0 - CPF: 290.174.648-95**

Prévia da inflação pelo IPCA-15 cai para 0,6% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), a prévia da inflação oficial, ficou em 0,6% em abril, 0,33 ponto percentual abaixo do índice de março: 0,93%. A informação foi divulgada na terça-feira (27), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 2,82% e, em 12 meses, de 6,17%, acima dos 5,52% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em abril de 2020, a taxa foi de -0,01%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete apresentaram alta em abril. O maior impacto (0,36 ponto percentual) e a maior variação (1,76%) vieram dos transportes, que desaceleraram em relação a março (3,79%). A segunda maior contribuição (0,08 ponto percentual) veio de alimentação e bebidas (0,36%) e, na sequência, vieram habitação (0,45%) e saúde e cuidados pessoais (0,44%), com impactos de 0,07 ponto percentual e 0,06 ponto percentual, respectivamente.

"A gasolina (5,49%) permanece como o produto com o principal impacto no índice (0,30 ponto percentual), ainda que com uma variação menor do que o mês anterior (11,18%). óleo diesel (2,54%) e o etanol (1,46%) tiveram altas, mas também inferiores às de março -10,66% e 16,38%, respectivamente", informou o IBGE.

A alimentação no domicílio passou de queda de 0,03% em março para 0,19% em abril. O café da manhã ficou mais caro com a alta do pão francês (1,73%) e do leite longa vida (1,75%), cujos preços haviam recuado no mês anterior (-0,11% e -4,50%, respectivamente). As carnes continuam em alta (0,61%), embora com variação menor do que a de março (1,72%).

Segundo o IBGE, no grupo de saúde e cuidados pessoais, o reajuste, em 1º de abril, de até 10,08%, dependendo da classe terapêutica, acabou impactando o preço dos produtos farmacêuticos, que subiram 0,53%, após terem apresentado queda de 0,29% em março.

Todas as regiões pesquisadas apresentaram variação positiva em abril. O maior resultado foi observado em Brasília (0,98%), especialmente em função da alta no preço da gasolina (8,37%). A menor variação foi verificada na região metropolitana de Belém (0,39%), influenciada pela queda no preço do arroz (-5,25%).

Os preços do IPCA-15 foram coletados no período de 16 de março a 13 de abril de 2021 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 12 de fevereiro a 15 de março de 2021 (base).

O IPCA-15 abrange as famílias com rendimentos de um a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, residentes em 11 áreas urbanas: regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. (Agencia Brasil)

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A. - IBH II

CNPJ/ME nº 30.799.177/0001-60

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	369	1
Total do ativo circulante		369	1
Não Circulante			
Impostos a recuperar		74	–
Investimento	4	1.486.535	–
Total do ativo não circulante		1.486.609	–
Total do Ativo		1.486.978	1

	Nota	2020	2019
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Debêntures	6	347.631	–
Impostos a recolher		28	–
Dividendos a pagar	8	3.060	–
Total do passivo circulante		350.719	–
Não Circulante			
Contas a pagar	7	107.728	–
Tributos diferidos	10	46.739	
Total do passivo não circulante		154.467	–
Patrimônio Líquido	8		
Capital social integralizado		662.701	1
Reserva legal		16.108	–
Reserva de retenção de lucros		302.983	–
Total do patrimônio líquido		981.792	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.486.978	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social Subscrito	Capital Social A integralizar	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Subscrição de capital em 27 de junho 2018		630.001	(630.000)	1	–	–	–	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		630.001	(630.000)	1	–	–	–	1
Aumento de capital	8	1.003.000	(340.300)	662.700	–	–	–	662.700
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	322.151	322.151
Destinação do lucro líquido:	8							
Reserva legal		–	–	–	16.108	–	(16.108)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(3.060)	(3.060)
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	302.983	(302.983)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		1.633.001	(970.300)	662.701	16.108	302.983	–	981.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota	2020	2019
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com consultorias		(113)	–
Ganho na aquisição de investimentos	4	137.467	–
Resultado de equivalência patrimonial	4	236.128	–
Resultado operacional líquido		373.482	–
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	9	331	–
Despesas financeiras	9	(4.923)	–
Lucro do Exercício Antes do Imposto		368.890	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(46.739)	–
Lucro Líquido do Exercício		322.151	–
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R$)	11	0,197	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos impostos e contribuição social	368.890	–
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(236.128)	–
Ganho na aquisição de investimento	(137.467)	–
Variações monetárias e encargos, líquidos	4.781	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(74)	–
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Impostos a recolher	28	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de investimento em controlada	(620.898)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(386.200)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.007.098)	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de capital	662.700	1
Captação de debêntures, líquido do custo de captação	344.736	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.007.436	1
Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	368	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	369	1
Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	368	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	322.151	–
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	322.151	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Diretoria

Gilson de Oliveira Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Gilson Giungi Valim - CRC SP-277019/O-9

Dólar fecha em leve alta com expectativas sobre reunião do Fed

Num dia de mercado internacional retraído, o dólar fechou com leve alta depois de operar em baixa durante quase toda a sessão. A bolsa de valores registrou a primeira queda depois de duas altas e voltou a ficar abaixo dos 120 mil pontos.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (27) vendido a R$ 5,461, com alta de R$ 0,013 (+0,27%). A cotação chegou a cair para R$ 5,41 na mínima do dia, por volta das 14h15, mas voltou a subir perto do fim das negociações.

O mercado de ações teve um dia de pessimismo. O índice Ibovespa, da B3, fechou esta terça aos 119.388 pontos, com queda de 1%. O indicador chegou a registrar leve alta durante a manhã, mas consolidou a tendência de baixa ao longo da tarde.

As negociações foram afetadas pelas expectativas em torno da reunião do Federal Reserve (Fed), Banco Central norte-americano, que começou na terça-feira e termina nesta quarta-feira (28). Depois de dias de alívio no mercado internacional, voltaram os temores de que a autoridade monetária dos Estados Unidos aumente os juros antes do previsto por causa da recuperação da maior economia do planeta num cenário de vacinação em massa.

Com as expectativas, os juros dos títulos de dez anos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do mundo, voltaram a subir. Taxas mais altas em países desenvolvidos estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil, pressionando o dólar e a bolsa. Na terça-feira, a moeda norte-americana subiu contra as principais divisas de mercados emergentes. (Agencia Brasil)

Confiança da construção cai e atinge menor nível desde julho de 2020

O Índice de Confiança da Construção (ICST), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), caiu 3,8 pontos de março para abril e atingiu 85 pontos. Foi a quarta queda consecutiva do indicador, que atingiu o menor nível desde julho de 2020 e retornou ao patamar pré-pandemia de covid-19.

O Índice de Situação Atual, que mede a confiança dos empresários da construção no presente, recuou 3,5 pontos e chegou a 84,3 pontos. O Índice de Expectativas, que mede a percepção dos empresários sobre o futuro, cedeu 4 pontos, indo para 86 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada da construção subiu 5,3 pontos percentuais indo para 77,1%.

A pesquisadora da FGV Ana Maria Castelo disse que o cenário do setor vem piorando desde outubro, refletindo a preocupação com a escassez e, principalmente, elevação dos custos. "O problema persiste e não dá indicações de trégua, atingindo contratos em andamento e dificultando a precificação dos produtos. O elemento novo em abril foi o aumento expressivo das assinalações no quesito demanda insuficiente como limitador à melhoria dos negócios das empresas, provavelmente decorrente do fechamento dos estandes de vendas em algumas cidades. Ou seja, a combinação preços de insumos mais elevados e o agravamento da pandemia trouxeram novamente momentos difíceis para as empresas", disse Ana Maria Castelo. (Agencia Brasil)

SACYR CONSTRUCCION S.A.

CNPJ: 28.489.439/0001-49

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento à legislação brasileira, as Demonstrações Financeiras da SACYR CONSTRUCCÍON S.A., referentes ao Exercício Social encerrado em 2020, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) , foram registradas no 6 ° Oficial de Registro de títulos e documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo – Registro nº 1.902.746 estando à disposição dos interessados. O texto integral do documento também pode ser obtido no website: www.sacyr.com. SACYR CONSTRUCCÍON S.A. inscrita no CNPJ nº.28.489.439/0001-49 e, filial brasileira SACYR CONSTRUCCÍON S.A. do Brasil inscrita no CNPJ nº.30.808.507/0001-37.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros / em Reais)	31/12/2020 (euros)	31/12/2019 (euros)	31/12/2020 (reais)	31/12/2019 (reais)
ATIVO				
Ativo não circulante				
Imobilizado intangível	437.880	529.949	2.792.752	2.400.933
Imobilizado material	33.877.766	15.864.254	216.069.005	71.873.002
Investimentos em empresas do grupo e associadas a longo prazo	339.809.063	286.791.502	2.167.268.225	1.299.308.899
Investimentos financeiros a longo prazo	4.970.069	5.247.540	31.698.604	23.773.979
Ativos por imposto diferido	71.175.226	68.470.447	453.948.475	310.205.362
Devedores comerciais não circulantes	16.927.034	17.484.216	107.958.932	79.212.240
Total de ativo não circulante	**467.197.039**	**394.387.908**	**2.979.735.994**	**1.786.774.415**
Ativo circulante				
Estoque	29.418.923	19.371.285	187.630.949	87.761.608
Devedores comerciais e outras contas que cobrar	660.775.956	655.634.695	4.214.362.971	2.970.352.987
Investimentos em empresas do grupo e associadas a curto prazo	48.497.977	123.208.990	309.315.247	558.198.331
Investimentos financeiros a curto prazo	10.185.381	1.165.881	64.961.344	5.282.026
Periodizações a curto prazo	7.671.604	4.430.577	48.928.722	20.072.729
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	84.800.706	58.717.543	540.850.423	266.019.827
Total de ativo circulante	**841.350.547**	**862.528.972**	**5.366.049.656**	**3.907.687.508**
TOTAL ATIVO	**1.308.547.586**	**1.256.916.880**	**8.345.785.650**	**5.694.461.923**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO e PASSIVO				
FUNDOS PRÓPRIOS				
Capital Social	52.320.000	52.320.000	333.691.728	237.035.760
Reservas legais e estatutárias	10.464.000	10.464.000	66.738.346	47.407.152
Outras reservas	73.023.471	221.583.124	465.736.396	1.003.882.343
Subvenções, doações e legados recebidos	72.629	77.603	463.219	351.582
Ajustes por conversão de valor	(4.249.994)	-	(27.106.039)	-
Resultado de exercícios anteriores	(2.745.893)	-	(17.513.034)	-
Outras participações de sócios	83.959.000	-	535.482.106	-
Resultado do exercício	92.798.795	(2.729.674)	546.785.268	(12.052.874)
Ajustes Cambiais *	-	-	45.076.168	(313.912)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**305.642.007**	**281.715.054**	**1.949.354.158**	**1.276.310.051**
PASSIVO				
Passivo não circulante				
Provisões a longo prazo	1.126.189	954.199	7.182.718	4.322.997
Dívidas a longo prazo	75.046.866	67.100.479	478.641.407	303.998.721
Dívidas com empresas do grupo e associadas a longo prazo	2.867	2.867	18.283	12.987
Passivos por imposto diferido	7.266.708	19.748.530	46.346.339	89.470.713
Total de passivo não circulante	**83.442.629**	**87.806.074**	**532.188.746**	**397.805.418**
Passivo circulante				
Provisões a curto prazo	28.971.153	24.937.518	184.775.119	112.979.426
Dívidas a curto prazo	31.776.345	51.675.165	202.666.353	234.114.335
Dividas com empresas do grupo e associadas a curto prazo	151.279.084	365.363.752	964.842.869	1.655.280.478
Credores comerciais e outras contas que pagar	706.814.590	444.595.455	4.507.992.773	2.014.239.710
Periodizações a curto prazo	621.777	823.862	3.965.631	3.732.505
Total de passivo circulante	**919.462.949**	**887.395.752**	**5.864.242.745**	**4.020.346.454**
TOTAL PASSIVO	**1.002.905.579**	**975.201.826**	**6.396.431.492**	**4.418.151.872**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.308.547.586**	**1.256.916.880**	**8.345.785.650**	**5.694.461.923**

*: Ajuste decorrente da aplicação de taxas de câmbio distintas na conversão das Demonstrações (Taxa câmbio média do período para as transações; Taxa câmbio fechamento do período para os saldos).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros / em Reais)	31/12/2020 (euros)	31/12/2019 (euros)	31/12/2020 (reais)	31/12/2019 (reais)
Operações contínuas				
Valor líquido do montante de negócios	838.740.465	450.876.697	4.941.992.287	1.990.846.055
Variação de estoque de produtos terminados e em curso de fabricação	(1.992.148)	(2.511.380)	(11.738.055)	(11.088.998)
Aprovisionamentos	(656.594.528)	(386.087.601)	(3.868.759.439)	(1.704.769.803)
Outras entradas de exploração	45.402.996	59.990.058	267.521.676	264.886.099
Despesas com pessoal	(102.122.874)	(54.252.744)	(601.724.225)	(239.552.991)
Outras despesas de exploração	(110.097.980)	(81.240.267)	(648.714.819)	(358.716.398)
Amortização do imobilizado	(6.560.950)	(1.200.868)	(38.658.164)	(5.302.431)
Imputação de subvenções de imobilizado não financeiro e outras	6.633	17.245	39.081	76.146
Outras provisões	790.842	-	4.659.768	-
Deterioração e resultado por alienações do imobilizado	(1.504.644)	123.499	(8.865.605)	545.310
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	**6.067.811**	**(14.285.361)**	**35.752.506**	**(63.077.010)**
Entradas financeiras	108.794.475	24.966.594	641.034.359	110.239.997
Despesas financeiras	(11.108.152)	(17.019.693)	(65.450.997)	(75.150.456)
Diferenças de câmbio	363.719	1.340.252	2.143.089	5.917.883
Deterioração e resultado por alienações de instrumentos financeiros	(3.810.256)	(1.392.334)	(22.450.633)	(6.147.850)
RESULTADOS FINANCEIROS	**94.239.787**	**7.894.819**	**555.275.818**	**34.859.574**
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	**100.307.597**	**(6.390.541)**	**591.028.324**	**(28.217.435)**
Impostos sobre benefícios	(7.508.802)	3.660.868	(44.243.056)	16.164.562
RESULTADOS DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTÍNUAS	**92.798.795**	**(2.729.674)**	**546.785.268**	**(12.052.874)**
Operações interrompidas				
Resultado do exercício procedente de operações interrompidas líquido de impostos	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**92.798.795**	**(2.729.674)**	**546.785.268**	**(12.052.874)**

Ricardo Cassanha - Representante Legal - CPF: 267.908.218-48 • **Aline Martins de Lima - Contador - CRC 1SP264365/O-0 - CPF: 290.174.648-95**

Análises da Fiocruz confirmam que variante brasileira do coronavírus ainda predomina no Paraná

A Secretaria de Estado da Saúde recebeu da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) o resultado do sequenciamento genômico de mais 23 amostras do coronavírus. As análises são realizadas com o objetivo de monitorar, reconhecer e definir os grupos genéticos virais que estão circulando nas regiões. Das 23, 19 tiveram resultado genômico para a variante P.1 (brasileira).

Até o momento, foram 322 amostras sequenciadas. Para as variantes de atenção, 99 apresentam resultado para P.1 (brasileira), considerada dominante no Estado, e cinco foram da B.1.1.7 (Reino Unido). Também foram dois casos confirmados de reinfecção, um já divulgado das linhagens B.1.1.28 e P.2, e um novo que teve uma amostra identificada com a linhagem B.1.1.28 e a segunda amostra da variante P.1.

"A análise nacional é acompanhada pelas equipes do Laboratório Central do Estado e da Vigilância Epidemiológica da Sesa, e repassadas para as 22 Regionais de Saúde, que também fazem investigações em suas áreas de abrangência", explicou o secretário de Estado da Saúde Beto Preto.

O estudo divulgado no final de março apontava 46,2% de amostras da linhagem P.1 em 80 coletadas. A primeira análise dessa série, do começo do mês passado, apontava 70,4% de amostras com grande carga viral relacionadas à variante P.1. (AENPR)

HELIX BRASIL S/A - CNPJ - 04.831.572/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da HELIX BRASIL S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O Patrimônio Líquido e o Capital Social da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 29.856 mil e R$ 2.607mil, equivalente a US$ 5.244 mil e US$ 502 mil, respectivamente. Agradecemos a confiança e o apoio dos acionistas, a dedicação e o empenho de todos os colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores da empresa que, direta ou indiretamente, contribuíram para a gestão neste exercício. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos (nota "3.a")	4	4
Aplicações Financeiras (nota "3.b")	378	12
Créditos com Clientes (notas "3.c")	7.337	7.402
Outros Créditos Circulantes (nota "3.j")	3	2
	7.722	**7.420**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Créditos com Clientes (notas "3.c")	26.538	26.538
Depósitos Judiciais	0	490
Imobilizado (notas "3.e"e "4")1	1	1
Intangível (notas "3.e" e "5")	570	570
	27.109	**27.599**
TOTAL DO ATIVO	**34.831**	**35.019**

PASSIVO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores (nota "3.f")	13	17
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (nota "3.g")	1	1
Obrigações Tributárias Correntes (nota "3.h")	4.961	5.026
	4.975	**5.044**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (nota "8.a")	2.607	2.607
Reservas de Lucros (nota "8.b")	27.249	27.368
	29.856	**29.975**
TOTAL DO PASSIVO	**34.831**	**35.018**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 - *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Liquido
Em 31 de dezembro de 2018	**2.607**	**971**	**26.510**	**-**	**30.088**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(113)	(113)
Destinação de Lucros para a Reserva	-	-	(113)	113	-
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**2.607**	**971**	**26.397**	**-**	**29.975**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(119)	(119)
Destinação de Lucros para a Reserva	-	-	(119)	119	-
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**2.607**	**971**	**26.278**	**-**	**29.856**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em Milhares de Reais)*

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS. PRODUTOS E MERCADORIAS	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(119)	(113)
Comerciais	-	-
	(119)	**(113)**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(119)**	**(113)**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS PARTICIPAÇÕES	**(119)**	**(113)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(119)**	**(113)**
NÚMERO DE AÇÕES	**2.607**	**2.607**
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM R$ 1.00)	**(0,05)**	**(0,04)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCICIOS ENCERRADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em Milhares de Reais)*

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	**(119)**	**(113)**
Despesas, Custos e Receitas que não Afetam os Fluxos de Caixa	-	-
Depreciações e Amortizações do Ativo Imobilizado e do Intangível	0	0
	(119)	**(113)**
Mutações nas Contas do Ativo		
Créditos com Clientes	65	294
Créditos Tributários	-	27
Estoques	-	-
Outros Créditos	(1)	(1)
Depósitos Judiciais	490	(178)
	553	**142**
Mutações nas Contas do Passivo		
Fornecedores	(4)	(45)
Obrigações Tributárias	(65)	(33)
	(69)	**(78)**
Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**366**	**(49)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	-
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**-**	**-**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM DISPONIBILIDADES	**366**	**(49)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**16**	**65**
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	**382**	**16**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - *(Valores Expressos em Milhares de Reais)*

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A HELIX BRASIL S/A. iniciou suas atividades em 07/11/2001, tendo por objetivo principal a exploração da atividade de fabricação e comercialização de máquinas industriais, aparelhos elétricos e eletrônicos em geral, equipamentos e softwares para gerenciamento de trânsito e afins, a locação de bens móveis, especialmente máquinas e equipamentos, e a administração e gestão de participações societárias, no Brasil e no exterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis:As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

b. Declaração de Concordância: Os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis.

c. Moeda Funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma.

d. Base de Mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas.

e. Uso de Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Companhia e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Bancos: Registrados a valores nominais representam os saldos em dinheiro mantidos em caixa e os depósitos em contas correntes bancárias.

b. Aplicações Financeiras: As aplicações correspondem a Fundos de Investimento, possuem liquidez imediata e estão registradas pelos custos, acrescidos dos rendimentos transcorridos até o final do exercício.

c. Créditos com Clientes: Representam os direitos ainda não recebidos decorrentes de serviços prestados. A análise de risco sobre a carteira existente não indicou a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os créditos com previsão de recebimento acima de 365 dias, foram registrados no Ativo não Circulante. Os adiantamentos recebidos estão registrados no Passivo Circulante, também a valores nominais.

d. Estoques: Em meados de 2012 a Companhia optou por descontinuar o processo de produção de equipamentos para locação e realizou a venda dos bens mantidos em estoque, passando assim, a apenas prestar serviços de locação dos equipamentos já existentes. Não há saldo de estoque em 31/12/2020.

e. Imobilizado e Ativo Intangível: Os bens e direitos integrantes do Imobilizado e Ativo Intangível, apresentados respectivamente nas notas explicativas "4" e "5", são registrados aos custos de aquisição, ajustados por depreciações e amortizações calculadas sobre os custos, pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens e direitos.

f. Fornecedores: Registrados no Passivo Circulante referem-se às obrigações até as datas dos balanços, pelo regime de competência, registradas a valores nominais. Os adiantamentos concedidos estão registrados em Outros Créditos Circulantes, também a valores nominais.

g. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: Incluem a Provisão para Férias e Encargos Sociais, constituídas em função dos direitos adquiridos até as datas dos balanços.

h. Obrigações Tributárias: Correspondem substancialmente a tributos federais devidos e apurados segundo o regime de competência. Foram constituídas com base nos valores tributáveis, considerando as alíquotas previstas na legislação em vigor. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos às revisões e aprovações pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. A administração da Companhia é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

i. Financiamentos Bancários: Não há saldo de Financiamentos Bancários em 31/12/2020.

j. Demais Ativos e Passivos: São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até as datas dos balanços.

k. Resultados dos Exercícios: Foram apurados segundo o regime de competência.

4.IMOBILIZADO

Composição	Depreciação anual	Custo	Depreciação	2020 Total	2019 Total
Benfeitorias	4%	4	(3)	1	1
Veículos	20%	11	(11)	-	-
Maquinas e equipamentos	10%	26.518	(26.518)	-	-
Computadores e Periféricos	20%	6	(6)	-	-
Ferramentas e Acessórios	10%	23	(23)	-	-
		26.562	**(26.562)**	**1**	**1**

5.INTANGÍVEL

Composição	Amortização anual	Custo	Armortização	2020 Total	2019 Total
Softwares	20%	148	(148)	-	-
Marcas e Patentes	0%	570	-	570	570
		718	**(148)**	**570**	**570**

6.CONTINGÊNCIAS

A Companhia não possui contingências consideradas pelos seus consultores jurídicos com risco de perda provável, que justifiquem a constituição de provisões contábeis, ou com risco de perda possível. Contudo, há processos administrativos considerados com risco de perda remota pelos consultores jurídicos da Companhia, dada a natureza dos temas e do estágio inicial em que se encontram. A Administração, amparada no entendimento de seus consultores jurídicos, julga que não há necessidade da constituição de provisões, uma vez que considera serem amplas as possibilidades de defesa e por consequência êxito em impugnar os referidos processos.

7.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a.Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 2.607 mil, representado por 2.606.900 ações Ordinárias Nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

b.Reserva Legal e Dividendos

A Reserva legal não foi constituída conforme disposto no estatuto social, "a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante dereservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, exceder de 20% (vinte por cento) do capital social".

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2020	2019
Prejuizo Liquido do Exercicio	(119)	(113)
Reserva de Lucros	26.397	26.510
Lucro Base	26.278	26.397
Dividendos	-	-
Dividendos (%)	0%	0%

8.SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e de responsabilidade civil.

9.REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - I*MPAIRMENT*

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de I*mpairment* são os bens do Ativo Imobilizado e Estoques. Foram consideradas as análises do menor nível de unidade geradora de caixa e o valor de uso ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo imobilizado até o final da sua vida útil.Com base nos estudos realizados, não foram detectados atualmente riscos de *impairment*.

10.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INICIANDO PELA RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC PME, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Tributação Sobre a Receita Bruta	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-

DIRETORIA

Eduardo Augusto Purin Schause
Sócio

Jonas de Oliveira Dionisio
Contador CRC/RJ 110739/O-1 T-PR
CPF 009.488.829-99

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1021006-42.2020.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc.Faz saber a Flloch Comércio Importação e Exportação de Roupas Eireli - EPP CNPJ 17.449.800/0001-97, que Têxtil Canatiba Ltda. ajuizou ação de execução, para cobrança de R$342.041,51 (mar/20), referente às duplicatas anexadas aos autos. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [27,28]

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 28ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 9hs30min de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma **https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para spestruturacao@simplificpavarini.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 5ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 14hs **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@planner.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 14hs30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@planner.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 10ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 9h30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 10hs **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 10h30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO ? PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1003283-84.2018.8.26.0001** (U-634)A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a ANTONIO REBELO, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Fernando Alves Costa e Maria das Dores Alves ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Coronel Lopes Branco nº 511, Jardim Brasil, Tucuruvi, São Paulo, SP., com área de 205,00ms2., contribuinte nº 066.264.0172-6,, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [27,28]

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 19ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 11hs **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 26ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 11h30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiaagro.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 17ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 10hs de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma **https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para spestruturacao@simplificpavarini.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 10h30min de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma **https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para spestruturacao@simplificpavarini.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 22ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 11hs de **forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625**, para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para spestruturacao@simplificpavarini.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 23ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 11h30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para spestruturacao@simplificpavarini.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia **19 de maio de 2021, às 14hs de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, para deliberar sobre a aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para fiduciario@trusteedtvm.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 27 de abril de 2021. Gaia Agro Securitizadora S.A.

29 e 30/04

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 10ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") das 1ª e 2ª Séries da 10ª Emissão da Emissora ("Emissão"), convoca os Srs. Titulares dos CRA da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, **em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 15hs, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos do artigo 22, item "I" da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018 ("ICVM 600"). Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocações, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática, nos termos do artigo 26, §3º da ICVM 600. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão da Emissora ("Emissora"), convoca os Srs. Titulares dos CRA da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 15hs30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos do artigo 22, item "I" da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018 ("ICVM 600"). Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocações, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática, nos termos do artigo 26, §3º da ICVM 600. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 15ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") das 1ª Série da 15ª Emissão da Emissora ("Emissão"), convoca os Srs. Titulares dos CRA da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, **em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 16h00min, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos do artigo 22, item "I" da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018 ("ICVM 600"). Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocações, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática, nos termos do artigo 26, §3º da ICVM 600. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 28ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") das 1ª e 2ª e 3ª Séries da 28ª Emissão da Emissora ("Emissão"), convoca os Srs. Titulares dos CRA da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, **em primeira convocação, no dia 18 de maio de 2021, às 16h30min, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovação das demonstrações contábeis do patrimônio separado da Emissão, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos do artigo 22, item "I" da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018 ("ICVM 600"). Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocações, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática, nos termos do artigo 26, §3º da ICVM 600. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 12hs **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, para deliberar sobre: **(i)** a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Gaia Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 25ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia 19 de maio de 2021, às 12hs30min **de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre: (i) a aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para deliberação em 1ª e 2ª convocação, a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://gaiasec.com.br/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 26 de abril de 2021. Gaia Securitizadora S.A.

Soebe Construção e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 43.677.822/0001-14

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em reais - R$)*

Balanços Patrimoniais	Nota	2020	2019
Ativo/Circulante		**159.732.961**	**146.469.256**
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.871.375	7.500.422
Contas a receber de clientes	5 e 10	113.335.877	125.765.425
Estoques	6	46.906	51.583
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.932.192	2.056.155
Participação em consórcio	8	1.933.019	3.348.136
Outras contas a receber	9 e 10	10.613.592	7.747.535
Não Circulante		**77.200.219**	**63.150.395**
Realizável a longo prazo		**48.640.779**	**48.940.222**
Contas a receber de clientes	5 e 10	42.450.687	42.450.687
Partes relacionadas	10	5.999.198	5.999.198
Depósito judicial	11	190.894	417.049
Consórcios	12	-	73.288
Investimentos	13	**5.903.201**	**4.996.676**
Imobilizado	14	**22.328.727**	**8.887.259**
Intangível	15	**327.512**	**326.238**
Total do Ativo		**236.933.180**	**209.619.651**

Balanços Patrimoniais	Nota	2020	2019
Passivo/Circulante		**43.374.500**	**44.525.777**
Fornecedores	16 e 10	7.670.612	8.649.588
Empréstimos e financiamentos	17	9.222.429	7.402.740
Obrigações trabalhistas	18	2.513.239	1.527.980
Obrigações tributárias	19	16.485.722	15.804.158
Partes relacionadas	10	3.740.759	4.451.598
Outras contas a pagar	20	3.741.739	6.689.713
Não Circulante		**52.242.965**	**38.550.726**
Empréstimos e financiamentos	17	32.058.120	32.166.446
Obrigações tributárias	19	20.184.845	6.384.280
Patrimônio Líquido		**141.315.715**	**126.543.148**
Capital social	22.a	10.500.000	10.500.000
Reservas de lucros	22.b	130.815.715	116.043.148
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**236.933.180**	**209.619.651**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	**17.697.030**	**8.562.311**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**17.697.030**	**8.562.311**

Demonstrações do Resultado	Nota	2020	2019
Receita Líquida	23	**211.546.098**	**149.454.010**
Custos das Vendas	24	(175.875.835)	(130.574.415)
Resultado Bruto		**35.670.263**	**18.879.595**
Receitas (Despesas) Operacionais		**(11.505.960)**	**(8.223.253)**
Despesas com vendas	24	(2.253.146)	(1.137.935)
Despesas gerais e administrativas	24	(1.992.103)	(1.402.545)
Despesas tributárias	24	(33.940)	(33.467)
Despesas com o pessoal	24	(7.136.473)	(5.257.060)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(90.298)	(392.246)
Resultado de equivalência patrimonial	13	**906.525**	**3.142.856**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**25.070.828**	**13.799.198**
Resultado Financeiro		**(4.999.139)**	**(5.236.887)**
Receitas financeiras	26	94.790	303.062
Despesas financeiras	27	(5.093.929)	(5.539.949)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		**20.071.689**	**8.562.311**
IR e CS		**(2.374.659)**	**-**
Corrente	28	(2.374.659)	-
Resultado Líquido do Exercício		**17.697.030**	**8.562.311**
- Por ação do capital social final		**1,68543**	**0,81546**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Contas	Capital Social	Reservas de Lucros - Reserva legal	Reservas de Lucros - Reserva estatutária	Resultados Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2019	**10.500.000**	**5.563.542**	**-**	**105.087.927**	**121.151.469**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8.562.311	8.562.311
Ditribuição de lucros	-	-	-	(3.170.632)	(3.170.632)
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	-	-	5.391.679	(5.391.679)	-
Transferência lucros dos exercícios anteriores à disposição da Assembleia	-	-	105.087.927	(105.087.927)	-
Saldos em 31/12/2019	**10.500.000**	**5.563.542**	**110.479.606**	**-**	**126.543.148**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	17.697.030	17.697.030
Ditribuição de lucros	-	-	-	(2.924.463)	(2.924.463)
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	-	-	14.772.567	(14.772.567)	-
Saldos em 31/12/2020	**10.500.000**	**5.563.542**	**125.252.173**	**-**	**141.315.715**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2020	2019
1. Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	**17.697.030**	**8.562.311**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais - despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	1.410.395	1.257.773
Baixa do imobilizado	6.590	169.131
Resultado da equivalência patrimonial	(906.525)	(3.142.856)
Variação nas contas de ativos e passivos: Contas a receber de clientes	12.429.548	(12.595.686)
Estoques	4.677	1.632.788
Impostos e contribuições a recuperar	123.963	20.236
Participação em consórcio	1.415.117	4.591.400
Outras contas a receber	(2.866.057)	18.543.144
Depósito judicial	226.155	(77.876)
Consórcios	73.288	(1.319)
Fornecedores	(978.976)	(6.723.536)
Obrigações trabalhistas	985.259	(3.505.645)
Obrigações tributárias	14.482.129	12.153.144
Outras contas a pagar	(2.947.974)	(5.022.522)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**41.154.619**	**15.860.487**
2. Atividades de Investimento: Aquisição de imobilizado	(14.858.198)	(30.963)
Aquisição de intangível	(1.529)	(326.238)
Partes relacionadas	-	375.000
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(14.859.727)**	**17.799**
3. Atividades de Financiamentos: Empréstimos e financiamentos, líquidos	1.711.363	(4.843.950)
Partes relacionadas	(710.839)	(407.621)
Distribuição de lucros	(2.924.463)	(3.170.632)
Caixa Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(1.923.939)**	**(8.422.203)**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**24.370.953**	**7.456.083**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	7.500.422	44.339
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	31.871.375	7.500.422

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31/12/2020

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a **SOEBE Construção e Pavimentação S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção, inclusive produtos asfálticos e betuminosos, engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamentos e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros, serviços comuns de engenharia civil, limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral, pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando inclusive de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares de economia mista, pública, autarquias ou governamentais, coleta de lixo e limpeza pública, transbordo de materiais de qualquer natureza, locação e sublocação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores, transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros, reciclagem de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos, manutenção e montagens industriais, implantação de gasoduto, e demais dutos, levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico, por imagem de satélite, atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleodutos, manutenção em geral; serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado, a execução, por empreitada ou sub-empreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a participação em consórcios ou sociedade por conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com os normativos de orientação contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração aprovou as presentes demonstrações contábeis para divulgação em 19/04/2021. **2.1** Estimativas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do IR e CS diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2020 e 2019. **a)** Normas novas, revisadas e interpretações emitidas: Foram aprovadas e emitidas novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 01/01/2020. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2020. A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: No diagnóstico da adoção dessa norma, a Administração da Companhia efetuou a análise dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Esta análise não identificou impactos nos contratos de arrendamento da Companhia que merecesse ajuste ou reclassificação. Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores, equipamentos de informática em geral e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21/12/2018 e tem vigência a partir de 01/01/2019. A administração não adotou integralmente referida norma, deixando de registrar os impostos diferidos. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis, e são as seguintes normas alteradas e interpretações que não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. - Instrumentos financeiros - evidenciação CPC 40(R1). - Instrumentos financeiros CPC 48. - Contratos de seguros CPC 11. **b)** Classificação entre Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c)** Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d)** Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 23. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f)** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. Com base na análise de cada conta a receber de clientes, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **g)** Estoques: São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado, líquidos dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. **h)** Impostos e contribuições a recuperar: Referem-se a valores de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, os quais a Companhia já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos de mesma natureza, de acordo com o que preceitua a respectiva legislação vigente. **i)** Partes relacionadas: São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são baseadas em preços, prazos e premissas, em termos acordados entre as partes. **j)** Participação em consórcio: De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescendo saldos de movimentação de aportes e valores recebidos (conta-corrente). **k)** Outras contas a receber: O saldo desta rubrica está composto por valores relativos à adiantamento a fornecedores referindo-se a desembolsos efetivos pagos a fornecedores. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, crédito proveniente da recuperação de custo referente ação judicial em curso, partes relacionadas e demais créditos. **l)** Depósito Judicial: Estão representados por valores depositados ou bloqueios por ordem judicial para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e bloqueadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m)** Investimentos: Os investimentos em controladas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n)** Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 14. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **o)** Intangível: Refere-se ao direito de uso de softwares, apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada do bem intangível, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada do bem é revisada anualmente. A taxa de amortização do ativo está demonstrada na nota explicativa nº 15. Um item do intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p)** Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): O Pronunciamento Técnico CPC nº 01 (R1) requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos. **q)** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **r)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **s)** Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **t)** IR e CS sobre o lucro: O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Sobre os valores de créditos e débitos temporários diferidos, não é realizada provisão para pagamento em regime de competência. **u)** Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **v)** Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza. **w)** Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, aprovado em 22/11/2016, aprovado pela Resolução do CFC nº 2016/NBCTG03(R3) e, revisada em 06/11/2018 e 13/12/2019 pelas Resoluções do CFC nº 2018/REVISÃONBC01 e 2019/REVISÃONBC04. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** A composição dos fundos disponíveis da Companhia, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	2020	2019
Recursos em caixa e em bancos	31.833.151	38.298
Aplicações financeiras	38.224	7.462.124
Total	**31.871.375**	**7.500.422**

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. **5. Contas a Receber de Clientes:** Em 31 de Dezembro a composição desta rubrica é como segue:

	2020	2019
Contas a receber	155.601.605	168.050.670
Retenções contratuais	114.959	165.442
Partes relacionadas	70.000	-
Total	**155.786.564**	**168.216.112**
Circulante	113.335.877	125.765.425
Não Circulante	42.450.687	42.450.687
Total	**155.786.564**	**168.216.112**

A seguir, as contas a receber são apresentadas por idade de vencimento:

	2020	2019
A faturar	97.619.322	101.891.577
A vencer	6.923.170	11.569.621
Vencidos até 30 dias	133.834	984.128
Vencidos até 60 dias	223.247	-
Vencidos até 90 dias	64.057	651.132
Vencidos acima de 90 dias	50.822.934	53.119.654
Total	**155.786.564**	**168.216.112**

6. Estoques: O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro está assim representado:

	2020	2019
Materiais de uso e consumo	8.436	18.045
Materiais de escritório	7.289	4.523
Materiais de copa e cozinha	3	3
Estoques de obras	31.178	29.012
Total	**46.906**	**51.583**

7. Impostos e Contribuições a Recuperar: Em 31 de Dezembro o saldo de tributos a recuperar está dividido como segue:

	2020	2019
ISS	283.036	106.695
IRRF	217.204	222.335
PIS	-	2.533
COFINS	-	11.690
INSS	1.411.699	379.586
ICMS	11.022	11.022
IRPJ	-	969.628
CSLL	-	352.666
Demais créditos tributários	9.231	-
Total	**1.932.192**	**2.056.155**

8. Participação em Consórcio: Em 31 de Dezembro, o saldo líquido das participações em consórcios lançados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia, estão assim representados:

Consórcio	2020	2019
Barueri Mirim	-	2.147.976
TSM Santo André	795.754	795.671
DP Barros / FBS / Soebe	117.819	46.189
Reintegrar Fremix Soebe	51.000	-
Jerivá	968.446	358.300
Total	**1.933.019**	**3.348.136**

9. Outras Contas a Receber: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	7.770.750	5.621.544
Adiantamentos a empregados	41.656	-
Despesas antecipadas	59.661	6.939
Partes relacionadas	2.741.525	2.119.052
Total	**10.613.592**	**7.747.535**

10. Partes Relacionadas:

Partes relacionadas	Ativo Circulante - Contas a receber de clientes 2020	Contas a receber de clientes 2019	Outras contas a receber 2020	Outras contas a receber 2019	Ativo Não Circulante - Mútuo 2020	Mútuo 2019	Passivo Circulante - Fornecedores 2020	Fornecedores 2019	Mútuo 2020	Mútuo 2019
MGM Locações Ltda.	70.000	-	2.741.525	244.658	-	-	2.918	-		
EMABE Empreendimentos e Participações - EIRELI	-	-	-	-	-	-	-	-	375.000	375.000
EPAH - Empresa Paulista de Asfalto Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	314.129	261.379
Pessoas físicas ligadas	-	-	-	1.874.394	5.999.198	5.999.198	-	-	3.051.630	3.815.219
Total	**70.000**	**-**	**2.741.525**	**2.119.052**	**5.999.198**	**5.999.198**	**2.918**	**-**	**3.740.759**	**4.451.598**

11. Depósito Judicial: Os valores depositados e bloqueados judicialmente referem-se a processos judiciais em andamento, cujo acompanhamento é realizado por assessores jurídicos externos contratados. Em 31/12/2020 apresenta o saldo de R$ 190.894 (R$ 417.049, em 31/12/2019). **12. Consórcios:** O saldo desta rubrica refere-se a valores adiantados a administradora de consórcio de bens, cujo resgate ao final será em numerário. Em 31/12/2020 o saldo era de R$ 0 (R$ 73.288, em 31/12/2019). **13. Investimentos:** A Companhia tem participação em Sociedade por Conta de Participação (SCP) conforme demonstrado a seguir.

Sociedade por Conta de Participação	Tipo de sócia	%	Saldos em 31/12/2019	2020 - Equivalência patrimonial	2020 - Saldos em 31/12/2020
Desassoreamento do Tietê - Lote III	Ostensiva	60,00	4.996.676	906.525	5.903.201
Total			**4.996.676**	**906.525**	**5.903.201**

14. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado é como segue:

Imobilizado	2019 Custo	2019 Depreciação acumulada	%	Saldos em 31/12/2019	2020 Aquisições	Baixas Custo	Baixas Depreciação acumulada	Depreciação anual	%	Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/2020
Veículos e equipamentos	21.582.423	(14.167.785)	20	7.414.638	14.836.487	(378.836)	376.424	(1.324.451)	20	(15.115.812)	20.924.262
Móveis e utensílios	133.224	(126.605)	10	6.619	6.589	-	-	(4.351)	10	(130.956)	8.857
Computadores e periféricos	219.686	(216.791)	20	2.895	12.944	(6.306)	2.758	(1.788)	20	(215.821)	10.503
Terrenos e edificações	3.174.506	(1.711.571)	10	1.462.935	630	(1.215.850)	1.215.220	(78.371)	10	(574.722)	1.384.564
Ferramentas	912	(740)	10	172	1.548	-	-	(1.179)	10	(1.919)	541
Total	**25.110.751**	**(16.223.492)**		**8.887.259**	**14.858.198**	**(1.600.992)**	**1.594.402**	**(1.410.140)**		**(16.039.230)**	**22.328.727**

15. Intangível:

Intangível	2019 Custo	Amortização acumulada	%	Saldos em 31/12/2019	2020 Aquisições	Amortização anual	%	Amortização acumulada	Saldos em 31/12/2020
Licença de software	326.238	-	20	326.238	1.529	(255)	20	(255)	327.512
Total	**326.238**	**-**	**20**	**326.238**	**1.529**	**(255)**	**20**	**(255)**	**327.512**

16. Fornecedores: O saldo a pagar com fornecedores em 31 de Dezembro é apresentado a seguir:

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	7.667.694	8.649.588
Partes relacionadas	2.918	-
Total	**7.670.612**	**8.649.588**

17. Empréstimos e Financiamentos:

Instituição financeira	Encargos ao mês	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S/A.	0,29 + CDI	27/Jan./2023	13.814.610	16.019.352
Banco do Brasil S/A.	0,30 + CDI	27/Jan./2023	11.611.661	13.523.970
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	06/Jun./2022	1.123.116	1.433.833
Banco Santander (Brasil) S/A.	0,17 + CDI	04/Jan./2023	7.453.968	8.592.031
Banco Daycoval S/A.	0,89 + CDI	28/Ago./2023	4.824.834	-
Banco Daycoval S/A.	0,95 + CDI	09/Out./2023	2.452.360	-
Total			**41.280.549**	**39.569.186**
Circulante			9.222.429	7.402.740
Não Circulante			32.058.120	32.166.446
Total			**41.280.549**	**39.569.186**

18. Obrigações Trabalhistas: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2020	2019
Salários e ordenados	126.926	286.488
INSS (Instituto Nacional de Seguridade Nacional)	523.515	325.607
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	337.445	272.703
Provisão de férias e encargos	877.227	598.916
Demais débitos	648.126	44.266
Total	**2.513.239**	**1.527.980**

19. Obrigações Tributárias: Estão representadas por obrigações com o Fisco Federal e Municipal conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
ISS	1.598.067	2.449.536
PIS	547.370	1.794.265
COFINS	2.578.501	8.369.472
IRRF	3.074.381	934.565
CSLL	634.939	-
Parcelamentos	26.269.310	8.080.168
Demais obrigações	1.967.999	560.432
Total	**36.670.567**	**22.188.438**
Circulante	16.485.722	15.804.158
Não Circulante	20.184.845	6.384.280
Total	**36.670.567**	**22.188.438**

20. Outras Contas a Pagar:

	2020	2019
Adiantamento de clientes	421.910	1.096.918
Gestão compartilhada	3.316.733	4.670.056
Nota de débito a pagar	-	468.911
Outras contas a pagar	3.096	453.828
Total	**3.741.739**	**6.689.713**

21. Provisão para Demandas Judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Por opção da Administração da Companhia, não foi efetuada a provisão para demandas judiciais. **22. Patrimônio Líquido: a)** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$ 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Acionistas	Ações	%	R$
EMABE Empreendimentos e Participações - EIRELI.	5.250.000	50,00	5.250.000
EPAH Empresa Paulista de Asfalto Ltda.	5.250.000	50,00	5.250.000
Total	**10.500.000**	**100,00**	**10.500.000**

b) Reservas de lucros: As reservas de lucros são constituídas pela parcela do lucro líquido do exercício após as destinações legais e estatutárias e, são apresentadas a seguir. **b.1)** Reserva legal: A reserva legal foi constituída em períodos anteriores com destinação de 5,00% do lucro líquido do exercício, deixando de constituir novas reservas a partir do exercício de 2019 em decorrência do limite do § 1º do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/1976, e em 31/12/2020 apresenta o montante de R$ 5.563.542 (R$ 5.563.542, em 31/12/2019). **b.2)** Reserva estatutária:

O resultado acumulado está composto conforme abaixo:	R$
Saldos em 01/01/2019	-
Lucros do exercício	5.391.679
Lucros dos exercícios anteriores	105.087.927
Saldos em 31/12/2019	**110.479.606**
Lucros do exercício	14.772.567
Saldos em 31/12/2020	**125.252.173**

23. Receita Líquida: A composição da receita líquida das operações está representada pelos seguintes valores:

	2020	2019
Prestação de serviços	135.286.897	148.413.879
Receita de consórcios	93.275.878	10.980.888
Deduções	(17.016.677)	(9.940.757)
Total	**211.546.098**	**149.454.010**

24. Custos e Despesas das Vendas e Serviços:

	2020	2019
Por Função: Custo dos produtos vendidos	175.875.835	130.574.415
Despesas com vendas	2.253.146	1.137.935
Despesas gerais e administrativas	1.992.103	1.402.545
Despesas tributárias	33.940	33.467
Despesas com o pessoal	7.136.473	5.257.060
Total	**187.291.497**	**138.405.422**
Por Natureza: Materiais aplicados	64.991.129	42.811.551
Gastos diretos dos serviços prestados	33.756.967	24.459.807
Mão de obra direta	22.230.423	15.714.571
Mão de obra indireta	1.396.079	2.115.030
Serviços de terceiros	53.227.392	47.964.338
Viagens, hospedagens e locomoção	231.740	411.115
Aluguéis e condomínios	121.835	250.536
Depreciação e amortização	1.410.395	1.257.773
Contas e materiais de consumo	2.739.487	255.089
Manutenção	2.704.367	207.852
Seguros e indenizações	137.916	207.827
Outras despesas administrativas	4.343.767	2.749.933
Total	**187.291.497**	**138.405.422**

25. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas:

	2020	2019
Outras Receitas: Venda do imobilizado	208.643	100.000
Ganhos em itens monetários	834.925	128.762
Total	**1.043.568**	**228.762**
Outras Despesas: Baixa do imobilizado	(6.590)	(169.131)
Perdas em itens monetários	(1.127.276)	(451.877)
Total	**(1.133.866)**	**(621.008)**
Total de outras receitas (despesas) líquidas	**(90.298)**	**(392.246)**

26. Receitas Financeiras:

	2020	2019
Descontos obtidos	93.962	298.419
Juros ativos	555	1.553
Receitas sobre aplicações financeiras	273	3.090
Total	**94.790**	**303.062**

27. Despesas Financeiras:

	2020	2019
Juros sobre empréstimos	2.320.696	4.011.226
Descontos concedidos	16.102	3.304
Comissões e despesas bancárias	77.562	68.988
Juros e multas sobre impostos	2.679.569	1.456.431
Total	**5.093.929**	**5.539.949**

28. IR e CS, Corrente:

	2020	2019
IRPJ	1.739.720	-
CSLL	634.939	-
Total	**2.374.659**	**-**

29. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender as necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração financeira avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho.

Ativo financeiro	2020 Ativo a valor justo com (ganhos /perdas) reconhecimento no resultado	2020 Emprés-timos e recebíveis	2019 Ativo a valor justo com (ganhos /perdas) reconhecimento no resultado	2019 Emprés-timos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	31.871.375	-	7.500.422	-
Contas a receber de clientes	-	155.786.564	-	168.216.112
Partes relacionadas	-	5.999.198	-	5.999.198
Participação em consórcio	-	1.933.019	-	3.348.136
Outras contas a receber	-	10.613.592	-	7.747.535
Total	**31.871.375**	**174.332.373**	**7.500.422**	**185.310.981**
Passivo financeiro				
Fornecedores	-	7.670.612	-	8.649.588
Empréstimos e financiamentos	-	41.280.549	-	39.569.186
Partes relacionadas	-	3.740.759	-	4.451.598
Outras contas a pagar	-	3.741.739	-	6.689.713
	-	**56.433.659**	**-**	**59.360.085**

Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para um valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); • Nível 2 - *Imputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - *Imputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*imputs* não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2020. **30. Cobertura de Seguros:** Em 31/12/2020 a Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. **Item:** Responsabilidade civil. **Tipo de cobertura:** Pavimentação e requalificação de vias públicas, obras civis, serviços de instalações e montagem de máquinas e equipamentos incluindo, fundações, poluição súbita, erro de projeto, circulação de equipamentos e veículos terrestres motorizados, danos ao proprietário da obra. **Valor Segurado (R$):** 9.808.861. **31. Evento Subsequente:** A Companhia monitora os efeitos desta pandemia que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o princípio do surto da COVID -19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise, por meio de sua controladora, que adotou uma série de medidas de proteção e suporte para seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores, que em alguns casos incluem o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso de canais digitais, possibilitando a continuidade de suas operações, além de acompanhar a evolução da propagação da pandemia e de seus possíveis impactos nas suas operações, e das ações governamentais para mitiga-los.

Michel Matilde de Novaes - Administrador - CPF nº 221.568.768-19

Marcelo Pessoa de Araujo - Contador - CRC 1SP236.577/O-0

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ: 60.866.688/0001-19

Relatório da Diretoria

Em atendimento as determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerações: foi aprovada e realizada a recompra e manutenção de 266.100 (duzentas e sessenta e seis mil e cem) ações pela empresa; foram efetuados cortes no quadro de empregados; corte nos custos; concessão de descontos para inquilinos pelo período de restrições causados pela pandemia; devolução de alguns imóveis locados durante o período; foi realizada a apuração e avaliação técnica dos ativos; iniciado o projeto de regularização de imóveis (Anistia) e recuperação dos Silos. Apesar das medidas necessárias terem sido tomadas, a empresa terminou o exercício com prejuízo, não havendo dividendos a distribuir. Ficamos à disposição de V.s.as., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 27 de abril de 2021.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante		**2.054.077,19**	**15.708.184,68**	**Circulante**		**1.816.147,05**	**254.935,45**
Disponível		**1.942.698,01**	**13.096.453,49**	**Créditos Privilegiados**		**72.095,91**	**193.945,75**
*Caixa		3.153,83	192.372,73	*Obrigações Tributárias		18.905,86	168.900,47
*Bancos		1,00	13.896,43	*Impostos Retidos a Recolher		53.245,13	25.045,28
*Aplicações Financeiras		290.955,10	10.981.297,69	Dividendos a Pagar	9	12.095,56	172,28
*Aplicações Fundos de Investimentos		1.648.588,08	1.908.886,64	Fornecedores		192.202,16	60.817,42
Direito Realizáveis Curto Prazo		**111.379,18**	**2.611.731,19**	Adiantamento de Clientes		39.698,34	-
*Conta Corrente		-	2.589.919,10	Créditos a Pagar	8	1.500.000,00	-
*Adiantamento a Fornecedores		10.898,40	4.756,30	**Passivo Não Circulante**		**5.272.956,70**	**772.988,70**
*Impostos e Contribuições a Recuperar		96.100,28	17.055,79	Receita de Exercícios Futuros		772.988,70	772.988,70
*Titulos e Contas a Receber		4.380,50	-	Créditos a Pagar Longo Prazo		4.499.968,00	-
Ativo Não Circulante		**156.790.175,50**	**9.692.287,41**	**Patrimônio Liquido**		**151.755.148,94**	**24.372.547,94**
Despesas Pagas Antecipadamente		13.460,27	13.460,27	Capital Social		23.500.000,00	23.500.000,00
Processos Judiciais	4	2.412.068,95	-	Reserva Legal		126.743,78	126.743,78
Investimento	7.b	149.394.151,24	736.084,59	Reservas de Lucros	5	(2.341.944,38)	745.804,16
Imobilizado		4.982.999,04	16.090.712,01	Acões em Tesouraria	6	(15.310.000,00)	-
Depreciações Acumuladas		(12.504,00)	(7.147.969,46)	Ajustes Avaliação Patrimonial	7.a	145.780.349,54	-
Total Ativo		**158.844.252,69**	**25.400.472,09**	**Total Passivo**		**158.844.252,69**	**25.400.472,09**

Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2020 E 2019

	2020	2019
Receita Brutas	**2.908.648,83**	**3.477.066,56**
Deduções	(68.259,63)	(321.628,66)
Custos	(840.519,00)	(1.104.742,01)
Lucro Bruto	**1.999.870,20**	**2.050.695,89**
Despesas Gerais	(342.423,32)	(316.429,22)
Despesas Administrativas	(4.181.739,06)	(2.032.840,00)
Outras Despesas Operacionais	(136.829,04)	(99.788,52)
Outras Receitas Operacionais	64.000,00	67.913,22
Outras Receitas	90.857,97	365.881,27
Outras Despesas	(29.436,52)	(29.500,00)
Despesas Tributarias	(112.364,69)	(108.549,68)
Prejuizo antes das receitas e despesas financeiras	-2.648.064,46	-102.617,04
Receitas Financeiras	567.811,98	1.266.902,49
despesas financeiras	(38.113,61)	(2.066,74)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(2.118.366,09)**	**1.162.218,71**
Contribuição Social	-	(156.633,87)
Imposto de Renda	-	(411.094,07)
Lucro liquido das operacões continuadas	**(2.118.366,09)**	**594.490,77**
Lucro liquido Periodo	**(2.118.366,09)**	**594.490,77**
Lucro	**(2.118.366,09)**	**594.490,77**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração Resultado Abrangente Total
Saldo em 31/12/2019	23.500.000,00	126.743,78	745.804,16	-	-	24.372.547,94	-
Lucro Líquido do Período	-	-	(2.118.366,09)	-	-	(2.118.366,09)	(2.118.366,09)
Ajuste de Exercicio Anteriores	-	-	(969.382,45)	-	-	(969.382,45)	-
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	(15.310.000,00)	-	(15.310.000,00)	-
Ajuste de Avaliação Patrional	-	-	-	-	145.780.349,54	145.780.349,54	-
Saldos Finais	**23.500.000,00**	**126.743,78**	**(2.341.944,38)**	**(15.310.000,00)**	**145.780.349,54**	**151.755.148,94**	**(2.118.366,09)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Modo Indireto em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	2019	2018
Fluxo de Caixa Originados de:		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/ período	**(2.118.366,09)**	**594.490,77**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	27.969,82	40.459,79
Resultado na venda de ativos	-	(336.381,27)
Redução Variações nos ativos e passivos	-	-
Aumento ou redução em contas a receber	2.496.596,68	(188.798,77)
Redução em outras contas a receber	(2.412.068,95)	-
Aumento em fornecedores	131.384,74	22.459,22
Redução em contas a pagar e provisões	(149.994,61)	(30.040,35)
Aumento outras obrigações	79.766,39	113.171,76
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	**(1.944.712,02)**	**215.361,15**
Redução outras contas	15.198,16	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais:	**(1.929.513,86)**	**215.361,15**
Compras de imobilizado	-	(2.669,91)
Aquisição de ações/cotas	(15.310.000,00)	-
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	64.000,00	462.500,00
Aumento outras obrigações	5.999.968,00	
Disponibilidades líquidas gerada pelas atividades de investimentos:	**(9.246.032,00)**	**459.830,09**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	-	-
Pagamentos de lucros dividendos	21.790,38	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	**21.790,38**	-
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	**(11.153.755,48)**	**675.191,24**
No início do período	13.096.453,49	**12.421.262,25**
REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No final do período	**1.942.698,01**	**13.096.453,49**

Notas Explicativas: 1 - As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras estão de acordo com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09. **2 -** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. O balanço patrimonial está apresentado na forma de ativos e passivos circulantes e não circulantes, além do patrimônio liquido. **3-** As Receitas e Despesas foram registradas seguindo o regime de caixa, o resultado do exercício foi transferido para o subgrupo reserva de lucros. A diretoria, em face do evento da pandemia em 2020, e da provável continuidade de efeitos adversos nas atividades, além do prejuízo em função destes eventos propõe que não sejam distribuídos dividendos e nem pagos participações nos lucros relativos ao exercício de 2020. **4-** Conforme aprovado no AGO realizado dia 22/04/20, foram reclassificados do grupo "conta corrente" para o ativo não circulante os valores que estão em processo de cobrança judicial. **5 -** A Sociedade registrou em seu patrimônio liquido valores correspondentes a ajustes de exercícios anteriores devido á mudança no critério contábil na reavaliação dos seus ativos mantidos e reclassificados para o subgrupo de "investimentos" no valor de R$ 478.882,45, e efetuou uma devolução de R$ 490.500,00. **6 -** Conforme artigo 8°, item I da AGE realizada dia 22/04/20, aprovou a recompra de 13% de suas próprias ações ordinárias ou comuns, nominativas, sem valor nominal permanecendo em ações em tesouraria. **7.a -** Em cosonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 200) e a Lei 11.638/07 a criação da conta ajuste de avaliação patrimonial faz parte do patrimônio liquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são referentes a exercícios anteriores. **7.b -** No mês de junho de 2020, a Sociedade realizou a reavaliação dos seus ativos imobilizados com o objetivo de assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente pelo valor de capacidade de geração de benefícios, nesse caso valor de mercado. Assim foi verificado de acordo com a norma NBR 14653 ABNT, o valor de mercado para cada investimento analisado, de acordo com suas características (vida útil, capacidade técnica, entre outras). Desse modo foi analisado o valor de mercado para cada bem em análise como forma de identificar os valores que melhor representam. **8 -** Trata - se de uma única dívida, constituída tendo a condição de parcelamento com correção fixada pelos índices da poupança até a liquidação total, conforme aprovada na AGE, com vencimentos em 2021 de R$ 1.500.000,00 em 2022 R$ 1.500.000,00 e 2023 R$ 1.499.968,00. Totalizando R$ 4.499.968,00 de Créditos a Pagar de Longo Prazo. **9 -** Estão provisionados dividendos distribuídos relativos ao ano de 2019 que não foram resgatados pelos acionistas, permanecendo à disposição destes pelo prazo legal. **10 -** Este balanço reflete a proposta a ser aprovada na AGO para a não distribuição de dividendos relativos ao período e nem participações em lucros tendo em vista o resultado negativo impactado pela pandemia que continua em 2021 e pelos gastos com atualizações demandas pela adesão a lei de anistia para regularização de imóveis da prefeitura da cidade de São Paulo.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

A Diretoria Diretor Superintendente - **Rodrigo Goetschi Gentil** - CPF: 141.923.988-00 Diretor - **Claudio Lepri** - CPF: 139.512.798-00 Contador: **José Hilton Teixeira da Silva** - CT CRC: 1SP177904/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO ? PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1072659-93.2014.8.26.0100** (USUC 913)A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a ABEL LAMEIRA, NEUSA DE LOURDES BEVILACQUA, NILO LAMEIRA, SÔNIA MARIZA CLARO POMPEU, ERMELINDO DEL NERO, ELISABETH SAMMARTINO DEL NERO, CLÓVIS DE PAULA BARRETO, MARIA BETTE BARRETO, CONCEIÇÃO BARBUTO MARTINHO, DAVID LEIFERT, LYDIA LEIFERT, ÁLVARO CUNHA, ROSÁLIA SAMAPAIO CUNHA, JOSÉ MARTINIANO DE AZEVEDO NETO, MARINA ANNICHINO MASCHIETTO, ANTONIO SEIXAS LOPES, DARIA BELOUS LOPES, EGLE MARIA DE LOURDES MASCHIETTO, e HERDEIROS DE DANIEL MARTINHO, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que CARLOS ALBERTO DA SILVA e Eliana Ferreira da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel localizado na Rua Conde de Linhares, 26, Cidade Dutra - Capela do Socorro, São Paulo - SP., com área de 250,00ms2., contribuinte nº. 095.068.0055-3., alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[27,28]**

36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 36º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0006968-08.2021.8.26.0100. A Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Caio Rivera Semaglia (CPF. 371.546.238-88), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação Armando Álvares Penteado, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 12.510,96 (setembro de 2019). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 06/04/2021.

Dexco Comércio de Produtos para Construção S.A.

CNPJ 17.856.628/0001-96 NIRE 35.300.451.333

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: em 01 de março de 2021, às 8h30, na sede social da **DEXCO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, nº 1.938, 6º andar (parte), Bela Vista, em São Paulo (SP), CEP 01.310-200. **MESA**: Carlos Henrique Pinto Haddad (Presidente) e Marcelo José Teixeira Izzo (Secretário). **QUÓRUM**: acionistas representando a totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL:** administradores da Companhia. **PUBLICAÇÕES**: dispensada a publicação do edital de convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **ORDEM DO DIA**: deliberar sobre a destituição do Sr. HENRIQUE GUARAGNA MARCONDES do cargo de Diretor. **DELIBERAÇÕES TOMADAS**: os acionistas, por unanimidade dos votos, sem reservas ou ressalvas de qualquer natureza, deliberaram destituir o Sr. HENRIQUE GUARAGNA MARCONDES do cargo de Diretor, que permanecerá vago, até a posse de seu sucessor. Ficam registrados os agradecimentos ao Sr. Henrique Guaragna Marcondes por sua dedicação e contribuição para o sucesso da Companhia. **ENCERRAMENTO**: encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. São Paulo (SP) 01 março de 2021. Mesa: (aa) Carlos Henrique Pinto Haddad - Presidente da Mesa; Marcelo José Teixeira Izzo - Secretário; Acionistas: **Duratex S.A.**, representada por Carlos Henrique Pinto Haddad e Marcelo José Teixeira Izzo; e **Duratex Empreendimentos Ltda.**, representada por Carlos Henrique Pinto Haddad e Marcelo José Teixeira Izzo. São Paulo (SP), 01 de março de 2021. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa: Carlos Henrique Pinto Haddad** - Presidente; **Marcelo José Teixeira Izzo** - Secretário. **Acionistas: DURATEX S.A. Carlos Henrique Pinto Haddad** - Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e RI; **Marcelo José Teixeira Izzo** - Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócios Deca **DURATEX EMPREENDIMENTOS LTDA. Carlos Henrique Pinto Haddad -** Diretor; **Marcelo José Teixeira Izzo -** Diretor. JUCESP sob nº 171.208/21-3 em 16.04.2021. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

CNPJ 27.902.165/0001-05 - NIRE 35300511131

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 14/01/2021, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Sr. Fernando Diez Viotti e Secretário: Sr. Daniel Lafer Matandos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Compra e Venda de Ações Sob Unidade Produtiva Isolada e Outras Avenças celebrado em 23/12/2020, por e entre, de um lado, a Companhia e, do outro lado, **Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial** (CNPJ: 05.423.963/0001-11) ("Oi Móvel") e **Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial** (CNPJ: 33.000.118/0001-7) ("TMAR" e, em conjunto com a Oi Móvel, "Vendedoras") e, como interveniente e anuente, **Caliteia RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.** (CNPJ: 35.978.982/0001-75) ("Caliteia") e, ainda, como interveniente, anuente e garantidora das obrigações das Vendedoras, **Oi S.A. - Em Recuperação Judicial** (CNPJ: 76.535.764/0001-43) ("Oi" e, em conjunto com Caliteia, as "Intervenientes Anuentes Vendedoras"), por meio do qual, entre outras disposições, a Companhia se comprometeu a adquirir a totalidade das ações de emissão da Caliteia, representativas da totalidade do capital social da Caliteia ("Contrato"); (b) aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, de quaisquer instrumentos e/ou documentos relacionados, decorrentes, oriundos e/ou inseridos no âmbito das operações e transações previstas no Contrato; e (c) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos, ratifiquem os atos já praticados, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias para a formalização, efetivação e administração das deliberações mencionadas acima. **Deliberações:** Preliminarmente, o único acionista presente aprovou que a presente ata fosse lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme autorizado pelo artigo 130, §12, da Lei das S.A. Após examinadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelo único acionista da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(a)** Aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, do Contrato, bem como os termos e as transações nele contemplados, o qual está arquivado na sede da Companhia; **(b)** Aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, de quaisquer instrumentos e/ou documentos relacionados, decorrentes, oriundos ou inseridos no âmbito das operações e transações previstas no Contrato, incluindo, mas não se limitando a notificações e comunicações de qualquer natureza, assim como outros documentos conexos ou acessórios ao Contrato; e **(c)** Aprovar a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos, ratifiquem os atos já praticados, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias para a formalização, efetivação e administração das deliberações mencionadas acima. **Encerramento, Lavratura da Ata e Assinatura:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 14/01/2021. **Fernando Diez Viotti -** Presidente; **Daniel Lafer Matandos -** Secretário. Acionista Presente: **CAP TC Torres e Participações S.A. -** Por: Fernando Diez Viotti e Daniel Lafer Matandos, Cargo: Diretores. JUCESP nº 171.492/21-3 em 16/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002041-84.2021.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO MARCELO CUNZOLO RIMOLA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GUIOMAR MOREIRA DA SILVA, Brasileiro, RG 27.305.021-7, CPF 048.851.568-82 e EDUARDO MOREIRA DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Motorista, RG 28.515.218, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU.Encontrando-se os executados em lugar ignorado, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 96.759,89, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos do Código de Processo Civil).Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024664-17.2019.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Eneida Meira Rocha de Freitas, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **HERMENEGILDO MESSIAS BATISTA**, Brasileiro, Casado, Comerciário, RG 22.470.443-0, CPF 187.424.618-12, com endereço à Travessa Inacio Bonfim, 18, Sitio do Morro, CEP 02553-060, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de Cristiane Lilian de Paula Batista . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2021. **[27,28]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS.PROCESSO Nº 0028155-24.2018.8.26.0053O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central – Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcos de Lima Porta, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o)Tamara Rubian de Souza Egídio dos Santos CPF 378.677.128-60, Valter Canullo Ribeiro CPF 076.098.708-46, Marcos Luiz da Silva CPF 227.842.538-21, Evandro Pereira de Aguiar CPF 417.743.558-92 e EPA Comércio Importação e Exportação EIRELI CNPJ20.588.445/0001-41,que Icon Networks LLC e Mauricio Jonatas Gomes ajuizaram ação comum, objetivando seja julgada procedente, para declarar nula a alteração contratual fraudulenta e todas aquelas dela derivadas, condenando os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando os réus em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestarem a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital,afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2021. **[27,28]**

BUNGE

FERTIMPORT S.A.

CNPJ nº 53.004.313/0001-84

FERTIMPORT

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixas e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Santos (SP), abril de 2021 **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	**2020**	**2019**	**Passivo e Patrimônio Líquido**	**2020**	**2019**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	10.007	1.436	Fornecedores	3.694	3.035
Contas a receber de clientes	1.747	2.656	Partes relacionadas	435	1.876
Impostos a recuperar	68	1.407	Obrigações sociais e tributárias	1.946	1.459
Partes relacionadas	3.742	6.857	Impostos a recolher	313	1.158
Dividendos a receber	2.289	187	Adiantamento de clientes	1.218	1.699
Outras contas a receber	1.071	2.163	Dividendos a pagar	–	288
Total do ativo circulante	18.924	14.706	Total do passivo circulante	7.606	9.515
Não Circulante			**Não Circulante**		
Impostos diferidos	9.121	8.104	Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários	9.214	5.692
Impostos a recuperar	4.971	554	Provisão para benefícios pós-emprego	8.801	8.784
Outras contas a receber	232	1	Outras contas a pagar	24	61
Investimentos em controladas e coligadas	37.676	39.699	Total do passivo não circulante	18.039	14.537
Imobilizado	696	859	**Patrimônio Líquido**		
Intangível	34	49	Capital social	15.942	15.942
Total do ativo não circulante	52.730	49.266	Reserva de capital	941	941
			Reserva legal	3.188	3.188
			Reserva de lucros	54.425	53.064
			Outros resultados abrangentes	(28.487)	(33.215)
			Total do patrimônio líquido	46.009	39.920
Total do Ativo	71.654	63.972	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	71.654	63.972

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	15.942	941	3.188	24.544	–	(29.511)	15.104
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	28.808	–	28.808
Perda na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	(1.994)	(1.994)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	(1.710)	(1.710)
Dividendos a pagar	–	–	–	(288)	–	–	(288)
Retenção de lucros	–	–	–	28.808	(28.808)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	15.942	941	3.188	53.064	–	(33.215)	39.920
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	21.073	–	21.073
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	256	256
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	4.472	4.472
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(19.712)	–	–	(19.712)
Retenção de lucros	–	–	–	21.073	(21.073)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	15.942	941	3.188	54.425	–	(28.487)	46.009

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Receita Líquida de Vendas e Serviços	15.804	12.966
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.636)	(9.674)
Lucro Bruto	6.168	3.292
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	101	(186)
Gerais e administrativas	(2.483)	(2.192)
Resultado de equivalência patrimonial	14.209	26.562
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.135	(821)
	15.962	23.363
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	22.130	26.655
Resultado Financeiro, Líquido		
Receitas financeiras	486	1.627
Despesas financeiras	(68)	(147)
Variação cambial, líquida	2.296	1.186
	2.714	2.666
Lucro antes do IR e da CS	24.844	29.321
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.921)	(775)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.150	262
Lucro Líquido do Exercício	21.073	28.808

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.073	28.808
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	273	276
Custo residual do ativo intangível baixado	31	138
Resultado de equivalência patrimonial	(14.209)	(26.562)
IR e CS correntes e diferidos	3.771	513
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	22	127
Provisão para benefícios pós-emprego	632	645
Provisão para Participação nos Resultados	1.193	640
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.626	356
	17.412	4.941
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	887	(395)
Impostos a recuperar	(3.078)	1.138
Partes relacionadas	3.115	(804)
Dividendos recebidos	18.600	–
Outros ativos	792	(271)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	659	2.374
Obrigações sociais e tributárias	(706)	(2.168)
Impostos a recolher	(33)	2.924
Partes relacionadas	(1.441)	(6.875)
Provisão para benefícios pós-emprego	(155)	(2.213)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.104)	(512)
Adiantamento de clientes	(481)	(553)
Outras contas a pagar	(37)	24
Caixa gerado pelas operações	34.430	(2.390)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.733)	(10.108)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	28.697	(12.498)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(126)	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(126)	(6)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Distribuição de dividendos	(20.000)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.000)	–
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.571	(12.504)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	1.436	13.940
No fim do exercício	10.007	1.436
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.571	(12.504)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: A Fertimport S.A. (a seguir denominada "Fertimport" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Santos, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento de transporte de cargas modais, agenciamento de navios, bem como atividades correlatas à logística de comércio exterior, podendo participar de outras sociedades ou delas desvincular-se. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no valor de R$15.942, está representado por 228.571.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Valor	%
Bunge Alimentos S.A.	228.571.428	15.942	99,99%
Bunge Holdings B.V. (NL)	1	–	0,01%
Total	228.571.429	15.942	100%

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% do seu lucro líquido anual para a reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. A Companhia possui R$3.188 a título de reserva legal em 2020 e 2019. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$ 54.425 (R$ 53.064 em 2019), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador: Ulisses Eduardo de Oliveira - BA-024834/O-6

CBS Médico Científica S/A - CNPJ: 48.791.685/0001-68

As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2020 - Valor em R$

ATIVO	**2020**	**2019**
Ativo Circulante	**143.610.880**	**112.053.244**
Caixa	52.021	10.186
Bancos	240.793	58.999
Aplicações Financeiras	41.140.727	31.574.828
Clientes	71.676.671	53.807.320
Estoques	26.225.361	23.195.341
Impostos a Recuperar	3.010.970	3.018.040
Outros Créditos	1.264.339	388.530
Ativo Não Circulante	**36.166.946**	**36.379.136**
Outros Créditos	397.013	387.500
Créditos Fiscais	35.000.000	35.000.000
Imobilizado	768.733	940.746
Intangível	1.200	50.890
Total do Ativo	**179.777.826**	**148.432.380**
PASSIVO	**2020**	**2019**
Passivo Circulante	**35.902.674**	**23.472.704**
Fornecedores	25.326.072	18.643.770
Débitos Sociais	315.651	368.722
Débitos Fiscais	7.596.343	2.549.935
Outras Exigibilidades	2.151.180	1.233.133
Provisões	513.428	677.144
Passivo não Circulante	**57.108.555**	**57.108.555**
Provisões Fiscais	57.108.555	57.108.555
Patrimônio Líquido	**86.766.597**	**67.851.121**
Capital Social	7.200.000	7.200.000
Lucros Acumulados	57.986.503	49.173.443
Reserva Legal	1.440.000	1.440.000
Resultado do Exercício	20.140.094	10.037.678
Total do Passivo	**179.777.826**	**148.432.380**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 (Valor em R$)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2018	**7.200.000**	**2.530.672**	**48.082.771**	**57.813.443**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	10.037.678	10.037.678
Destinação:				
Constituição de Reserva	-	(1.090.672)	1.090.672	-
Saldos em 31.12.2019	**7.200.000**	**1.440.000**	**59.211.121**	**67.851.121**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	20.140.094	20.140.094
Destinação:				
Distribuição de Lucros	-	-	(1.224.618)	(1.224.618)
Saldos em 31.12.2020	**7.200.000**	**1.440.000**	**78.126.597**	**86.766.597**

Notas Explicativas: 1-) Conceito Operacional: A C.B.S. Médico Científica S/A, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP com filiais em São Paulo/SP e Itapeva/MG, tendo como objeto social o comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, com início das atividades em 20/07/1977. **2-) Apresentação das Demonstrações Contábeis**: As demonstrações contábeis, foram elaboradas em obediência com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e demais práticas emanadas da legislação societária e Código Civil. **3-) Principais Práticas Contábeis**: **a-) Aplicações Financeiras**: Estão registrados ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data de encerramento do Balanço. **b-) Direitos e Obrigações**: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos dos correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de caixa. **c-) Imobilizado**: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. **d-) Investimentos em empresas coligadas e controladas**: A companhia não participa do capital social de outras sociedades. **e-) Resultados**: A companhia apura seus resultados com base no Lucro Real pelo regime de competência. **4-) Capital Social**: O Capital Social é de R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) dividido em 7.200.000 ações ordinárias nominativas. **5-) Créditos Fiscais e Provisões:** A companhia obteve em 10/2018 liminar através de mandado de segurança contra a inclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, processo nº 5024546-18-2018-4-03-6100. **6-) Eventos Subsequentes**: Os diretores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa, ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Demonstração de Resultado	**2020**	**2019**
Receita Bruta Operacional	**382.370.616**	**304.834.780**
Vendas de Mercadorias	382.348.816	304.834.780
Prestação de Serviços	21.800	-
Deduções das Vendas	**(79.396.140)**	**(64.837.995)**
Vendas Canceladas	(18.414.051)	(13.646.074)
ICMS sobre Vendas Canceladas	2.467.006	1.507.837
ISS	(580)	-
PIS	(2.910.760)	(2.809.605)
COFINS	(13.407.137)	(12.941.213)
ICMS	(47.130.617)	(36.941.564)
IPI sobre Vendas	-	(7.376)
Receita Líquida	**302.974.476**	**239.996.786**
Custos	**(241.201.583)**	**(196.800.697)**
Custos da Mercadorias Vendidas	(241.201.583)	(196.800.697)
Lucro Bruto	**61.772.893**	**43.196.088**
Despesas/Receitas Operacionais	**(31.621.026)**	**(30.246.102)**
Despesas com Pessoal	(8.073.504)	(10.060.960)
Despesas Operacionais	(22.894.996)	(19.634.692)
Despesas Tributárias	(652.526)	(550.451)
Resultado Operacional	**30.151.867**	**12.949.986**
Despesas/Receitas não Operacionais	**466.583**	**2.381.875**
Despesas Indedutíveis	(270.831)	(314.454)
Despesas Financeiras	(1.430.161)	(1.663.241)
Receitas Financeiras	2.167.575	4.359.569
Resultado antes CSLL/IRPJ	**30.618.450**	**15.331.861**
Provisão para CSLL	(2.780.035)	(1.407.754)
Provisão para IRPJ	(7.698.320)	(3.886.429)
Lucro(Prejuízo) Líquido do Período	**20.140.094**	**10.037.678**

A DIRETORIA

CONTADORA: Paula Cristina Romano - CRC: 1SP178.121/O-4

vossloh COGIFER

Vossloh Cogifer do Brasil Metalúrgica MBM S.A.

CNPJ/MF 71.477.426/0001-89

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais	2020	2019
Ativo/Circulante	**11.795**	**9.640**
Caixa e equivalentes de caixa	2.760	258
Contas a receber	5.500	6.149
Estoques	1.835	2.271
Outros créditos	1.700	961
Não circulante	**5.852**	**6.336**
Impostos a recuperar	424	549
Outros créditos longo prazo	129	252
Depósitos judiciais	29	34
Imobilizado	5.176	5.354
Intangível	94	147
Total do ativo	**17.646**	**15.976**

Demonstrações de resultados	2020	2019
Receita operacional líquida	32.508	23.091
Custo dos produtos vendidos	(25.638)	(19.694)
Lucro bruto	**6.870**	**3.396**
Despesas administrativas	(4.736)	(5.396)
Despessas comerciais	(604)	(279)
Outras receitas	70	128
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos	**1.599**	**(2.150)**
Receitas financeiras	750	671
Despesas financeiras	(3.458)	(1.835)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(2.708)**	**(1.164)**
Resultado antes dos impostos	**(1.108)**	**(3.314)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(54)	-
Resultado do exercício	**(1.163)**	**(3.314)**

Balanços patrimoniais	2020	2019
Passivo/Circulante	**23.574**	**20.679**
Fornecedores	2.518	3.330
Empréstimos e financiamentos	15.492	13.633
Impostos a recolher	479	317
Obrigações trabalhistas	270	250
Provisões diversas	4.595	2.947
Adiantamentos de clientes	106	88
Outras contas a pagar	115	112
Não circulante	**10**	**72**
Provisão para processos judiciais	10	72
Patrimônio líquido	**(5.938)**	**(4.774)**
Capital social	10.578	10.578
Prejuízos acumulados	(16.515)	(15.351)
Total do passivo e patrimônio líquido	**17.646**	**15.976**

Demonstrações de resultados abrangentes	2020	2019
Resultado do exercício	(1.163)	(3.314)
Resultado abrangente total	**(1.163)**	**(3.314)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	10.578	(12.039)	(1.461)
Resultado do exercício	-	(3.314)	(3.314)
Saldos em 31/12/2019	10.578	(15.352)	(4.776)
Resultado do exercício	-	(1.163)	(1.163)
Saldos em 31/12/2020	10.578	(16.515)	(5.938)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.163)	(3.314)
Ajustes para: PECLD	513	55
Provisão dos estoques	(125)	(91)
Provisão para processos judiciais		
Depreciação e amortização	543	580
Variações cambiais e juros sobre empréstimos	1.953	1.214
Provisão para riscos fiscais cíveis e trbalahistas e provisões diversas	1.586	(280)
	3.306	**(1.836)**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	136	(2.091)
Estoques	561	125
Outras créditos	645	(867)
Impostos a recuperar	125	31
Fornecedores	(812)	1.716
Impostos a recolher	162	610
Obrigações trabalhistas	20	6
Adiantamento de clientes	18	74
Outras	8	5
Caixa utilizados nas atividades operacionais	**4.167**	**(2.226)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(311)	(239)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(311)**	**(239)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.075	3.357
Pagamento de emprétimos	(2.170)	(11.523)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(95)**	**(8.166)**
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa	**3.760**	**(10.631)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.760	10.889
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	258	258
(Redução)aumento líquido em caixa e equivalentes	**2.502**	**10.631**

Notas Explicativas: 1. A Vossloh Cogifer do Brasil Metalúrgica MBM S.A., é uma companhia anônima de capital fechado com sede em Sorocaba/SP. Sua principal controladora é a Vossloh Cogifer do Brasil Administradora de Bens e Participações Ltda. A Companhia tem como objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação e transporte de materiais ferroviários, tais como, aparelhos de mudança de via e seus componentes, materiais fundidos, e quaisquer outros produtos ou atividade relacionada a fabricação ou comercialização de produtos para o sistema de transporte ferroviário. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Administrativo da Companhia em 21/04/2021. **2.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, e estão disponíveis na empresa juntamente com os relatórios e parecer da auditoria. **3.** Em 29/01/2021 a controladora capitalizou o valor de R$10.933 da rubrica de empréstimos e financiamentos, com isto, o Patrimônio Líquido da Companhia, ficou positivo em R$5.526.

José Roberto da Silva - CEO - Diretor Presidente; **Freddy Joseph Sudol** - Diretor Comercial; **José Henrique da Silva Trindade** - Diretor Estatutário. **Wagner Antonio Garcia** - Controller / Contador - CRC 1SP312802/O-3.

Credisfera Serviços Financeiros S.A. - CNPJ/ME Nº 22.752.418/0001-98 - NIRE 35.300.479.165

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 18.02.2021

Data, hora, local: 18.02.2021, 11hs, na sede social, Avenida das Nações Unidas, 11.633, São Paulo/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Fernando Cirne, como Presidente; e Rafael Chamas Alves, como Secretário. **Deliberações aprovadas**: **1.** O cancelamento do Bônus de Subscrição Indenização I, cujo prazo de validade se encerraria em 30.08.2028 e do Bônus de Subscrição Indenização II, cujo prazo de validade se encerraria em 16.08.2038, emitidos pela Companhia em favor da Spinet Bank, que foram entregues à Companhia nesta data, de acordo com os termos e disposições previstos no Contrato de Compra e Venda. **2.** Renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração: **(i) Marcelo Serfaty**, brasileiro, casado, economista, RG 004.457.205-5 IFP/RJ, CPF/ME 693.156.557-53, Presidente. Membros Efetivos: **(ii) César Augusto Pinela**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG 12.164.279-3 SSP/SP, CPF/ME 076.164.968-90; **(iii) Leonardo Daniel Vieira Ribeiro**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 27.028.975-6, SSP/SP, CPF/ME 276.969.738-27; **(iv) Wanderley Schmidt Campos**, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, RG 29.081.454-6, SSP/SP, CPF/ME 297.789.641-49; **(v) Lucia Costa Teixeira**, brasileira, casada, empresária, RG 05.438.351-8. DETRAN/DIC-RJ, CPF/ME 810.877.567-15; e **(vi) Eduardo Peixoto Ferreira Leite**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 07.118.254-7 SSP/SP, CPF/ME 865.851.347-53. **2.1.** A Companhia, outorga aos membros ora destituídos a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação; **2.2.** Os conselheiros ora renunciantes, renunciam a seus cargos mediante a assinatura dos termos de renúncia (Anexo I). **3.** Conforme autorizado pelo artigo 138 da LSA, a única acionista aprova a dissolução do Conselho de Administração e determina que a Companhia será administrada somente pela sua Diretoria, nos termos do seu Estatuto Social reformado (Anexo V). **4.** A consignação da renúncia dos seguintes Diretores da Companhia: **(i)** Sr. **Bernardo da Silveira Alves**, brasileiro, solteiro, economista, RG 44.001.179-6, CPF/ME 360.554.958-64, ao cargo de Diretor Financeiro; **(ii)** Sr. **Carlos Eduardo Carneiro Pinto de Magalhães**, brasileiro, casado, empresário, RG 113.216.238, DETRANRJ, CPF/ME 052.035.317-06, ao cargo de Diretor de Crédito e Cobrança; **(iii)** Sr. **José Filipe Neis**, brasileiro, casado, empresário, RG 4.049.157, SSP/SC, CPF/ME 042.845.919-67, ao cargo de Diretor de Tecnologia; **(iv)** Sr. **Carlos Tadashi Imai**, brasileiro, casado, empresário, RG 28.184.695-9, CPF/ME 068.590.438-57, ao cargo de Diretor de Projetos; **(v)** Sra. **Teresa Miyoko Sugimura**, brasileira, solteira, empresária, RG 22.125.366 SSP/SP, CPF/ME 145.260.258-10, ao cargo de Diretora de Produtos; e **(vi)** Sr. **Rodrigo Alonso Alexandre**, brasileiro, solteiro, empresário, RG 22.821.247-9, SSP/SP, CPF/ME 200.028.698-45, ao cargo de Diretor Comercial. **4.1.** A Companhia, neste ato, outorga aos Diretores ora destituídos a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação; **4.2.** Os Diretores ora renunciantes, renunciam a seus cargos mediante assinatura dos termos de renúncia (Anexo II). **5.** A eleição dos seguintes novos membros da Diretoria, sendo eles: **(i)** Sr. **Rafael Chamas Alves,** brasileiro, divorciado, administrador, RG 43.667.009 SSP/SP, CPF/ME 327.106.788-02, para o cargo de **Diretor Financeiro**; e **(ii)** Sr. **Willians Cristiano Marques**, brasileiro, casado, empresário, RG 404199124 SSP/SP, CPF/ME 320.058.868-31, para o cargo de **Diretor Presidente**. **6.** A reeleição dos seguintes membros da Diretoria, sendo eles: **(i)** Sr. **Wanderley Schmidt Campos**, brasileiro, casado, empresário, RG 29.081.454-6 SSP/SP, CPF/ME 297.789.641-49, para o cargo de **Diretor de Operações**; e **(ii)** Sr. **Eduardo Peixoto Ferreira Leite**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 07.118.254-7 IFP/RJ, CPF/ME 865.851.347-53, para o cargo de **Diretor Geral**; **6.1.** Os Diretores ora eleitos e reeleitos iniciam um mandato unificado, com duração de 3 anos, a partir desta data, mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse (Anexo III). **7.** O aumento do capital social no montante total de R$3.220.994,58, mediante a emissão de 3.220.994 ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas na presente data, em moeda corrente nacional, sem valor nominal, nos termos do boletim de subscrição (Anexo IV), passando o capital da Companhia de R$14.455.827,00, para R$17.676.821,58 dividido em 16.692.781 ações, sendo 13.369.716 ações ordinárias e nominativas e 3.323.065 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **8.** A alteração do endereço da sede social para "Rua Itapaiúna, 2.434, 1º andar, Sala 8, Vila Andrade, São Paulo/SP, CEP 05.707-001". **9.** Consolidar o Estatuto Social (Anexo V). **Encerramento**: nada mais. São Paulo/SP, 18.02.2021. Mesa: **Fernando Cirne** - Presidente e **Rafael Chamas Alves** - Secretário. Acionista: **Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda.** por **Willians Cristiano Marques** - Diretor Presidente e **Rafael Chamas Alves** - Diretor Financeiro. JUCESP nº 154.140/21-1 em 08.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo V - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Companhia. **Artigo 1º:** A **Credisfera Serviços Financeiros S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto e pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SA") e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem sua sede e foro em São Paulo/SP, Rua Itapaiúna, nº 2.434, 1º andar, Sala 8, Vila Andrade, CEP 05.707-001, local onde funciona seu escritório administrativo, e possui estabelecimento filial no estado de Santa Catarina, na Praça XV de Novembro, nº 153, conjuntos 603 e 604, Centro, CEP 88.010-400, sem destaque de capital social. **§ Único:** Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá alterar o endereço de sua sede, instalar ou fechar filiais e escritórios no País ou no exterior. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social: (i) a intermediação de negócios; (ii) a recepção e encaminhamento de propostas de operação de crédito concedidas por instituições financeiras; (iii) a análise de crédito das propostas mencionadas no item "(ii)" acima, por conta e ordem dos contratantes, envolvendo o cruzamento com bancos de dados cadastrais, desenvolvimento e aplicação de políticas de crédito e a prevenção a fraudes e atividades correlatas; (iv) o fornecimento de produtos e serviços relativos a recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros; (v) a prestação de serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, promovendo seu controle, organização de cadastro de informações, incluindo a coleta de informações cadastrais e de documentação, bem como controle e processamento de dados, e demais atividades correlatas; (vi) atendimento aos clientes na condição de tomadores dos créditos concedidos; (vii) a prestação de serviços de cobrança; (viii) a prestação de serviços e a prática de atividades relacionadas ou correlatas aos objetivos supra mencionados; (ix) o desenvolvimento de sistemas e o fornecimento de plataforma tecnológica para originação e processamento de crédito, incluindo softwares aplicativos; e (x) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. **§ Único**: É vedado a Companhia atuar em negócios estranhos aos interesses sociais. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações**. **Artigo 5º:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 17.676.821,58, dividido em 16.692.781 ações, sendo 13.369.716 ações ordinárias e nominativas e 3.323.065 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **§ 1º:** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **§ 2º:** As ações preferenciais não terão direito a voto, não serão resgatáveis, terão direito ao recebimento de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia e conferirão a seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. **Artigo 6º:** A Companhia poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III - Da Administração Seção I - Seção I - Diretoria**. **Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **§ 1º**: Os Diretores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, observados os requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. Os Diretores estarão dispensados de prestar caução. **§ 2º**: Os Diretores da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável. **§ 3º**: Os Diretores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo por qualquer razão, ainda que sem justa causa e/ou notificação prévia, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Diretor substituído. **Seção II - Composição e Reuniões**. **Artigo 8º:** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 3 e no máximo 5 diretores, acionistas ou não, pessoas naturais residentes no Brasil, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer diretor, sendo designados: (a) 01 Diretor Presidente; (b) 01 Diretor Financeiro; (c) 01 Diretor de Tecnologia; (d) 01 Diretor de Operações; e (e) 01 Diretor Geral ("Diretores"). Os Diretores serão eleitos para um mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 9º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelos Diretores com antecedência mínima de 24 horas e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros, devendo estar presente, pelo menos, o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro. **§ 1º:** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do diretor e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico. **§ 2º:** Ao término de cada reunião, deverá ser lavrada ata que será assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do § 1º acima, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia física ou eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 10:** As deliberações nas reuniões da Diretoria, caso necessárias, serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 9º, parágrafo 1º acima. **Seção IV - Competência**. **Artigo 11:** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral. **Seção V - Representação da Companhia**. **Artigo 12:** A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: **(i)** conjunta de 2 diretores, sendo de um lado o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro, e, de outro lado, o Diretor de Operações ou o Diretor Geral, para todos os atos previstos no § 3º abaixo; **(ii)** conjunta de 2 diretores, exceto para os atos previstos no § 3º abaixo; ou **(iii)** conjunta de qualquer 1 Diretor e 1 procurador, designado de acordo com este Estatuto Social. **§ 1º:** Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito. **§ 2º:** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **§ 3º:** Será necessária a representação, por ato ou assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, sendo de um lado o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro, e, de outro lado, o Diretor de Tecnologia, o Diretor de Operações ou o Diretor Geral, para os seguintes atos: **(i)** aprovação do Orçamento Anual/plurianual da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas, conforme o caso; **(ii)** aprovação de gastos e/ou investimentos não previstos no Orçamento Anual da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas em valor superior a 10% das despesas projetadas no Orçamento Anual; **(iii)** contratação de qualquer endividamento e/ou a emissão de debêntures ou títulos de dívida em nome da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas; **(iv)** compra ou venda de bens do ativo permanente da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas em valor superior a R$100.000,00; **(v)** a venda ou licenciamento em definitivo a terceiros da plataforma tecnológica (patente ou "*trade secret*" da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas), da base de clientes ou da base de parceiros que sejam de propriedade da respectiva sociedade; **(vi)** realização de qualquer negócio com controladas e/ou controladoras e/ou coligadas da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas, bem como com seus acionistas e partes relacionadas; **(vii)** a constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem do ativo permanente, móveis ou imóveis da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas, envolvendo um montante total que seja superior a 1 vez o valor do EBITDA auditado da Companhia do exercício do ano anterior; **(viii)** a prestação de garantias pela Companhia e/ou suas Subsidiárias e/ou controladas para obrigações de terceiros; **(ix)** a determinação da remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia, suas Subsidiárias e controladas; **(x)** celebração de contratos de mútuo envolvendo a Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas; **(xi)** eleição ou reeleição dos Diretores da Companhia, suas Subsidiárias e controladas; **(xii)** alteração das práticas contábeis e fiscais da Companhia e/ou de suas Subsidiárias e/ou controladas, salvo se exigido por lei; e **(xiii)** contratação de empregados pela Companhia e/ou suas Subsidiárias e/ou controladas que envolva remuneração anual total, incluindo remuneração fixa, variável e benefícios, igual ou superior a R$1.000.000,00. **Artigo 13:** Procuradores serão nomeados pela assinatura conjunta de 2 ou mais Diretores, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro e um deles, necessariamente, o Diretor de Tecnologia, o Diretor de Operações ou o Diretor Geral. O instrumento de mandato deverá especificar os atos e operações que poderão praticar, bem como a validade da procuração, que não poderá ser superior a 1 ano, exceto nos casos de procuração *ad judicia*, que poderá ser por tempo indeterminado. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais**. **Artigo 14:** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **§ 1º:** A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses. **§ 2º:** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, porém em horários diferentes, e instrumentadas em ata única. **§ 3º:** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 4º:** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência para 1º convocação e, no mínimo, 8 dias corridos de antecedência para segunda convocação. **§ 5º:** Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior. **§ 6º:** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 7º:** A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. **§ 8º:** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, pelo Diretor Financeiro. Na ausência do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, a Assembleia Geral será presidida por qualquer um dos demais Diretores. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **§ 9º:** Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada. **Artigo 15:** Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o "Livro de Presença de Acionistas", informando seu nome e residência e a quantidade de ações de que forem titulares. **§ 1º:** O "Livro de Presença de Acionistas" será encerrado pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **§ 2º:** Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do "Livro de Presença de Acionistas" poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social. **Artigo 16:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no § 2º do Artigo 5º. **§ 1º:** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. **§ 2º:** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do vigente Estatuto Social da Companhia. **Artigo 17:** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto: **(i)** tomar as contas dos Diretores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(ii)** eleger e destituir os membros do Diretoria, bem como fixar a remuneração global anual dos diretores; **(iii)** reformar o Estatuto Social; **(iv)** deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial; **(v)** atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; **(vi)** aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; **(vii)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; **(viii)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais; inclusive de dividendos que excedam o dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais; **(ix)** deliberar sobre aumento de capital ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social; **(x)** aprovação de qualquer orçamento anual/plurianual da Companhia; **(xi)** aprovação de gastos com ativos não relacionados ao objeto social da Companhia ou não previstos no orçamento anual/plurianual da Companhia, e que, de forma agregada no período de 12 meses, envolvendo um montante total que seja superior a 1 vez o valor do EBITDA auditado da Companhia do exercício do ano anterior; **(xii)** constituir, assumir, alterar, renegociar ou modificar qualquer obrigação, incluindo financiamentos e empréstimos, que envolva valores superiores a R$ 10.000.000,00, individualmente ou em conjunto; **(xiii)** contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) igual ou superior a R$1.000.000,00; **(xiv)** aprovação de aquisição de ações de emissão da Companhia para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, bem como propostas de resgate ou amortização de ações de emissão da Companhia; **(xv)** aprovação de qualquer endividamento da Companhia não previsto no orçamento anual/plurianual e que, de forma agregada no período de 12 meses, envolvam valores superiores a R$5.000.000,00; **(xvi)** instaurar ou concluir qualquer processo administrativo, judicial ou arbitral envolvendo a Sociedade, que envolva valores superiores a R$2.000.000,00; **(xvii)** aprovação da alienação pela Companhia ou por suas subsidiárias de ações, quotas ou outros títulos conversíveis em participação societária que detenha ou venha a deter em qualquer sociedade; **(xviii)** aprovação da compra e venda de bens do ativo permanente em valor superior a R$100.000,00; **(xix)** aprovação da venda ou licenciamento da plataforma tecnológica (patente ou *trade secret*) da base de clientes ou da base de parceiros que sejam de propriedade da Companhia; **(xx)** ingressar em qualquer *joint venture*, parceria ou acordo envolvendo distribuição de lucros; **(xxi)** aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto: (a) entre a Companhia e subsidiárias; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios; **(xxii)** autorizar previamente a celebração de acordo de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas controladas, como acionista ou quotista; **(xxiii)** aprovação da constituição de ônus sobre qualquer bem do ativo permanente, móveis ou imóveis da Companhia e/ou de suas subsidiárias, envolvendo um montante total que seja superior a 50 vezes o valor do EBITDA auditado da Companhia do exercício social anterior; e **(xxiv)** orientar votos a serem proferidos pelos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais ou Reunião de Quotistas das controladas da Companhia. **Artigo 18:** É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no Artigo 115 da Lei das SA, o voto proferido por acionista em deliberação em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo V - Do Exercício Fiscal, Demonstrações Financeiras e da Destinação dos Lucros**. **Artigo 19 -** O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. **§ 1º:** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas na forma da lei. **§ 2º:** A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **§ 3º:** Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 20 abaixo. **§ 4º:** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 20:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. **§ 1º:** Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. **§ 2º:** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei das SA, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos § 3º e § 4º deste Artigo 20; e (iii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. **§ 3º:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. **§ 4º:** O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 20 -** Por proposta aprovada pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **§ 1º:** Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **§ 2º:** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação da Diretoria, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. **Artigo 21:** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 22:** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VI - Da Liquidação**. **Artigo 23:** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade. **Capítulo VII - Da Resolução de Conflitos**. **Artigo 24:** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, como único e exclusivo competente para a resolução de conflitos, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação e aplicação do presente Estatuto Social. **Capítulo VIII - Das Disposições Gerais**. **Artigo 25:** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 26:** As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, observarão ao disposto no presente Estatuto Social e na legislação vigente. Acionista: **Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda.** por **Willians Cristiano Marques** - Diretor Presidente e **Rafael Chamas Alves** - Diretor Financeiro.

Encontre Um Nerd S.A. - CNPJ/ME nº 21.116.689/0001-94 - NIRE nº 35300563310

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17 de Março de 2021

1. Data, Hora e Local: Aos 17 de março de 2021, às 16:00 horas, na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, bairro Vila Olímpia, 6º andar, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04547- 130 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação, Instalação e Presença**: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Sr. **Bruno Okamoto Ramos**; Secretário: Sr. **Daniel Kendi Anghinoni Tutida**. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) a primeira emissão para distribuição privada de debêntures conversíveis, da espécie quirografária, em duas séries distintas, no valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais), representado por 2.000.000 (dois milhões de) debêntures de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma (respectivamente "Debêntures da 1ª Emissão" e "Primeira Emissão"); (ii) a criação do Conselho de Administração da Companhia, eleição dos seus membros e inclusão e alteração de disposições do Estatuto Social relativas ao Conselho de Administração; (iii) aprovação da nova redação do Estatuto Social e a sua consolidação; (iv) autorização para os membros dos órgãos sociais da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações realizadas. **5. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1. Primeira Emissão de Debêntures da Companhia**. Aprovar a Primeira Emissão de Debêntures da Companhia, além de inclusão e alteração de disposições do Estatuto Social relativas à autorização para aumento de capital pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **5.1.1. Características da Primeira Emissão.** As características, termos e condições da Primeira Emissão e das Debêntures da 1ª Emissão encontram-se determinados na minuta do **Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária da Encontre Um Nerd S.A.** ("Escritura da 1ª Emissão"), sendo: *Número da emissão*. Primeira Emissão de debêntures da Companhia. *Séries da emissão.* A Primeira Emissão será realizada em duas séries. *Data da emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será 17 de março de 2021 ("Data de Emissão"). *Forma de Colocação*. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. Não será admitida a colocação parcial das Debêntures. *Valor total da Primeira Emissão*. A Primeira Emissão terá o valor total de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na Data da Emissão. *Quantidade de Debêntures da 1ª Emissão*. A Companhia emitirá a quantidade total de 2.000.000 (dois milhões) de debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real). *Subscrição das Debêntures*. As Debêntures serão subscritas pelo debenturista pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, conforme o disposto na Escritura da 1ª Emissão. *Preço de Subscrição e Forma de Integralização*. O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Emissão corresponde ao seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme o disposto na Escritura da 1ª Emissão. *Data de Vencimento*. As Debêntures terão seu vencimento final em 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão. *Espécie*. As Debêntures serão da espécie quirografária, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral ao seu titular, nos termos do artigo 58 da Lei das S/A. *Atualização*. O Valor Nominal das Debêntures não sofrerá qualquer atualização monetária. *Carência e Remuneração*. O Valor Nominal das Debêntures estará sujeito a juros equivalentes a 110% (cento e dez por cento) da variação acumulada da taxa DI ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa conforme disposto na Escritura da 1ª Emissão. *Forma e Conversibilidade*. As Debêntures serão da forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelos Livros de Registro de Debêntures e de Registro de Transferência de Debêntures da Companhia. As Debêntures serão conversíveis em ações da Companhia, nos termos da Escritura da 1ª Emissão. *Pagamento*. O pagamento do Valor Nominal das Debêntures e da Remuneração será feito em parcelas anuais, a primeira com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Vencimento. O valor de cada parcela estará limitado a 10% (dez por cento) montante do fluxo de caixa operacional livre disponível da Emissora no final do exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento, que deverá ser demonstrado ao Debenturista, por meio da apresentação do balanço da Emissora. O número de parcelas será aquele necessário para liquidar inteiramente o Valor Unitário Nominal de cada Debênture e a Remuneração. *Amortização*. O Valor Nominal Unitário será amortizado de forma parcelada, conforme previsto na Escritura da 1ª Emissão. **5.1.1.** Em virtude da aprovação da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia, os acionistas decidiram, à unanimidade, incluir disposição no Estatuto Social da Companhia, de forma a prever autorização para o Conselho de Administração aumentar o capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, conforme nova redação do Estatuto Social consolidado cuja minuta encontra-se no Anexo II desta Ata. **5.1.2.** Os atuais acionistas neste ato renunciam a qualquer direito de preferência que possuam para fins do ingresso do debenturista na Companhia, caso este exerça a conversão das debêntures. **5.2. Conselho de Administração**. Criar o Conselho de Administração da Companhia, o qual será composto por 3 (três) membros, cujos mandatos serão de 2 (dois) anos, sendo permitida sua reeleição. **5.2.1.** Em virtude da criação do Conselho de Administração, são incluídos os seguintes novos artigos no Estatuto Social dispondo a respeito do seu funcionamento, competência, entre outros. ***Artigo 12º** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, respeitando as disposições do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º -** Os Conselheiros serão eleitos para mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição. Caso terminado o prazo de gestão para o qual foram eleitos, os Conselheiros continuarão no exercício de seus cargos até a designação e posse dos respectivos substitutos. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido e eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º-** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes nos casos em que quórum de votação qualificado não for exigido, conforme estabelecido em Acordo de Acionistas ou em outro instrumento, em primeira convocação ou em convocações subsequentes, cabendo a cada Conselheiro o direito a 1 (um) voto, sendo de sua competência deliberar sobre as matérias abaixo elencadas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto ou o Acordo de Acionistas; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente. (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (vi) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto ou o Acordo de Acionistas assim o exigir; (vii) autorizar, se o estatuto ou o Acordo de Acionistas não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e (viii) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.* **5.2.2.** Ficam, ainda, alteradas as seguintes disposições do Estatuto Social, em virtude da criação do Conselho de Administração: ***Artigo 13º** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 3 (três) Diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no Brasil, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Comercial e os demais Diretores sem designação específica ou conforme especificados no ato de sua eleição e por um Conselho de Administração composto por 3 (três) membros. **Parágrafo 1º** - Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, quando eleito, ou pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - Os Diretores estão dispensados de prestar caução e poderão ser destituídos a qualquer tempo de suas funções por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** - Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Caso terminado o prazo de gestão para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a designação e posse dos respectivos substitutos. **Parágrafo 4º** - Em caso de vaga ou impedimento definitivo verificado em qualquer dos cargos da Diretoria, os Diretores remanescentes continuarão administrando a Companhia na forma prevista neste Estatuto Social, até a designação e posse do(s) novo(s) Diretor(es) substituto(s), que será realizada por meio de deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.* **5.2.3. Eleição dos Conselheiros**. Aprovar a eleição dos 3 (três) membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia, pelo mandato unificado de 2 (dois) anos, quais sejam: **(a) Bruno Okamoto Ramos,** brasileiro, solteiro, empresário, portador do documento de identidade RG nº 7749495-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 083.132.519-48, residente e domiciliado na Rua Alcebíades Plaisant, nº 214, Casa C, bairro Água Verde, Curitiba/PR, CEP 80620-270; **(b) Graciete de Lima**, brasileira, solteira, empresária, do documento de identidade RG nº 6.407.304-4 SSP/PR, inscrita no CPF/ME sob o nº 030.693.779-47, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis, 660, apartamento 702, bairro Juvevê, CEP 80.040-100, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; e **(c) Beatriz Pereira Carneiro Cunha**, brasileira, casada, administradora de empresa, portadora do documento de identidade RG nº M3.822.033 SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob nº 650.291.866-20, residente e domiciliada na Avenida Professor Frederico Herman Jr, 199 apartamento 52A, CEP:05459-010, São Paulo/SP. **5.2.3.1.** Assumirá a presidência do Conselho de Administração o Sr. Bruno Okamoto Ramos, acima qualificado. **5.2.3.2.** Os Conselheiros eleitos declaram que não são pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, conforme Termos de Posse anexos a esta ata ("Anexo I"). **5.3. Estatuto Social**. Além das alterações e inclusões conforme deliberadas acima, os acionistas deliberam de forma unânime a aprovação da nova redação do Estatuto Social da Companhia nos termos do Anexo II desta Ata. **5.4. Autorizações para os Membros dos Órgãos Sociais.** Ficam os membros dos órgãos sociais da Companhia autorizados a celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. **6. Forma da Ata:** Foi deliberada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do *caput* do artigo 130 da Lei 6.404/76. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 17 de março de 2021. **8. Assinaturas:** Mesa: Bruno Okamoto Ramos - Presidente; Daniel Kendi Anghinoni Tutida - Secretário; Acionistas: (a) Bruno Okamoto Ramos; (b) Daniel Kendi Anghinoni Tutida. Confere com a original, lavrada em livro próprio. **Bruno Okamoto Ramos -** Presidente, **Daniel Kendi Anghinoni Tutida -** Secretário. Acionistas Presentes: **Bruno Okamoto Ramos, Daniel Kendi Anghinoni Tutida.** JUCESP nº 154.891/21-6 em 15.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo II - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º A **Encontre Um Nerd S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** A Companhia tem sua sede e foro na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, 6º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04557-130, podendo abrir, manter e extinguir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. **Parágrafo Único.** A Companhia possui 2 (duas) filiais, todas com o mesmo objeto social da sede, conforme descrição a seguir: **(i)** Uma filial localizada na Rua Rio Javari, nº 361, bairro Nossa Senhora das Graças, na cidade de Manaus, estado do Amazonas, CEP 69053-110, inscrita no CNPJ/ME sob nº 21.116.689/0003-56 e NIRE 139.200.058-20; e **(ii)** Uma filial localizada na Rua José Loureiro, nº 569, conjunto 711, 9º andar, Centro, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, CEP 80010-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 21.116.689/0004-37 e NIRE 419.019.379-44. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto (i) a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (CNAE 7490-1/04); (ii) o suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209-1/00); (iii) a reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos (CNAE 9511-8/00); (iv) os portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 6319-4/00). **Artigo 4º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado, dissolvendo-se por determinação da Assembleia Geral ou nas hipóteses previstas em lei, com a observância das disposições legais e estatutárias. **Capítulo II do Capital: Artigo 5º** O capital subscrito e integralizado da sociedade é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) dividido em 25.000 (vinte e cinco mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **Parágrafo Único**. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **Artigo 6º** A ação é indivisível perante a sociedade, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Parágrafo 1º** Para fins do disposto no Artigo 9º abaixo, a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal, conversíveis em ações ordinárias, com direito a voto e prioridade no reembolso de capital em evento de liquidez. **Parágrafo 2º** As ações preferenciais classe A serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante aprovação em assembleia geral especial de acionistas titulares de ações preferenciais classe A, e conferirão aos seus titulares o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** As ações preferenciais classe A serão conversíveis em ações ordinárias à taxa de conversão de 1:1 (ou seja, 1 (uma) ação preferencial classe A equivale a 1 (uma) ação ordinária), sujeita a ajuste no caso de desdobramento ou grupamento de ações, quando aplicável, ou qualquer outro ajuste de participação. **Artigo 7º** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 8º** A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, a critério dos acionistas, adquirindo-as, alienando-as, mantendo-as em tesouraria ou cancelando-as na forma prevista na legislação vigente, até o limite do saldo de lucros ou reservas, exceto a reserva legal, e sem diminuição do capital social. **Artigo 9º** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 6.222 (seis mil, duzentas e vinte e duas) ações preferenciais Classe A ações, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. **Capítulo III - Dos Acordos de Acionistas: Artigo 10º** Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto e do poder de controle, serão sempre observados pela Companhia ("Acordo de Acionistas"). **Parágrafo Único -** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os Administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral não poderá computar o voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Capítulo IV das Assembleias Gerais: Artigo 11º** As assembleias gerais de Acionistas serão ordinárias ou extraordinárias, nos termos previstos na Lei das S/A (cada assembleia geral de Acionistas, uma "Assembleia"). **Parágrafo 1º** Uma Assembleia ordinária deverá ocorrer anualmente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao fim de cada exercício social, para a discussão, votação e aprovação das matérias previstas no artigo 132 da Lei das S/A, a saber: (i) tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício da Companhia e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os Conselheiros e, conforme o caso, os membros do Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º** Assembleias extraordinárias poderão ocorrer sempre que requerido pelo curso dos negócios da Companhia. **Parágrafo 3º** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades Anônimas, a convocação de uma Assembleia será realizada por qualquer Conselheiro quando o Conselho de Administração estiver instalado, ou pelo Diretor Presidente, a pedido de qualquer Acionista, mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, nos termos do artigo 124 da Lei das S/A, e a sua entrega a cada Acionista com 8 (oito) dias de antecedência à data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (*e-mail*), ou de correspondência, com aviso de recebimento. A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia. Será considerada regular a Assembleia que comparecerem todos os Acionistas, independentemente das formalidades de convocação referidas acima, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S/A. **Parágrafo 4º** As Assembleias serão realizadas na sede da Companhia ou em local combinado prévia e consensualmente entre a totalidade dos Acionistas, ou, ainda, por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, caso em que a respectiva Assembleia será considerada realizada na sede da Companhia, e serão instaladas, ressalvadas as exceções previstas em Lei, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, ½ (metade) do capital social com direito a voto e em segunda convocação com ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto. As Assembleias serão presididas por uma pessoa escolhida pelos acionistas representantes da maioria das ações presentes a uma Assembleia, que indicará, por sua vez, o secretário da Assembleia. **Parágrafo 5º** A Companhia não tomará qualquer deliberação que, nos termos do Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas, esteja condicionada à aprovação dos Acionistas, sem antes obter a mencionada aprovação, conforme disposto no Estatuto Social ou Acordo de Acionistas. A menos que de outra forma seja requerido por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas ou pela Lei das Sociedades Anônimas, quaisquer matérias submetidas a Assembleia serão aprovadas mediante o voto afirmativo de acionistas que representem a maioria simples das ações com direito a voto representativas do capital social da Companhia. **Capítulo V - Da Administração: Artigo 12º** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, respeitando as disposições do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º** Os Conselheiros serão eleitos para mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição. Caso terminado o prazo de gestão para o qual foram eleitos, os Conselheiros continuarão no exercício de seus cargos até a designação e posse dos respectivos substitutos. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido e eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes nos casos em que quórum de votação qualificado não for exigido, conforme estabelecido em Acordo de Acionistas ou em outro instrumento, em primeira convocação ou em convocações subsequentes, cabendo a cada Conselheiro o direito a 1 (um) voto, sendo de sua competência deliberar sobre as matérias abaixo elencadas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições e remunerações, observado o que a respeito dispuser o estatuto ou o Acordo de Acionistas; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente. (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (vi) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto ou o Acordo de Acionistas assim o exigir; (vii) autorizar, se o estatuto ou o Acordo de Acionistas não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e (viii) escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Artigo 13º** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 3 (três) Diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no Brasil, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Comercial e os demais Diretores sem designação específica ou conforme especificados no ato de sua eleição e por um Conselho de Administração composto por 3 (três) membros. **Parágrafo 1º** Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, quando constituído, ou pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** Os Diretores estão dispensados de prestar caução e poderão ser destituídos a qualquer tempo de suas funções por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º** Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Caso terminado o prazo de gestão para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a designação e posse dos respectivos substitutos. **Parágrafo 4º** Em caso de vaga ou impedimento definitivo verificado em qualquer dos cargos da Diretoria, os Diretores remanescentes continuarão administrando a Companhia na forma prevista neste Estatuto Social, até a designação e posse do(s) novo(s) Diretor(es) substituto(s), que será realizada por meio de deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. **Artigo 14º** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 15º** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal: Artigo 16º** O Conselho Fiscal da sociedade, que será integrado por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro: Artigo 17º** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18º** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Artigo 19º** O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação da Companhia: Artigo 20º** A Companhia entrará em dissolução e liquidação nos casos e pelo modo previsto em Lei, ou, de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** Sendo a dissolução e liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante. **Parágrafo 2º -** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração no período de liquidação. **Capítulo IX Solução de Impasse: Artigo 21º** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei nº 6.404/76, e legislação vigente aplicável. **Artigo 22º** Os administradores da Companhia deverão adotar em suas ações padrões de governança corporativa mais desenvolvidos, e que promovam o alinhamento dos interesses relativos à gestão da Companhia entre seus respectivos agentes, devendo, no caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos anteriores. **Artigo 23º** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as divergências entre os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão resolvidas por arbitragem, de acordo com as regras de arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial ("CAMARB"), vigentes na data na qual o pedido de arbitragem for apresentado. **Capítulo X Disposições Gerais: Artigo 24º** A Companhia se obriga a disponibilizar aos acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 25º** A Companhia terá auditoria anual de suas demonstrações contábeis realizada por auditores independentes registrados na CVM. 17 de março de 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FOOTBALL SOCCER SOCIETY
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCADOS

Ficam convocados os representantes legais das entidades filiadas para a Assembleia Geral, que será realizada no **dia 17 de Maio de 2021, as 10hs**, em primeira convocação ou as 10:30hs em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sede social situada a Av. Prestes Maia, 241 - sala 814 – 8 andar - Centro - São Paulo - SP - Brasil - Cep.01031-902, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleger e empossar o Vice-Presidente da entidade para o mandato até Outubro de 2024, cargo este que ficou vacante por falecimento. São Paulo, 28 de Abril de 2021

Marcello Cordeiro Sangiovanni - Presidente

SMART TECNOLOGIA S/A - CNPJ/ME nº 18.008.594/0001-42 - NIRE nº 35.300.452.461

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 22.02.2021

Data, Hora, Local: 22.02.2021, às 10:30hs., na sede social, Rua do Paraíso, 148, 15º e 16º andares, Sala Smart, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa**: Fernando Biancardi Cirne - Presidente, Rodrigo Dantas Santos - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: [A] aceitação do pedido de renúncia do Sr. Wagner Narde, solteiro, analista de sistemas, RG 34.704.404-9 SSP/SP, CPF/ME 335.972.398-89, residente em São Paulo/SP, ao cargo de Diretor, eleito na AGE de 12.01.2021, arquivada na JUCESP nº 68.921/21-4 em 03/02/2021; e, ainda, [B] manutenção transitória, do cargo estatutário de Diretor "vago" até o exato momento da posse de eventual substituto, nos termos do Estatuto Social e legislação superveniente. Ademais, [B.1] fica a Diretoria autorizada a assinar todos os documentos e a praticar quaisquer atos decorrentes das deliberações aprovadas nos exatos termos desta assembleia. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 22.02.2021. Acionista Unipessoal (Vindi Tecnologia e Markenting S/A - "VindiSA" - (por seus representantes legais: i. Fernando Biancardi Cirne; e, Rodrigo Dantas Santos). JUCESP nº 154.422/21-6 em 08.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SOCCER SOCIETY
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCADOS

Ficam convocados os representantes legais das entidades filiadas para a Assembleia Geral, que será realizada no **dia 17 de Maio de 2021, as 12hs**, em primeira convocação ou as 12:30hs em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sede social situada a Av. Prestes Maia, 241 - sala 814 – 8 andar - Centro - São Paulo - SP - Brasil - Cep.01031-902, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleger e empossar o Vice-Presidente da entidade para o mandato até Janeiro de 2023, cargo este que ficou vacante por falecimento. São Paulo, 28 de Abril de 2021

Marcello Cordeiro Sangiovanni - Presidente

ERMAN Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.376/0001-44 – NIRE 35.300.191.005

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa		741	700	Dividendos a pagar	4		305.346
Impostos a recuperar		16	10				305.346
Dividendos a receber	4		305.695	**Patrimônio Líquido**	6		
		757	306.405	Capital Social		7.584.730	7.584.730
Não circulante				Reservas de lucros		1.793.698	2.082.412
Investimentos	5	10.598.346	10.153.266	Ajuste de avaliação patrimonial		1.220.675	487.183
						10.599.103	10.154.325
Total do ativo		10.599.103	10.459.671	**Total do passivo e patrimônio líquido**		10.599.103	10.459.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019		7.584.730	2.620	348.724	1.055.008		484.583	9.475.665
Lucro do exercício						1.285.667		1.285.667
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício						1.285.667	2.600	1.288.267
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					101.719			101.719
Perda no aumento de capital da Karmin					(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)			64.283		(64.283)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(358.981)	(305.346)		(664.327)
Retenção de lucros					916.038	(916.038)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				64.283	611.776	(1.285.667)		(609.608)
Em 31 de dezembro de 2019		7.584.730	2.620	413.008	1.666.784		487.183	10.154.325
Prejuízo do exercício						(417.512)		(417.512)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							733.492	733.492
Total do resultado abrangente do exercício						(417.512)	733.492	315.980
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(417.512)	417.512		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(195.341)			(195.341)
Reversão de dividendos deliberados					305.346			305.346
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSU/VSA					9.120			9.120
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU/ VSA					9.674			9.674
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					(288.713)	417.512		128.799
Em 31 de dezembro de 2020		7.584.730	2.620	413.008	1.378.070		1.220.675	10.599.103

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	(415.839)	1.287.138
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.704)	(1.525)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(417.543)	1.285.612
Resultado financeiro		31	55
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(417.512)	1.285.667
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(417.512)	1.285.667
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		(0,61)	1,88
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(417.512)	1.285.667
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	766.146	24.001
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(72.254)	23.067
"Hedge accounting" operacional de controladas	(158.974)	(9.737)
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.306)	10.918
Outros reflexos de controladas e coligadas	247.227	(12.402)
	775.838	35.847
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(42.346)	(33.247)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	733.492	2.600
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	315.980	1.288.267

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(417.512)	1.285.667
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	415.839	(1.287.138)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(6)	(10)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.679)	(1.480)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	197.061	360.417
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	197.061	360.417
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(195.341)	(358.981)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(195.341)	(358.981)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	41	(43)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	700	743
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	741	700
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	305.695	101.719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
ERMAN Participações S.A. ("Companhia", ou "ERMAN") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1. Base de apresentação
2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2020 Dividendos a receber	2019 Dividendos a receber	2020 Dividendos a pagar	2019 Dividendos a pagar
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.		305.695		
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)				305.346
		305.695		305.346

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2020: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019	Saldo de investimento 2020	2019
Hejoassu Administração S.A.	42.393.359	(1.663.356)	25,00	(415.839)	1.287.138	10.598.339	10.153.259
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				(415.839)	1.287.138	10.598.346	10.153.266

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 95.591, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 99.750, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Cláudio Ermírio de Moraes - Diretor
Ricardo Ermírio de Moraes - Diretor
Paulo Midena - Contador CRC 1SP 171.463/O-9

JEMF Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.394/0001-26 – NIRE: 35.300.191.021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa		257	260	Partes relacionadas			68
Impostos a recuperar		25	20	Dividendos a pagar	4		305.478
Dividendos a receber	4		305.695				305.546
		282	305.975	**Patrimônio Líquido**	6		
				Capital social		7.584.730	7.584.730
Não circulante				Reservas de lucros		1.793.223	2.081.782
Investimentos	5	10.598.346	10.153.266	Ajuste de avaliação patrimonial		1.220.675	487.183
						10.598.628	10.153.695
Total do ativo		10.598.628	10.459.241	**Total do passivo e patrimônio líquido**		10.598.627	10.459.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019		7.584.730	2.620	229.715	1.172.047		484.583	9.473.695
Lucro do exercício						1.286.224		1.286.224
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício						1.286.224	2.600	1.288.824
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					101.599			101.599
Perda no aumento de capital da Karmin					(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)			64.311		(64.311)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(357.944)	(305.478)		(663.423)
Retenção de lucros					916.435	(916.435)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				64.311	613.089	(1.286.224)		(608.824)
Em 31 de dezembro de 2019		7.584.730	2.620	294.026	1.785.136		487.183	10.153.695
Prejuízo do exercício						(416.846)		(416.846)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							733.492	733.492
Total do resultado abrangente do exercício						(416.846)	733.492	316.646
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(416.846)	416.846		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(195.986)			(195.986)
Reversão de dividendos deliberados					305.478			305.478
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSU/VSA					9.120			9.120
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU/ VSA					9.674			9.674
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					(288.560)	416.846		128.286
Em 31 de dezembro de 2020		7.584.730	2.620	294.026	1.496.577		1.220.675	10.598.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	(415.839)	1.287.138
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.027)	(953)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(416.866)	1.286.185
Resultado financeiro		20	106
Resultado não operacional, líquido			(67)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(416.846)	1.286.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(416.846)	1.286.224
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		(0,61)	1,88
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(416.846)	1.286.224
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	766.146	24.001
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(72.254)	23.067
"Hedge accounting" operacional de controladas	(158.974)	(9.737)
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.306)	10.918
Outros reflexos de controladas e coligadas	247.227	(12.402)
	775.838	35.847
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(42.346)	(33.247)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	733.492	2.600
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	316.646	1.288.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	(416.846)	1.286.224
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	415.839	(1.287.137)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(4)	(20)
Aumento (diminuição) em outros passivos	(68)	(1.590)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.079)	(2.523)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	197.062	360.418
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	197.062	360.418
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(195.986)	(357.944)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(195.986)	(357.944)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(3)	(50)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	260	310
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	257	260
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	305.695	101.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
JEMF Participações S.A. ("Companhia", ou "JEMF") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1. Base de apresentação
2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2020 Dividendos a receber	2019 Dividendos a receber	2020 Dividendos a pagar	2019 Dividendos a pagar
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.		305.695		
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)				305.478
		305.695		305.478

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2020: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019	Saldo de investimento 2020	2019
Hejoassu Administração S.A.	42.393.359	(1.663.356)	25,00	(415.839)	1.287.138	10.598.340	10.153.260
Outros investimentos						6	6
Total dos investimentos				(415.839)	1.287.138	10.598.346	10.153.266

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 97.312, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 99.750, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

José Ermírio de Moraes Neto – Diretor
José Roberto Ermírio de Moraes – Diretor
Paulo Midena – Contador CRC 1SP 171.463/O-9

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Guarujá (SP), abril de 2021 — **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.263	38.181	Fornecedores	7.112	5.738
Contas a receber de clientes	2.018	19.121	Passivos de operações de arrendamento	9.405	7.143
Estoques	2.116	1.985	Partes relacionadas	16.026	220
Impostos a recuperar	245	326	Adiantamentos de clientes	–	25
Partes relacionadas	12.575	16.840	Obrigações trabalhistas	6.122	4.049
Outras contas a receber	507	2.733	Impostos a recolher	4.049	2.287
Total do ativo circulante	28.724	79.186	Dividendos a pagar	3.815	311
Não Circulante			Outras contas a pagar	7.217	8.128
Impostos a recuperar	3.323	3.753	Total do passivo circulante	53.746	27.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.858	3.357	**Não Circulante**		
Depósitos judiciais e cauções	1.515	1.758	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.514	2.685
Partes relacionadas	21.651	24.817	Provisão para benefícios pós-empregos	23	12
Imobilizado	132.428	111.775	Passivos de operações de arrendamento	36.100	35.283
Direito de uso	43.744	41.221	Empréstimos com partes relacionadas	61.053	142.795
Intangível	1.491	1.734	Provisão para desmobilização de ativos	808	1.057
Total do ativo não circulante	208.010	188.415	Partes relacionadas	48.571	–
			Outras contas a pagar	21.842	26.546
			Total do passivo não circulante	170.911	208.378
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	50	50
			Reserva legal	10	10
			Reserva de lucros	12.034	31.276
			Outros resultados abrangentes	(17)	(14)
			Total do patrimônio líquido	12.077	31.322
Total do Ativo	236.734	267.601	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**	236.734	267.601

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	50	10	466	–	–	(30)	496
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	31.121	–	31.121
Dividendos distribuídos	–	–	(311)	–	–	–	(311)
Dividendos propostos	–	–	–	30.689	(30.689)	–	–
Ganho na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	16	16
Destinação para reserva de lucros	–	–	432	–	(432)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	50	10	587	30.689	–	(14)	31.322
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.262	–	15.262
Dividendos distribuídos	–	–	–	(30.689)	–	–	(30.689)
Distribuição propostos	–	–	–	–	(3.815)	–	(3.815)
Perda na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	(3)	(3)
Destinação para reserva de lucros	–	–	11.447	–	(11.447)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50	10	12.034	–	–	(17)	12.077

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Receita Líquida de Serviços	94.160	123.415
Custo dos serviços prestados	(77.862)	(69.214)
Lucro Bruto	16.298	54.201
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	833	1.181
Gerais e administrativas	(313)	(240)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.043	162
	11.563	1.103
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	27.861	55.304
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.295	1.555
Despesas financeiras	(5.333)	(10.092)
Variação cambial, líquida	(535)	(55)
	(4.573)	(8.592)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	23.288	46.712
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.525)	(15.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	499	(400)
Lucro Líquido do Exercício	15.262	31.121

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2020	2019
Lucro líquido do exercício	15.262	31.121
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.438	19.242
Juros e empréstimos com partes relacionadas	3.148	7.801
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	2.047	2.286
Baixa de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	86	1.300
IR e CS correntes e diferidos	8.024	15.591
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	(833)	(1.181)
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	(249)	(9)
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	(13)	(430)
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	4.142	2.144
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	8	24
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	167	46
	51.227	77.935
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	17.936	(8.605)
Estoques	(131)	(14)
Impostos a recuperar	511	(66)
Outras contas a receber	2.226	(357)
Depósitos judiciais e cauções	243	(274)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.374	700
Adiantamentos de clientes	(25)	(1.602)
Obrigações trabalhistas	(2.069)	(2.403)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(338)	–
Impostos a recolher	(1.999)	574
Outras contas a pagar	(5.615)	(5.957)
Partes relacionadas	71.705	(1.013)
Caixa proveniente das operações	135.045	58.918
Pagamento de juros sobre empréstimos	(89.424)	–
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(2.060)	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.764)	(15.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.797	41.568
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(31.272)	(3.209)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.272)	(3.209)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contraprestação paga de arrendamento	(8.080)	(7.302)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(31.000)	–
Captação de empréstimos com partes relacionadas	105.500	–
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	(100.863)	(466)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(34.443)	(7.768)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(26.918)	30.591
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldos no início do exercício	38.181	7.590
Saldos no fim do exercício	11.263	38.181
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(26.918)	30.591

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - Termag (a seguir denominado "Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito de concessão de exploração comercial de um terminal portuário localizado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de granéis sólidos e líquidos e de outras mercadorias afins e compatíveis. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é de R$500 representado por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R$50 e corresponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:

	Valor	%
Capital social subscrito	500	100,00
(–) Capital social a integralizar	(450)	90,00
Capital social integralizado	50	10,00

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada como segue:

Acionista	Ações ordinárias	%	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado
Fertimport S.A.	300.000	60,00	300	(270)	30
Bunge Fertilizantes S.A.	100.000	20,00	100	(90)	10
Rumo Malha Norte S.A.	100.000	20,00	100	(90)	10
	500.000	100,00	500	(450)	50

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Constituída inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$ 12.034 (R$ 31.276 em 2019), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador: Ulisses Eduardo de Oliveira - CRC BA 024834/O-6

HEJOASSU Administração S.A.

CNPJ/MF nº 61.194.148/0001-07 – NIRE: 35.300.192.559

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa		144	585	Fornecedores		76	966
Aplicações financeiras		9.496	18.468	Salários e encargos sociais		3.790	3.535
Partes relacionadas	6	2.724	5.571	Tributos a recolher		186	212
Outros ativos		117	75	Dividendos a pagar	6		1.222.780
		12.481	24.699	Arrendamento mercantil		5.545	2.435
				Outras exigibilidades		3	4
						9.600	1.229.932
Não Circulante				**Não Circulante**			
Tributos a recuperar	5	46.400	45.868	Outras exigibilidades		956	1.160
Depósitos judiciais		3.175	3.175	Arrendamento mercantil		4.314	9.090
		49.575	49.043	Provisões para contingências		5.828	2.614
						11.098	12.864
Investimentos	7	42.342.312	41.770.567	**Patrimônio líquido**	8		
Direitos de uso - contrato arrendamento		9.689	11.525	Capital social		27.000.000	27.000.000
		42.352.001	41.782.092	Reservas de lucros		10.510.659	11.664.305
		42.401.576	41.831.135	Ajuste de avaliação patrimonial		4.882.700	1.948.733
						42.393.359	40.613.038
Total do ativo		42.414.057	41.855.834	**Total do passivo e patrimônio líquido**		42.414.057	41.855.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
1º de janeiro de 2019	8 (a)	27.000.000	10.479	1.112.890	7.831.601		1.938.333	37.893.303
Lucro do exercício						5.148.550		5.148.550
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							10.400	10.400
Total do resultado abrangente do exercício						5.148.550	10.400	5.158.950
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					413.235			413.235
Perda no aumento de capital da Karmin					(188.000)			(188.000)
Constituição de reserva legal				257.427		(257.427)		
Dividendos distribuídos	8 (b)				(1.441.670)	(1.222.781)		(2.664.450)
Retenção de lucros					3.668.342	(3.668.342)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				257.427	2.451.907	(5.148.550)		(2.439.215)
31 de dezembro de 2019		27.000.000	10.479	1.370.318	10.283.508		1.948.733	40.613.038
Prejuízo do exercício						(1.663.356)		(1.663.356)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							2.933.967	2.933.967
Total do resultado abrangente do exercício						(1.663.356)	2.933.967	1.270.611
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(1.663.356)	1.663.356		
Dividendos distribuídos	8 (b)				(788.246)			(788.246)
Reversão de dividendos deliberados					1.222.781			1.222.781
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo VSA					36.480			36.480
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo VSA					38.695			38.695
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					(1.153.646)	1.663.356		509.710
31 de dezembro de 2020		27.000.000	10.479	1.370.318	9.129.862	4.882.700		42.393.359

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado e equivalência patrimonial	7	(1.638.987)	5.168.834
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(24.877)	(22.493)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(1.663.864)	5.146.341
Receitas financeiras		1.040	2.680
Despesas financeiras		(532)	(471)
Receitas financeiras, líquidas		508	2.209
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.663.356)	5.148.550
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.663.356)	5.148.550
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		(1,04)	3,22
Quantidade média de ações		1.600.000	1.600.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.663.356)	5.148.550
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Variação cambial de investimentos no exterior	3.064.582	96.004
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(289.017)	92.267
"Hedge accounting" operacional de controladas	(635.897)	(38.947)
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes outros resultados abrangentes	(25.223)	43.671
Outros reflexos de controladas e coligadas	988.906	(49.609)
	3.103.351	143.386
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(169.384)	(132.986)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	2.933.967	10.400
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	1.270.611	5.158.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.663.356)	5.148.550
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	1.638.987	(5.168.834)
Variações monetárias	(999)	(2.587)
Constituição de provisões	3.175	
	(22.193)	(22.871)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros passivos	(2.532)	11.598
Diminuição (aumento) em outros ativos	5.148	(7.090)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(19.577)	(18.364)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de capital em controladas	(1.590)	(1.500)
Dividendos recebidos	800.000	1.475.110
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	798.410	1.473.610
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(788.246)	(1.441.670)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(788.246)	(1.441.670)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(9.414)	13.577
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	19.054	5.477
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.640	19.054
Transações que não afetaram o caixa		
Reversão de dividendos	1.222.781	413.235

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
A Hejoassu Administração S.A. ("Companhia", ou "Hejoassu") é uma sociedade de capital privado fechado, e controladora integral da Votorantim S.A. ("VSA"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil. A empresa foi constituída em 24 de setembro de 1969 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras e contábeis
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 22 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1 Base de apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado. Estas demonstrações financeiras individuais contêm informações sobre a Hejoassu e não contêm informações financeiras consolidadas, como sendo a controladora de um grupo. A Hejoassu não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua controlada VSA, uma vez que essa controlada é a holding do Grupo Votorantim e já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da Companhia concluiu que a preparação de demonstrações financeiras consolidadas incluindo a Hejoassu, considerando a irrelevância de seus ativos e passivos, estaria duplicando informações já disponíveis, não acrescentando relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público por meio do site www.votorantim.com.br A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.
3. Estimativas e premissas contábeis críticas
As estimativas e julgamentos contábeis refletidos de controlada são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, inclusive expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Provisões tributárias
A Companhia é parte envolvida em processos tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamental na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
4. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Depósitos judiciais
No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.
(c) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(d) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
5. Tributos a recuperar

	2020	2019
IRPJ a compensar (i)	45.912	45.226
IRRF sobre aplicações financeiras	108	265
CSLL a compensar	381	377
	46.400	45.868

(i) Refere-se principalmente a antecipações de Imposto de Renda efetuadas em exercícios anteriores. Os pedidos de restituição foram entregues oportunamente, e estão em processo de homologação pela Secretaria da Receita Federal.
6. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2020 Valores a receber	2019 Valores a receber	2020 Dividendos a pagar	2019 Dividendos a pagar
Partes relacionadas				
Votorantim S.A.	2.724	5.397		
AEM Participações S.A.				305.695
ERMAN Participações S.A.				305.695
MRC Participações S.A.		107		305.695
JEMF Participações S.A.		67		305.695
	2.724	5.571		1.222.780

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, bem como ao reembolso dos gastos incorridos com reforma, manutenção, aluguel. IPTU dos andares 14º, ao 16º, da Sede, baseado em contrato. O critério de rateio, levou em consideração a área ocupada (m²).
7. Investimentos
(a) Composição

Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2020: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019	Saldo de investimento 2020	2019
Votorantim S.A.	42.341.433	(1.637.382)	100,00	(1.637.382)	5.170.226	42.341.433	41.769.673
Nazaré Participações Ltda.	678	(1.605)	99,99	(1.605)	(1.392)	678	693
Outros investimentos						201	201
Total dos investimentos				(1.638.987)	5.168.834	42.342.312	41.770.567

8 Patrimônio Líquido
(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é R$ 27.000.000.000 (vinte e sete bilhões de reais), e representado por 1.600.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou às suas controladoras AEM Participações S.A.; ERMAN Participações S.A.; JEMF Participações S.A. E MRC Participações S.A., o montante de R$ 389.246, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou às suas controladoras AEM Participações S.A.; ERMAN Participações S.A.; JEMF Participações S.A. E MRC Participações S.A., o montante de R$ 399.000, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica de forma reflexa: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti – Diretor
José Luiz Gimenes Caiafa – Diretor
Paulo Midena – Contador CRC 1SP 171.463/O-9

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte edital 19678 nos dias 06, 07 e 08 de maio às 15h. www.arteabstrataleiloes.com.br - Rua Penaforte Mendes, 101 - Bela Vista SP/SP arteabstrataleiloes@gmail.com

Jornal ODIASP

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de livros, CDs e Numismática, edital 19526 nos dias 22 de maio às 13 h e 24 e 25 de maio às 19 h. www.gmleiloes.com.br - SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

Mississipi Securitizadora S/A - CNPJ: 37.592.100/0001-64

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2020 (Valores expressos em reais)

Relatório da Adminsitração - Aos acionistas da **Mississipi Securitizadora S/A -** Senhores Acionistas, A Administração da **Mississipi Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31/12/2020. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a CVM, conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09. Atenciosamente, **Mississipi Securitizadora S/A - João Baptista Peixoto Neto -** Diretor Presidente.

Balanço Patrimonial	Nota	13/04/2020 à 31/12/2020
Ativo		
Ativo circulante		**27**
Caixa e equivalentes de caixa	5	27
Total do Ativo		**27**
Passivo		
Patrimônio líquido	6	**27**
Capital social		10.000
(-) Capital social a integralizar		(8.860)
Resultados do Período		(1.113)
Total do Passivo		**27**

Demonstração do Resultado	Nota	13/04/2020 à 31/12/2020
(Despesas) / Receitas operacionais		
Despesas Gerais e administrativas		(1.113)
Total das despesas operacionais		**(1.113)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	7	**(1.113)**
Resultado financeiro líquido	8	-
Resultado antes das provisões		**(1.113)**
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		**(1.113)**

Demonstração do Resultado Abrangente	13/04/2020 à 31/12/2020
Resultado Líquido do Período	(1.113)
Resultado abrangente do período	(1.113)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Subscrito	Capital Social (-)a integralizar	Resultado do Período	Total
Saldo em 13/04/2020	-	-	-	-
Subscrição capital social	10.000	(10.000)	-	-
Integralização capital social	-	1.140	-	1.140
Resultado do exercício	-	-	(1.113)	(1.113)
Saldo em 31/12/2020	**10.000**	**(8.860)**	**(1.113)**	**27**

Demonstração do Fluxo de Caixa	13/04/2020 à 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(1.113)
	(1.113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
- Integralização de Capital Social	1.140
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.140**
Aumento/(Diminuição Líquida caixa e equivalentes caixa	**27**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	27

Demonstração do Valor Adicionado	13/04/2020 à 31/12/2020
I - Receita	-
II - Insumos Adquiridos de Terceiros	**1.113**
III - Valor Adicionado Bruto	**(1.113)**
IV - Depreciação, Amortização e Exaustão	-
V - Valor Adicionado Líquido	**(1.113)**
VI - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-
VII - Valor Adicionado Total a Distribuir	**(1.113)**
VIII - Distribuição do Valor Adicionado	**(1.113)**
Remuneração de capitais próprios	(1.113)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A **Mississipi Securitizadora S/A,** é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 13/04/2020, tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2020, foram autorizadas pelo conselho de administração em 24/03/2021. **2. Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado à variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2020 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/Cofins:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **"Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **4. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita: i.** Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **ii.** Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. **iii.** Receita de securitização: O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado. **4.3 Impostos e contribuições: i.** Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes: O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **ii.** Imposto sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário.** • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; **4.4 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: i.** Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas à prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020 não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.7 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu Artigo 71. **4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.9 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.10 Tributos a compensar:** Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.11 Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.12 Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

	31/12/2020
Banco do Bradesco	1
Aplicações financeiras	26
Total de caixa e equivalentes de caixa	**27**

6. Patrimônio líquido: Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Resultado do Exercício - No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R$ 1.112,76 que serão revertidos à medida que a Companhia prosperar suas operações. **7. Resultado Operacional Líquido:** O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Lucro antes do Resultado Financeiro	31/12/2020
Receitas operacionais	-
Despesas Operacionais	**(1.113)**
Despesas Gerais e Administrativas	(1.113)
Total das despesas operacionais	**(1.113)**

Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2020, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

São Paulo - SP, 24/03/2021

João Baptista Peixoto Neto - Diretor Presidente

João Paulo Guedes do Nascimento Santos

Contador - CRC SP 320840/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Mississipi Securitizadora S/A -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Mississipi Securitizadora S/A,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mississipi Securitizadora S/A,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Blumenau-SC, 25 de março de 2021. **Audifactor Auditores Independentes S/S -** CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP; **Juliano dos Santos Machado -** Sócio - Contador - CRC/PR 051.229/O-8 "S" SP; **Sideni Moratelli -** Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP.

Filadélfia Securitizadora S/A - CNPJ: 31.907.982/0001-23

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Relatório da Adminsitração - Aos acionistas da **Filadélfia Securitizadora S/A:** Senhores Acionistas, a Administração da **Filadélfia Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31/12/2020. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a CVM, conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09. Atenciosamente, **Filadélfia Securitizadora S/A - João Baptista Peixoto Neto -** Diretor Presidente.

Balanço Patrimonial - Ativo	Nota	2020	2019
Ativo circulante		**1.107**	**8.626**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.107	8.626
Total do Ativo		**1.107**	**8.626**
Balanço Patrimonial - Passivo	**Nota**	**2020**	**2019**
Patrimônio líquido	6	**1.107**	**8.626**
Capital social		53.650	10.000
Adiantamento Futuro Aumento Capital		28.964	23.650
Resultados do Período		(81.507)	(25.024)
Total do Passivo		**1.107**	**8.626**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	AFAC	Resultado do Período	Total
Saldo em 31/12/2018	**10.000**	**(9.000)**	-	-	**1.000**
Integralização capital social	-	9.000	23.650	-	32.650
Resultado do exercício	-	-	-	(25.024)	(25.024)
Saldo em 31/12/2019	**10.000**	-	**23.650**	**(25.024)**	**8.626**
AFAC	-	-	48.964	-	48.964
Integralização capital social	43.650	-	(43.650)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(56.483)	(56.483)
Saldo em 31/12/2020	**53.650**	-	**28.964**	**(81.507)**	**1.107**

Demonstração do Resultado	Nota	2020	2019
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas Gerais e administrativas		(55.497)	(23.763)
Total das despesas operacionais		**(55.497)**	**(23.763)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	7	**(55.497)**	**(23.763)**
Despesas financeiras		(986)	(1.261)
Resultado financeiro líquido	8	**(986)**	**(1.261)**
Resultado antes das provisões		**(56.483)**	**(25.024)**
Prejuízo Líquido do Exercício		**(56.483)**	**(25.024)**

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
Resultado Líquido do Período	(56.483)	(25.024)
Resultado abrangente do período	(56.483)	(25.024)

Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(56.483)	(25.024)
	(56.483)	**(25.024)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
- Integralização de Capital Social	-	9.000
- Adiantamento para Aumento de Capital Social	48.964	23.650
Caixa líquido proveniente atividades financiamento	**48.964**	**32.650**
Aumento/(Diminuição)Líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(7.519)**	**7.626**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.626	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.107	8.626

Demonstração do Valor Adicionado	2020	2019
I - Receita	-	-
II - Insumos Adquiridos de Terceiros	**55.497**	23.763
III - Valor Adicionado Bruto	**(55.497)**	**(23.763)**
IV - Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
V - Valor Adicionado Líquido	**(55.497)**	**(23.763)**
VI - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-
VII - Valor Adicionado Total a Distribuir	**(55.497)**	**(23.763)**
VIII - Distribuição do Valor Adicionado	**(55.497)**	**(23.763)**
Remuneração de capitais de terceiros	986	1.261
Remuneração de capitais próprios	(56.483)	(25.024)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A **AAJR Securitizadora De Créditos Imobiliários S.A.,** é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 22/08/2018, tendo sua razão social alterada para **Filadélfia Securitizadora S/A** em 02/06/2020, e tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2020 foram autorizadas pelo conselho de administração em 16/03/2021. **2. Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/Cofins:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **"Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **4. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita: i.** Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **ii.** Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. **iii.** Receita de securitização: O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado. **4.3 Impostos e contribuições: i.** Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **ii.** Imposto sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário.** • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; **4.4 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: i.** Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas à prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020 não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.7 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu Artigo 71. **4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.9 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.10 Tributos a compensar:** Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.11 Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.12 Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Banco do Brasil - Conta Impessoal	1.000	1.000
Bradesco	1	-
Aplicações financeiras	106	-
Caixa Econômica Federal	-	7.626
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.107**	**8.626**

6. Patrimônio líquido: Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R$53.650,00, representado por 53.650 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. AFAC - A companhia possui o valor de R$28.964,02 em adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que esse valor será convertido em aumento de capital, no entanto, permanece a disposição da assembleia geral. Resultado do Exercício - No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R$ 56.483,27 que serão revertidos à medida que a Companhia prosperar suas operações. **7. Resultado Operacional Líquido:** O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Lucro antes do Resultado Financeiro	2020	2019
Receitas operacionais	-	-
Despesas Operacionais	**(55.497)**	**(23.763)**
Despesas Gerais e Administrativas	(55.497)	(23.763)
Total das despesas operacionais	**(55.497)**	**(23.763)**

8. Resultado financeiro: O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Resultado financeiro líquido	2020	2019
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	**(986)**	**(1.261)**
Despesas Bancarias	(986)	(1.261)
Resultado financeiro líquido	**(986)**	**(1.261)**

Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2020, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

São Paulo/SP, 16/03/2021

João Baptista Peixoto Neto - Diretor Presidente

João Paulo Guedes do Nascimento Santos

Contador - CRC SP 320840/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Filadélfia Securitizadora S/A -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da FILADELFIA SECURITIZADORA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FILADELFIA SECURITIZADORA S/A, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Blumenau-SC, 17 de março de 2021. **Audifactor Auditores Independentes S/S -** CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP; **Juliano dos Santos Machado -** Sócio - Contador - CRC/PR 051.229/O-8 "S" SP; **Sideni Moratelli -** Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. - Em constituição

Extrato da Ata da Assembleia Geral de Constituição da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. Realizada em 21.01.2021

Data, hora, local: 21.01.2021, 10hs, Rua Bandeira Paulista, 600, Conjunto 44, Sala 13, São Paulo/SP. **Presença**: **(i)** Travessia Assessoria Financeira Ltda., com sede, São Paulo/SP, CNPJ 26.264.237/0001-73, JUCESP NIRE 3523015547-1, representada por Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 30.393.860-2 SSP-SP, CPF 218.718.568-09; e (ii) Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa, acima qualificado. **Mesa**: Presidente: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa, Secretário: Luis Philipe Camano Passos. **Ordem do Dia e Deliberações**: **(i)** A constituição de uma S/A, com denominação "Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.". Aprovação da minuta do Estatuto Social. **(ii)** O capital social no valor total de R$ 500,00, mediante a emissão de 500 ações ordinárias nominativas, pelo preço de R$1,00 cada uma, conforme descritas no Boletim de Subscrição: Travessia Assessoria Financeira Ltda., subscreve 499 ações - R$499,00; e Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa, subscreve 1 ação - R$1,00. **(iii)** Eleição dos Diretores da Companhia: **(i) Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa**, acima qualificado, para Diretor Presidente; **(ii) Luis Philipe Camano Passos**, brasileiro, solteiro, administrador, RG 34.545.393-1 SSP-SP, CPF 345.394.968-40, para Diretor de Relações com Investidores; **(iii) Camila Maria Oliveira**, brasileira, casada, RG 36.825.036-2 SSP-SP, CPF/ME 349.935.818-23, para Diretora sem designação especifica; **(iv) Sandra Aparecida Gomes**, brasileira, solteira, comunicóloga, RG 28.191.920-3 SSP/SP, CPF 268.621.788-06, para Diretora sem designação específica; e **(v) Thais de Castro Monteiro**, brasileira, solteira, advogada, RG 49.116.133-5 SSP/SP, CPF 421.565.628-14, para Diretora de Compliance, todos com endereço comercial em São Paulo os quais declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis e tomam posse de seus respectivos cargos, permanecerão em seus cargos pelo período de 2 anos a contar da presente data e não farão jus a remuneração. **(iv)** As publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no artigo 289 da Lei 6.404/76, serão realizadas no "DOESP" e no periódico "Jornal O Dia". **(v)** A sede da Companhia será na Cidade de São Paulo/SP, Rua Bandeira Paulista, 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, Sala 13, CEP 04532-001. **(vi)** O capital social de R$500,00 encontra-se totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. **Encerramento**: Nada mais. Acionistas: **Travessia Assessoria Financeira Ltda., Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa.** Diretores Eleitos: **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa** - Diretor Presidente, **Luis Philipe Camano Passos -** Diretor de Relações com Investidores, **Camila Maria Oliveira -** Diretora, **Sandra Aparecida Gomes -** Diretora, **Thais de Castro Monteiro -** Diretora de Compliance. Advogado: Thais de Castro Monteiro - OAB/SP nº 401.782. JUCESP NIRE 3530056544-4 em 25.02.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social. Denominação, Sede Social e Duração. Artigo 1º: A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**") e Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26.01.2000, conforme alterada ("**Resolução 2.686**"). **Artigo 2º**: A Companhia tem sua sede social em São Paulo/SP, Rua Bandeira Paulista, 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, Sala 13, CEP 04532-001, não sendo permitida a abertura de filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º**: O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Objeto Social. Artigo 4º**: A Companhia tem por objeto social: **(i)** a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("**Créditos Financeiros**"); **(ii)** a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e **(iv)** a realização de operações de *hedge* em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **§1º:** No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Financeiros. **§2º**: Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: **(i)** a gestão e administração dos Créditos Financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Financeiros; **(ii)** a aquisição e a alienação de títulos representativos de Créditos Financeiros; **(iii)** a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Financeiros; **(iv)** a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Financeiros; **(v)** a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e **(vi)** a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Capital Social e Ações. Artigo 5º**: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$500,00, representado por 500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º**: Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Artigo 7º**: O capital social somente será representado por ações ordinárias. **Artigo 8º**: Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. **Assembleia Geral. Artigo 9º**: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei. **§Único**: Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **Artigo 10**: A Assembleia Geral, seja ela ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida por qualquer um dos administradores da Companhia. **§Único**: A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das S.A., desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia até 24 horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a respectiva Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência, este somente será aceito com a concordância do Presidente da respectiva Assembleia. **Artigo 11**: A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas dos demais órgãos de administração da Companhia. **Artigo 12**: Com exceção do disposto no artigo seguinte, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco. **Artigo 13**: As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral quando tiverem o voto favorável de Acionistas que representem, no mínimo, 50% das ações ordinárias emitidas pela Companhia: **(i)** alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social que envolva a alteração do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão da prática de novas atividades econômicas; **(ii)** operações de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou ainda sua liquidação ordinária ou cessação do estado de liquidação; **(iii)** redução do dividendo obrigatório; **(iv)** dissolução da Companhia; e **(v)** participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A. **§1º:** Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos: **(i)** transferência do controle da Companhia; **(ii)** redução do capital social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; **(iii)** cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação que embasa suas operações de securitização, nos termos da Resolução 2.686. **§2º**: O disposto no §1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal computo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade coligada ou submetida a controle comum, e titulares de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam detidos pelo cedente dos Créditos Financeiros, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas aplicáveis. **§3º**: Tendo em vista que a formalização dos itens "i" e "ii" previstos no §1º acima, esta é feita nos livros de registro de ações da Companhia, em que os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas neste artigo, sendo que qualquer operação feita em desacordo com o aqui disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros. **§4º**: É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Administração da Companhia. Artigo 14**. A Companhia será administrada pela Diretoria, cuja competência é atribuída pelo presente Estatuto Social, bem como pela legislação aplicável, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§1º**: A representação da Companhia caberá à Diretoria. **§2º**: Os membros da Diretoria estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. **§3º**: A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores e a sua distribuição. **Artigo 15**: O mandato dos membros da Diretoria é de 2 anos, sendo possível a reeleição. **Diretoria. Artigo 16**: A Diretoria será composta por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Relações com Investidores, 2 Diretores sem designação específica e 1 Diretor de Compliance. **§Único**: Para o exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico. **Artigo 17**: Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pela Assembleia Geral e, enquanto não houver esta escolha, o Diretor de Relações com Investidores cumulará esta função. **§1º**: A mesma situação acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido peio Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pela Assembleia Geral. **§2º**: A situação acima descrita também aplicar-se-á na hipótese de falta, impedimento ou ausência de quaisquer dos diretores. **Artigo 18**: Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para realização de operações relacionadas com o objeto social descrito neste Estatuto Social, conforme normas e diretrizes determinadas pela Assembleia Geral, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com o Artigo 18 abaixo. **Artigo 19**: A Companhia deverá obrigatoriamente ser representada: **(i)** pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente; **(ii)** por 2 Diretores; **(iii)** por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador da Companhia; ou **(iv)** por 2 procuradores da Companhia em conjunto, sempre nos limites de seus respectivos mandatos e desde que investidos de poderes específicos. **§1º**: As procurações mencionadas no *caput* deste artigo deverão ser outorgadas obrigatoriamente pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou por, no mínimo, 2 membros da Diretoria agindo em conjunto, devendo ter expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato, não podendo possuir validade superior a 1 ano, exceto se a procuração for de caráter *ad judicia*. **§2º**: A Companhia poderá ser representada por apenas 1 membro da Diretoria, ou, ainda, por apenas 1 procurador com poderes especiais, perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos: **(i)** em atos que não acarretem a criação de obrigações para a Companhia; **(ii)** no exercício do cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas; e **(iii)** na preservação de seus direitos em processos administrativos. **§3º**: A representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e, na sua ausência, a qualquer um dos Diretores. **Artigo 20**: Compete ao Diretor Presidente: **(i)** fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; **(ii)** administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral da Assembleia Geral acerca dos negócios da Companhia; **(iii)** manter os Acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; **(iv)** submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(v)** elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e **(vi)** exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral. **Artigo 21**: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: **(i)** representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; **(ii)** representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; e, **(iii)** manter atualizado o registro de Companhia Aberta, caso aplicável. **Artigo 22**: Compete aos Diretores Sem Designação Específica: **(i)** exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral; e **(ii)** praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral. **Artigo 23**: Compete ao Diretor de *Compliance*: **(i)** zelar pelos ativos, financeiros e não financeiros da Companhia; **(ii)** responsabilizar-se pela manutenção predial da estrutura física da Companhia; **(iii)** gerenciar a estrutura interna de tecnologia da informação da Companhia; **(iv)** implementar os sistemas e programas de gestão da qualidade na Companhia; **(v)** planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de recursos humanos da Companhia, responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios; **(vi)** planejar, implantar e coordenar o projeto de Compliance da Companhia e, quando julgar aplicável, propor aos órgãos e áreas responsáveis os aprimoramentos necessários; **(vii)** assessorar a administração da Companhia na gestão de riscos corporativos; **(viii)** definir a estratégia de implementação de novas práticas nos negócios, acompanhando a integração de risco socioambiental e de governança; **(ix)** assessorar no desenvolvimento de ferramentas e procedimentos para garantir que os riscos socioambiental e de governança corporativa sejam devidamente identificados, avaliados, classificados e controlados; e **(x)** consolidar as informações e dados que evidenciem a adoção das melhores práticas de mercado e o cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis para a gestão de riscos socioambientais e de governança. **Conselho Fiscal. Artigo 24**: A Companhia possuirá um Conselho Fiscal, com as atribuições legais, o qual será composto por 3 membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um conselheiro sem denominação específica, eleitos em Assembleia Geral, com atribuições e prazos de mandato previstos em lei, sendo admitida a reeleição. **§1º**: O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios fiscais em que for convocado pelos Acionistas, nos termos da lei. **§2º**: A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal também será responsável por estabelecer as respectivas remunerações de seus membros. **Exercido Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro. Artigo 25**: O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **§1º**: A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: **(i)** 5% será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% do capital social; **(ii)** pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e **(iii)** pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. **§2º**: O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 26**: Será distribuído, em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **§Único**: O montante a ser distribuído será reduzido pela importância destinada à constituição da reserva legal, mencionada no inciso I, do §1º do artigo anterior, e da reserva para contingências previstas no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingências formada em exercícios anteriores. **Artigo 27**: A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28**: A qualquer tempo durante o exercido social, a Assembleia Geral poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes. **Liquidação. Artigo 29**: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá aos acionistas em sede de Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. **§Único**: No período de liquidação da Companhia, a Assembleia Geral continuará em funcionamento. **Artigo 30:** Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. Advogado: Thais de Castro Monteiro - OAB/SP nº 401.782.

AEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.403/0001-89 – NIRE: 35.300.191.013

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		489	471
Impostos a recuperar		17	10
Dividendos à receber	4		305.695
		506	306.176
Não circulante			
Investimentos	5	10.598.346	10.153.266
Total do ativo		**10.598.852**	**10.459.442**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Dividendos à pagar	4		305.266
			305.266
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.793.447	2.082.263
Ajustes de avaliação patrimonial		1.220.675	487.183
		10.598.852	10.154.176
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.598.852**	**10.459.442**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019		**7.584.730**	**2.620**	**348.689**	**1.054.872**		**484.583**	**9.475.494**
Lucro do exercício						1.285.329		1.285.329
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício						**1.285.329**	**2.600**	**1.287.929**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					101.659			101.659
Perda no aumento de capital da Karmin					(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)			64.266		(64.266)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(358.641)	(305.266)		(663.906)
Retenção de lucros					915.798	(915.798)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				64.266	611.816	(1.285.329)		(609.248)
Em 31 de dezembro de 2019		**7.584.730**	**2.620**	**412.955**	**1.666.688**		**487.183**	**10.154.176**
Prejuízo do exercício						(418.388)		(418.388)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							733.492	733.492
Total do resultado abrangente do exercício						**(418.388)**	**733.492**	**315.104**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(418.388)	418.388		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(194.487)			(194.487)
Reversão de dividendos deliberados					305.266			305.266
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSU/VSA					9.120			9.120
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU/ VSA					9.674			9.674
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					(288.815)	418.388		129.573
Em 31 de dezembro de 2020		**7.584.730**	**2.620**	**412.955**	**1.377.872**		**1.220.675**	**10.598.852**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	(415.839)	1.287.138
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(2.586)	(1.860)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(418.425)**	**1.285.278**
Resultado financeiro		37	51
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(418.388)**	**1.285.329**
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(418.388)**	**1.285.329**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação(em reais)		(0,61)	1,88
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**(418.388)**	**1.285.329**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	766.146	24.001
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(72.254)	23.067
"Hedge accounting" operacional de controladas	(158.974)	(9.737)
Valor justo disponíveis para venda	(6.306)	10.918
Outros reflexos de controladas e coligadas	247.227	(12.402)
	775.838	**35.847**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(42.346)	(33.247)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**733.492**	**2.600**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**315.104**	**1.287.929**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(418.388)	1.285.329
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	415.839	(1.287.138)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(7)	(9)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(2.556)**	**(1.818)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	197.061	360.417
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**197.061**	**360.417**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(194.487)	(358.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(194.487)**	**(358.641)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**18**	**(41)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**471**	**512**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**489**	**471**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	305.695	101.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
AEM Participações S.A. ("Companhia", ou "AEM") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.

3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	Dividendos a receber 2020	Dividendos a receber 2019	Dividendos a pagar 2020	Dividendos a pagar 2019
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.		305.695		
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)				305.266
		305.695		**305.266**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2020: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019	Saldo de investimento 2020	2019
Hejoassu Administração S.A.	42.393.359	(1.663.356)	25,00	(415.839)	1.287.138	10.598.340	10.153.259
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				**(415.839)**	**1.287.138**	**10.598.346**	**10.153.266**

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos
No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 94.737, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 99.750, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.

(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Luís Ermírio de Moraes – Diretor
Rubens Ermírio de Moraes – Diretor
Paulo Midena – Contador CRC 1SP 171.463/O-9

PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 61.531.620/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **PROMAX Produtos Máximos S/A Indústria e Comércio** é uma empresa sólida, com 67 anos de atividade no mercado de Lubrificantes e Aditivos e, em 2020, sob o comando do seu Presidente, Ricardo Halasz Galvão, e seus Diretores Executivos, Roberta Halasz Galvão e Marcelo Escarabajal, deu continuidade às mudanças iniciadas em 2019. A Direção focou na gestão do caixa, administração de seu endividamento, reestruturação de sua área comercial e implementação de novo ERP. Apesar dos obstáculos impostos pela pandemia Covid-19, estas medidas resultaram em maior Participação no Mercado e evidenciaram um crescimento sólido de suas vendas – 19% em relação às vendas de 2019, onde apresentou Receita Operacional Bruta de R$ 234 milhões em 2020 comparativamente aos R$ 197 milhões em 2019. Observamos que, após os primeiros impactos da pandemia Covid-19, a empresa se recuperou e dobrou seu faturamento no 2º semestre – R$ 147 milhões – em relação aos R$ 71 milhões do 1º sem. O objetivo para 2021 é dar continuidade nestas medidas seguindo com a reestruturação nos negócios e maior participação no mercado, assegurando rentabilidade de suas operações através de negociações com seus principais fornecedores e clientes através da prática de uma política de preços equilibrada. Em cumprimento às determinações Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas, Fornecedores, Clientes e Instituições Financeiras para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, abril de 2021. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTAS	2020	2019
CIRCULANTE		**47.766**	**33.166**
Caixa e Equivalentes de Caixa		47	806
Clientes	3	29.965	18.745
Outros Créditos	4	793	731
Estoques	5	15.372	11.639
Despesas do Exercício Seguinte		1.589	1.245
NÃO CIRCULANTE		**90.633**	**86.261**
Cauções e Depósitos Judiciais		1.991	1.957
Despesas Financeiras a Amortizar		1.259	1.028
Títulos a Receber		838	194
Investimentos	6	57.361	52.401
Imobilizado	7	28.353	30.680
Intangível	8	831	-
TOTAL DO ATIVO		**138.399**	**119.427**

PASSIVO	NOTAS	2020	2019
CIRCULANTE		**44.333**	**33.783**
Empréstimos e Financiamentos	9 e 12	15.765	14.649
Fornecedores	10	15.457	10.650
Outras Obrigações		2.858	1.600
Contribuições Sociais a Recolher		594	578
Impostos a Pagar	11	4.661	2.687
Provisão para Contingências	13	2.175	1.373
Provisão para Férias		2.823	2.245
NÃO CIRCULANTE		**66.686**	**61.529**
Empréstimos e Financiamentos	9 e 12	6.458	6.184
Impostos e Contribuições a Recolher	14	1.945	1.893
Impostos (Precatórios)	13	57.137	52.210
Impostos e Contribuições sobre Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial		1.146	1.242
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**27.380**	**24.115**
Capital	15	27.000	27.000
Reservas de Capital		172	172
Reserva de Lucros		229	229
Reserva de Reavaliação		1.875	1.974
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.740	8.833
Prejuízos Acumulados		(10.636)	(14.093)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**138.399**	**119.427**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Reserva de Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
sALDOS EM 31/12/2018	**27.000**	**172**	**229**	**2.072**	**8.927**	**(20.422)**	**17.978**
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(148)	-	148	-
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	-	-	-	49	-	-	49
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(140)	140	-
Impostos Diferidos sobre Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	47	-	47
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	6.041	6.041
SALDOS EM 31/12/2019	**27.000**	**172**	**229**	**1.974**	**8.834**	**(14.093)**	**24.115**
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(148)	-	148	-
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	-	-	-	49	-	-	49
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(140)	140	-
Impostos Diferidos sobre Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	47	-	47
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.169	3.169
SALDOS EM 31/12/2020	**27.000**	**172**	**229**	**1.875**	**8.740**	**(10.636)**	**27.380**

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.12	**233.973**	**196.670**
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		**(70.777)**	**(59.173)**
Impostos Faturados		(66.022)	(55.824)
Devoluções e Abatimentos		(4.755)	(3.348)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**163.196**	**137.497**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(108.812)	(85.016)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**54.384**	**52.481**
DESPESAS OPERACIONAIS		**(48.300)**	**(43.810)**
Despesas Comerciais	16	(27.166)	(26.018)
Despesas Gerais/Administrativas	17	(25.828)	(27.871)
Receitas Tributárias	18	1.743	3.229
Outros Resultados Operacionais	19	2.950	6.850
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**6.084**	**8.671**
Despesas Financeiras		(3.240)	(3.579)
Receitas Financeiras		648	895
Resultados Não Operacionais		50	105
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		**3.542**	**6.092**
Imposto de Renda PJ		(268)	(32)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(105)	(19)
(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**3.169**	**6.041**
(Prejuízo) por Ações		0,117	0,224

Demonstração dos Fluxos de Caixa – MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	3.169	6.041
(+) Depreciação / Amortização	2.079	1.904
	5.248	**7.945**
Variação nos Ativos e Passivos Circulantes		
Clientes	(11.220)	(2.054)
Outros Créditos	(62)	561
Ativos Diversos	(1.252)	(1.311)
Estoques	(3.733)	(2.245)
Fornecedores	4.807	(1.417)
Impostos a Pagar	6.857	13.376
Salários e Encargos Sociais	594	(869)
Provisão para Contingências Trabalhistas	802	1.253
Credores Diversos	1.257	(180)
Acréscimos dos Impostos sobre Reserva de Reavaliação	(49)	(49)
Acréscimos dos Impostos sobre Ajuste Avaliação Patrimonial	(47)	(47)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**3.202**	**14.963**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado/Investimentos/Intangível	(7.235)	(15.265)
Baixa de Imobilizado	1.692	72
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	**(5.543)**	**(15.193)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos de Curto Prazo	1.116	(4.064)
Financiamentos de Longo Prazo	274	4.413
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**1.390**	**349**
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
Ajuste Avaliação Patrimonial Terrenos/Edifícios liquido Impostos	192	192
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**(759)**	**311**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	806	494
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47	806
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(759)**	**311**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A sociedade denomina-se **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, com sede, foro e administração à Rua Dr Antonio Leme Nunes Galvão, n° 70 – Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar. Tem por objeto: a produção, o comércio, a distribuição, a importação e exportação de produtos químicos, graxas, detergentes, lubrificantes, preservativos contra a oxidação e deterioração de material, velas de ignição, autopeças em geral, aparelhos e instrumentos de medição, sinalização, alarme, controle de poluição, proteção e segurança; a industrialização de produtos sob encomenda; o comércio atacadista de lubrificantes; o armazenamento de produtos de terceiros; a locação de armazém e/ou de espaço para estocagem de mercadoria de terceiros; a prestação de serviços a veículos, tais como lavagem, lubrificação e outros inerentes a tal atividade; a exploração de qualquer produto através de lojas (shop); a exploração do ramo de restaurante industrial. As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e suas correspondentes notas explicativas. A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 31/03/2021. **2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.1. Base de preparação**- As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa as do exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados. **2.2. Estimativas contábeis** - Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações em razão de eventuais variações, conforme CPC 23. As Demonstrações Contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas necessárias referentes às provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui o caixa e os depósitos bancários a vista. **2.4. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela industrialização de produtos no decurso normal das atividades. **2.5. Imobilizado** - Os bens do imobilizado estão mensurados pelo seu custo histórico, menos os encargos de depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida estimada dos bens. Os valores residuais e a vida Útil dos ativos são revisados e ajustados, no fim de cada exercício. **2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de "Impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste no valor contábil. **2.7. Fornecedores e contas a pagar** - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante, pois o vencimento é devido no período de até um ano. **2.8. Férias e encargos** - Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais incidentes. **2.9. Impostos e contribuições a recolher** - Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento e sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses. **2.10. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A Sociedade apresenta em seu Balanço Patrimonial ativos e passivos financeiros, caracterizados como Instrumentos Financeiros, conforme descrito na Instrução CVM nº 235/95. Os passivos financeiros em aberto na Empresa em 31 de dezembro de 2020 não são objetos de negociação no mercado financeiro. Não é aplicável, portanto, a comparação dos saldos dos instrumentos financeiros da Companhia com os correspondentes valores de mercado. Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Empresa não possuía operações com derivativos. **2.11. Provisões para contingências** - A empresa efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança. **2.12. Reconhecimento da receita** - A receita Operacional Bruta inclui a prestação de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos e da devolução de serviços. **2.13. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos** - A Empresa não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **2.14. Seguros** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratações de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. **3. Clientes -** A Empresa, no decorrer do exercício de 2020, elevou seu Faturamento médio anual para R$ 18 milhões (em 2019 foi R$ 16 milhões) observando que no 2º semestre de 2020 o Faturamento médio foi de R$ 24 milhões. O Prazo Médio de Recebimento elevou-se de 35 dias em 2019 para 47 dias em 2020, reflexo de uma estratégia comercial buscando uma maior participação no mercado. **4. Outros créditos**

Descrição	2020	2019
Títulos a Receber (a)	43	70
Adiantamentos (b)	543	505
Outros Créditos a Receber	207	156
TOTAL	**793**	**731**

(a) Títulos a Receber da empresa distribuidora de nossos produtos, MC Ramalho. Existe um acordo de parcelamento que vem sendo cumprido regularmente. (b) Os Adiantamentos referem-se a Adiantamento a Fornecedores e Funcionários (Adiantamento de Férias e Salários). **5. Estoques**

Descrição	2020	2019
Produtos Acabados (a)	5.302	5.203
Produtos em Elaboração	172	161
Matéria Prima (a)	5.457	3.638
Material de Embalagem (a)	3.035	1.700
Material de Propaganda	125	152
Material para Revenda (a)	1.096	753
Material para Consumo	185	32
TOTAL	**15.372**	**11.639**

(a) O aumento nos estoques, em Produtos Acabados/Matéria Prima/Embalagem/Revenda, se fez necessário, visando atender demandas de faturamento em início de mês, além do crescimento substancial do Faturamento como observado na Nota 3. **6. Investimentos -** O valor de R$ 57.361 mil compreende: a) Aquisição de Precatórios e Creditórios adquiridos durante os exercícios de 2015 a 2020 no valor de R$ 57.046 mil, que foram reconhecidos pelos valores de face. A empresa optou por esta forma de investimento, com a finalidade de liquidação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com base no Artigo 70 do Regulamento do ICMS de São Paulo (RICMS/00), C/C Resolução nº 115, de 29/06/2010, do Conselho Nacional de Justiça e parágrafos 9 e 10 do Artigo 100 da Constituição Federal. Para tal, foram protocolados requerimentos junto ao SEFAZ SP de Fevereiro a Junho e Agosto/2015. A partir de Setembro/2015, houve uma mudança no procedimento, isto é, os valores compensados foram inseridos diretamente na apuração do ICMS e declarados na EFD ICMS/IPI/PIS/COFINS e GIA. Porém, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP) e RFB ainda não se manifestaram quanto aos requerimentos e o procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto. A empresa interrompeu estes investimentos em janeiro 20 com relação aos Impostos Federais (IPI/PIS/Cofins) e novembro 20 com relação ao ICMS. b) Integra também o total de Investimentos, o valor de R$ 270 mil referente a aquisição de um Imóvel no município do Guarujá, em 2018, e que não terá nenhum vínculo com suas operações. c) A Promax aportou Capital no valor de R$ 45 mil na empresa de e-Promax, constituída para comercializar produtos na modalidade e-commerce. **7. Ativo imobilizado**

Descrição	2020	2019
Propriedades Imobiliárias	23.555	23.555
Equipamentos Fabris	8.725	7.993
Equipamentos de Informática	1.069	1.005
Veículos / Aeronave	14.742	14.363
Bens de Uso Permanente	352	349
Imobilizações em curso	516	2.154
(-) Depreciação Acumulada	(20.606)	(18.739)
TOTAL	**28.353**	**30.680**

A Administração realizou a análise da recuperabilidade dos valores classificados no Imobilizado e concluiu que não há perda por "*impairment*" a ser considerada nesse exercício. **8. Intangível -** O valor líquido de R$ 831 mil no Intangível, refere-se a gastos com implantação do Sistema Operacional Totvs onde temos o valor de R$ 1.039 que abrange horas de consultoria durante 6 meses em 2019 para parametrização do sistema e treinamento de usuários. O Sistema teve início em janeiro 20 e a partir desta data a empresa iniciou a amortização – 60 meses - totalizando R$ 208 mil em 2020. **9. Empréstimos e financiamentos**

Descrição	2020	2019
Capital de Giro – Itaú	11.757	4.454
Capital de Giro – Bradesco	6.071	8.785
Capital de Giro – Santander	-	1.607
Capital de Giro – Outros (a)	3.761	4.921
Emprést. Consig. Funcs /Dvrs	37	317
Leasing – Bradesco	314	123
Leasing – Santander	-	51
Financiam. (CDC) - Imobilizado	283	575
TOTAL	**22.223**	**20.833**
Curto Prazo	15.765	14.649
Longo Prazo	6.458	6.184

São empréstimos efetuados principalmente com capital de giro, financiados junto à Instituições Financeiras, além de financiamento de bens na forma de operação de Leasing, contabilizados de acordo com o CPC 06 e sistemas informatizados para utilização em suas operações. (a) Empréstimos com Partes Relacionadas R$ 3.480 (Vide nota 12). Outros – R$ 281. **10. Fornecedores -** O aumento do saldo de Fornecedores se deve, principalmente, ao maior volume de aquisição de Matérias Primas visando atender a demanda provocada pelo crescimento do Faturamento. Vide Notas 3 e 5.

Descrição	2020	2019
Fornecedores Nacionais	15.075	10.650
Fornecedores Estrangeiros	382	-
TOTAL	**15.457**	**10.650**

11. Impostos a recolher – curto prazo

Descrição	2020	2019
IPI / PIS / COFINS	554	483
ICMS e ICMS ST	3.701	1.993
IRPJ e CSLL	179	3
Outros Impostos (Retidos na Fonte)	227	208
TOTAL	**4.661**	**2.687**

12. Transações com partes relacionadas - A Empresa realizou transações no exercício com as seguintes partes relacionadas:

Empresa	Transação	Saldo a Pagar	Movimentação Financeira 2020	Movimentação Financeira 2019
R. Galvão Participações	Financeira	1.585	145	(818)
Roberto Andrade Galvão	Financeira	3.480	-	-
(a)Subtotal	**Financeira**	**5.066**	**145**	**(818)**
R. Galvão Participações	Locação	132	1.916	1.538
TOTAL		**5.197**	**2.061**	**720**

Transações com preços, prazos e condições normais e usuais de mercado. **13. Provisão para contingências -** Há processos de natureza cível, trabalhistas e fiscais, cujos valores mensurados pelas Assessorias Jurídicas são: Valores conforme relatórios dos advogados:

Grau de Risco Provável	Possível	Total
2.174.500	91.418.503 (A)	**93.593.003**

(A) Dos R$ 91.418.503, R$ 5.989.423 referem-se a autos de infração recebidos em 2021. Do montante mencionado pelos advogados, por se tratar de ganho possível, provisionamos os valores conforme quadro abaixo:

Descrição	2020
Provisão Contábil (Contas do Passivo) (B)	57.137.200
Contingência Trabalhista	2.174.500
Total Contabilidade	**59.311.700**

(B)

Impostos (Precatórios)	2020	2019
ICMS (a)	39.049	34.170
IPI (b)	7.182	7.162
PIS (b)	1.950	1.945
COFINS (b)	8.956	8.933
TOTAL	**57.137**	**52.210**

(a) O saldo do ICMS refere-se a valores a recolher apurados entre fevereiro 15 a outubro 20 compensados com créditos Precatórios (vide nota 6), cujos valores ainda não foram homologados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. (b) O saldo de IPI/PIS/COFINS refere-se a valores apurados entre março 16 e dezembro 19 compensados com Precatórios (vide nota 6), cujos valores ainda não foram homologados pela RFB. **14. Impostos e contribuições a recolher – longo prazo**

Descrição	2020	2019
INSS	1.945	1.893
TOTAL	**1.945**	**1.893**

O valor de INSS se refere a um processo por pagamento em duplicidade, que foi depositado judicialmente e vem sendo atualizado pela taxa SELIC. **15. Capital social -** Está representado por 27.000.000 Ações Ordinárias Nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **16. Despesas comerciais -** As Despesas Comerciais englobam os seguintes principais gastos: Com Pessoal -R$ 7.839; Bonificações e Promoções R$ 1.923; Comissões sobre Vendas R$ 6.139; Fretes sobre Vendas R$ 6.582; Locação de Veículos e Escritórios Comercias R$ 1.085; Seguros 67, Distratos Comerciais R$ 155; Frota (Combustível, Pedágio, Manutenção, etc.) R$ 1.632; Água, Energia Elétrica e Telefonia R$ 247; Serviços de Consultoria R$ 282, Depreciação R$ 275; Viagens, Refeições, etc... R$ 204; PDD R$ 551 e Outros Gastos diversos (Materiais, Seguros, Formação Profissional, etc.) R$ 186. **17. Despesas gerais/administrativas -** Compreendem os seguintes gastos: Com Pessoal R$ 13.978; Patrocínio e Publicidade R$ 337; Locação (veículos e escritórios corporativos) R$ 1.001; Serviços de Consultoria Jurídica/Trabalhista R$ 5.144; Coleta de Óleo (Logística Reversa) R$ 1.278; Manutenção Predial R$ 522; Depreciação/Amortização R$ 1.377; Contribuições/Taxas e Despesas Legais R$ 228; Softwares/Marcas Patentes R$ 52; Água, Energia Elétrica e Telefonia R$ 390, Gastos com Frota (manutenção/combustível/Pedágio/etc...) R$ 545, Material Consumo/Assinaturas R$ 178; Viagens/Refeições/Confraternizações R$ 26, Multas Diversas/Despesas Indedutíveis R$ 314; Outros Gastos diversos, (Formação Profissional, Seguros, Indenizações Judiciais, etc... R$ 458. **18. Receitas tributárias -** Compreende créditos/débitos de PIS e COFINS do próprio exercício, no total de R$ 2.049 e outros impostos s/ Remessas, no valor líquido de (R$ 306) totalizando R$ 1.743. **19. Outros resultados operacionais -** O valor de R$ 2.950 está representado por: Reconhecimento do Deságio sobre Aquisição de Precatórios em 2020 no valor de R$ 3.019, Recuperações de Despesas Diversas R$ 733, Provisão Contingências Trabalhistas R$ (802). **20. Pandemia Covid-19 -** A empresa enfrentou retração em seu Faturamento nos meses de abril/20 e início de maio/20. Em decorrência deste cenário e, se valendo de algumas prerrogativas legais, optou pela redução de jornada e remuneração de seus colaboradores, nos meses de maio/20 a julho/20, no intuito de equilibrar seu caixa. Em junho iniciou a recuperação de seu faturamento retornando ao patamar anterior à pandemia. No 2º semestre a empresa, aproveitando oportunidades de mercado, dobrou seu faturamento, partindo de R$ 71 milhões no 1º semestre para R$ 147 milhões no 2º semestre. Enfrentou escassez de Matéria Prima no Mercado Interno e precisou recorrer ao Mercado Externo para atender sua demanda de Vendas. A alta no preço das principais Matérias Primas aliada à alta do dólar impactou sobremaneira em seus Custos, resultando numa queda considerável em suas Margens – 38% em 2019 para 33% em 2020. Este cenário persiste até a data da publicação de suas Demonstrações Contábeis e a expectativa é de que perdure por mais alguns meses durante o exercício de 2021. **PROMAX - PRODUTOS MÁXIMOS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

DIRETORIA

PROMAX - PRODUTOS MÁXIMOS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RICARDO HALASZ GALVÃO - Diretor Presidente - **MARCELO ESCARABAJAL** - Diretor Executivo

CONTADORA

CLEONICE MASIVIERO - Contadora - CRC 1SP 167428/O-3

CPF N.º 857.795.208-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO** São Paulo – SP. **OPINIÃO -** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **BASE PARA OPINIÃO -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE -** Conforme mencionado na Nota 6, os valores adquiridos de Precatórios e, em sua maioria já compensados, foram inseridos diretamente na apuração do ICMS/IPI/PIS/COFINS e declarados na EFD ICMS/IPI/ CONTRIBUIÇÕES e GIA. Porém, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP) e RFB ainda não se manifestaram quanto aos requerimentos e ao procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto, gerando uma incerteza quanto à realização do crédito dos precatórios. A Empresa mantém provisão sobre esses valores conforme Nota 13. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto. **OUTROS ASSUNTOS -** As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração, foram por nós auditadas, conforme Relatório dos Auditores Independentes, datado de 09 de Junho de 2020, com parágrafo de ênfase sobre os precatórios. **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e na adequada divulgação no Relatório da Administração e Nota 1, das medidas e premissas que levam a Administração a manter a base da continuidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo•nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de abril de 2021.

PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S

CRC 2SP 002000/O-0

Member PrimeGlobal An Association of Independent Accounting Firms

MILTON MIRANDA RODRIGUES Sócio - Diretor CONTADOR - CRC 1SP 112905/O-5

JÉSSICA MENDONÇA RODRIGUES Sócia CONTADORA – CRC 1SP 248744/O-3

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009164-61.2017.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Adaisa Bernardi Isaac Halpern, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Leandro Gustavo de Mello (CPF 283.920.078-32), que Sociedade Educacional São Paulo - SESP lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 2.924,46 (setembro de 2016), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de março de 2021. 27 e 28 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1021625-74.2017.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a).Adriana Cristina Paganini Dias Sarti, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Maria Cláudia dos Santos Mori, RG 34.085.011-5, CPF 267.473.768-97**, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – Supero Ltda, objetivando a cobrança de R$ 37.899,44 (junho/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais, prestados nos anos letivos de 2013 e 2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos (art. 701, do CPC), sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de outubro de 2020. 27 e 28.04

EDITAL DE INTIMAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002770-75.2019.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **1ª Vara Cível, do Foro Regional da Vila Prudente, Estado de São Paulo**, Dr(a). Luiz Fernando Pinto Arcur, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Liria Carrasco**, RG nº 19.287.384, que tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **Intermodal Brasil Logística Ltda**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇAO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 20.277,12, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0013236-55.2019.8.26.0001 Classe:Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro Requerente: Roberto Pedro Fernandes Requerido: JORGE DURÃO HENRIQUE e outros EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013236-55.2019.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Manuela Veira Vasconcelos, CPF n.º 332.293.968-55 e RG n.º 44.130.958-6, que Roberto Pedro Fernandes propôs Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, objetivando que seja o mesmo julgado procedente para desconsideração da personalidade jurídica da empresa IAC SOLUÇÕES PARACONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2021. 27 e 28-04

Trento Administração e Participações S.A.

CNPJ 16.564.523/0001-09 NIRE 35300439511

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: em 01 de março de 2021, às 09h00, na sede social da **TRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ sob o nº 16.564.523/0001-09, localizada na Avenida Paulista, nº 1.938, 6º andar (parte), Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01.310-200. **MESA:** Carlos Henrique Pinto Haddad (Presidente) e Marcelo José Teixeira Izzo (Secretário). **QUÓRUM:** acionistas representando a totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL**: administradores da Companhia. **PUBLICAÇÕES**: dispensada a publicação do edital de convocação em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **ORDEM DO DIA**: deliberar sobre: a destituição do Sr. HENRIQUE GUARAGNA MARCONDES do cargo de Diretor. **DELIBERAÇÕES TOMADAS**: os acionistas, por unanimidade dos votos, sem reservas ou ressalvas de qualquer natureza, deliberaram destituir o Sr. HENRIQUE GUARAGNA MARCONDES do cargo de Diretor, que permanecerá vago, até a posse de seu sucessor. Ficam registrados os agradecimentos ao Sr. Henrique Guaragna Marcondes por sua dedicação e contribuição para o sucesso da Companhia. **ENCERRAMENTO**: encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Mesa: (aa) Carlos Henrique Pinto Haddad - Presidente; Marcelo José Teixeira Izzo - Secretário; Acionista Presente: Duratex S.A., representada por Carlos Henrique Pinto Haddad e Marcelo José Teixeira Izzo (Diretores). São Paulo (SP), 01 de março de 2021. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa: Carlos Henrique Pinto Haddad** - Presidente; **Marcelo José Teixeira Izzo** - Secretário. **Acionista: DURATEX S.A. Carlos Henrique Pinto Haddad** - Diretor Vice-Presidente de Administração Finanças e RI; **Marcelo José Teixeira Izzo** - Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócios Deca. JUCESP sob nº 171.295/21-3 em 16.04.2021. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 123ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA GAIA SECURITIZADORA S.A., EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 13.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("CRI"), celebrado em 18 de dezembro de 2019 ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. titulares dos CRI em circulação ("Titulares dos CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), **a ser realizada em primeira convocação no dia 18 de maio de 2021, às 10:00, exclusivamente por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com**, conforme a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão de prazo adicional de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de aprovação deste item, para o envio, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos documentos da Emissão pendentes, conforme Anexo I do edital, disponível para consulta no site da Emissora http://gaiasec.com.br/ri/emissoes/, sem que isso acarrete em qualquer penalidade prevista nos Documentos da Operação; (ii) Aprovar a alteração do quórum de deliberação, exclusivamente das matérias indicadas na Cláusula 13.11.1 do Termo de Securitização, de 75% (setenta e cinco) por cento para maioria simples dos CRI em Circulação, de modo que a Cláusula 13.11.1. do Termo de Securitização passará a vigorar com a seguinte redação: "*13.11.1. As deliberações relativas (i) à alteração das datas de pagamento de principal e juros dos CRI; (ii) à redução da remuneração dos CRI; (iii) à alteração do prazo de vencimento dos CRI; (iv) à alteração das Garantias e/ou dos eventos de liquidação do Patrimônio Separado; (v) alteração dos quóruns de deliberações dos Titulares dos CRI em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário relacionados aos direitos dos Titulares dos CRI, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Titulares dos CRI ou em qualquer convocação subsequente, por Titulares dos CRI que representem a maioria simples dos CRI em Circulação, sendo que especificamente para fins de rescisão antecipada automática do lastro e execução de Garantias, a Securitizadora apenas não seguirá com a rescisão antecipada automática do lastro e execução das Garantias caso a maioria dos Titulares dos CRI em Circulação delibere pela não rescisão automática do lastro ou não execução das Garantias*"; e **(iii)** caso sejam aprovadas as matérias dos itens acima, autorizar à Emissora e ao Agente Fiduciário (abaixo definido) a praticarem todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do competente aditamento ao Termo de Securitização. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente edital. Em atenção à ICVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares de CRI que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para juridico@grupogaia.com.br e à Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo está disponível no site da Emissora http://gaiasec.com.br/ri/emissoes/, bem como a participação e o voto a distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular de CRI que desejar exercer o voto por instrução de voto a distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminha-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, assinados pela plataforma DocuSign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto mencionada poderão também acessar o link para participação remota na Assembleia, hipótese em que qualquer instrução de voto enviada pelo titular de CRI ou por seu representante legal será desconsiderada, devendo o titular de CRI ou seu representante legal, manifestarem seu voto no ato de realização da Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via DocuSign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Titulares dos CRI presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. São Paulo, 28 de abril de 2021. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

Anexo I - Referência: Produto: Termo de Securitização de CRI, **Pendências:** Termo de Securitização celebrado entre a Gaia Securitizadora S.A. e a PTGN (18/12/2019) para a 123ª Série da 4ª Emissão da Securitizadora, registrado (custodiado) na PTGN: - Via original pendente; **Referência: Produto:** Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários, **Pendências:** Comprovante da ciência da Tam Linhas Aéreas S.A. acerca da Cessão RB Commercial x RB Capital x Gaia, cf. Cláusula 1.7 e modelo do Anexo II: - PDF pendente

29 e 30/04

5ª VARA CÍVEL - COMARCA DA CAPITAL - EDITAL de **INTIMAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **0008106-10.2021.8.26.0100**. O **Dr. GUSTAVO COUBE DE CARVALHO**, MM Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **GENPP - GESTÃO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS LTDA**. (CNPJ 12.230.308/0001-02), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de C**UMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **LUIZ ALBERTO RODRIGUES,** fica **INTIMADA**, para, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$74.083,48 (fevereiro/2021) a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10% (art. 523, § 1º do CPC/2015), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação. Fica ciente também que não pagando, inicia-se o prazo de **15 dias** para **IMPUGNAÇÃO**, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação** (art. 525 do CPC). Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei.

28 e 29/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1043605-80.2017.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) FERNANDO PEREIRA LEITE, RG 4.929.379-5, CPF 767.511.048-04, que lhe foi proposta uma ação de Imissão na Posse por parte de Ana Carolina Abreu Araujo, objetivando a imissão na posse da unidade autônoma denominado apartamento 91, do 9º andar e do box de garagem duplo nºs 31 e 32, do 1º subsolo, ambos no Edifício Imperial Flamingo, que está localizado nesta Capital na Rua Volta Redonda, nº 794 Brooklin Paulista, matrículas 137.577; e 137.578 no 15º CRI/SP. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de setembro de 2020. **[27,28]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1002325-92.2018.8.26.0100** (U-106) A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza,MM.Juiza de Direito da 1ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges,se casados forem, herdeiros e/ou sucessores,que Eduardo Augusto Mesquita Neto e Jane Elaine Panhan Mesquita ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel consistente no Conjunto nº 51, localizado na 5ª sobreloja, que corresponde ao 5ºandar,excluindo o térreo e o subsolo do Edifício Bocaiúva,situado na Rua Quintino Bocaiúva,nºs 255 e 257, no 1º Subdistrito - Sé, com área útil de 104,00m2, constituído por um salão servido por 2.W.C,com 7,60m2 de área útil;a esse conjunto corresponde uma parte ideal de 1/13 avos do terreno onde se assenta o edifício.Contribuinte nº055.022.0027-8., Bairro da Sé, São Paulo/SP., alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[27,28]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº 0011586-61.2019.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ªVara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIA HELENA BOCCHI FAIBICHER, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DANILLO SANTANA SILVEIRA, Brasileiro, RG 35.469.782-1, CPF 333.881.928-55 e ELISABETE MENDES VARJÃO, Brasileira, RG 32.491.018-6,CPF 270.615.888-37,que por este Juízo,tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por IGOR PINHEIRO. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 20.092,35 ? atualizado até 11/02/2020, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 30 de março de 2021.**[27,28]**

4ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONALDE VILA PRUDENTE-SP. CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Proc. 1010130-15.2017.8.26.0009 AMMa. Juíza da 4ª VARA CÍVELDO FORO REGIONAL DE VILAPRUDENTE DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP, Dra. Claudia Ribeiro - FAZ SABER a RUBENSMAR DE SOUZA, AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZATÓRIA E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, proposta por ROBSON EDUARDO PASSUELLO, e não localizado o reú defere-se á CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para que conteste á ação ou apresente resposta e não sendo contestada a ação, o réu será consider ado revel, caso em que será nomeado curador especial "nos termos do artigo 257 NCPC ".Afixe-se e Publique-se o edital – São Paulo - SP. J - 27 e 28/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1037036-66.2017.8.26.0001.AMMª. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aAMANDA DA SILVA BARIA, CPF/MF 342.509.528-51, que lhe foi proposta uma AÇÃO DE COBRANÇA (procedimento comum), por parte de PRO ENSINO EIRELI, CNPJ/MF 60.558.483/0001-76, objetivando o recebimento da quantia de R$ 13.184,64 (Dezembro/2017), decorrente do inadimplemento do contrato de prestação de serviços educacionais, firmado entre as partes em 15/02/2016. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2021. 27 e 28-04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1022174-56.2018.8.26.0001. O MMº. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Ademir Modesto de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JEE HYUN LEE, CPF/MF 216.245.398-31, que lhe foi proposta uma Ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de FUNDAÇÃO DE ROTARIANOS DE SÃO PAULO (entidade mantenedora do Colégio Rio Branco – Unidade Higienópolis), CNPJ/MF 61.370.094/0001-85, objetivando o recebimento de R$ 33.433,98 (Julho/2018), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado entre as partes em 28/01/2016. Estando a parte executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado acrescido de custas e despesas processuais, quando então a verba honoraria poderá ser reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30 % do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra. Não sendo contestada a ação, a parte executada será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de abril de 2021. 27 e 28-04

1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível-SP. EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1005845-09.2018.8.26.0020 (U-895) A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Espólio de Nelson Nogueira e Espólio de Regina Fortini Nogueira ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Oscar Carmilo nº 330, Vila União, Bairro da Freguesia do Ó, São Paulo/SP., com área de 192,00m²., contribuinte n. 104.139.0006-0, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo-SP J - 28 e 29/04

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1047403-12.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Santini Teodoro, forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Empório Máquinas Ltda. ME, CNPJ 13.398.034/0001-28, na pessoa de seu representante legal, e Filipe Eduardo Ferreira de Abreu, CPF 052.825.367-06, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial, por parte de Banco Hyundai S.A, objetivando a cobrança de R$ 83.543,01 (junho/2019), referente ao saldo devedor remanescente do contrato de compra e venda de equipamentos, firmado em 17.08.2016. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias úteis, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a Escavadeira Hidráulica, marca Hyundai, modelo R140LC-7, cor amarela, série HHIHN406LB0003947, N.F. 6789 – série 1, após o que passará a fluir, automaticamente, o prazo de 10 dias para requerer a substituição do bem penhorado (art. 847, do CPC). Fica **INTIMADO** o corréu Filipe Eduardo Ferreira de Abreu também do arresto efetuado sobre a quantia de R$ 366,92, em conta bancária de sua titularidade, para que, no prazo de 05 dias, comprove a impenhorabilidade da referida quantia (art. 854, do CPC), sob pena de converte-se a indisponibilidade em penhora. Convertidos os arrestos em penhora, poderão os executados, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (art. 917, § 1º, do CPC). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2021. 27 e 28.04

Ministério da Saúde inclui grávidas no grupo prioritário de vacinação

O Ministério da Saúde decidiu incluir as grávidas e puérperas (mulheres no período pós-parto) no grupo prioritário para receber a vacina contra a covid-19, informou na terça-feira (27) a coordenadora do Programa Nacional de Imunização (PNI) do ministério, Franciele Francinato.

Em audiência na Câmara dos Deputados para debater a situação das vacinas no país, a coordenadora disse que a medida foi tomada em razão da situação preocupante da pandemia no Brasil e visto que grávidas e puérperas têm risco maior de hospitalização por covid-19. "A vacinação deve começar a partir do dia 13 de maio", informou.

Em 15 de março, o governo já tinha incluído as gestantes com comorbidades. De acordo com Franciele, uma nota técnica foi encaminhada na segunda-feira (26) aos secretários estaduais de Saúde, com as novas orientações.

"Nossa indicação é que, nesse momento, vamos alterar um pouco a recomendação da OMS, Organização Mundial de Saúde que hoje indica a vacinação, de acordo com o custo x benefício. Mas, hoje, o risco de não vacinar gestantes no país já justifica a inclusão desse grupo para se tornar um grupo de vacinação nesse momento", afirmou.

Apesar da mudança, de acordo com a pasta, em um primeiro momento, devem ser vacinadas as grávidas com doenças pré-existentes. De acordo com a coordenadora, serão usadas as vacinas Coronavac, AstraZeneca e da Pfizer. Neste caso, o primeiro lote de entregas do imunizante deve chegar na próxima quinta-feira (29) e 1,3 milhão de doses serão distribuídos para utilização nas capitais.

Franciele disse que a medida foi tomada devido a necessidade de armazenagem das vacinas. Para manter a estabilidade do material, a vacina precisa ficar armazenada em temperaturas de -90° a -60°, por até seis meses.

No caso das capitais, as doses serão encaminhadas aos centros que podem manter o imunizante em temperaturas de -20° pelo período de sete dias.

"Para a aplicação, a vacina pode ficar em temperatura de geladeira, de até 8°, por até cinco dias", afirmou. (Agencia Brasil)

Queiroga defende papel do sistema privado na pandemia

Em reunião do Conselho de Saúde Suplementar na terça-feira (27), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, defendeu a importância do sistema privado no combate à pandemia do novo coronavírus.

Segundo comunicado distribuído pelo Ministério da Saúde, o ministro disse que a pasta não pretende intervir na saúde suplementar. O informe, entretanto, não detalha a que tipo de interferência o ministro se referia.

Queiroga defendeu a integração dos dois sistemas, público e privado, no combate à covid-19. No encontro, ele destacou que os números de casos registrados em função da doença têm caído, o que indica uma redução da curva de diagnósticos e mortes, além de reduzir a pressão sobre o sistema de saúde.

A saúde suplementar é o nome dado aos operadores privados, como hospitais particulares e planos de saúde. O termo é empregado pelo fato de a política pública de saúde no Brasil ser uma integração entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a rede privada. (Agencia Brasil)

Começa convocação de candidatos inscritos na lista de espera do Sisu

As instituições de ensino superior que participam do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começaram na terça-feira (27) a convocar os candidatos selecionados entre os estudantes que se inscreveram na lista de espera do sistema do Ministério da Educação.

O prazo de inscrição na lista de espera para candidatos não convocados durante a fase regular terminou na última sexta-feira (23), dia em que também se encerrou o prazo para os selecionados na chamada única do primeiro processo seletivo deste ano se matricularem.

Segundo o edital divulgado em fevereiro deste ano, as instituições de ensino federais, estaduais ou municipais que oferecem vagas por meio do sistema informatizado devem recorrer à lista de espera do Sisu para ocupar as vagas não preenchidas durante a fase de chamada regular.

Cabe a cada instituição participante definir, em editais, os procedimentos para preenchimento das vagas disponíveis, sendo responsabilidade dos candidatos acompanhar as convocações através dos canais informados pelas instituições de ensino.

Segundo o Ministério da Educação, 206.609 vagas para 5.571 cursos de graduação de 109 instituições públicas de ensino superior estão sendo oferecidas nesta edição do Sisu.

O total de candidatos inscritos chegou a 1.250.095 milhão. Como cada participante podia se inscrever para até dois cursos, o número de inscrições totalizou 2.413.686 milhões. A seleção é feita com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (Agencia Brasil)

Bruno Covas recebe alta após 12 dias internado para tratar câncer

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, recebeu alta na terça-feira (27) após passar 12 dias internado fazendo tratamento contra o câncer no hospital Sírio Libanês, na capital paulista. A partir de agora, Covas passará a realizar aplicações de quimioterapia, com duração de 48 horas, a cada duas semanas. O tratamento do prefeito é complementado com imunoterapia.

"A internação acabou se prolongando devido ao acúmulo de líquido no espaço entre os pulmões e a pleura, dentro da caixa torácica. O prefeito foi submetido a drenagem pleural e seu quadro evoluiu com sucesso, com redução do líquido e melhora clínica", diz o texto do boletim médico divulgado.

Segundo os médicos que cuidam do prefeito, Covas está apto a fazer atividades pessoais e profissionais, porém sem participar de agendas públicas.

O prefeito trata, desde outubro de 2019, um adenocarcinoma, tipo de câncer maligno, situado na região da cárdia - válvula que controla o acesso do esôfago e do estômago. Por meio de tomografia computadorizada, também foi descoberta uma metástase no fígado e uma lesão em um linfonodo. Exames recentes apontaram que a doença atingiu também os ossos do político. (Agencia Brasil)

WWW.JORNALODIASP.COM.BR

Guedes pede flexibilidade do Mercosul para negociar acordos bilaterais

Os países-membros do Mercosul precisam de mais liberdade para negociarem acordos bilaterais, defendeu na terça-feira (28) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em sessão temática do Senado sobre o aniversário de 30 anos do bloco, ele declarou que a flexibilidade para cada país negociar acordos individuais aumenta a integração internacional, respeitando o ritmo de cada sócio.

"Deixa um dos nossos membros fazer um acordo lá fora diferente. Se estiver bom, o conjunto, o grupo, avança naquela direção. Se não for bom, não avançamos", disse o ministro.

O bloco é composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está suspensa.

Na avaliação de Guedes, a negociação de acordos comerciais individuais por um dos membros pioneiros não significa a rejeição do bloco. "A gente quer avançar no sentido de modernização e de integração internacional", justificou. Segundo o ministro, o Mercosul deveria ser flexibilizado para permitir que cada sócio avance em velocidade distinta em direção à liberalização do comércio internacional.

Atualmente, cada membro do Mercosul pode negociar acordos comerciais isoladamente, desde que as discussões não englobem a prática de tarifas distintas das de outro país do bloco. Em 2018, o Brasil assinou um acordo nesses moldes com o Chile.

Tarifa externa

Ao alegar que quer cumprir o programa de governo, Guedes disse que o Brasil quer avançar em duas frentes. A primeira consiste na liberdade de negociação comercial. A segunda é a redução da Tarifa Externa Comum (TEC), que enfrenta a resistência da Argentina.

"Entendemos a situação de membros que podem ter dificuldade de baixá-la no momento, mas para o Brasil é importante. Temos que mostrar que estamos indo na direção de abertura", destacou Guedes.

Recentemente, o Brasil reduziu as tarifas de importação de bens de capital e de informática, que não estão sujeitas à TEC. Alguns produtos tiveram a alíquota zerada. Na ocasião, o governo brasileiro alegou que a redução de custos para os empresários decorrente das reformas da Previdência e trabalhista deveriam ser repassadas para o comércio exterior.

Diminuição

Segundo Guedes, o Mercosul teve sucesso nos primeiros dez anos, mas o fluxo de comércio diminuiu nos anos seguintes por causa da falta de integração internacional do bloco. "Uma grande ferramenta que foi criada como uma avenida em direção à globalização e à integração acabou virando uma bolha que nos isolou dos grandes fluxos de comércio e investimento", criticou.

O ministro destacou que, nas últimas décadas, 3,7 bilhões de europeus e asiáticos saíram da miséria por meio do livre comércio global. (Agencia Brasil)

CPI da Pandemia é instalada e Renan Calheiros é confirmado relator

Em meio a muita polêmica sobre a indicação do senador Renan Calheiros (MDB-AL) para a relatoria, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia foi instalada no Senado na terça-feira (27), confirmando o parlamentar no posto.

Depois de uma tentativa fracassada do senador Eduardo Girão (Podemos-CE) de assumir a presidência da CPI, foi eleita, por oito votos, a chapa encabeçada pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) com Randolfe Rodrigues (Rede- AP) na vice-presidência. Conforme o Regimento Interno da Casa, a eleição secreta foi feita por meio de urna eletrônica.

Durante a reunião, uma liminar da Justiça Federal de Brasília, concedida na segunda-feira (26), que vetava a indicação de Calheiros ao posto de relator, foi cassada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) por meio de um recurso apresentado pela Advocacia-Geral do Senado e pelo MDB.

Ao assumir oficialmente os trabalhos, Aziz anunciou Renan na relatoria e se comprometeu em conduzir os trabalhos de forma técnica, "sem buscar nada além da verdade, seja contra quem for".

"Não podemos proteger ninguém em nome de quase 400 mil óbitos", ressaltou.

Questões de ordem

O presidente eleito indeferiu a questão de ordem dos senadores Jorginho Mello e Marcos Rogério (DEM-RO) contra as indicações dos senadores emedebistas Renan Calheiros e Jader Barbalho (PA) para integrar o colegiado. Para os senadores, como pais de governadores de estado, Renan Filho (AL) e Helder Barbalho (PA), respectivamente, os parlamentares seriam suspeitos. O questionamento foi feito porque os chefes dos executivos estaduais podem ter que explicar à CPI a aplicação de recursos repassados pela União para o enfrentamento da pandemia.

Líder do governo

Após fazer uma ampla defesa da atuação do governo federal, cujas ações no combate à pandemia são o principal alvo da CPI, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que o Executivo não teme as investigações e assume o compromisso de oferecer a sua contribuição com transparência e fornecendo todas as informações necessárias para a apuração dos fatos, "sem perder de vista o interesse público, que deve nortear o roteiro de trabalho a ser seguido por esta CPI".

Bezerra disse ainda que está convencido de que o julgamento das ações de enfrentamento "da maior crise sanitária da história revelará a lisura da conduta do governo, e, à luz dos fatos, ficará comprovado que nenhum ato doloso de omissão foi cometido no combate à pandemia". (Agencia Brasil)

Gerente da Anvisa diz haver espaço para aprovação da Sputnik

O gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gustavo Mendes Lima, disse na terça-feira (27) ainda haver espaço para a aprovação e liberação da importação da vacina Sputnik V. Na segunda-feira (26), a agência reguladora rejeitou um pedido de nove estados para a aquisição da vacina, produzida pelo Instituto Gamaleya, da Rússia.

Ao barrar a entrada do imunizante, os diretores da Anvisa alegaram faltar dados técnicos e pendências na documentação apresentada pelo fabricante para verificar se a vacina é segura e eficaz e que, dessa forma, pode trazer riscos à saúde. Além disso, foram apontadas falhas.

De acordo com o gerente-geral, a Anvisa pode rever a posição se conseguir acesso às informações técnicas que considera faltantes. Essa mudança pode ocorrer na avaliação de pedidos de importação pendentes da Sputnik.

"Os pedidos de importação excepcional, os que não definimos ontem, estão em aberto e também o pedido para autorização para uso emergencial. Então, existe espaço para a entrada [da vacina]. As portas não estão fechadas. Além disso, toda as decisões da Anvisa são passíveis de recurso", disse Mendes durante audiência na Câmara dos Deputados para debater a situação dos imunizantes no país.

Os pedidos barrados pela Anvisa foram para Bahia, Acre, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Rondônia. Já os que estão pendentes de avaliação são para os estados de Sergipe, Tocantins, Amapá e Pará, e os municípios de Niterói (RJ) e Maricá (RJ). Ao todo, esses pedidos somam 66 milhões de doses, que poderiam vacinar cerca de 33 milhões de pessoas, por meio de duas doses.

Segundo Mendes, a Anvisa detectou, nos lotes apresentados pela empresa, problemas considerados como críticos e relativos a pontos como a caracterização da qualidade da vacina e também a presença de adenovírus com capacidade de reprodução no composto, o que traz riscos à saúde. A tecnologia utilizada na fabricação da Sputnik V é a do adenovírus vetor.

Durante a audiência, marcada para ouvir representantes do Ministério da Saúde e dos laboratórios sobre a situação das vacinas Pfizer, Janssen e Sputnik V no país, deputados criticaram a ausência de representantes do Instituto Gamaleya. De acordo com o embaixador da Rússia, a representação do instituto não pode participar da audiência devido a reunião ter começado atrasada.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) disse ter ficado decepcionada com a não aprovação da importação da vacina e que esperava ouvir explicações dos representantes do laboratório.

A deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO) disse que a audiência era um momento para que os representantes pudessem apresentar explicações.

"Infelizmente por não haver os representantes me preocupa muito em uma audiência de extrema importância", disse. "Eu confesso que deixa a gente com algumas perguntas quando a gente vê outros países vacinando a sua população com a Sputnik. Será que esses países estão sendo tão irresponsáveis de colocar a vida de seus cidadãos em risco?".

O presidente do colegiado, deputado Luiz Antônio Teixeira Jr (PP-RJ), o Dr. Luizinho, reafirmou a possibilidade de revisão da decisão da Anvisa a partir do recebimento de mais informações da empresa.

"Nos próximos dias a Anvisa vai se debruçar sobre a vacina Sputnik. Tem que voltar à carga com os governadores do Nordeste para ver a documentação para que possa fazer uma liberação segura", disse.

O laboratório Gamaleya divulgou nota nesta terça-feira em que comentou a decisão da Anvisa. "A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de adiar a aprovação do Sputnik V é, infelizmente, de natureza política e nada tem a ver com o acesso da agência reguladora à informação ou à ciência. Em nossa opinião, esta decisão é consequência direta da pressão do Departamento de Saúde dos Estados Unidos, que em seu relatório anual de 2020, publicado há vários meses, declarou publicamente que órgão de saúde dos EUA 'persuadiu o Brasil a rejeitar a vacina russa contra a covid-19'".

Ainda conforme a nota, a decisão da Anvisa contradiz a decisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que reconheceu a vacina Sputnik V como segura e permitiu sua produção no Brasil. "A equipe do Sputnik V abordou as questões técnicas levantadas pelos conselheiros da Anvisa durante a reunião de 26 de abril para demonstrar que essas alegações não têm embasamento científico e não podem ser tratadas com seriedade na comunidade científica e entre os reguladores internacionais", destaca a nota.

A aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é condição para a inserção de qualquer organismo geneticamente modificado no mercado brasileiro, a exemplo de vacinas como a Sputnik V. Contudo, o uso do imunizante também depende de aprovação da Anvisa.(Agencia Brasil)

CGN

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2020

ANGELO AUGUSTO DELL AGNOLO OLIVEIRA:09126044846
Assinado de forma digital por ANGELO AUGUSTO DELL AGNOLO OLIVEIRA:09126044846
Dados: 2021.04.28 15:07:50 -03'00'

CGN

Atlantic Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 11.489.312/0001-27

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.286	15.154	278.193	65.277
Contas a receber de clientes	9	-	-	74.220	70.733
Contas a receber de partes relacionadas	10	10.623	3.931	-	-
Dividendos a receber	10	9.357	-	-	
Despesas antecipadas		46	149	4.765	4.080
Adiantamentos a fornecedores		437	606	1.468	1.494
Tributos e contribuições a compensar		3.786	3.692	6.776	6.857
Total do ativo circulante		**26.535**	**23.532**	**365.422**	**148.441**
Contas a receber de partes relacionadas	10	57.639	97.715	-	-
Dividendos a receber	10	6.892	1.182	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	11	-	-	100.516	99.098
Despesas antecipadas		49	48	94	2.769
Depósitos judiciais		65	82	89	117
Total do realizável de longo prazo		**64.645**	**99.027**	**100.699**	**101.984**
Investimentos	12	1.564.966	1.413.085	-	10
Imobilizado	13	3.517	3.286	3.549.849	3.614.843
Ativo de direito de uso		1.192	3.109	1.713	3.897
Intangível	14	10.428	5.751	10.459	5.751
Total do ativo não circulante		**1.580.103**	**1.425.231**	**3.562.021**	**3.624.501**
Total do ativo		**1.671.283**	**1.547.790**	**4.028.142**	**3.874.926**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Fornecedores		331	461	14.068	16.273
Provisões	15	-	-	46.328	23.262
Financiamentos	16	-	161.997	154.577	281.304
Salários a pagar		-	14	2.339	4.414
Contas a pagar a partes relacionadas	10	1.298	-	1.298	-
Provisão para férias e encargos sociais		2.248	3.311	2.248	3.310
Passivo de arrendamento mercantil		4	364	5	387
Debêntures a pagar	16	-	-	24.093	14.748
Adiantamento de clientes		-	-	1.283	1.283
Obrigações fiscais		28	51	23.229	23.630
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	4.241	2.925
Tributos diferidos		-	-	-	2.926
Total do passivo circulante		**3.909**	**166.198**	**273.709**	**374.462**
Provisões	15	-	-	47.574	-
Financiamentos	16	-	-	1.901.921	1.970.712
Contas a pagar a partes relacionadas	10	-	1.035	-	-
Passivo de arrendamento mercantil		1.527	2.877	2.069	3.657
Debêntures a pagar	16	-	-	132.811	147.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	4.211	1.142
Total do passivo não circulante		**1.527**	**3.912**	**2.088.586**	**2.122.784**
Capital social		2.049.721	1.577.721	2.049.721	1.577.721
Capital social a integralizar		(129.115)	-	(129.115)	-
Prejuízos acumulados		(254.759)	(200.041)	(254.759)	(200.041)
Total do patrimônio líquido	17	**1.665.847**	**1.377.680**	**1.665.847**	**1.377.680**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.671.283**	**1.547.790**	**4.028.142**	**3.874.926**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**1.465.980**	**-**	**(91.498)**	**1.374.482**	**64.091**	**1.438.573**
Redução de capital		-	-	-	-	(64.091)	(64.091)
Integralização de capital		111.741	-	-	111.741	-	111.741
Prejuízo do exercício		-	-	(108.539)	(108.539)	-	(108.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.577.721**	**-**	**(200.037)**	**1.377.684**	**-**	**1.377.684**
Capital social a integralizar	17.a	129.115	(129.115)	-	-	-	-
Integralização de capital	17.a	342.884	-	-	342.884	-	342.884
Prejuízo do exercício		-	-	(54.722)	(54.722)	-	(54.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**2.049.721**	**(129.115)**	**(254.759)**	**1.665.847**	**-**	**1.665.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR é uma empresa de capital fechado constituída em 14 de janeiro de 2010 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono possibilitada pela entrada em operação de projetos desenvolvidos pela Companhia, suas subsidiárias ou participantes, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto e legislação subsequente, e ainda a participação em outras Companhias com objeto social compatível.

A Companhia está focada no desenvolvimento de projetos de geração elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. Atualmente os projetos da Companhia, nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Contratação Livre (ACL), somam 642 Megawatts de potência vendida, com presença nos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia e Piauí.

A Atlantic estabelece um modelo de negócios com maior segurança e rentabilidade a seus investidores, mantendo o compromisso de fornecer energia limpa e confiável. Os empreendimentos têm como característica fundamental a qualidade, apresentando altos fatores de capacidade e geração garantida. Aliado ao modelo de gestão da Atlantic, que segue os princípios do ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), a alta tecnologia e profissionais qualificados garantem confiabilidade na operação. A sustentabilidade é fator indissociável da estratégia de negócios da Companhia. Nas regiões onde a Companhia atua, as operações têm foco na redução de impactos ambientais, no desenvolvimento das comunidades da região e na segurança dos colaboradores.

Em julho de 2019 a Actis Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações controladora do grupo Atlantic vendeu suas ações para a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("CGN Brasil"), anteriormente denominada SHLTR I Participações S.A., subsidiária da China General Nuclear Power Group (CGN). O contrato de compra e venda foi assinado conforme Ata da Assembleia Geral realizada em 31 de julho de 2019 aprovando 100% a transferência de controle acionário da Actis para CGN Brasil.

Em outubro de 2019 a Companhia participou e foi a vencedora do Leilão de Energia A-6, realizado dia 18 de outubro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desta forma a Companhia irá expandir o potencial do Complexo Eólico Lagoa do Barro, e fará a implantação de novos empreendimentos nos municípios de Tanque Novo e Caetité, na Bahia.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Eurus II	30	LER 2010	V100-2MW-HH80m	256	15/04/2011	14/04/2046	15,2	15,2	15,2	-
Renascença V	30	LER 2010	V100-2MW-HH95m	254	15/04/2011	14/04/2046	15	15	15	-
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	11/09/2012	10/09/2047	15,9	17,9	17,9	2
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	11/09/2012	10/09/2047	15,5	16,9	16,9	1,4
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	05/09/2012	04/09/2047	15,5	17,8	17,8	2,3
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	11/09/2012	10/09/2047	15	17,2	17,1	2,1
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	11/09/2012	10/09/2047	12,7	14,8	14,8	2,1
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013	G97-2MW-HH78m	254	04/06/2014	03/06/2049	15,5	15,8	15,7	0,2
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	22/07/2014	21/07/2049	9,7	10,1	10,1	0,4
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	22/07/2014	21/07/2049	12,3	13,3	13,2	0,9
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	29/07/2014	28/07/2049	4,3	4,5	4,5	0,2
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	11/07/2014	10/07/2049	6,9	7,5	7,5	0,6
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	14/07/2014	13/07/2049	6	7,5	7,4	1,4
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	14/07/2014	13/07/2049	7,9	9	8,9	1
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	16/07/2049	5,8	7,3	7,3	1,5
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	17/07/2014	16/07/2049	6	7,5	7,5	1,5
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	22/07/2014	21/07/2049	3,4	4,5	4,4	1
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	22/07/2014	21/07/2049	3,3	4,4	4,4	1,1
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	05/02/2015	04/02/2050	9,6	11,8	11,8	2,2
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	6	14/01/2015	13/01/2050	10,8	14,8	14,6	3,8
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	02/07/2015	01/07/2050	14,2	15,5	15,5	1,3
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	02/07/2015	01/07/2050	11,3	15	15	3,7
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	02/07/2015	01/07/2050	13,5	15,3	15,3	1,8
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	02/07/2015	01/07/2050	12,9	15,1	15,1	2,2
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	02/07/2015	01/07/2050	10,3	13,2	13,2	2,9
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	02/07/2015	01/07/2050	11,9	14,8	14,8	2,9
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	02/07/2015	01/07/2050	13,8	14,3	14,3	0,5
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	02/07/2015	01/07/2050	4,5	5,1	5,1	0,6
Lagoa do Barro IX	30	A-6 2019	n/a	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	n/a	11,3	n/a
Lagoa do Barro X	29,4	A-6 2019	n/a	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	n/a	13,2	n/a
Tanque Novo I	21,2	A-6 2019	n/a	183	20/04/2020	20/04/2055	14,2	15,5	15,5	1,3
Tanque Novo II	15,9	A-6 2019	n/a	192	24/04/2020	24/04/2055	11,3	15,0	15,0	3,7
Tanque Novo III	12,6	A-6 2019	n/a	194	24/04/2020	24/04/2055	13,5	15,3	15,3	1,8
Tanque Novo IV	29,4	A-6 2019	n/a	193	24/04/2020	24/04/2055	12,9	15,1	15,1	2,2
Tanque Novo V	29,4	A-6 2019	n/a	195	24/04/2020	24/04/2055	10,3	13,2	13,2	2,9
Tanque Novo VI	29,4	A-6 2019	n/a	191	24/04/2020	24/04/2055	11,9	14,8	14,8	2,9
Tanque Novo VII	21,2	A-6 2019	n/a	196	24/04/2020	24/04/2055	13,8	14,3	14,3	0,5

Os acionistas demonstram intenção e capacidade financeira para apoiar as suas controladas, através de capital próprio ou por meio de captação de recursos de terceiros, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar seus projetos até o momento de geração de caixa operacional.

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 8.

2. Relação de entidades controladas

As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

Descrição	Percentual de participação 2020	2019
Eurus II Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Renascença V Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis	100,00%	100,00%

As controladas da Atlantic foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos, o que viabilizou os empreendimentos dos parques eólicos listados abaixo:

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	18	-	-	443.285	490.963
Custo da geração de energia	19	-	-	(241.519)	(240.828)
Lucro bruto		**-**	**-**	**201.766**	**250.135**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(8.575)	(31.285)	(20.582)	(51.903)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(176)	(9.102)	386	(8.661)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		**(8.751)**	**(40.387)**	**181.570**	**189.571**
Despesas financeiras	20	(6.068)	(20.688)	(222.003)	(294.074)
Receitas financeiras	20	279	1.105	4.085	9.440
Despesas financeiras líquidas		**(5.789)**	**(19.583)**	**(217.918)**	**(284.634)**
Equivalência patrimonial	12	(40.182)	(48.573)	-	-
Resultado antes dos impostos		**(54.722)**	**(108.543)**	**(36.348)**	**(95.063)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(17.592)	(13.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(782)	(396)
Prejuízo do exercício		**(54.722)**	**(108.543)**	**(54.722)**	**(108.543)**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(54.722)	(108.543)	(54.722)	(108.543)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		**(54.722)**	**(108.543)**	**(54.722)**	**(108.543)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(54.722)	(108.543)	(54.722)	(108.543)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(54.722)	(108.543)	(54.722)	(108.543)
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	(54.722)	(108.543)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício		**(54.722)**	**(108.543)**	**(54.722)**	**(108.543)**
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	12.2	40.182	48.573	-	-
Perda de capital em participação acionária		-	(371)	-	(371)
Depreciação	13.3	756	544	144.104	118.596
Juros e variações monetárias		4.969	2.646	179.802	189.914
Amortização do custo de transação		649	317	6.060	5.660
Provisão para ressarcimento		-	-	70.640	-
Juros sobre arrendamentos		-	132	-	147
Baixa investimentos		-	8.260	-	8.260
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	17.592	13.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	782	396
		(8.166)	**(48.442)**	**364.258**	**227.143**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	(3.487)	(11.351)
Contas a receber de partes relacionadas		-	(32.461)	-	24
Despesas antecipadas		102	(155)	1.990	(3.668)
Adiantamentos a fornecedores		169	286	26	(12)
Tributos e contribuições a compensar		(94)	1.458	81	3.341
Depósitos judiciais		17	(3)	28	(2)
Fornecedores		(130)	309	(2.205)	(7.156)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	1.032	-	(9.935)
Obrigações fiscais		(360)	(21)	(969)	11.976
Adiantamentos de clientes		-	-	-	(9.119)
Outras contas a pagar		(533)	1.332	(2.942)	5.731
Tributos diferidos		-	-	143	760
Caixa proveniente das atividades operacionais		**(8.995)**	**(76.665)**	**356.924**	**207.732**
Impostos pagos sobre o lucro		-	(51)	(16.471)	(12.641)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(8.995)**	**(76.716)**	**340.453**	**195.091**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aporte de capital nas controladas		(192.063)	(175.792)	10	-
Dividendos recebidos		(15.067)	48.938	-	-
Recebimento partes relacionadas		376.531	-	344.182	-
Aquisição de imobilizado	13.a	(1.057)	(1.267)	(79.180)	(348.696)
Aquisição de intangível	14	(4.677)	-	(4.708)	-
Baixa de intangível		-	6.148	-	9.630
Baixa de imobilizado		74	-	74	25.869
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**163.741**	**(121.973)**	**260.378**	**(313.197)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(1.418)	(3.438)
Captação de financiamentos		-	160.000	450	316.207
Pagamento de principal sobre financiamentos	16.1	(160.000)	-	(252.278)	(74.125)
Pagamento de juros sobre financiamentos	16.1	(7.615)	-	(134.669)	(176.273)
Custos de transação relacionados a financiamentos		-	(966)	-	(1.391)
Integralização de capital		-	51.555	-	51.555
Dividendos pagos		-	-	-	48.938
Redução de capital		-	-	-	(64.091)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(167.615)**	**210.589**	**(387.915)**	**97.382**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(12.869)**	**11.900**	**212.916**	**(20.724)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**15.154**	**3.254**	**65.277**	**86.001**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2.286**	**15.154**	**278.193**	**65.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 7.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 16.

continua

continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 54.722 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 22.626 individual e R$ 91.713 consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 13 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
• **Nota explicativa 15 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de resultados de operação de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

• Hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

c. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 15 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

e. Imposto de renda e contribuição social ("Lucro Real")

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro real são: Atlantic Energias Renováveis S.A., e suas controladas: Complexo Lagoa do Barro S.A., Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A., Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A., Tanque Novo I Energias Renováveis S.A., Tanque Novo II Energias Renováveis S.A., Tanque Novo III Energias Renováveis S.A., Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A., Tanque Novo V Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.

f. Imposto de renda e contribuição social ("Lucro Presumido")

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada sobre a presunção de 8% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Andorinha Energias Renováveis S.A., Campo Formoso I Energias Renováveis S.A., Campo Formoso II Energias Renováveis S.A., Eurus II Energias Renováveis S.A., Morrinhos Energias Renováveis S.A., Renascença V Energias Renováveis S.A., Sertão Energias Renováveis S.A., e Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A., e Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Máquinas e equipamentos	4%
Sistemas de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

l. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas têm como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;
• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

n. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

continua

CGN

continuação →

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	37	26	1.853	1.720
Aplicações financeiras	2.249	15.128	276.340	63.557
	2.286	**15.154**	**278.193**	**65.277**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.
Em 31 de dezembro de 2020 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira da controladora e suas controladas referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco BTG Pactual e Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação foi de 95% do CDI em 2020 e 2019.

9. Contas a receber de clientes (consolidado)

	2020	2019
Eurus II Energias Renováveis S/A	2.377	2.337
Renascença V Energias Renováveis S/A	2.304	2.303
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	16.809	16.689
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	32.644	30.959
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	20.086	18.445
	74.220	**70.733**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.
Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

10. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

10.1 Controladora

	Controladora	
	2020	2019
Ativo circulante		
Eurus II Energias Renováveis S/A (a)	59	154
Renascença V Energias Renováveis S/A (a)	59	-
Renascença V Energias Renováveis S/A (c)	2.490	-
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (a)	233	-
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	6.866	-
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	3.439	429
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	1.913	3.348
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	4.920	-
	19.980	**3.931**
Ativo não circulante		
Eurus II Energias Renováveis S/A (c)	6.892	446
Renascença V Energias Renováveis S/A (c)	-	736
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	653	-
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)	49.154	97.696
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (b)	7.832	19
	64.531	**98.897**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S/A (a)	1.298	-
	1.298	**-**
	2020	**2019**
Passivo não circulante		
Renascença V Energias Renováveis S/A (b)	-	127
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	-	908
	-	**1.035**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.
(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.
As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.
Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10.2 Consolidado

	Consolidado	
	2020	2019
Passivo não circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S/A (a)	1.298	-

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.

11. Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	99.098
	100.516	**99.098**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, BRDE e BNB (nota explicativa 16). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Santander, Banco Itaú e Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e BNB.
As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

12. Investimentos (controladora)

12.1 Informações das empresas controladas

	2020				
Controladas	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita**	**Lucro (prejuízo)**
Eurus II Energias Renováveis S/A	117.213	68.782	48.432	24.189	7.255
Renascença V Energias Renováveis S/A	126.768	62.945	63.823	19.878	2.621
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	566.933	58.276	508.657	134.104	(54.011)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	8.862	4.936	3.927	-	(757)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	482.879	111.015	371.864	139.877	28.911
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	644.815	76.552	568.263	125.237	(24.201)
	1.947.470	**382.506**	**1.564.966**	**443.285**	**(40.182)**

	2019				
Controladas	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita**	**Lucro (prejuízo)**
Eurus II Energias Renováveis S/A	119.365	66.296	53.069	25.748	10.924
Renascença V Energias Renováveis S/A	124.182	60.490	63.692	25.409	10.673
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	547.164	8.230	538.934	146.105	(41.443)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	449.064	135.925	313.139	153.594	13.630
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	666.969	222.726	444.243	140.107	(42.357)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	8	-	8	-	-
	1.906.752	**493.667**	**1.413.085**	**490.963**	**(48.573)**

12.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos são compostos como segue:

	2020			Controladora	
Companhia	**Participação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Investimento**	**Equivalência**
Eurus II Energias Renováveis S/A	100%	48.432	7.255	48.432	7.255
Renascença V Energias Renováveis S/A	100%	63.823	2.621	63.823	2.621
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100%	508.657	(54.011)	508.657	(54.011)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100%	371.864	28.911	371.864	28.911
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100%	568.263	(24.201)	568.263	(24.201)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	100%	3.927	(757)	3.927	(757)
				1.564.966	**(40.182)**

	2019			Controladora	
Companhia	**Participação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Investimento**	**Equivalência**
Eurus II Energias Renováveis S/A	100,00%	53.069	10.924	53.069	10.924
Renascença V Energias Renováveis S/A	100,00%	63.692	10.673	63.692	10.673
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100,00%	538.934	(41.443)	538.934	(41.443)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100,00%	313.139	13.630	313.139	13.630
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100,00%	444.243	(42.357)	444.243	(42.357)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	100,00%	8	-	8	-
				1.413.085	**(48.573)**

12.3 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Companhia	**Saldo em 2019**	**Aporte de capital**	**Dividendos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Saldo em 2020**
Eurus II Energias Renováveis S/A	53.069	-	(11.892)	7.255	48.432
Renascença V Energias Renováveis S/A	63.692	-	(2.490)	2.621	63.823
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	538.934	23.734	-	(54.011)	508.657
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	313.139	36.680	(6.866)	28.911	371.864
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	444.243	148.221	-	(24.201)	568.263
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	8	4.676	-	(757)	3.927
	1.413.085	**213.311**	**(21.248)**	**(40.182)**	**1.564.966**

13. Imobilizado

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

Controladora

(i) Composição do saldo

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo Líquido**	**Saldo Líquido**
Móveis e utensílios	5 a 10%	24	(2)	22	76
Máquinas e equipamentos	4%	717	(337)	380	405
Equipamentos de informática	20%	5.284	(2.169)	3.115	2.805
		6.025	**(2.508)**	**3.517**	**3.286**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Móveis e utensílios	253	20	(249)	-	24
Máquinas e equipamentos	717	-	-	-	717
Equipamentos de informática	4.247	1.037	-	-	5.284
	5.217	**1.057**	**(249)**	**-**	**6.025**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2019**
Móveis e utensílios	246	7	-	-	253
Máquinas e equipamentos	717	-	-	-	717
Equipamentos de informática	2.987	1.260	-	-	4.247
	3.950	**1.267**	**-**	**-**	**5.217**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Móveis e utensílios	(177)	-	175	-	(2)
Máquinas e equipamentos	(312)	(25)	-	-	(337)
Equipamentos de informática	(1.442)	(727)	-	-	(2.169)
	(1.931)	**(752)**	**175**	**-**	**(2.508)**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2019**
Móveis e utensílios	(153)	(24)	-	-	(177)
Máquinas e equipamentos	(287)	(25)	-	-	(312)
Equipamentos de informática	(947)	(495)	-	-	(1.442)
	(1.387)	**(544)**	**-**	**-**	**(1.931)**

Consolidado

(i) Composição do saldo

		Movimentação em 2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Móveis e utensílios	6%	498	(104)	394	449
Equipamentos de informática	20%	5.802	(2.309)	3.493	3.113
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	255.348	(21.047)	234.301	240.716
Peças de Manutenção	0%	1.053	-	1.053	627
Sistema de Geração	4%	3.545.529	(417.011)	3.128.518	3.245.126
Sistema de transmissão e conexão	4%	141.966	(37.374)	104.592	124.812
Imobilizado em andamento	0%	77.498	-	77.498	-
		4.027.694	**(477.845)**	**3.549.849**	**3.614.843**

		2019		2018
	Taxas anuais de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Terrenos	-	-	-	1.231	
Móveis e utensílios	6%	694	(245)	449	423
Máquinas e equipamentos	4%	717	(312)	405	430
Equipamentos de informática	20%	4.621	(1.508)	3.113	2.015
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	255.348	(14.632)	240.716	234.886
Aerogeradores	4%	3.545.415	(300.067)	3.245.348	2.725.951
Sistema de transmissão e conexão	4%	141.966	(17.154)	124.812	159.707
Imobilizado em andamento		-	-	-	276.360
		3.948.761	**(333.918)**	**3.614.843**	**3.401.003**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Móveis e utensílios	695	52	(249)	-	498
Equipamentos de informática	4.280	1.522	-	-	5.802
Edificações, obras civis e benfeitorias	255.348	-	-	-	255.348
Sistema de Geração	3.545.505	24	-	-	3.545.529
Peças de Manutenção	627	426	-	-	1.053
Sistema de transmissão e conexão	141.966	-	-	-	141.966
Imobilizado em andamento	-	77.498	-	-	77.498
	3.948.421	**79.522**	**(249)**	**-**	**4.027.694**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2019**
Terrenos	1.231	-	(1.231)	-	-
Móveis e utensílios	615	78	-	1	694
Máquinas e equipamentos	717	-	-	-	717
Equipamentos de informática	2.989	1.339	-	293	4.621
Edificações, obras civis e benfeitorias	244.717	21	-	10.610	255.348
Aerogeradores	2.927.759	117.342	(25.021)	525.335	3.545.415
Sistema de transmissão e conexão	161.937	-	-	(19.971)	141.966
Imobilizado em andamento	276.360	232.426	(7.877)	(500.909)	-
	3.616.325	**351.206**[1]	**(34.129)**	**15.359**[2]	**3.948.761**

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se, principalmente, a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Móveis e utensílios	(245)	-	141	-	(104)
Equipamentos de informática	(1.508)	(800)	-	-	(2.308)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.634)	(6.413)	-	-	(21.047)
Sistema de Geração	(300.380)	(116.631)	-	-	(417.011)
Sistema de transmissão e conexão	(17.152)	(20.222)	-	-	(37.374)
	(333.920)	**(144.066)**	**141**	**-**	**(477.845)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) consolidado

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC's Complexo Eólico Morrinhos, Eurus II, Renascença V, Santa Vitória do Palmar e Lagoa do Barro baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

	Taxa de desconto ao ano	**Taxa de crescimento perpetuidade ao ano**	**Taxa de crescimento estimado para o EBITDA**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. (Consolidado)	9,36%	2,06%	5,26%
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (Consolidado)	9,76%	2,06%	3,00%
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (Consolidado)	9,29%	2,06%	2,80%
Eurus II Energias Renováveis S.A.	9,04%	2,06%	3,02%
Renascença V Energias Renováveis S.A.	9,04%	2,06%	2,99%
	9,30%	**2,06%**	**3,41%**

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:
• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,41%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis.
• Taxa de desconto: 9,30% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).
O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.
A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,39% ao ano.

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Projetos eólicos	10.428	5.751	10.459	5.751
	10.428	**5.751**	**10.459**	**5.751**

Controladora

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Projetos eólicos	5.751	4.677	-	-	10.428
	5.751	**4.677**	**-**	**-**	**10.428**

Consolidado

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2020**
Projetos eólicos	5.751	4.708	-	-	10.459
	5.751	**4.708**	**-**	**-**	**10.459**

Projetos eólicos

Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de carga e classe de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

15. Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.
Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.
Ressarcimento Quadrienal a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.
Os contratos do CCEAR têm as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x Montante	
Cenários	**Contratado**	**Resultados**
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).
A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.262
Constituição	70.640
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**93.902**

	2020	**2019**
Provisão para ressarcimento curto prazo	46.328	23.262
Provisão para ressarcimento longo prazo	47.574	-
	93.902	**23.262**

continua →

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão de obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

A controlada Atlantic Energias Renováveis S/A é parte (polo passivo) em processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações. De acordo com os advogados que assessoram o Grupo e suas controladas, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam respectivamente o montante de R$ 31.274.

Grupo	Risco	Valor
Atlantic Energias Renováveis S/A	Possível	2.923
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	Possível	112
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	Possível	16.683
Eurus II Energias Renováveis S/A	Possível	189
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	Possível	444
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	Possível	70
Renascença V Energia Renováveis S/A	Possível	9.829
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	Possível	107
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	Possível	102
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	Possível	815
		31.274

16. Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
Eurus II Energias Renováveis S/A	BNDES (a)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	59.287	65.230
Renascença V Energias Renováveis S/A	BNDES (b)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	53.950	59.359
Andorinha Energias Renováveis S/A	BNDES (c)	TJLP + 2,45%	15/02/2032	47.554	50.283
Andorinha Energias Renováveis S/A	BNDES (d)	TJLP + 4,15%	15/02/2032	19.967	20.988
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	BNDES (e)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	47.604	50.270
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	BNDES (f)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	20.758	21.795
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	BNDES (g)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	47.432	50.117
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	BNDES (h)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	20.684	21.729
Morrinhos Energias Renováveis S/A	BNDES (i)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	46.277	48.897
Morrinhos Energias Renováveis S/A	BNDES (j)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	20.103	21.124
Sertão Energias Renováveis S/A	BNDES (k)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	40.396	42.658
Sertão Energias Renováveis S/A	BNDES (l)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	17.614	18.494
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	BNDES (m)	TJLP + 2,45%	15/10/2032	54.763	57.643
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	BNDES (n)	TJLP + 4,15%	15/10/2032	23.628	24.731
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	Debêntures (o)	IPCA + 7,0602%	15/12/2027	102.430	99.743
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	BNB (p)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	98.538	96.303
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	BNB (q)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	32.594	31.718
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	BNB (r)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	99.202	96.956
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	BNB (s)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.153	31.903
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	BNB (t)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	100.579	98.141
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	BNB (u)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.559	32.294
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	BNB (v)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	102.091	99.640
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	BNB (w)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.801	32.891
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	BNB (x)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	89.597	87.554
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	BNB (y)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	29.850	28.703
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	BNB (z)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	100.588	98.320
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	BNB (aa)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.405	32.146
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	BNB (bb)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	100.606	98.098
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	BNB (cc)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.255	32.360
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	BNB (dd)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	33.517	32.751
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	BNB (ee)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	11.153	10.818
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	Debêntures (ff)	IPCA + 5,9548%	15/09/2031	80.417	90.936
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BNDES (gg)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	37.618	39.393
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BRDE (hh)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	19.457	20.284
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BNDES (ii)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	49.380	51.711
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BRDE (jj)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	26.644	27.774
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BNDES (kk)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.353	17.728
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BRDE (ll)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.823	9.206
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BNDES (mm)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.899	31.310
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BRDE (nn)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.447	16.103
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BNDES (oo)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.620	31.045
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BRDE (pp)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.504	16.176
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BNDES (qq)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	35.588	37.300
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BRDE (rr)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	18.498	19.300
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BNDES (ss)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	29.787	31.193
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BRDE (tt)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	15.427	16.082
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BNDES (uu)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.613	31.037
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BRDE (vv)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.395	16.062
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BNDES (ww)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	17.673	18.508
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BRDE (xx)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	9.156	9.544
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BNDES (yy)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.048	17.869
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BRDE (zz)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.913	9.299
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BNDES (aaa)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	49.080	51.517
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BRDE (bbb)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	25.561	26.707
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BNDES (ccc)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	56.715	59.531
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BRDE (ddd)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	29.573	30.899
Atlantic Energias Renováveis S/A	Nota Promissória (eee)	CDI + 1,50%	21/09/2020	-	162.646
	Custos com a captação			(62.722)	(68.780)
				2.213.402	**2.414.037**
Passivo circulante				178.670	296.052
Passivo não circulante				2.034.732	2.117.985

(a) A Controlada Eurus II Energias Renováveis S/A: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R$ 94.540, com vencimento final para dezembro de 2030.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(b) A Controlada Renascença V Energias Renováveis S/A: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R$ 88.861, com vencimento final para dezembro de 2030.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(c) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032.
(d) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(e) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032.
(f) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(g) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.414, com vencimento final para março de 2032.
(h) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.035, com vencimento final para março de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(i) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.378, com vencimento final para março de 2032.
(j) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 24.162, com vencimento final para março de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(k) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032.
(l) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(m) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032.
(n) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(o) A Controlada Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A: em 10 de abril de 2017 foi assinado Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples contendo 102.500 debêntures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para dezembro de 2027.
Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.
(p) A Controlada Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(q) A Controlada Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(r) A Controlada Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(s) A Controlada Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(t) A Controlada Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(u) A Controlada Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(v) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(w) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(x) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(y) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(z) A Controlada Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(aa) A Controlada Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(bb) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(cc) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(dd) A Controlada Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ee) A Controlada Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ff) A Controlada Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debêntures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2031.
Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.
(gg) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2033.
(hh) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ii) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033.
(jj) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(kk) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033.
(ll) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(mm) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033.
(nn) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(oo) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033.
(pp) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(qq) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033.
(rr) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ss) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033.
(tt) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de

continua →

CGN

continuação →

Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(uu) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033.
(vv) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ww) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033.
(xx) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(yy) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033.
(zz) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(aaa) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033.
(bbb) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(ccc) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033.
(ddd) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).
(eee) A Controladora Atlantic Energias Renováveis S/A: Em 26 de setembro de 2019 foi assinado Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais contendo 80 notas comerciais ao valor de R$ 2.000.000,00, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2020.
Garantias: aval da CGN Brasil Energia e Participações S.A. e cessão fiduciária sobre conta bancária vinculada de titularidade da Emissora.

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos e nas debêntures

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	178.670
2022 a 2024	357.629
2025 a 2027	460.932
2028 a 2030	504.747
2031 a 2033	447.770
2034 a 2036	230.719
2037 a 2039	32.935
Total	**2.213.402**

16.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado)

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	99.098	2.414.037	1.577.721	4.090.856
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	472.000	472.000
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	1.418	-	-	1.418
Dividendos pagos	-	-	-	-
Recursos recebidos de financiamentos	-	450	-	450
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de juros	-	(134.669)	-	(134.669)
Pagamento de principal	-	(252.278)	-	(252.278)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.418	(386.497)	472.000	86.921
Variações realizadas nos ajustes do resultado				
Despesas com juros	-	179.802	-	179.802
Custos de captação amortizados	-	6.060	-	6.060
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	185.862	-	185.862
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.516	2.213.402	2.049.721	4.363.639

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.660	2.151.535	3.751	1.465.980	3.716.926
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Redução de aporte de capital de acionistas	-	-	-	111.741	111.741
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	3.438	-	-	-	3.438
Dividendos pagos	-	-	(3.751)	-	(3.751)
Recursos recebidos de financiamentos	-	316.207	-	-	316.207
Custo de captação de financiamentos	-	(1.391)	-	-	(1.391)
Pagamento de juros	-	(176.273)	-	-	(176.273)
Pagamento de principal de financiamentos	-	(74.125)	-	-	(74.125)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	3.438	64.418	(3.751)	111.741	175.846
Variações realizadas nos ajustes do resultado					
Despesas com juros	-	189.914	-	-	189.914
Custos de captação amortizados	-	5.660	-	-	5.660
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	195.574	-	-	195.574
Outras variações					
Juros capitalizados	-	2.462	-	-	2.462
Custos de captação amortizados	-	48	-	-	48
Total das outras variações	-	2.510	-	-	2.510
Saldo em 31 de dezembro de 2019	99.098	2.414.037	-	1.577.721	4.090.856

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

16.2 Custos com captação

Conforme previsto no CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões.

16.3 *Covenants* (consolidado)

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

16.3.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Eurus II Energias Renováveis S/A)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a controlada Eurus II Energias Renováveis S/A apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.3.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Renascença V Energias Renováveis S/A)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a controlada Renascença V Energias Renováveis S/A apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.3.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e Debêntures (Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES bem como no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas dos referidos contratos.

16.3.4 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A)

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.3.5 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa cláusula de *covenants* não era aplicável a Companhia.

16.3.6 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo apurou um índice anual inferior de 1,30. Conforme previsto no *Reimbursement Agreement*, tal resultado apenas impossibilita a solicitação do *Completion* do projeto.

16.4 Outras garantias

Companhia	Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
Eurus II Energias Renováveis S/A	04/09/2020	03/09/2021	Financeira Garantia	Banco Santander	232
Renascença V Energias Renováveis S/A	01/10/2020	01/10/2021	Financeira Garantia	Banco Santander	232
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	26/04/2019	26/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Financeira Garantia	Santander Banco	34.167
Andorinha Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	248
Andorinha Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	20.364
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	248
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	21.124
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	248
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	21.071
Morrinhos Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	248
Morrinhos Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	20.558
Sertão Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	248
Sertão Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	17.925
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	06/03/2020	01/03/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	262
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Financeira Garantia	Brasil Banco	24.143
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	177
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Financeira Garantia	Brasil	6.923
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	26.108
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	26.108
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	4.863
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	4.863
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	12.195
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	12.195
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	675
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	675
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	403
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	403
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	148
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	148
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	2.061
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.061
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.592
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.592
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.373
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.373
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	815
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	815
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	177
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Financeira Garantia	Brasil	6.923
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	24.977
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	24.977
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	5.130
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	5.130
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	12.250
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	12.250
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	660
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	660
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	359
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	359
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	75
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	75
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	2.300
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.300
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	2.104
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.104
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.455
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.455
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.349
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.349
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/08/2020	19/08/2021	Financeira Garantia	Banco Santander Banco ABC	182
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Financeira Garantia	Brasil	6.923
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	20.697
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	20.697
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	5.203
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	5.203
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	12.375
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	12.375
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	675
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	675
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	302
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	302
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	101
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	101
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.338
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	5.338
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	2.299
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.299
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	3.144
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.144
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.303
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.303
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	24/08/2020	19/08/2021	Financeira Garantia	Banco Santander Banco ABC	182
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Financeira Garantia	Brasil	6.923
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	20.914
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	20.914
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	6.546
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	6.546
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	12.550
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	12.550
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	685
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	685
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	184
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	184
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	61
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	61
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	7.766
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	7.766
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira	Banco BTG	3.713

continua →

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

Companhia	Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.713
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA Banco	3.462
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Santander Banco ABC	158
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Brasil	6.154
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	14.377
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.377
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.094
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.094
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.035
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	11.035
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	595
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	595
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.797
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.797
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.444
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.444
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.077
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA Banco	3.077
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Santander Banco ABC	182
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Brasil	6.923
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	12.377
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.377
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.794
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.794
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.375
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.375
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	670
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	670
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.883
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.883
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	795
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	795
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	8.022
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	8.022
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.755
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.755
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.700
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.700
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.183
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.183
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA Banco	3.462
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	02/07/2020	02/07/2021	Garantia Financeira	Santander Banco ABC	177
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Brasil	6.923
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	10.783
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	10.783
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	5.270
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.270
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.380
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.380
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	675
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	675
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.504
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.504
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.185
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.185
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	7.109
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	7.109
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.508
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.508
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco	3.462
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	02/07/2020	02/07/2021	Financeira Garantia	Santander Banco ABC	59
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Financeira Garantia	Brasil	2.308
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.985
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.985
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	2.266
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.266
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Banco BTG	1.502
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.502
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	4.140
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	4.140
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	230
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	230
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	7.444
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	7.444
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.103
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.103
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	362
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	362
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	123
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	123
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Banco BTG	1.154
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco	1.154
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	13/07/2020	08/07/2021	Financeira Garantia	Santander	122
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	873
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.159
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	80
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	291
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	12/12/2019	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco ABN	26.204
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	11.006
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	13/07/2020	08/07/2021	Financeira Garantia	Santander	157
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.256
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	4.548
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	12/12/2019	12/12/2021	Financeira Garantia	Banco ABN	33.106
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	17.690
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Financeira Garantia	Santander	54
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	399
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.446
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	16
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	59
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	7.141
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	2.552
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Financeira Garantia	Santander	87
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	798
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.891
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	38
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	137
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	10.919
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	7.023
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Financeira Garantia	Santander	87
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	701
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.538
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	23
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	83
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	14.104
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	1.324
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	18/12/2020	20/12/2021	Financeira Garantia	Santander	107
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.066
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.859
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	22
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	81
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	16.315
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	1.800
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Financeira Garantia	Santander	87
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	697
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	2.522
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	28
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	101
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	12.435
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	4.189
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Financeira Garantia	Santander	89
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	889
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	3.218
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	3
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	10
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	13.200
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	2.309
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Financeira Garantia	Santander	52
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	415
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.502
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	19
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	68
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	3.717
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Financeira Garantia	Santander	52
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	408
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.476
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	18
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	65
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	3.422
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/08/2020	27/08/2021	Financeira Garantia	Santander	187
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.251
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	4.530
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	5
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	22.132
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira Garantia	Banco ABN Banco	6.530
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/08/2020	27/08/2021	Financeira Garantia	Santander	233
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	1.395
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	5.049
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA	52
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Financeira Garantia	Itaú BBA Banco ABC	190
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Brasil Banco	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Bradesco	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Financeira Garantia	Itaú BBA	26.178
Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Financeira	Banco ABN	6.412
					1.619.964

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e BNB - Banco do Nordeste, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 2.049.721 (R$ 1.577.721 em 2019) dividido em 741.756.585 ações ordinárias (552.476.140 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídos conforme abaixo:

Acionista	2020	2019
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	2.049.721	1.577.721

Aumento de capital

Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 472.0000 mediante conversão integral do saldo

continua →

de contas a pagar com partes relacionadas que a Companhia mantinha com sua investidora CGN Brasil Energia e Participações S.A. em 2020 e assim extinguindo-se a dívida com a Holding.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

18. Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2020	2019
Geração em MW/h	2.544.414	2.598.112
Receita bruta venda de energia	533.696	519.208
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(16)	(368)
Ressarcimento de Energia [1]	(70.640)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(19.755)	(27.877)
	443.285	**490.963**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 70.640, vide nota explicativa 15(i).

19. Gastos por natureza

Controladora

	2020	2019
Despesas gerais e administrativas	(8.575)	(31.285)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(176)	(9.102)
	(8.751)	**(40.387)**
	2020	**2019**
Despesa com pessoal (i)	-	(22.287)
Serviços de terceiros	(1.420)	(1.764)
Depreciação	(752)	(544)
Aluguel	(1.793)	(1.074)
Outras despesas administrativas	(2.915)	(3.752)
Viagens e estadias	(531)	(977)
Custo com venda de investimento	-	(8.260)
Outros	(1.340)	(1.769)
	(8.751)	**(40.387)**

(i) O Valor que é demonstrado em 2019, refere-se à bonificação MIP na troca de controle acionário em Julho 2019. Todo e qualquer custo com pessoal (exceto MIP), são rateados para as SPE's.

Consolidado

	2020	2019
Custo de geração de energia	(241.519)	(240.828)
Despesas gerais e administrativas	(20.582)	(51.903)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	386	(8.661)
	(261.715)	**(301.392)**
Encargos de transmissão e conexão	(32.284)	(32.211)
Compra de energia	(17.111)	(5.295)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(7.958)	(18.014)
Despesa com pessoal	(9.896)	(44.868)
Serviços de terceiros	(4.015)	(4.558)
Depreciação	(144.104)	(118.596)
Arrendamento	(7.301)	(6.412)
Manutenção	(24.927)	(20.174)
Aluguel	(2.495)	(2.204)
Materiais	(548)	(433)
Outras despesas administrativas	(8.935)	(9.865)
Viagens e estadias	(859)	(1.580)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(26.477)
Custo com venda de investimento	-	(8.260)
Outros	(1.282)	(2.445)
	(261.715)	**(301.392)**

20. Resultado financeiro

20.1 Controladora

	2020	2019
Despesa bancária	(93)	(115)
IOF	(85)	(19)
Juros de financiamentos	(4.969)	(2.646)
Amortização do custo de captação	(649)	(317)
Juros multa de mora	(59)	(1)
Custo da estruturação da dívida	(7)	(17.520)
Outras despesas financeiras	(206)	(70)
Despesa financeira	**(6.068)**	**(20.688)**
Juros recebidos	59	54
Receita de aplicação financeira	156	181
Outras receitas financeiras	65	870
Receita financeira	**279**	**1.105**
Resultado financeiro	**(5.789)**	**(19.583)**

20.2 Consolidado

	2020	2019
Despesa bancária	(2.362)	(2.173)
IOF	(110)	(16.354)
Juros de financiamentos	(179.802)	(189.914)
Amortização do custo de captação	(7.023)	(5.660)
Juros e multa de mora	(175)	(6.104)
Custo da estruturação da dívida	(32.220)	(69.647)
Outras despesas financeiras	(311)	(4.222)
Despesa financeira	**(222.003)**	**(294.074)**
Juros recebidos	108	294
Receita de aplicação financeira	3.796	6.761
Descontos obtidos	90	587
Outras receitas financeiras	91	1.798
Receita financeira	**4.085**	**9.440**
Resultado financeiro líquido	**(217.918)**	**(284.634)**

21. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

a. Pelo regime de lucro real:

	2020	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL (*)	(19.130)	(177.138)
(+) Adições	25.377	78.993
(-) Exclusões	(35.072)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(28.825)	(98.145)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Taxa efetiva	*0,00%*	*0,00%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-

(*) O resultado antes do IRPJ e CSLL difere do apresentado da Demonstração do Resultado, visto que se refere apenas às investidas do Grupo que possuem tributação pelo lucro real.

b. Pelo regime de lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia (*)	529.306	350.554
Outras receitas	5.774	7.917
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	48.118	36.175
Base de cálculo CSLL 12% (**)	69.290	50.229
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	13.452	9.947
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	4.140	3.137
Imposto de renda e contribuição social correntes	**17.592**	**13.084**
Taxa efetiva	*14,98%*	*15,14%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (***)	**782**	**396**

(*) A base de cálculo de imposto presumido difere do apresentado da Demonstração do Resultado, visto que se refere apenas às investidas do Grupo que possuem tributação pelo lucro presumido.

(**) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente.

(***) O saldo R$ 782 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

22. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.853	1.720	1.853	1.720
Aplicações financeiras	276.340	63.557	276.340	63.557
Contas a receber de clientes	74.220	70.733	74.220	70.733
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	99.098	100.516	99.098
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	14.068	16.273	14.068	16.273
Financiamentos	154.577	281.304	154.577	281.304
Debêntures a pagar	24.093	14.748	24.093	14.748
Partes relacionadas	1.298	-	1.298	-
Não circulante				
Financiamentos	1.901.921	1.970.712	1.901.921	1.970.712
Debêntures a pagar	132.811	147.273	132.811	147.273

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	37	26	37	26
Aplicações financeiras	2.249	15.128	2.249	15.128
Partes relacionadas	19.980	3.931	19.980	3.931
Não circulante				
Partes relacionadas	64.531	98.897	64.531	98.897
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	331	461	331	461
Partes relacionadas	1.298	-	1.298	-
Não circulante				
Partes relacionadas	-	1.035	-	1.035

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.853	-	1.853	1.720	-	1.720
Aplicações financeiras	276.340	-	276.340	63.557	-	63.557
Contas a receber de clientes	-	74.220	74.220	-	70.733	70.733
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	-	100.516	99.098	-	99.098
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	14.068	14.068	-	16.273	16.273
Financiamentos	-	154.577	154.577	-	281.304	281.304
Debêntures a pagar	-	24.093	24.093	-	14.748	14.748
Partes relacionadas	-	1.298	1.298	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	1.901.921	1.901.921	-	1.970.712	1.970.712
Debêntures a pagar	-	132.811	132.811	-	147.273	147.273

	Controladora					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	37	-	37	26	-	26
Aplicações financeiras	2.249	-	2.249	15.128	-	15.128
Partes relacionadas	-	19.980	19.980	-	3.931	3.931
Não circulante						
Partes relacionadas	-	64.531	64.531	-	98.897	98.897
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	331	331	-	461	461
Partes relacionadas	-	1.298	1.298	-	-	-
Não circulante						
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.035	1.035

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	1.853	1.853	-	-
Aplicações financeiras	276.340	276.340	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	100.516	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	1.720	1.720	-	-
Aplicações financeiras	63.557	63.557	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	99.098	99.098	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

23. Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	276.340	63.557
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	99.098
Contas a receber de clientes	74.220	70.733

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	14.068	16.273
Financiamentos	2.056.498	2.252.016
Debêntures a pagar	156.904	162.021

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	276.340	63.557
Aplicações financeiras vinculadas	100.516	99.098
	376.856	**162.655**
Passivo		
Financiamentos	2.056.498	2.252.016
Debêntures a pagar	156.904	162.021

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Aplicações financeiras	376.856	Redução do CDI	7.773	5.182

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamento indexado TJLP	1.127.789	Aumento da TJLP (a)	64.143	5.182
Financiamento indexado IPCA	240.770	Aumento do IPCA (b)	13.604	16.324
Debêntures indexado IPCA	102.430	Aumento do IPCA (b)	5.787	6.945

(a) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

(b) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de IPCA considerados foram de 4,52%.

continua →

continuação →

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e acionistas da
Atlantic Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlantic Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlantic Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

− Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 18.156.217/0001-50

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	13	69.339	3.490
Contas a receber de clientes	8	-	-	16.809	16.689
Adiantamento a fornecedores		4	4	332	277
Despesas antecipadas		-	-	1.500	1.276
Tributos e contribuições a compensar		822	823	1.166	1.128
Contas a receber de partes relacionadas	9	261	746	-	-
Total do ativo circulante		**1.087**	**1.586**	**89.146**	**22.860**
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	110.517	-	-
Despesas antecipadas		-	5	45	32
Depósitos judiciais		-	-	24	24
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.001	677	45.275	45.151
Total do realizável a longo prazo		**1.001**	**111.199**	**45.344**	**45.207**
Investimentos	11	642.727	554.184	-	-
Imobilizado	12	-	-	1.143.350	1.189.615
Ativo de direito de uso		-	-	355	571
Total do ativo não circulante		**642.727**	**554.184**	**1.143.705**	**1.190.186**
Total do ativo		**644.815**	**666.969**	**1.278.195**	**1.258.253**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Fornecedores		-	35	1.068	2.107
Provisões	13	-	-	13.139	4.845
Adiantamento de clientes		-	-	1.182	1.183
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	390	1.419
Contas a pagar à partes relacionadas	9	1.912	3.348	1.912	3.348
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	-	17
Debêntures a pagar	14	16.259	13.599	16.259	13.599
Financiamentos	14	-	-	31.232	27.435
Obrigações fiscais		6.489	6.492	9.698	9.703
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	1.167	1.183
Tributos diferidos		-	-	-	450
Total do passivo circulante		**24.660**	**23.474**	**76.047**	**65.289**
Provisões	13	-	-	16.620	-
Conta a pagar à partes relacionadas	9	7.832	143.884	7.832	97.696
Financiamentos	14	-	-	564.114	594.736
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	374	564
Debêntures a pagar	14	44.060	55.368	44.059	55.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	886	357
Total do passivo não circulante		**51.892**	**199.252**	**633.885**	**748.721**
Capital social		743.565	590.544	743.565	590.544
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.800	-	4.800
Prejuízos acumulados		(175.302)	(151.101)	(175.302)	(151.101)
Total do patrimônio líquido	**15**	**568.263**	**444.243**	**568.263**	**444.243**
Total do passivo e patrimônio líquido		**644.815**	**666.969**	**1.278.195**	**1.258.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**573.140**	**-**	**(108.744)**	**464.396**
Integralização de capital		17.404	-	-	17.404
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.800	-	4.800
Prejuízo do exercício		-	-	(42.357)	(42.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**590.544**	**4.800**	**(151.101)**	**444.243**
Integralização de capital	15.a	153.021	(4.800)	-	148.221
Prejuízo do exercício		-	-	(24.201)	(24.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**743.565**	**-**	**(175.302)**	**568.263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("SVP" ou "Grupo"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 14 de maio de 2013 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono possibilitada pela entrada em operação de projetos desenvolvidos pelo Grupo, suas subsidiarias ou participantes, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto e legislação subsequente, e ainda a participação em outras Companhias com objeto social compatível.

O Grupo atua no mercado de geração e comercialização de energia elétrica, por meio de desenvolvimento de projetosprovenientes de fontes renováveis, como parques eólicos.

As participações diretas do Grupo são:

	Percentual de participação 2020	2019
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%

As controladas da SVP foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos,o que viabilizou os empreendimentos dos 12 parques eólicos localizados na cidade de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul com as seguintes características:

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física outorgada solicitada [MWm]	Garantia Física alteração [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	22/07/2014	21/07/2049	9,7	10,1	10,1	0,4
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	22/07/2014	21/07/2049	12,3	13,3	13,2	0,9
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	29/07/2014	28/07/2049	4,3	4,5	4,5	0,2
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	11/07/2014	10/07/2049	6,9	7,5	7,5	0,6
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	14/07/2014	13/07/2049	6,0	7,5	7,4	1,4
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	14/07/2014	13/07/2049	7,9	9,0	8,9	1,0
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	16/07/2049	5,8	7,3	7,3	1,5
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	17/07/2014	16/07/2049	6,0	7,5	7,5	1,5
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	22/07/2014	21/07/2049	3,4	4,5	4,4	1,0
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	22/07/2014	21/07/2049	3,3	4,4	4,4	1,1
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	05/02/2015	04/02/2050	9,6	11,8	11,8	2,2
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	6	14/01/2015	13/01/2050	10,8	14,8	14,6	3,8

A SVP possui como acionista e controladoradireta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos. Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício.Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.

A SVP reconheceu um prejuízo de R$ 24.201 e os passivos circulantes excedem os ativos circulante individual em R$ 23.573 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes consolidado em R$ 13.099, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - Imobilizado (*impairment*, valor residual e vida útil dos ativos);
- **Nota explicativa nº 13** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais o Grupo está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando o Grupo possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizadospelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadassão eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas,

Continua...

Demonstrações do resultado *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	16	-	-	125.237	140.107
Custo da geração de energia	17	-	-	(74.610)	(79.251)
Lucro bruto		**-**	**-**	**50.627**	**60.856**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(227)	(474)	(3.989)	(6.560)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(7)	(10)	27	410
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(234)**	**(484)**	**46.665**	**54.706**
Despesas financeiras	18	(12.240)	(20.025)	(66.857)	(93.813)
Receitas financeiras	18	46	169	1.033	2.337
		(12.194)	(19.856)	(65.824)	(91.476)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11	(11.773)	(22.017)	-	-
Resultado antes dos impostos		**(24.201)**	**(42.357)**	**(19.158)**	**(36.770)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes	19	-	-	(4.997)	(5.230)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	19	-	-	(46)	(357)
Prejuízo do exercício		**(24.201)**	**(42.357)**	**(24.201)**	**(42.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(24.201)	(42.357)	(24.201)	(42.357)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(24.201)**	**(42.357)**	**(24.201)**	**(42.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício		**(24.201)**	**(42.357)**	**(24.201)**	**(42.357)**
Ajustes para:					
Despesa de depreciação	12	-	-	46.492	47.113
Resultado de equivalência patrimonial	11	11.773	22.017	-	-
Juros e variações monetárias	14	8.423	9.016	52.785	62.982
Amortização de custos de transação	14	1.870	1.885	2.849	2.866
Provisão para ressarcimento	13	-	-	24.914	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	4.997	5.230
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	46	357
		(2.135)	**(9.439)**	**107.882**	**76.191**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	(120)	(361)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(55)	(87)
Tributos e contribuições a compensar		1	39	(38)	1.836
Contas a receber de partes relacionadas		-	(6.738)	-	-
Despesas antecipadas		5	(5)	(237)	(196)
Fornecedores		(35)	35	(1.039)	(9.571)
Adiantamento de clientes		-	-	(1)	881
Obrigações fiscais		(3)	6.492	(1.279)	4.002
Contas a pagar à partes relacionadas		5.594	-	26.741	
Outras contas a pagar		-	-	-1.029	1.419
Tributos diferidos		-	-	79	(325)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(2.167)**	**(4.022)**	**104.163**	**100.530**
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(3.776)	(4.028)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(2.167)**	**(4.022)**	**100.387**	**96.502**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aumento de capital em controladas		(105.793)	-	-	-
Retorno adiantamento para futuro aumento de capital		5.477	-	-	-
Dividendos recebidos		-	1.117	-	-
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(227)	(21.066)
Venda de imobilizado	12	-	-	-	134
Baixa de intangível		-	-	-	53
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**(100.316)**	**1.117**	**(227)**	**(20.879)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Integralização de capital		-	17.404	-	17.404
Captação de financiamentos e debêntures		-	-	-	8.082
Aplicações finaceiras vinculadas		(324)	(494)	(124)	(7.939)
Recebimento de partes relacionadas			121.735	-	56.921
Pagamento de partes relacionadas					
Pagamento de principal sobre financiamentos e debêntures	14	(13.855)	(12.454)	(41.767)	(36.326)
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	14	(5.086)	(5.646)	(49.341)	(57.621)
Custos de transação relacionados a financiamentos e debêntures		-	(412)	-	(424)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades de financiamento		**102.470**	**(1.602)**	**(34.311)**	**(76.824)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(13)**	**(4.507)**	**65.849**	**(1.201)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**13**	**4.520**	**3.490**	**4.691**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**-**	**13**	**69.339**	**3.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...Continuação

ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Imposto (consolidado)

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. Em 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas praticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

· Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

· Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de divi dendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são re conhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros**: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à Grupo em condições não consideradas em condi ções normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	-	2	617	2
Aplicações financeiras	-	11	68.722	3.488
	-	13	69.339	3.490

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber	16.809	16.689
	16.809	16.689

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes do Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

O Grupo possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresase gestão de recursos financeiros.

Controladora

	2020	2019
Ativo circulante		
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (a)	24	-
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a)	54	67
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (a)	11	20
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (a)	17	31
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (a)	17	-
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (a)	21	123
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (a)	17	65
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (a)	17	-
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (a)	10	60
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (a)	10	42
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (a)	35	286
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (a)	28	52
Total contas a receber partes relacionadas	**261**	**746**
	2020	**2019**
Ativo não circulante		
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (b)	-	70.099
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (b)	-	3.488
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (b)	-	2.380
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (b)	-	220
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (b)	-	10.838
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (b)	-	7.176
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (b)	-	10.973
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (b)	-	3.911
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (b)	-	1.432
Total contas a receber partes relacionadas	**-**	**110.517**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A (a)	1.912	3.348
Total contas a pagar partes relacionadas	**1.912**	**3.348**
	2020	**2019**
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A (b)	7.832	97.696
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (b)	-	44.587
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (b)	-	680
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (b)	-	921
Total contas a pagar partes relacionadas	**7.832**	**143.884**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo possuía R$ 79.103 de valores a pagar para partes relacionadas, durante o exercício de 2020 esse valor foi aumentado para R$ 104.963 dos quais R$ 103.050 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 15. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Consolidado

	2020	2019
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A (a)	1.912	3.348
Total contas a pagar partes relacionadas	**1.912**	**3.348**
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A (b)	7.832	97.696
Total contas a pagar partes relacionadas	**7.832**	**97.696**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.151
	45.275	**45.151**

Em 31 de dezembro de 2020e 2019os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco epodem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das empresas controladas

	2020				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	166.449	62.071	104.377	12.106	(762)
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	248.785	78.883	169.902	16.828	(6.679)
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	49.334	26.792	22.542	5.578	(614)
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	84.192	48.381	35.812	8.921	(515)
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	85.065	46.252	38.812	9.309	(130)
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	95.676	55.432	40.243	10.872	(398)
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	84.528	48.196	36.332	8.703	(706)
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	80.223	45.266	34.957	9.677	391
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	54.699	28.035	26.664	5.634	(158)
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	55.969	26.928	29.040	5.843	24
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	120.236	78.947	41.288	13.407	(2.255)
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	151.685	88.930	62.755	18.359	29
	1.276.841	**634.114**	**642.727**	**125.237**	**(11.773)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

	2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	167.279	62.140	105.139	13.696	(2.787)
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	258.230	150.169	108.061	17.806	(8.142)
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	50.485	30.035	20.450	6.140	(552)
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	86.180	50.913	35.267	10.230	(1.059)
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	85.958	47.015	38.943	10.145	(872)
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	97.068	56.145	40.923	12.151	(1.080)
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	86.724	59.302	27.422	10078	(1.132)
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	80.632	46.065	34.567	10.261	(93)
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	56.002	35.722	20.280	6.015	(717)
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	57.254	38.540	18.714	6.074	(829)
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	123.192	82.297	40.894	16.797	(2.983)
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	154.388	90.864	63.524	20.713	(1.771)
	1.303.392	**749.207**	**554.184**	**140.106**	**(22.017)**

11.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos são compostos como segue:

	2020			
	Participação	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Investimento
Controladas				
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100%	105.139	(762)	104.377
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100%	176.581	(6.679)	169.902
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100%	23.156	(614)	22.542
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100%	36.327	(515)	35.812
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100%	38.942	(130)	38.812
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100%	40.641	(398)	40.247
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100%	37.038	(706)	36.332
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100%	34.566	391	34.957
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100%	26.822	(158)	26.663
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100%	29.016	24	29.040
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100%	43.543	(2.255)	41.288
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100%	62.726	29	62.755
				642.727

	2019			
	Participação	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Investimento
Controladas				
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	100%	105.139	(2.787)	105.139
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	100%	108.061	(8.142)	108.061
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	100%	20.450	(552)	20.450
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	100%	35.267	(1.059)	35.267
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	100%	38.943	(872)	38.943
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	100%	40.923	(1.080)	40.923
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	100%	27.422	(1.132)	27.422
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	100%	34.567	(93)	34.567
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	100%	20.280	(717)	20.280
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	100%	18.714	(829)	18.714
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	100%	40.894	(2.983)	40.894
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	100%	63.524	(1.771)	63.524
				554.184

A movimentação dos investimentos nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Saldo em 2019	Integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2020
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	105.139	-	-	(762)	104.377
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	108.061	71.419	(2.898)	(6.679)	169.903
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	20.450	2.706	-	(614)	22.542
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	35.267	1.058	-	(515)	35.810
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	38.943	-	-	(130)	38.813
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	40.923	-	(281)	(398)	40.244
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	27.422	9.998	(382)	(706)	36.332
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	34.567	-	-	391	34.958
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	20.280	6.682	(140)	(158)	26.664
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	18.714	10.500	(198)	24	29.040
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	40.894	3.430	(781)	(2.255)	41.288
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	63.524	-	(797)	29	62.756
	554.184	**105.793**	**(5.477)**	**(11.773)**	**642.727**

	Saldo em 2018	Integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2019
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	106.160	1.766	-	(2.787)	105.139
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	111.034	2.271	2.898	(8.142)	108.061
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	20.106	756	140	(552)	20.450
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	34.748	1.262	316	(1.059)	35.267
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	38.553	1.262	-	(872)	38.943
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	40.209	1.513	281	(1.080)	40.923
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	26.911	1.261	382	(1.132)	27.422
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	33.399	1.263	-	(93)	34.567
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	20.100	757	140	(717)	20.280
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	18.589	756	198	(829)	18.714
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	41.077	2.018	782	(2.983)	40.894
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	61.976	2.522	797	(1.771)	63.524
	552.862	17.405	5.934	(22.017)	554.184

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	357	(77)	280	286
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	113.981	(12.073)	101.908	105.185
Aerogeradores	4%	1.147.721	(148.276)	999.445	1.040.946
Sistemas de transmissão e conexão	4%	46.814	(5.436)	41.378	43.054
Equipamentos de informática	20%	122	(23)	99	72
Reposição de peças e manutenção	7%	240	-	240	72
		1.309.235	**(165.885)**	**1.143.350**	**1.189.615**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	339	18	-	-	357
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.981	-	-	-	113.981
Aerogeradores	1.147.716	5	-	-	1.147.721
Sistemas de transmissão e conexão	46.814	-	-	-	46.814
Equipamentos de informática	86	36	-	-	122
Reposição de peças e manutenção	72	168	-	-	240
	1.309.008	**227**	**-**	**-**	**1.309.235**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	307	32	-	-	339
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.959	22	-	-	113.981
Aerogeradores	1.126.942	20.908	(134)	-	1.147.716
Sistemas de transmissão e conexão	46.814		-	-	46.814
Equipamentos de informática	54	32	-	-	86
Reposição de peças e manutenção	-	72	-	-	72
	1.288.076	**21.066**	**(134)**	**-**	**1.309.008**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	(53)	(24)	-	-	(77)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.796)	(3.277)	-	-	(12.073)
Aerogeradores	(106.770)	(41.506)	-	-	(148.276)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.760)	(1.676)	-	-	(5.436)
Equipamentos de informática	(14)	(9)	-	-	(23)
	(119.393)	**(46.492)**	**-**	**-**	**(165.885)**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	(28)	(25)	-	-	(53)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.665)	(3.131)	-	-	(8.796)
Aerogeradores	(64.828)	(41.942)	-	-	(106.770)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.755)	(2.005)	-	-	(3.760)
Equipamentos de informática	(4)	(10)	-	-	(14)
	(72.280)	**(47.113)**	**-**	**-**	**(119.393)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O Grupo anualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar S.A. baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações do Grupo.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e
- Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.845
Constituição	24.914
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**29.759**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	13.139	4.845
Provisão pararessarcimento longo prazo	16.620	-
	29.759	**4.845**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

As Controladas do Grupo são parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram o Grupo e suas controladas, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 1.024.

Grupo	Risco	Valor
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	Possível	107
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	Possível	102
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	Possível	815
		1.024

14 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2019	2018
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	Debêntures (a)	IPCA + 5,9548%	15/09/2031	80.417	90.936
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BNDES (b)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	37.618	39.393
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BRDE (c)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	19.457	20.284
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BNDES (d)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	49.380	51.711
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BRDE (e)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	26.644	27.774
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BNDES (f)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.353	17.728
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BRDE (g)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.823	9.206
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BNDES (h)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.899	31.310
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BRDE (i)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.447	16.103
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BNDES (j)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.620	31.045
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BRDE (k)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.504	16.176
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BNDES (l)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	35.588	37.300
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BRDE (m)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	18.498	19.300
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BNDES (n)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	29.787	31.193
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BRDE (o)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	15.427	16.082
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BNDES (p)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.613	31.037
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BRDE (q)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.395	16.062
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BNDES (r)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	17.673	18.508
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BRDE (s)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	9.156	9.544
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BNDES (t)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.048	17.869
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BRDE (u)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.913	9.299
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BNDES (v)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	49.080	51.517
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BRDE (w)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	25.561	26.707
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BNDES (x)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	56.715	59.531
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BRDE (y)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	29.573	30.899
Custos com a captação				(32.525)	(35.376)
Passivo circulante				655.664	691.138
Passivo não circulante				47.491	41.034
				608.173	650.104

(a) A Controlada Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debentures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2031. Garantias: garantias reais e fidejussória adicional. (b) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2033. (c) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (d) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033. (e) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (f) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033. (g) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (h) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033. (i) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (j) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033. (k) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (l) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033. (m) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (n) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033. (o) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (p) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. (q) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Continua...

...Continuação

(r) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. (s) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (t) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. (u) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).(v) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033. (w) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (x) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033. (y) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos e nas debêntures

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	16.259	47.491
2022 a 2024	539	101.946
2025 a 2027	6.218	132.527
2028 a 2030	27.072	184.498
2031 a 2033	10.230	189.202
Total	**60.319**	**655.664**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado)

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Finan-ciamentos	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**45.151**	**691.138**	**590.544**	**(4.800)**	**1.322.033**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	157.821	-	157.821
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(4.800)	4.800	-
Aplicações financeiras vinculadas	124	-	-	-	124
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(41.767)	-	-	(41.767)
Pagamento de juros	-	(49.341)	-	-	(49.341)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	124	(91.108)	153.021	4.800	66.837
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	52.785	-	-	52.785
Custos de captação amortizados	-	2.849	-	-	2.849
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	55.634	-	-	55.634
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**45.275**	**655.664**	**743.565**	**-**	**1.444.504**

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**37.212**	**711.579**	**573.140**	**1.321.931**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	17.404	17.404
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	7.939	-	-	7.939
Recursos recebidos de financiamentos	-	8.082	-	8.082
Custo de captação de financiamentos	-	(424)	-	(424)
Pagamento de juros	-	(57.621)	-	(57.621)
Pagamento de financiamentos	-	(36.326)	-	(36.326)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**7.939**	**(86.289)**	**17.404**	**(60.946)**
Outras variações				
Despesas com juros	-	62.982	-	62.982
Custos de captação amortizados	-	2.866	-	2.866
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	65.848	-	65.848
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**45.151**	**691.138**	**590.544**	**1.326.833**

14.2 Covenants (consolidado)

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinadosindicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE

A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa cláusula de *covenants* não era aplicável a Companhia.

14.2.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debentures

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019o Grupo apurou um índice anual inferior de 1,30. Conforme previsto no *Reimbursement Agreement*, tal resultado apenas impossibilita a solicitação do *Completion* do projeto.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Grupo	Início de vigência	Final de vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	13/07/2020	08/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	122
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	873
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.159
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	80
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	291
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	12/12/2019	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco ABN	26.204
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	11.006
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	13/07/2020	08/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	157
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.256
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.548
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	12/12/2019	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco ABN	33.106
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	17.690
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	54
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	399
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.446
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	16
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	59
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.141
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.552
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	798
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.891
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	38
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	137
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	10.919
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	7.023
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	701
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.538
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	23
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	83
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.104
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.324
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	18/12/2020	20/12/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	107
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.066
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.859
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	22
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	81
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	16.315
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.800
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	697
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.522
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	28
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	101
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.435
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	4.189
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	89
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	889
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.218
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	10
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	13.200
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.309
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	415
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.502
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	19
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	68
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.717
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	408
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.476
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	18
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	65
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.422
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	187
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.251
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.530
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	22.132
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.530
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	233
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.395
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.049
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	52
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	190
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	26.178
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.412

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$743.565 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 590.544 em 2019) dividido em 828.392.542 ações ordinárias (657.914.406 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2020	2019
Atlantic Energias Renováveis S.A ("Atlantic")	743.565	590.544

Aumento de capital social no exercício corrente foi de R$ 153.021 e distribuído conforme abaixo:

Aumento de capital social	2020
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	4.800
Saldo de contas a pagar com partes relacionadas (2)	103.050
Capital social a integralizar	45.171
	153.021

(1) Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social do Grupo no valor de R$ 4.800 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. (2) O Grupo mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Atlantic Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 103.050, foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de Novembro de 2020.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2020	2019
Geração em MW/h	825.429	751.853
Receita bruta de venda de energia	156.959	145.523
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(8)	(184)
Ressarcimento de Energia (1)	(24.914)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(6.800)	(5.232)
	125.237	**140.107**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$24.914, vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza (consolidado)

	2020	2019
Custo de geração de energia	(74.610)	(79.251)
Despesas gerais e administrativas	(3.989)	(6.560)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	410
	78.572	**85.401**
Encargos de transmissão e conexão	(8.986)	(9.386)
Compra de energia	(6.557)	(791)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.311)	(5.775)
Despesa com pessoal	(2.886)	(6.623)
Serviços de terceiros	(727)	(1.391)
Depreciação	(46.492)	(47.113)
Arrendamento	(1.911)	(1.700)
Manutenção	(6.494)	(5.055)
Aluguel	(167)	(316)
Materiais	(360)	(142)
Outras despesas administrativas	(2.149)	(2.193)
Viagens e estadias	(78)	(134)
Penalidade por insuficiência de lastro	(193)	(4.846)
Outros	(261)	64
	(78.572)	**(85.401)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros recebidos	13	17	19	56
Juros aplicações financeiras	33	50	925	1.556
Outras receitas financeiras	-	102	89	725
Total das receitas financeiras	**46**	**169**	**1.033**	**2.337**
Despesas bancárias	(83)	(80)	(793)	(718)
Juros de financiamentos	(8.423)	(9.016)	(52.785)	(62.982)
Amortização do custo de captação	(1.870)	(1.885)	(2.866)	(4.371)
Juros e multa de mora	-	(2.098)	(6)	(3.251)
Custo da estruturação da dívida (1)	(1.795)	(2.134)	(10.229)	(15.627)
IOF	-	(4.745)	(12)	(6.767)
Outras despesas financeiras	(69)	(67)	(166)	(97)
Total das despesas financeiras	**(12.240)**	**(20.025)**	**(66.857)**	**(93.813)**
Resultado financeiro líquido	**(12.194)**	**(19.856)**	**(65.824)**	**(91.476)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	156.057	145.441
Outras receitas	1.406	3.057
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	13.891	14.688
Base de cálculo CSLL 12% (*)	20.133	20.479
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	3.896	4.048
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.101	1.182
Imposto de renda e contribuição social correntes	**4.997**	**5.230**
Taxa efetiva	*14,69%*	*14,87%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**46**	**357**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 46 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 357 em 2019).

20 Instrumentos financeiros

O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas , o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	617	2	617	2
Aplicações financeiras	68.722	3.488	68.722	3.488
Contas a receber de clientes	16.809	16.689	16.809	16.689
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.151	45.275	45.151
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.068	2.107	1.068	2.107
Debêntures a pagar	16.259	13.599	16.259	13.599
Financiamentos	31.232	27.435	31.232	27.435
Partes relacionadas	1.912	3.348	1.912	3.348
Não circulante				
Debêntures a pagar	44.059	55.368	44.059	55.368
Financiamentos	564.114	594.736	564.114	594.736
Partes relacionadas	7.832	97.696	7.832	97.696

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	-	2
Aplicações financeiras	-	11	-	11
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Partes relacionadas	261	746		
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.001	677	1.001	677
Partes relacionadas	-	110.517	-	110.517
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	35	-	35
Debêntures a pagar	16.259	13.599	16.259	13.599
Partes relacionadas	1.912	3.348	1.912	3.348
Não circulante				
Debêntures a pagar	44.060	55.368	44.060	55.368
Partes relacionadas	7.832	143.884	7.832	143.884

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	617	-	617	2	-	2
Aplicações financeiras	68.722	-	68.722	3.488	-	3.488
Contas a receber de clientes	-	16.809	16.809	-	16.689	16.689
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	-	45.275	45.151	-	45.151
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.068	1.068	-	2.107	2.107
Debêntures a pagar	-	16.259	16.259	-	13.599	13.599
Financiamentos	-	31.232	31.232	-	27.435	27.435
Partes relacionadas	-	1.912	1.912	-	3.348	3.348
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	44.059	44.059	-	55.368	55.368
Financiamentos	-	564.114	564.114	-	594.736	594.736
Partes relacionadas	-	7.832	7.832	-	97.696	97.696

	Controladora					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	2	-	2
Aplicações financeiras	-	-	-	11	-	11
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.001	-	1.001	677	-	677
Partes relacionadas	-	-	-	-	110.517	110.517
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	35	35
Debêntures a pagar	-	16.259	16.259	-	13.599	13.599
Partes relacionadas	-	1.912	1.912	-	3.348	3.348
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	44.060	44.060	-	55.368	55.368
Partes relacionadas	-	7.832	7.832	-	143.884	143.884

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo:

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	617	617	-	-
Aplicações financeiras	68.722	68.722	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.275	-	-

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	-	-
Aplicações financeiras	3.488	3.488	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	45.151	45.151	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	1.001	1.001	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	-	-
Aplicações financeiras	11	11	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	677	677	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

· **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. · **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: · **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. · **Nível 2. Sem Mercado Ativo**: Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. · **Nível 3. Sem Mercado Ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo. **(i).Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii). Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	68.722	3.488
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.151
Contas a receber de clientes	16.809	16.689

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o riscodeo Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	595.346	622.171
Debêntures a pagar	60.318	68.967
Fornecedores	1.068	2.107

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** **-** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	68.722	3.488
Aplicações financeiras vinculadas	45.275	45.151
	113.997	**48.639**
Passivo		
Financiamentos	595.346	622.171
Debêntures a pagar	60.318	68.967
	655.664	**691.138**

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020:

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Aplicações financeiras	113.997	Redução do CDI	2.351	1.568

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020:

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamentos	607.772	Aumento da TJLP	34.567	41.480
Debêntures	80.417	Aumento do IPCA	4.544	5.452
	688.189		**42.402**	**50.882**

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55% e de IPCA 4,52%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.
Curitiba – PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados

Nota explicativa 4, 6.k e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrado em seus ativos consolidados na rubrica de ativo imobilizado o montante R$ 1.143.350 mill, sujeitos a análise de seu valor recuperável. A Companhia estimou o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") Complexo Eólico Morrinhos, às quais esses ativos estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como:preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC (custo médio ponderado de capital). Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria,devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria realizamos os seguintes procedimentos, entre outros: - Confrontamos o preço ACR utilizado pela Companhia com o relatório da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; - Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, atendendo assim, os requerimentos do CPC 01; (ii) se as premissas utilizadas (preços do ACL e do ACR, geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada) são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) recálculo independente do valor em uso de cada UGC; e (v) analisamos a sensibilidade do cálculo realizado pela Companhia. - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor em uso das unidades geradoras de caixa e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.555/0001-40

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	48.403	167
Contas a receber de clientes	8	1.689	1.719
Contas a receber de partes relacionadas	9	3	3
Despesas antecipadas		150	129
Adiantamento a fornecedores		45	7
Tributos e contribuições a compensar		3	-
Total do ativo circulante		**50.293**	**2.025**
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.391	4.379
Empréstimos a partes relacionadas	9	-	44.587
Total do realizável de longo prazo		**4.391**	**48.966**
Imobilizado	11	111.764	116.288
Total do ativo não circulante		**111.764**	**116.288**
Total do ativo		**166.448**	**167.279**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		119	85
Financiamentos	13	2.950	2.602
Obrigações sociais e trabalhistas		40	144
Adiantamento de clientes		12	12
Mútuo com partes relacionadas	9	24	-
Obrigações fiscais		2.250	2.252
IRPJ e CSLL a pagar		120	117
Tributos diferidos		-	44
Total do passivo circulante		**5.515**	**5.256**
Provisões	12	2.555	-
Financiamentos	13	53.915	56.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos		85	35
Total do passivo não circulante		**56.555**	**56.884**
Capital social		108.162	108.162
Prejuízos acumulados		(3.784)	(3.023)
Total do patrimônio líquido	**14**	**104.378**	**105.139**
Total do passivo e patrimônio líquido		**166.448**	**167.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	12.106	13.696
Custo da geração de energia	16	(7.024)	(6.551)
Lucro bruto		**5.082**	**7.145**
Despesas gerais e administrativas	16	(319)	(547)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	5	53
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.768**	**6.651**
Despesas financeiras	17	(5.139)	(9.110)
Receitas financeiras	17	112	228
Despesas financeiras líquidas		**(5.027)**	**(8.882)**
Resultado antes dos impostos		**(259)**	**(2.231)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(499)	(521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(35)
Prejuízo do exercício		**(761)**	**(2.787)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(761)	(2.787)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(761)	(2.787)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(761)**	**(2.787)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	4.524	4.475
Juros e variações monetárias	13	4.150	5.072
Amortização de custos de transação	13	16	19
Provisão ressarcimento	12	2.555	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	499	521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	35
		10.986	**7.335**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		30	(87)
Despesas antecipadas		(21)	(17)
Adiantamentos a fornecedores		(38)	-
Tributos e contribuições a compensar		(3)	40
Contas a receber de partes relacionadas		-	(701)
Fornecedores		34	(4)
Obrigações fiscais		(124)	2.141
Adiantamento de clientes		-	12
Obrigações sociais e trabalhistas		(104)	144
Contas a pagar a partes relacionadas		-	-
Tributos diferidos		3	(64)
Caixa proveniente das atividades operacionais		10.763	8.799
Impostos pagos sobre o lucro		(374)	(402)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**10.389**	**8.397**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	-	(1.765)
Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(1.761)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(12)	(744)
Financiamentos obtidos		-	364
Integralização de capital		-	1.766
Dividendos pagos		-	(785)
Custos de transação relacionados a financiamentos		-	(12)
Recebimento de partes relacionadas		44.611	
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.571)	(2.207)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.181)	(4.885)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**37.847**	**(6.503)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**48.236**	**133**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**167**	**34**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**48.403**	**167**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**106.396**	**(236)**	**106.160**
Integralização de capital	1.766	-	1.766
Prejuízo do exercício	-	(2.787)	(2.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**108.162**	**(3.023)**	**105.139**
Prejuízo do exercício	-	(761)	(761)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**108.162**	**(3.784)**	**104.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira IV, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP I foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2017 com a produção anual estimada de 9,7 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	22/07/2014	21/07/2049	9,7	10,1	10,1	0,4

Em dezembro de 2019, um novo agente de corona vírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global,e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na Nota Explicativa nº 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09 de abril de 2021.Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. C**ontinuidade operacional e dependência econômica.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 761 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 44.778, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente eo imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,43%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,82%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros - ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial -*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são

Continua...

...Continuação

reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iv) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

(v) Desreconhecimento: • Ativos financeiros: a Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **• Passivos financeiros:** a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	48	167
Aplicações financeiras	48.355	-
	48.403	**167**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.689	1.719
	1.689	**1.719**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (a)	-	1
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (a)	-	1
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (a)	3	1
	3	**3**
	2020	**2019**
Ativo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	44.587
	-	**44.587**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	24	-
	24	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	4.379
	4.391	**4.379**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de Operação e Manutenção (O&M) com restrição de movimento para atendimento aos *covenants*, conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES e BRDE (Nota Explicativa nº12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar, conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID).

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	1.238	(115)	1.123	1.159
Aerogeradores	3%	125.197	(14.556)	110.641	115.129
		126.435	(14.671)	111.764	116.288

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.238	-	-	-	1.238
Aerogeradores	125.197	-	-	-	125.197
	126.435	**-**	**-**	**-**	**126.435**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(79)	(36)	-	-	(115)
Aerogeradores	(10.068)	(4.488)	-	-	(14.556)
	(10.147)	**(4.524)**	**-**	**-**	**(14.671)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira IV baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R$ 50.790, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição	2.555
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.555**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.555	-
	2.555	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	37.618	39.393
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	19.457	20.284
Custos com a captação			(210)	(226)
			56.865	**59.451**
Passivo circulante			2.950	2.602
Passivo não circulante			53.915	56.849

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (credor) no valor de R$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10). (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) (credor) no valor de R$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10). *Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos*

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020 a 2022	57.075
2023 a 2025	48.101
2026 a 2028	37.004
2029 a 2031	23.255
2032	6.195

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.379**	**59.451**	**108.162**	**171.992**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	12	-	-	12
Pagamento de juros	-	(4.181)	-	(4.181)
Pagamento de principal	-	(2.571)	-	(2.571)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**12**	**(6.752)**	**-**	**(6.740)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	4.150	-	4.150
Custos de captação amortizados	-	16	-	16
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**4.166**	**-**	**4.166**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.391**	**56.865**	**108.162**	**169.418**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Dividendos a pagar	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.635**	**61.100**	**785**	**106.396**	**171.916**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	1.766	1.766
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	744	-	-	-	744
Recursos recebidos de financiamentos	-	364	-	-	364
Custo de captação de financiamentos	-	(12)	-	(12)	
Pagamento de juros	-	(4.885)	-	-	(4.885)
Dividendos pagos	-	-	(785)	-	(785)
Pagamento de principal	-	(2.207)	-	-	(2.207)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**744**	**(6.740)**	**(785)**	**1.766**	**(5.015)**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	5.072	-	-	5.072
Custos de captação amortizados	-	19	-	-	19
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**5.091**	**-**	**-**	**5.091**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.379**	**59.451**	**-**	**108.162**	**171.992**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a ser observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar o vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. ***13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -*** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.

13.3 Outrasgarantias - As garantias referem-se a garantia fidejussória do contrato de financiamento com o BNDES e BRDE, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
13/07/2020	08/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	122
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	873
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.159
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	80
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	291
12/12/2019	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco ABN	26.204
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	11.006

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 108.162 dividido em 108.162 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	108.162	108.162

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	83.864	78.138
Receita bruta venda de energia	15.380	14.239
Ressarcimento de Energia (1)	(2.555)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(719)	(543)
	12.106	**13.696**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 2.555 (R$ 0 em 2019), vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(7.024)	(6.551)
Despesas gerais e administrativas	(319)	(547)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5	53
	(7.338)	**(7.045)**
Encargos de transmissão e conexão	(889)	(812)
Compra de energia	(749)	(355)
Despesa com pessoal	(288)	(671)
Serviços de terceiros	(54)	(85)
Depreciação	(4.524)	(4.475)
Arrendamento	(159)	(141)
Manutenção	(458)	(367)
Materiais	(24)	-
Outras despesas administrativas	(193)	(180)
Viagens e estadias	-	(1)
Outras	-	42
	(7.338)	**(7.045)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(57)
IOF	(1)	(1.610)
Juros de financiamentos	(4.150)	(5.072)
Amortização do custo de captação	(16)	(18)
Custo da estruturação da dívida	(911)	(1.739)
Juros e multa de mora	(1)	(614)
Total das despesas financeiras	**(5.139)**	**(9.110)**
Juros recebidos	99	145
Receitas de aplicações financeiras	13	83
Total das receitas financeiras	**112**	**228**
Resultado financeiro líquido	**(5.027)**	**(8.882)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

a. Regime de tributação pelo lucro presumido:

	2020	2019
Receita com venda de energia	15.288	14.206
Outras receitas	154	317
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.377	1.454
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.989	2.022
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	385	400
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	114	121
Imposto de renda e contribuição social correntes	**499**	**521**
Taxa efetiva	*14,83%*	*15,00%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**3**	**35**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 3 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando a assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	48	167	48	167
Aplicações financeiras	48.355	-	48.355	-
Contas a receber de clientes	1.689	1.719	1.689	1.719
Partes relacionadas	3	3	3	3
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	4.379	4.391	4.379
Partes relacionadas	-	44.587	-	44.587
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	119	85	119	85
Financiamentos	2.950	2.602	2.950	2.602
Partes relacionadas	24	-	24	-
Não circulante				
Financiamentos	53.915	56.849	53.915	56.849

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	48	-	48	167	-	167
Aplicações financeiras	48.355	-	48.355	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.689	1.689	-	1.719	1.719
Partes relacionadas	-	3	3	-	3	3
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	-	4.391	4.379	-	4.379
Partes relacionadas	-	-	-	-	44.587	44.587
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	119	119	-	85	85
Financiamentos	-	2.950	2.950	-	2.602	2.602
Partes relacionadas	-	24	24	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	53.915	53.915	-	56.849	56.849

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	48	48	-	-
Aplicações financeiras	48.355	48.355	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	4.391	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	167	167	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.379	4.379	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado, a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	48.355	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	4.379
Contas a receber de clientes	1.689	1.719

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	56.865	59.451
Fornecedores	119	85

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	48.355	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.391	4.379
	52.746	**4.379**
Passivo		
Financiamentos	56.865	59.451

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras vinculadas	52.746	Redução do CDI	1.088	725

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	57.075	Aumento da TJLP	3.246	3.895

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor
SuiSheng Huang – Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. ("SVP I" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.311/0001-67

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.318	876
Contas a receber de clientes	8	2.198	2.228
Contas a receber de partes relacionadas	9	470	470
Despesas antecipadas		193	166
Adiantamento a fornecedores		114	67
Tributos e contribuições a compensar		3	-
Total do ativo circulante		**4.296**	**3.807**
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.712	5.700
Total do realizável de longo prazo		**5.712**	**5.700**
Imobilizado	11	238.777	248.723
Total do ativo não circulante		**238.777**	**248.723**
Total do ativo		**248.785**	**258.230**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		208	228
Financiamentos	13	3.927	3.462
Obrigações sociais e trabalhistas		51	186
Obrigações fiscais		88	98
IRPJ e CSLL a pagar		156	151
Adiantamento de clientes		40	40
Contas a pagar à partes relacionadas	9	54	67
Tributos diferidos		-	58
Total do passivo circulante		**4.524**	**4.290**
Provisões	12	2.418	-
Financiamentos	13	71.829	75.734
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	70.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos		112	46
Total do passivo não circulante		**74.359**	**145.879**
Capital social		196.102	124.684
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.898
Prejuízos acumulados		(26.200)	(19.521)
Total do patrimônio líquido	**14**	**169.902**	**108.061**
Total do passivo e patrimônio líquido		**248.785**	**258.230**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda com energia	15	16.828	17.806
Custo da geração de energia	16	(15.406)	(15.357)
Lucro bruto		**1.422**	**2.449**
Despesas gerais e administrativas	16	(882)	(1.325)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(30)	27
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**510**	**1.151**
Despesas financeiras	17	(6.645)	(8.858)
Receitas financeiras	17	119	306
Despesas financeiras líquidas		**(6.526)**	**(8.552)**
Resultado antes dos impostos		**(6.016)**	**(7.401)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(659)	(695)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(46)
Prejuízo do exercício		**(6.679)**	**(8.142)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(6.679)	(8.142)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(6.679)	(8.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(6.679)**	**(8.142)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	10.174	10.876
Juros e variações monetárias	13	5.537	6.511
Amortização de custos de transação	13	21	21
Provisão de ressarcimento	12	2.418	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	659	695
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	46
		12.134	**10.007**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		30	(20)
Contas a receber de partes relacionadas		-	(456)
Despesas antecipadas		(27)	(21)
Tributos e contribuições a compensar		(3)	50
Adiantamentos a fornecedores		(47)	(21)
Fornecedores		(20)	(15.526)
Obrigações fiscais		(165)	(55)
Contas a pagar à partes relacionadas		14.062	
Adiantamento de clientes		-	40
Obrigações sociais e trabalhistas		(135)	186
Tributos diferidos		8	(82)
Impostos pagos sobre o lucro		(503)	(539)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**11.272**	**7.625**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(228)	(5.933)
Baixa de intangível		-	4
Baixa de imobilizado		-	134
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(228)**	**(5.795)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(12)	(899)
Financiamentos obtidos		-	6.752
Pagamento de partes relacionadas		(1.591)	
Aumento de capital		2.979	2.271
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(2.980)	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(3.420)	(2.820)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.578)	(6.280)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(10.602)**	**(976)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**442**	**854**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**876**	**22**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.318**	**876**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**122.413**	**-**	**(11.379)**	**111.034**
Integralização de capital	2.271	-	-	2.271
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.898	-	2.898
Prejuízo do exercício	-	-	(8.142)	(8.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**124.684**	**2.898**	**(19.521)**	**108.061**
Integralização de capital	71.418	(2.980)	68.438	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	82	-	82
Prejuízo do exercício	-	-	(6.679)	(6.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**196.102**	**-**	**(26.200)**	**169.902**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A., com sede na Avenida Cândido de Abreu 70,em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS,e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A SVP II foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energiaem 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2017 coma produção anual estimada de 12,3 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	22/07/2014	21/07/2049	12,3	13,3	13,2	0,9

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 6.679 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 228, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro: Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente eo imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado - ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	7,16%
Equipamentos de informática	7,40%
Aerogeradores	3,62%
Sistemas de transmissão e conexão	2,89%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,90%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). *(i) Como arrendatário* - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) -instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento - • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **• Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j. Valor recuperável de ativos (*impairment*)**

(i) Ativos financeiros não derivativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	62	876
Aplicações financeiras	1.256	-
	1.318	**876**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.198	2.228
	2.198	**2.228**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (a)- Empréstimos	74	74
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (a)- Empréstimos	124	124
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (a)- Empréstimos	148	148
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (a) - Empréstimos	124	124
	470	470
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)- Empréstimos	54	67
	54	67
	2020	**2019**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b) - Empréstimos	-	70.099
	-	**70.099**

(a)Os saldos referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se a acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 70.166 de valores a pagar para partes relacionadas e R$ 470 a receber montante líquido de R$ 69.696 durante o exercício de 2020, o montante de R$ 68.439 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14 a. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.700
	5.712	**5.700**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES e BRDE (Nota Explicativa nº 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debêntures Complexo Santa Vitória do Palmar, conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco epodem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	7%	357	(78)	279	286
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	8.709	(821)	7.888	8.141
Aerogeradores	4%	215.522	(26.630)	188.892	197.098
Sistemas de transmissão e conexão	3%	46.814	(5.436)	41.378	43.054
Equipamentos de informática	7%	123	(23)	100	72
Reposição de peças e manutenção	7%	240	-	240	72
		271.765	**(32.988)**	**238.777**	**248.723**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	339	18	-	-	357
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.709	-	-	-	8.709
Aerogeradores	215.517	5	-	-	215.522
Sistemas de transmissão e conexão	46.814	-	-	-	46.814
Equipamentos de informática	86	37	-	-	123
Reposição de peças e manutenção	72	168	-	-	240
	271.537	**228**	**-**	**-**	**271.765**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	307	32	-	-	339
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.688	21	-	-	8.709
Aerogeradores	209.875	5.776	(134)	-	215.517
Sistemas de transmissão e conexão	46.814	-	-	-	46.814
Equipamentos de informática	54	32	-	-	86
Reposição de peças e manutenção	-	72	-	-	72
	265.738	**5.933**	**(134)**	**-**	**271.537**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	(53)	(25)	-	-	(78)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(568)	(253)	-	-	(821)
Aerogeradores	(18.419)	(8.211)	-	-	(26.630)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.760)	(1.676)	-	-	(5.436)
Equipamentos de informática	(14)	(9)	-	-	(23)
	(22.814)	**(10.174)**	**-**	**-**	**(32.988)**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	(28)	(25)	-	-	(53)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(326)	(242)	-	-	(568)
Aerogeradores	(9.825)	(8.594)	-	-	(18.419)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.755)	(2.005)	-	-	(3.760)
Equipamentos de informática	(4)	(10)	-	-	(14)
	(11.938)	**(10.876)**	**-**	**-**	**(22.814)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira VI baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição	2.418
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.418**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.418	-
	2.418	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	49.380	51.711
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	26.644	27.774
Custos com a captação			(268)	(289)
			75.756	**79.196**
Passivo circulante			3.927	3.462
Passivo não circulante			71.829	75.734

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (credor) no valor de R$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10). (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) (credor) no valor de R$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos - A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	76.024
2023	64.084
2026	49.312
2029	30.995
2032	8.249

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Financiamentos	Patrimônio Líquido: Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.700**	**79.196**	**124.684**	**209.580**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	71.418	71.418
Aplicações financeiras vinculadas	12	-	-	12
Pagamento de juros	-	(5.578)	-	(5.578)
Pagamento de principal	-	(3.420)	-	(3.420)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	12	(8.998)	71.418	62.432
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	5.537	-	5.537
Custos de captação amortizados	-	21	-	21
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	5.558	-	5.558
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.712	**75.756**	**196.102**	**277.570**

Em milhares de reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Financiamentos	Patrimônio Líquido: Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.801**	**75.012**	**122.413**	**202.226**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	2.271	2.271
Aplicações financeiras vinculadas	899	-	-	899
Recursos recebidos de financiamentos	-	6.752	-	6.752
Pagamento de juros	-	(6.280)	-	(6.280)
Pagamento de financiamentos	-	(2.820)	-	(2.820)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	899	(2.348)	2.271	822
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	6.511	-	6.511
Custos de captação amortizados	-	21	-	21
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	6.532	-	6.532
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.700**	**79.196**	**124.684**	**209.580**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants -** A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. ***13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)*** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a garantia fidejussória do contrato de financiamento com o BNDES e BRDE, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
13/07/2020	08/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	157
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.256
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.548
12/12/2019	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco ABN	33.106
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	17.690

14 Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 196.102 (R$ 124.684 em 2019), dividido em 196.102.277 (124.684.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	196.102	24.684

Aumento de capital social no exercício corrente foi de R$ 71.418 e distribuído conforme abaixo:

	2020
Aumento de capital social	
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de Capital (1)	2.980
Saldo de Contas a Pagar com Partes relacionadas (2)	68.438
	71.418

(1)Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 2.980 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. (2) A Companhia mantinha saldo de contas à pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 68.439 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020.

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

Controladora e controlador final
As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.
b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	106.722	102.377
Receita bruta venda de energia	20.192	18.701
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(8)	(184)
Ressarcimento de Energia (1)	(2.418)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(938)	(711)
	16.828	**17.806**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 2.418, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(15.406)	(15.357)
Despesas gerais e administrativas	(882)	(1.325)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	27
	(16.258)	**(16.655)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.092)	(1.010)
Compra de energia	(961)	(611)
Despesa com pessoal	(419)	(870)
Serviços de terceiros	(342)	(347)
Depreciação	(10.174)	(10.876)
Arrendamento	(194)	(173)
Manutenção	(2.050)	(1.497)
Aluguel	(167)	(316)
Materiais	(265)	(142)
Outras despesas administrativas	(397)	(575)
Viagens e estadias	(78)	(133)
Outras	(119)	(105)
	(16.258)	**(16.655)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(57)	(53)
Juros de financiamentos	(5.537)	(6.511)
IOF	(1)	(127)
Amortização do custo de captação	(21)	(21)
Custo da estruturação da dívida	(1.102)	(2.109)
Juros de mora de fornecedores	(4)	(37)
Total das despesas financeiras	**(6.645)**	**(8.858)**
Descontos obtidos	16	104
Juros recebidos	-	3
Receitas de aplicações financeiras	102	190
Outras	1	9
Total das receitas financeiras	**119**	**306**
Resultado financeiro líquido	**(6.526)**	**(8.552)**

18 Imposto de renda e contribuição social
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	20.066	18.641
Outras receitas	190	426
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.796	1.917
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.598	2.663
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	503	527
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	156	168
Imposto de renda e contribuição social correntes	**659**	**695**
Taxa efetiva	*15,00%*	*15,17%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**46**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2019 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2019.

19 Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando a assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.
a. Valor justo dos instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	876	62	876
Aplicações financeiras	1.256	-	1.256	-
Contas a receber de clientes	2.198	2.228	2.198	2.228
Partes relacionadas	470	470	470	470
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.700	5.712	5.700
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	208	228	208	228
Financiamentos	3.927	3.462	3.927	3.462
Partes relacionadas	54	67	54	67
Não circulante				
Financiamentos	71.829	75.734	71.829	75.734
Partes relacionadas	-	70.099	-	70.099

b. Categorias de instrumentos financeiros
A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amor-tizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amor-tizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	62	-	62	876	-	876
Aplicações financeiras	1.256	-	1.256	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.198	2.198	-	2.228	2.228
Partes relacionadas	-	470	470	-	470	470
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	-	5.712	5.700	-	5.700
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	208	208	-	228	228
Financiamentos	-	3.927	3.927	-	3.462	3.462
Partes relacionadas	-	54	54	-	67	67
Não circulante						
Financiamentos	-	71.829	71.829	-	75.734	75.734
Partes relacionadas	-	-	-	-	70.099	70.099

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.
c. Mensuração pelo valor justo
A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-
Aplicações financeiras	1.256	1.256	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.712	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	876	876	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.700	5.700	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
• **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado -** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: : Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamentode riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriadosdosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.
(ii) Risco de crédito: Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	1.256	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.700
Contas a receber	2.198	2.228

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais comoem cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	75.756	79.196
Fornecedores	208	228

(iv) Risco de mercado
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorare controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	1.256	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.700
	6.968	**5.700**
Passivo		
Financiamentos	75.756	79.196

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	6.968	Redução do CDI	144	96

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.
Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	76.024	Aumento da TJLP	4.324	5.189

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez — Diretor
SuiSheng Huang — Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.("SVP II" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.512/0001-17

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	849	168
Contas a receber de clientes	8	747	762
Despesas antecipadas		66	58
Adiantamento a fornecedores		3	3
Tributos e contribuições a compensar		2	-
Total do ativo circulante		**1.667**	**991**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.967	1.937
Despesas antecipadas		8	10
Total do realizável de longo prazo		**1.975**	**1.947**
Imobilizado	11	45.692	47.547
Total do ativo não circulante		**45.692**	**47.547**
Total do ativo		**49.334**	**50.485**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		51	60
Provisões	12	265	265
Financiamentos	13	1.317	1.132
Salários a pagar		17	62
Obrigações fiscais		33	31
IRPJ e CSLL a pagar		48	47
Adiantamento de clientes		7	7
Empréstimos de partes relacionadas	9	85	94
Tributos diferidos		-	20
Total do passivo circulante		**1.823**	**1.718**
Provisões	12	989	-
Financiamentos	13	23.943	24.814
Empréstimos de partes relacionadas	9	-	3.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37	15
Total do passivo não circulante		**24.969**	**28.317**
Capital social		24.966	22.120
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140
Prejuízos acumulados		(2.424)	(1.810)
Total do patrimônio Líquido	**14**	**22.542**	**20.450**
Total do passivo e patrimônio líquido		**49.334**	**50.485**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	5.578	6.140
Custo da geração de energia	16	(3.476)	(3.263)
Lucro bruto		**2.102**	**2.877**
Despesas gerais e administrativas	16	(170)	(251)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	-	17
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.932**	**2.643**
Despesas financeiras	17	(2.383)	(3.062)
Receitas financeiras	17	44	98
Despesas financeiras líquidas		**(2.339)**	**(2.964)**
Resultado antes dos impostos		**(407)**	**(321)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(206)	(216)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1)	(15)
Prejuízo do exercício		**(614)**	**(552)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(614)	(552)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(614)	(552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(614)**	**(552)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	1.855	1.949
Juros e variações monetárias	13	1.884	2.291
Amortização de custos de transação	13	71	71
Provisão para ressarcimento	12	989	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	206	216
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1	15
		4.392	**3.990**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		15	(38)
Tributos e contribuições a compensar		(2)	66
Despesas antecipadas		(6)	(20)
Fornecedores		(9)	271
Contas a pagar de partes relacionadas		-	(309)
Obrigações fiscais		(46)	(228)
Adiantamento de clientes		-	7
Outras contas a pagar		(45)	62
Tributos diferidos		1	(27)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**4.300**	**3.774**
Impostos pagos sobre o lucro		(156)	(168)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.144**	**3.606**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	-	(757)
Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(753)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(30)	(303)
Pagamento de partes relacionadas		(652)	-
Aumento de capital		-	756
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(140)	-
Financiamentos obtidos		-	72
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.182)	(1.016)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.459)	(2.206)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(3.463)**	**(2.697)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**681**	**156**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**168**	**12**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**849**	**168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**21.364**	**-**	**(1.258)**	**20.106**
Integralização de capital		756	-	-	756
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140	-	140
Prejuízo do exercício		-	-	(552)	(552)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**22.120**	**140**	**(1.810)**	**20.450**
Integralização de capital	14	2.846	(140)	-	2.706
Prejuízo do exercício		-	-	(614)	(614)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**24.966**	**-**	**(2.424)**	**22.542**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XI, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP III foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2017 coma produção anual estimada de 4,3 MW (não auditado).A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	29/07/2014	28/07/2049	4,3	4,5	4,5	0,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, contudo não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 6.679e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 228, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente eo imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,37%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Arrendamentos -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). *(i) Como arrendatário* - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônioliquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente **j. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	26	168
Aplicações financeiras	823	-
	849	**168**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	747	762
	747	**762**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a) - Empréstimos	11	20
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a) - Empréstimos	74	74
	85	**94**
Passivo não circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b) - Empréstimos	-	3.488
	-	**3.488**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se a acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 3.582 de valores a pagar para partes relacionadas.Durante o exercício de 2020, o montante de R$ 2.846 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14 a. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.937
	1.967	**1.937**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES e BRDE (Nota Explicativa nº 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debêntures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco epodem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	5.608	(615)	4.993	5.154
Aerogeradores	3%	47.185	(6.486)	40.699	42.393
		52.793	**(7.101)**	**45.692**	**47.547**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.608	-	-	-	5.608
Aerogeradores	47.185	-	-	-	47.185
	52.793	**-**	**-**	**-**	**52.793**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.608	-	-	-	5.608
Aerogeradores	46.428	757	-	-	47.185
	52.036	**757**	**-**	**-**	**52.793**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(454)	(161)	-	-	(615)
Aerogeradores	(4.792)	(1.694)	-	-	(6.486)
	(5.246)	**(1.855)**	**-**	**-**	**(7.101)**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(306)	(148)	-	-	(454)
Aerogeradores	(2.991)	(1.801)	-	-	(4.792)
	(3.297)	**(1.949)**	**-**	**-**	**(5.246)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XI baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e
- Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x	
Cenários	**Montante Contratado**	**Resultados**
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	265
Constituição	989
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.254

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	265	265
Provisão para ressarcimento longo prazo	989	-
	1.254	**265**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	**Indexador e taxas anuais de juros**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.353	17.728
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.823	9.206
Custos com a captação			(916)	(988)
			25.260	**25.946**
Passivo circulante			1.317	1.132
Passivo não circulante			23.943	24.814

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (credor) no valor de R$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10). (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) (credor) no valor de R$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020 a 2022	26.176
2023 a 2025	21.968
2026 a 2028	16.772
2029 a 2031	10.342
2032	2.372

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.937**	**25.946**	**22.120**	**50.003**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aportes / Resgate em aplicações financeiras vinculadas	30	-	-	30
Integralização de capital	-	-	2.846	2.846
Pagamento de juros	-	(1.182)	-	(1.182)
Pagamento de principal	-	(1.459)	-	(1.459)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	30	(2.641)	2.846	235
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	1.884	-	1.884
Custos de captação amortizados	-	71	-	71
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	1.955	-	1.955
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.967**	**25.260**	**24.966**	**52.193**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.634**	**26.734**	**21.364**	**49.732**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Resgate em aplicações financeiras vinculadas	303	-	-	303
Integralização de capital	-	-	756	756
Recursos recebidos de financiamentos	-	72	-	72
Pagamento de juros	-	(2.206)	-	(2.206)
Pagamento de financiamentos	-	(1.016)	-	(1.016)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	303	(3.150)	756	(2.091)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	2.291	-	2.291
Custos de captação amortizados	-	71	-	71
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	2.362	-	2.362
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.937**	**25.946**	**22.120**	**50.003**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentoscom cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento com o BNDES e BRDE, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	54
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	399
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.446
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	16
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	59
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.571
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.571
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.141
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.552

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 24.966 (R$ 22.120 em 2019), dividido em 24.966.340 (22.120.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	24.966	22.120

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 2.846 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 140 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	37.211	33.091
Receita bruta venda de energia	6.889	6.383
Ressarcimento de Energia (1)	(989)	-
(-) PIS / COFINS	(322)	(243)
	5.578	**6.140**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 989, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(3.476)	(3.263)
Despesas gerais e administrativas	(170)	(251)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	17
	(3.646)	**(3.497)**
Encargos de transmissão e conexão	(399)	(365)
Compra de energia	(314)	(194)
Despesa com pessoal	(123)	(288)
Serviços de terceiros	(20)	(52)
Depreciação	(1.855)	(1.949)
Arrendamento	(132)	(118)
Manutenção	(698)	(187)
Outras despesas administrativas	(96)	(80)
Penalidades por insuficiência de lastro	-	(264)
Outras	(9)	-
	(3.646)	**(3.497)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(52)
IOF	(8)	(1)
Juros de financiamentos	(1.884)	(2.291)
Amortização do custo de captação	(71)	(151)
Custo da estruturação da dívida	(355)	(532)
Outras	(5)	(35)
Total das despesas financeiras	**(2.383)**	**(3.062)**
Receitas de aplicações financeiras	38	63
Juros recebidos	-	1
Outras	6	34
Total das receitas financeiras	**44**	**98**
Resultado financeiro líquido	**(2.339)**	**(2.964)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	6.848	6.363
Outras receitas	57	134
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	605	640
Base de cálculo CSLL 12% (*)	879	895
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	170	177
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	36	40
Imposto de renda e contribuição social correntes	**206**	**216**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**1**	**15**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 1 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 15 em 2019).

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando a assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	26	168	26	168
Aplicações financeiras	823	-	823	-
Contas a receber de clientes	747	762	747	762
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.937	1.967	1.937
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	51	60	51	60
Financiamentos	1.317	1.132	1.317	1.132
Partes relacionadas	85	94	85	94
Não circulante				
Financiamentos	23.943	24.814	23.943	24.814
Partes relacionadas	-	3.488	-	3.488

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	26	-	26	168	-	168
Aplicações financeiras	823	-	823	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	747	747	-	762	762
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	-	1.967	1.937	-	1.937
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	51	51	-	60	60
Financiamentos	-	1.317	1.317	-	1.132	1.132
Partes relacionadas	-	85	85	-	94	94
Não circulante						
Financiamentos	-	23.943	23.943	-	24.814	24.814
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.488	3.488

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	26	26	-	-
Aplicações financeiras	823	823	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.967	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	168	168	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.937	1.937	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	823	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.937
Contas a receber de clientes	747	762

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	25.260	25.946
Fornecedores	51	60

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	823	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.937
	2.790	1.937
Passivo		
Financiamentos	25.260	25.946

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras vinculadas	2.790	Redução do CDI	58	38

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	26.176	Aumento da TJLP	1.489	1.787

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. ("SVP III" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Continuação.

CGN

Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.199/0001-64

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70 - Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.411	294
Contas a receber de clientes	8	1.247	1.264
Despesas antecipadas		107	92
Adiantamento a fornecedores		55	55
Tributos e contribuições a compensar		1	-
Total do ativo circulante		**2.821**	**1.705**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.285	3.276
Depósitos judiciais		24	24
Total do realizável de longo prazo		**3.309**	**3.300**
Imobilizado	11	78.062	81.175
Total do ativo não circulante		**78.062**	**81.175**
Total do ativo		**84.192**	**86.180**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		80	136
Provisões	12	763	763
Financiamentos	13	2.338	2.061
Obrigações sociais e trabalhistas		28	103
Obrigações fiscais		49	50
IRPJ e CSLL a pagar		84	84
Contas a pagar à partes relacionadas	9	141	156
Adiantamento de clientes		29	30
Tributos diferidos		-	33
Total do passivo circulante		**3.512**	**3.416**
Provisões	12	2.036	-
Financiamentos	13	42.768	45.092
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	2.380
Imposto de renda e contribuição social diferidos		65	25
Total do passivo não circulante		**44.869**	**47.497**
Capital social		38.053	36.679
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	316
Prejuízos acumulados		(2.242)	(1.728)
Total do patrimônio líquido	**14**	**35.811**	**35.267**
Total do passivo e patrimônio líquido		**84.192**	**86.180**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	8.921	10.230
Custo da geração de energia	16	(4.874)	(5.423)
Lucro Bruto		**4.047**	**4.807**
Receitas (despesas) operacionais		**(256)**	**(421)**
Despesas gerais e administrativas	16	(253)	(447)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(3)	26
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**3.791**	**4.386**
Despesas financeiras	17	(4.016)	(5.214)
Receitas financeiras	17	74	179
		(3.942)	(5.035)
Resultado antes dos impostos		**(151)**	**(649)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(360)	(385)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(25)
Prejuízo do exercício		**(515)**	**(1.059)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(515)	(1.059)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(515)	(1.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(515)**	**(1.059)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	3.113	3.074
Juros e variações monetárias	13	3.297	4.030
Amortização de custos de transação	13	19	19
Provisão para ressarcimento	12	2.036	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	360	385
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	25
		8.314	**6.474**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		17	(66)
Adiantamentos a fornecedores		-	(48)
Despesas antecipadas		(15)	(12)
Tributos e contribuições a compensar		(1)	184
Fornecedores		(56)	820
Obrigações fiscais		(94)	(476)
Contas a pagar à partes relacionadas		-	(95)
Adiantamento de clientes		-	30
Outras contas a pagar		(75)	103
Tributos diferidos		7	(47)
Impostos pagos sobre o lucro		(271)	(298)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.826**	**6.569**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	-	(1.261)
Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(1.257)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(9)	(543)
Empréstimos e financiamentos obtidos		-	167
Aumento de capital		-	1.262
Pagamento de partes relacionadas		(1.021)	
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(316)	-
Dividendos pagos		-	(280)
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(2.042)	(1.754)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(3.321)	(3.881)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(6.709)**	**(5.029)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**1.117**	**283**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**294**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.411**	**294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**35.417**	**-**	**(669)**	**34.748**
Integralização de capital		1.262	-	-	1.262
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	316	-	316
Prejuízo do exercício		-	-	(1.059)	(1.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**36.679**	**316**	**(1.728)**	**35.267**
Integralização de capital	14	1.374	(316)	-	1.058
Prejuízo do exercício		-	-	(515)	(515)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**38.053**	**-**	**(2.242)**	**35.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. ("SVP IV" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP IV foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em junho de 2017 coma produção anual estimada de 6,9 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	11/07/2014	10/07/2049	6,9	7,5	7,5	0,6

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 515 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 691, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação -As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -**A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,45%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,86%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -***No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos

Continua...

...Continuação

contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*****:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** -A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(*iii) Ativos não financeiros*** **-** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	40	294
Aplicações financeiras	1.371	-
	1.411	**294**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.247	1.264
	1.247	**1.264**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	17	31
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (a)	-	1
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a)	124	124
	141	**156**
Passivo não circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	2.380
	-	**2.380**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se a acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 2.536 de valores a pagar para partes relacionadas, durante o exercício de 2020, o montante de R$ 1.374 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14 a. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração -

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.276
	3.285	**3.276**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco epodem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	9.364	(937)	8.427	8.695
Aerogeradores	3%	79.578	(9.943)	69.635	72.481
		88.942	**(10.880)**	**78.062**	**81.175**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.364	-	-	-	9.364
Aerogeradores	79.578	-	-	-	79.578
	88.942	**-**	**-**	**-**	**88.942**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.364	-	-	-	9.364
Aerogeradores	78.317	1.261	-	-	79.578
	87.681	**1.261**	**-**	**-**	**88.942**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(669)	(268)	-	-	(937)
Aerogeradores	(7.098)	(2.845)	-	-	(9.943)
	(7.767)	**(3.113)**	**-**	**-**	**(10.880)**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(423)	(246)	-	-	(669)
Aerogeradores	(4.270)	(2.828)	-	-	(7.098)
	(4.693)	**(3.074)**	**-**	**-**	**(7.767)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	763
Constituição	2.036
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.799**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	763	763
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.036	-
	2.799	**763**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25 , parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.899	31.310
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.447	16.103
Custos com a captação			(240)	(260)
			45.106	**47.153**
Passivo circulante			2.338	2.061
Passivo não circulante			42.768	45.092

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	45.346
2023	38.216
2026	29.399
2029	18.476
2032	4.922

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.276**	**47.153**	**36.679**	**87.108**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	1.374	1.374
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	9	-	-	9
Pagamento de juros	-	(3.321)	-	(3.321)
Pagamento de principal	-	(2.042)	-	(2.042)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	9	(5.363)	1.374	(3.980)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.297	-	3.297
Custos de captação amortizados	-	19	-	19
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.316	-	3.316
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.285**	**45.106**	**38.053**	**86.444**

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.733**	**48.572**	**280**	**35.417**	**87.002**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	1.262	1.262
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	543	-	-	-	543
Recursos recebidos de financiamentos	-	167	-	-	167
Dividendos pagos	-	-	(280)	-	(280)
Pagamento de juros	-	(3.881)	-	-	(3.881)
Pagamento de financiamentos	-	(1.754)	-	-	(1.754)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	543	(5.468)	(280)	1.262	(3.943)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	4.030	-	-	4.030
Custos de captação amortizados	-	19	-	-	19
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	4.049	-	-	4.049
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.276**	**47.153**	**-**	**36.679**	**87.108**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui covenants financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (completion) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de covenants não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	798
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.891
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	38
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	137
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	5.459
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	5.459
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	10.919
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	7.023

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 38.053 (R$ 36.679em 2019,dividido em 38.053.448 (36.679.000em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	38.053	36.679

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 1.374 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 316 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020.

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **15 Receita líquida de venda de energia**

	2020	2019
Geração em MW/h	59.454	53.577
Receita bruta venda de energia	11.489	10.633
Ressarcimento de Energia (1)	(2.036)	-
(-) PIS / COFINS	(532)	(403)
	8.921	**10.230**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 2.036, vide nota explicativa 12 (i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custo da geração de energia	(4.874)	(5.423)
Despesas gerais e administrativas	(253)	(447)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3)	26
	(5.130)	**(5.844)**
Encargos de transmissão e conexão	(622)	(583)
Compra de energia	(567)	(415)
Despesa com pessoal	(206)	(479)
Serviços de terceiros	(12)	(51)
Depreciação	(3.113)	(3.074)
Arrendamento	(110)	(92)
Manutenção	(330)	(217)
Despesas administrativas	(141)	(137)
Custo de descontratação	-	(32)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(764)
Outros	(29)	-
	(5.130)	**(5.844)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(56)	(54)
IOF	-	(3)
Juros de financiamentos	(3.297)	(4.030)
Amortização do custo de captação	(19)	(140)
Juros de mora de fornecedores	-	(35)
Custo da estruturação da dívida	(636)	(952)
Outras	(8)	-
Total das despesas financeiras	**(4.016)**	**(5.214)**
Juros recebidos	-	3
Receitas de aplicações financeiras	64	118
Outras	10	58
Total das receitas financeiras	**74**	**179**
Resultado financeiro líquido	**(3.942)**	**(5.035)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	11.422	10.603
Outras receitas	93	240
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.007	1.088
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.464	1.512
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	283	299
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	77	85
Imposto de renda e contribuição social correntes	**360**	**385**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**25**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 25 em 2019).

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	40	294	40	294
Aplicações financeiras	1.371	-	1.371	-
Contas a receber de clientes	1.247	1.264	1.247	1.264
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.276	3.285	3.276
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	80	136	80	136
Financiamentos	2.338	2.061	2.338	2.061
Partes relacionadas	141	156	141	156
Não circulante				
Financiamentos	42.768	45.092	42.768	45.092
Partes relacionadas	-	2.380	-	2.380

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	40	-	40	294	-	294
Aplicações financeiras	1.371	-	1.371	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.247	1.247	-	1.264	1.264
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	-	3.285	3.276	-	3.276
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	80	80	-	136	136
Financiamentos	-	2.338	2.338	-	2.061	2.061
Partes relacionadas	-	141	141	-	156	156
Não circulante						
Financiamentos	-	42.768	42.768	-	45.092	45.092
Partes relacionadas	-	-	-	-	2.380	2.380

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	40	40	-	-
Aplicações financeiras	1.371	1.371	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.285	-	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	294	294	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.276	3.276	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	1.371	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.276
Contas a receber	1.247	1.264

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis deendividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	45.106	47.153
Fornecedores	80	136

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorare controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	1.371	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.276
	4.656	**3.276**
Passivo		
Financiamentos	45.106	47.153

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	4.656	Redução do CDI	96	64

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	45.346	Aumento da TJLP	2.579	3.095

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.868.433/0001-91

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.299	50
Contas a receber de clientes	8	1.204	1.214
Despesas antecipadas		109	93
Adiantamento a fornecedores		6	6
Tributos e contribuições a compensar		4	-
Total do ativo circulante		**4.622**	**1.363**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.211	3.416
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	680
Despesas antecipadas		1	2
Total do realizável de longo prazo		**3.212**	**4.098**
Imobilizado	11	76.876	79.926
Ativo de direito de uso		355	571
Total do ativo não circulante		**77.231**	**80.497**
Total do ativo		**85.065**	**85.958**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		82	149
Provisões	12	313	313
Financiamentos	13	2.270	1.991
Obrigações sociais e trabalhistas		28	103
Obrigações fiscais		48	48
IRPJ e CSLL a pagar		84	85
Contas a pagar a partes relacionadas	9	17	-
Adiantamento de clientes		82	82
Tributos diferidos		-	32
Passivo de arrendamento mercantil		-	17
Total do passivo circulante		**2.924**	**2.820**
Provisões	12	1.543	-
Financiamentos	13	41.347	43.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos		64	26
Passivo de arrendamento mercantil		374	564
Total do passivo não circulante		**43.328**	**44.195**
Capital social		41.839	41.839
Prejuízos acumulados		(3.026)	(2.896)
Total do patrimônio líquido	**14**	**38.813**	**38.943**
Total do passivo e patrimônio líquido		**85.065**	**85.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida	15	9.309	10.145
Custo da geração de energia	16	(4.853)	(5.128)
Lucro bruto		**4.456**	**5.017**
Despesas gerais e administrativas	16	(236)	(395)
Outras despesas operacionais, liquidas	16	(1)	34
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.219**	**4.656**
Despesas financeiras	17	(4.067)	(5.295)
Receitas financeiras	17	81	172
Despesas financeiras líquidas		**(3.986)**	**(5.123)**
Resultado antes dos impostos		**233**	**(467)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(359)	(380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(25)
Prejuízo do exercício		**(130)**	**(872)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(130)	(872)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(130)	(872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(130)**	**(872)**
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	11	3.050	2.986
Juros e variações monetárias	13	3.284	4.017
Amortização de custos de transação	13	117	117
Provisão para ressarcimento	12	1.543	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	359	380
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	25
		8.227	**6.653**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		10	(28)
Despesas antecipadas		(15)	(13)
Tributos e contribuições a compensar		(4)	308
Contas a receber de partes relacionadas		680	(100)
Fornecedores		(67)	379
Obrigações fiscais		(85)	(560)
Adiantamento de clientes		-	79
Contas a pagar a partes relacionadas		17	(102)
Outras contas a pagar		(75)	103
Tributos diferidos		6	(50)
Impostos pagos sobre o lucro		(270)	(293)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**8.424**	**6.376**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa de intangível		-	4
Aquisição de imobilizado	11	-	(1.260)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(1.256)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		205	(741)
Integralização de capital		-	1.262
Dividendos pagos		-	(51)
Captação de financiamentos		-	100
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.072)	(1.781)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.308)	(3.868)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(5.175)**	**(5.079)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.249**	**41**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**50**	**9**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3.299**	**50**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**40.577**	**(2.024)**	**38.553**
Integralização de capital	1.262	-	1.262
Prejuízo do exercício	-	(872)	(872)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**41.839**	**(2.896)**	**38.943**
Prejuízo do exercício	-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**41.839**	**(3.026)**	**38.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba/PR, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP V foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, eassinou contrato de fornecimento de energia em 1° de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2017 coma produção anual estimada de 6 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	14/07/2014	13/07/2049	6	7,5	7,4	1,4

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** -As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 130 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 1.698, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação -As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota Explicativa n° 11 -** Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos).

• **Nota explicativa n° 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,56%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e.Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônioliquido.Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - *(i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	59	49
Aplicações financeiras	3.240	1
	3.299	**50**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.204	1.214
	1.204	**1.214**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	680
	-	**680**

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	17	-
	17	**-**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.416
	3.211	**3.416**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta reserva do serviço da dívida e conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aocovenants, conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE)- Nota Explicativa n° 12 - e conta reserva especial para pagamento de debêntures Complexo Santa Vitória do Palmar, conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	9.671	(991)	8.680	8.956
Aerogeradores	4%	78.113	(9.917)	68.196	70.970
		87.784	**(10.908)**	**76.876**	**79.926**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.671	-	-	-	9.671
Aerogeradores	78.113	-	-	-	78.113
	87.784	**-**	**-**	**-**	**87.784**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.671	-	-	-	9.671
Aerogeradores	76.853	1.260	-	-	78.113
	86.524	**1.260**	**-**	**-**	**87.784**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(714)	(277)	-	-	(991)
Aerogeradores	(7.144)	(2.773)	-	-	(9.917)
	(7.858)	**(3.050)**	**-**	**-**	**(10.908)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(452)	(262)	-	-	(714)
Aerogeradores	(4.430)	(2.714)	-	-	(7.144)
	(4.882)	**(2.976)**	**-**	**-**	**(7.858)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XIII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:- Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	313
Constituição	1.543
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.856**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	313	313
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.543	-
	1.856	**313**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação..

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2023	29.620	31.045
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2023	15.504	16.176
Custos com a captação			(1.507)	(1.625)
			43.617	45.596
Passivo circulante			2.270	1.991
Passivo não circulante			41.347	43.605

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o BNDES (credor) no valor de R$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa n° 10). (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o BRDE (credor) no valor de R$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa n° 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	45.124
2023	37.891
2026	28.945
2029	17.857
2032	4.095

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.416**	**45.596**	**41.839**	**90.851**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	(205)	-	(205)	
Pagamento de juros	-	(3.308)	-	(3.308)
Pagamento de principal	-	(2.072)	-	(2.072)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(205)**	**(5.380)**	**-**	**(5.585)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.284	-	3.284
Custos de captação amortizados	-	117	-	117
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**3.401**	**-**	**3.401**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.211**	**43.617**	**41.839**	**88.667**

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.675**	**47.011**	**51**	**40.577**	**90.314**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	1.262	1.262
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	741	-	-	-	741
Recursos recebidos de financiamentos	-	100	-	-	100
Pagamento de juros	-	(3.868)	-	-	(3.868)
Pagamento de financiamentos	-	(1.781)	-	-	(1.781)
Dividendos pagos	-	-	(51)	-	(51)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	741	(5.549)	(51)	1.262	(3.597)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	4.017	-	-	4.017
Custos de captação amortizados	-	117	-	-	117
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**4.134**	**-**	**-**	**4.134**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.416**	**45.596**	**-**	**41.839**	**90.851**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a ser observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	701
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.538
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	23
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	83
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	7.052
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	7.052
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.104
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.324

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019é de R$41.839, dividido em 41.839.000ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (Holding)	41.839	41.839

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **15 Receita líquida de venda de energia**

	2020	2019
Geração em MW/h	60.621	54.717
Receita bruta de venda de energia	11.365	10.535
Ressarcimento de Energia(1)	(1.543)	-
(-) PIS / COFINS	(513)	(390)
	9.309	**10.145**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 1.543, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custo da geração de energia	(4.853)	(5.128)
Despesas gerais e administrativas	(236)	(395)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1)	34
	(5.090)	**(5.489)**
Encargos de transmissão e conexão	(620)	(582)
Compra de energia	(578)	(591)
Despesa com pessoal	(206)	(479)
Serviços de terceiros	(12)	(48)
Depreciação	(3.050)	(2.986)
Arrendamento	(145)	(99)
Manutenção	(324)	(273)
Despesas administrativas	(143)	(109)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(313)
Outras	(12)	(9)
	(5.090)	**(5.489)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(53)
IOF	-	(2)
Juros de financiamentos	(3.284)	(4.017)
Amortização do custo de captação	(117)	(274)
Custo da estruturação da dívida	(593)	(887)
Outras	(13)	(62)
Total das despesas financeiras	**(4.067)**	**(5.295)**
Juros recebidos	-	2
Receitas de aplicações financeiras	73	112
Outras	8	58
Total das receitas financeiras	**81**	**172**
Resultado financeiro líquido	**(3.986)**	**(5.123)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	11.303	10.533
Outras receitas	103	234
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.007	1.076
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.459	1.497
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	282	296
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	76	84
Imposto de renda e contribuição social correntes	**359**	**380**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**25**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 25 em 2019).

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos para assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	59	49	59	49
Aplicações financeiras	3.240	1	3.240	1
Contas a receber de clientes	1.204	1.214	1.204	1.214
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.416	3.211	3.416
Partes relacionadas	-	680	-	680
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	82	149	82	149
Financiamentos	2.270	1.991	2.270	1.991
Partes relacionadas	17	-	17	-
Não circulante				
Financiamentos	41.347	43.605	41.347	43.605

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	59	-	59	49	-	49
Aplicações financeiras	3.240	-	3.240	1	-	1
Contas a receber de clientes	-	1.204	1.204	-	1.214	1.214
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	-	3.211	3.416	-	3.416
Partes relacionadas	-	-	-	-	680	680
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	82	82	-	149	149
Financiamentos	-	2.270	2.270	-	1.991	1.991
Partes relacionadas	-	17	17	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	41.347	41.347	-	43.605	43.605

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	59	59	-	-
Aplicações financeiras	3.240	3.240	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.211	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	49	49	-	-
Aplicações financeiras	1	1	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.416	3.416	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	3.240	1
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.416
Contas a receber de clientes	1.204	1.214

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	43.617	45.596
Fornecedores	82	149

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	3.240	1
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.416
	6.451	**3.417**
Passivo		
Financiamentos	43.617	45.596

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	6.451	Redução do CDI	133	89

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamentos	45.124	Aumento da TLP	2.566	3.080

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. ("SVP V" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstraçõesfinanceiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.944.650/0001-13

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.527	276
Contas a receber de clientes	8	1.469	1.492
Despesas antecipadas		130	110
Tributos e contribuições a compensar		4	-
Total do ativo circulante		**4.130**	**1.878**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.905	4.044
Despesas antecipadas		3	-
Total do realizável de longo prazo		**3.908**	**4.044**
Imobilizado	11	87.637	91.146
Total do ativo não circulante		**87.637**	**91.146**
Total do Ativo		**95.675**	**97.068**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		86	190
Provisões	12	597	597
Financiamentos	13	2.707	2.373
Obrigações sociais e trabalhistas		33	123
Obrigações fiscais		63	60
IRPJ e CSLL a pagar		101	10
Adiantamento de clientes		53	53
Contas a pagar à partes relacionadas	9	169	271
Tributos diferidos		-	39
Total do passivo circulante		**3.809**	**3.809**
Provisões	12	2.154	-
Financiamentos	13	49.392	52.085
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	220
Imposto de renda e contribuição social diferidos		77	31
Total do passivo não circulante		**51.623**	**52.336**
Capital social		45.054	45.054
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	281
Prejuízos acumulados		(4.811)	(4.412)
Total do patrimônio líquido	**14**	**40.243**	**40.923**
Total do passivo e patrimônio líquido		**95.675**	**97.068**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	10.872	12.151
Custo da geração de energia	16	(5.746)	(6.246)
Lucro bruto		**5.126**	**7.145**
Despesas gerais e administrativas	16	(284)	(468)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(2)	85
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.840**	**6.762**
Despesas financeiras	17	(4.891)	(6.305)
Receitas financeiras	17	90	209
Despesas financeiras líquidas		**(4.801)**	**(6.096)**
Resultado antes dos impostos		**39**	**(574)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(433)	(475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(31)
Prejuízo do exercício		**(398)**	**(1.080)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(398)	(1.080)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(398)	(1.080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(398)**	**(1.080)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	3.509	3.508
Juros e variações monetárias	13	3.935	4.814
Amortização de custos de transação	13	155	155
Provisão para ressarcimento	12	2.154	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	433	475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	31
		9.792	**7.903**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		23	(78)
Despesas antecipadas		(23)	(13)
Tributos e contribuições a compensar		(4)	528
Contas a receber de partes relacionadas		-	-
Fornecedores		(104)	688
Obrigações fiscais		(109)	(663)
Contas a pagar à partes relacionadas		0	(389)
Adiantamento de clientes		-	53
Outras contas a pagar		(91)	123
Tributos diferidos		7	(57)
Impostos pagos sobre o lucro		(327)	(370)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**9.164**	**7.725**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Baixa de intangível		-	4
Aquisição de imobilizado	11	-	(1.514)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(1.510)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		139	(787)
Integralização de capital		-	1.513
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(281)	-
Captação de empréstimos e financiamentos		-	97
Pagamento partes relacionadas		(322)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(2.484)	(2.135)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(3.965)	(4.636)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(6.913)**	**(5.948)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.251**	**267**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**276**	**9**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2.527**	**276**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**43.541**	**(3.332)**	**-**	**40.209**
Integralização de capital		1.513	-	-	1.513
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	281	281
Prejuízo do exercício		-	(1.080)	-	(1.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**45.054**	**(4.412)**	**281**	**40.923**
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	-	(281)	(281)
Prejuízo do exercício		-	(398)	-	(398)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**45.054**	**(4.810)**	**-**	**40.243**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("SVP VI" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VI foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, eassinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em março de 2017 coma produção anual estimada de 7,9 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	14/07/2014	13/07/2049	7,9	9	8,9	1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -**As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 398 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 321, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizouestimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);
- **Nota explicativa n° 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,57%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e.Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido.Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*****:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** **-** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	42	66
Aplicações financeiras	2.485	210
	2.527	**276**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.469	1.492
	1.469	**1.492**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	21	123
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a)	148	148
	169	**271**
Passivo não circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	220
	-	**220**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	4.044
	3.905	**4.044**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco epodem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	11.140	(1.195)	9.945	10.264
Aerogeradores	4%	89.631	(11.939)	77.692	80.882
		100.771	**(13.134)**	**87.637**	**91.146**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.140	-	-	-	11.140
Aerogeradores	89.631	-	-	-	89.631
	100.771	**-**	**-**	**-**	**100.771**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.140	-	-	-	11.140
Aerogeradores	88.117	1.514	-	-	89.631
	99.257	**1.514**	**-**	**-**	**100.771**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(876)	(319)	-	-	(1.195)
Aerogeradores	(8.749)	(3.190)	-	-	(11.939)
	(9.625)	**(3.509)**	**-**	**-**	**(13.134)**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(563)	(313)	-	-	(876)
Aerogeradores	(5.554)	(3.195)	-	-	(8.749)
	(6.117)	**(3.508)**	**-**	**-**	**(9.625)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XVbaseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597
Constituição	2.154
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.751**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	597	597
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.154	-
	2.751	**597**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 106 (R$ 97 em 31 de dezembro de 2019).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	35.588	37.300
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	18.498	19.300
Custos com a captação			(1.987)	(2.142)
			52.099	**54.458**
Passivo circulante			2.707	2.373
Passivo não circulante			49.392	52.085

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	54.086
2023	45.415
2026	34.690
2029	21.402
2032	4.909

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.044**	**54.458**	**45.054**	**281**	**103.556**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(281)	(281)
Aplicações financeiras vinculadas	(139)	-	-	-	(139)
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(2.484)	-	-	(2.484)
Pagamento de juros	-	(3.965)	-	-	(3.965)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(139)	(6.449)	-	(281)	(6.869)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	3.935	-	-	3.935
Custos de captação amortizados	-	155	-	-	155
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**4.090**	**-**	**-**	**4.090**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.905**	**52.099**	**45.054**	**-**	**101.058**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.257**	**56.163**	**43.541**	**102.961**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	1.513	1.513
Aplicações financeiras vinculadas	787	-	-	787
Recursos recebidos de financiamentos	-	97	-	97
Pagamento de juros	-	(4.636)	-	(4.636)
Pagamento de financiamentos	-	(2.135)	-	(2.135)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	787	(6.674)	1.513	(4.374)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	4.814	-	4.814
Custos de captação amortizados	-	155	-	155
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**4.969**	**-**	**4.969**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.044**	**54.458**	**45.054**	**103.556**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinado sindicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.**13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
18/12/2020	20/12/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	107
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.066
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.859
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	22
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	81
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	8.158
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	8.158
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	16.315
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.800

14 Patrimônio líquido - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$45.054,dividido em 45.054.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	45.054	45.054

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 281 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **a. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **b. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **c. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	71.895	64.920
Receita bruta venda de energia	13.653	12.627
Ressarcimento de Energia (1)	(2.154)	-
(-) PIS / COFINS	(627)	(476)
	10.872	**12.151**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 2.154, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(5.746)	(6.246)
Despesas gerais e administrativas	(284)	(468)
Outras despesas operacionais	(2)	85
	(6.032)	**(6.629)**
Encargos de transmissão e conexão	(724)	(688)
Compra de energia	(632)	(562)
Despesa com pessoal	(247)	(575)
Serviços de terceiros	(18)	(59)
Depreciação	(3.509)	(3.508)
Arrendamento	(260)	(235)
Manutenção	(396)	(251)
Despesas administrativas	(168)	(154)
Penalidade por insuficiência de lastro	(9)	(597)
Outras	(69)	-
	(6.032)	**(6.629)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(56)	(53)
IOF	-	(1)
Juros de financiamentos	(3.935)	(4.814)
Juros de mora de fornecedores	-	(39)
Amortização do custo de captação	(155)	(336)
Custo da estruturação da dívida	(733)	(1.062)
Outras	(12)	-
Total das despesas financeiras	**(4.891)**	**(6.305)**
Receitas de aplicações financeiras	80	4
Juros recebidos	-	136
Descontos obtidos	10	69
Total das receitas financeiras	**90**	**209**
Resultado financeiro líquido	**(4.801)**	**(6.096)**

Continua...

...Continuação

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	13.576	12.593
Outras receitas	115	328
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.201	1.336
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.744	1.839
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	337	366
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	96	110
Imposto de renda e contribuição social correntes	**433**	**475**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**31**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2019 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	42	66	42	66
Aplicações financeiras	2.485	210	2.485	210
Contas a receber de clientes	1.469	1.492	1.469	1.492
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	4.044	3.905	4.044
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	86	190	86	190
Financiamentos	2.707	2.373	2.707	2.373
Partes relacionadas	169	271	169	271
Não circulante				
Financiamentos	49.392	52.085	49.392	52.085
Partes relacionadas	-	220	-	220

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	42	-	42	66	-	66
Aplicações financeiras	2.485	-	2.485	210	-	210
Contas a receber de clientes	-	1.469	1.469	-	1.492	1.492
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	-	3.905	4.044	-	4.044
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	86	86	-	190	190
Financiamentos	-	2.707	2.707	-	2.373	2.373
Partes relacionadas	-	169	169	-	271	271
Não circulante						
Financiamentos	-	49.392	49.392	-	52.085	52.085
Partes relacionadas	-	-	-	-	220	220

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42	42	-	-
Aplicações financeiras	2.485	2.485	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	3.905	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	66	66	-	-
Aplicações financeiras	210	210	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.044	4.044	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	2.485	210
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	4.044
Contas a receber de clientes	1.469	1.492

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	52.099	54.458
Fornecedores	86	190

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	2.485	210
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	4.044
	6.390	**4.254**
Passivo		
Financiamentos	52.099	54.458

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	6.390	Redução do CDI	132	88

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamentos	54.086	Aumento da TLP	2.963	3.556

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Continuação

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.896.691/0001-81

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70 - Centro Civico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.171	256
Contas a receber de clientes	8	1.188	1.204
Despesas antecipadas		109	93
Adiantamento a fornecedores		1	1
Tributos e contribuições a compensar		2	-
Total do ativo circulante		**2.471**	**1.554**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.187	3.180
Despesas antecipadas		2	4
Total do realizável de longo prazo		**3.189**	**3.184**
Imobilizado	11	78.868	81.986
Total do ativo não circulante		**78.868**	**81.986**
Total do ativo		**84.528**	**86.724**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		83	232
Provisões	12	431	431
Financiamentos	13	2.346	2.070
Obrigações sociais e trabalhistas		28	103
Obrigações fiscais		49	50
IRPJ e CSLL a pagar		82	85
Contas a pagar à partes relacionadas	9	141	189
Adiantamento de clientes		89	89
Tributos diferidos		-	33
Total do passivo circulante		**3.249**	**3.282**
Provisões	12	2.059	-
Financiamentos	13	42.824	45.157
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	10.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos		64	25
Total do passivo não circulante		**44.947**	**56.020**
Capital social		40.239	30.241
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	382
Prejuízos acumulados		(3.907)	(3.201)
Total do patrimônio líquido	**14**	**36.332**	**27.422**
Total do passivo e patrimônio líquido		**84.528**	**86.724**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	8.703	10.078
Custo da geração de energia	**16**	**(4.918)**	**(5.455)**
Lucro bruto		**3.785**	**4.623**
Receitas (despesas) operacionais		(244)	(361)
Despesas gerais e administrativas	16	(243)	(395)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(1)	34
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**3.541**	**4.262**
Despesas financeiras	17	(3.961)	(5.163)
Receitas financeiras	17	69	170
		(3.892)	**(4.993)**
Resultado antes dos impostos		**(351)**	**(731)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(352)	(376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(25)
Prejuízo do exercício		**(707)**	**(1.132)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(707)	(1.132)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(707)	(1.132)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(707)**	**(1.132)**
Ajustes para:			
. Depreciações	11	3.118	3.094
. Juros e variações monetárias	13	3.287	4.018
. Amortização de custos de transação	13	3	3
. Provisão para ressarcimento	12	2.059	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	352	376
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	25
		8.116	**6.384**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		16	(67)
. Tributos e contribuições a compensar		(2)	41
. Despesas antecipadas		(14)	(17)
. Fornecedores		(149)	582
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(253)
. Obrigações fiscais		(94)	(306)
. Adiantamento de clientes		-	89
. Outras contas a pagar		(74)	103
. Tributos diferidos		6	(46)
. Impostos pagos sobre o lucro		(266)	(289)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.539**	**6.221**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de imobilizado	11	-	(1.261)
. Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(1.257)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(7)	(499)
. Aumento de capital		-	1.261
. Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(382)	
. Pagamento de partes relacionadas		(888)	-
. Captação de empréstimos e financiamentos	-	123	
. Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(2.036)	(1.748)
. Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(3.311)	(3.870)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(6.624)**	**(4.733)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**915**	**231**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**256**	**25**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.171**	**256**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019		**28.980**	**(2.069)**	**-**	**26.911**
Integralização de capital		1.261	-	-	1.261
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	382	382
Prejuízo do exercício		-	(1.132)	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**30.241**	**(3.201)**	**382**	**27.422**
Integralização de capital	14	9.998	-	(382)	9.616
Prejuízo do exercício		-	(707)	-	(707)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**40.239**	**(3.907)**	**-**	**36.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. ("SVP VII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XVII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VII foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em julhode 2017 coma produção anual estimada de 5,8 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	16/07/2049	5,8	7,3	7,3	1,5

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -**As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 707e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 778, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receitade vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,54%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e.Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*****:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** **-** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	55	106
Aplicações financeiras	1.116	150
	1.171	**256**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.188	1.204
	1.188	**1.204**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	17	1
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	-	64
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (a)	124	124
	141	**189**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	10.838
	-	**10.838**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 11.027 de valores a pagar para partes relacionadas e durante o exercício de 2020, o montante de R$ 9.998 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.**Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	3.180
	3.187	**3.180**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

			2020		2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	10.079	(985)	9.094	9.383
Aerogeradores	4%	79.422	(9.648)	69.774	72.603
		89.501	**(10.633)**	**78.868**	**81.986**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.079	-	-	-	10.079
Aerogeradores	79.422	-	-	-	79.422
	89.501	**-**	**-**	**-**	**89.501**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.079	-	-	-	10.079
Aerogeradores	78.161	1.261	-	-	79.422
	88.240	**1.261**	**-**	**-**	**89.501**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(696)	(289)	-	-	(985)
Aerogeradores	(6.819)	(2.829)	-	-	(9.648)
	(7.515)	**(3.118)**	**-**	**-**	**(10.633)**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(417)	(279)	-	-	(696)
Aerogeradores	(4.004)	(2.815)	-	-	(6.819)
	(4.421)	**(3.094)**	**-**	**-**	**(7.515)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XVII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	431
Constituição	2.059
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.490**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	431	431
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.059	-
	2.490	**431**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 102 (R$ 85 em 31 de dezembro de 2019).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	29.787	31.193
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	15.427	16.082
Custos com a captação			(44)	(48)
			45.170	**47.227**
Passivo circulante			2.346	2.070
Passivo não circulante			42.824	45.157

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033.Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	45.214
2023	38.105
2026	29.314
2029	18.423
2032	4.907

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.180**	**47.227**	**30.241**	**382**	**81.030**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	9.998	-	9.998
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(382)	(382)
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	-	7
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(2.036)	-	-	(2.036)
Pagamento de juros	-	(3.311)	-	-	(3.311)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**7**	**(5.347)**	**9.998**	**(382)**	**4.276**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	3.287	-	-	3.287
Custos de captação amortizados	-	3	-	-	3
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.290	-	-	3.290
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.187**	**45.170**	**40.239**	**-**	**88.596**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.681**	**48.701**	**28.980**	**80.362**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	1.261	1.261
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	499	-	-	499
Recursos recebidos de financiamentos	-	123	-	123
Pagamento de juros	-	(3.870)	-	(3.870)
Pagamento de financiamentos	-	(1.748)	-	(1.748)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**499**	**(5.495)**	**1.261**	**(4.234)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	4.018	-	4.018
Custos de captação amortizados	-	3	-	3
Total das outras variações relacionadascom passivos	-	4.021	-	4.021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.180**	**47.227**	**30.241**	**80.648**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinadosindicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.**13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	697
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.522
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	28
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	101
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.218
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.218
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.435
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	4.189

14 Patrimônio líquido - a. Capital Social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 40.239 (R$ 30.241 em 2019), dividido em 40.239.260 (30.241.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	40.239	30.241

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 281 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **a. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **b. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **c. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	58.569	53.286
Receita bruta venda de energia	11.268	10.466
Ressarcimento de Energia (1)	(2.059)	-
(-) PIS / COFINS	(506)	(388)
	8.703	**10.078**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 2.059, vide nota explicativa 12 (i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(4.918)	(5.455)
Despesas gerais e administrativas	(243)	(395)
Outras receitas despesas operacionais	(1)	34
	(5.162)	**(5.816)**
Encargos de transmissão e conexão	(621)	(1.012)
Compra de energia	(581)	(721)
Despesas com pessoal	(206)	(479)
Serviço de terceiros	(19)	(65)
Depreciação	(3.118)	(3.094)
Arrendamento	(132)	(120)
Manutenção	(335)	(217)
Despesas administrativas	(142)	(130)
Outras	(8)	22)
	(5.162)	**(5.816)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(52)
IOF	-	(2)
Juros de mora de fornecedores	-	(37)
Juros de financiamentos	(3.287)	(4.018)
Amortização do custo de captação	(3)	(141)
Custo da estruturação da dívida	(602)	(912)
Outras	(9)	(1)
Total das despesas financeiras	**(3.961)**	**(5.163)**
Juros recebidos	-	1
Receitas de aplicações financeiras	62	111
Outras	7	58
Total das receitas financeiras	**69**	**170**
Resultado financeiro líquido	**(3.892)**	**(4.993)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	11.208	10.434
Outras receitas	91	231
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	987	1.065
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.435	1.483
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	277	293
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	75	83
Imposto de renda e contribuição social correntes	352	376
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	4	25

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2019 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	55	106	55	106
Aplicações financeiras	1.116	150	1.116	150
Contas a receber de clientes	1.188	1.204	1.188	1.204
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	3.180	3.187	3.180
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	83	232	83	232
Financiamentos	2.346	2.070	2.346	2.070
Partes relacionadas	141	189	141	189
Não circulante				
Financiamentos	42.824	45.157	42.824	45.157
Partes relacionadas	-	10.838	-	10.838

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado(*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	55	-	55	106	-	106
Aplicações financeiras	1.116	-	1.116	150	-	150
Contas a receber de clientes	-	1.188	1.188	-	1.204	1.204
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	-	3.187	3.180	-	3.180
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	83	83	-	232	232
Financiamentos	-	2.346	2.346	-	2.070	2.070
Partes relacionadas	-	141	141	-	189	189
Não circulante						
Financiamentos	-	42.824	42.824	-	45.157	45.157
Partes relacionadas	-	-	-	-	10.838	10.838

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	55	55	-	-
Aplicações financeiras	1.116	1.116	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	3.187	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	106	106	-	-
Aplicações financeiras	150	150	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.180	3.180	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** ssão mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	1.116	150
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	3.180
Contas a receber de clientes	1.188	1.204

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	45.170	47.227
Fornecedores	83	232

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	1.116	150
Aplicações financeiras vinculadas	3.187	3.180
	4.303	**3.330**
Passivo		
Financiamentos	45.170	47.227

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	4.303	Redução do CDI	89	59

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamentos	45.214	Aumento da TJLP	2.572	3.086

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.941.770/0001-67

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.764	368
Contas a receber de clientes	8	1.215	1.226
Despesas antecipadas		108	92
Adiantamento a fornecedores		5	5
Tributos e contribuições a compensar		4	-
Total do ativo circulante		**5.096**	**1.691**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.204	3.218
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	921
Total do realizável de longo prazo		**3.204**	**4.139**
Imobilizado	11	71.923	74.802
Total do ativo não circulante		**71.923**	**74.802**
Total do Ativo		**80.223**	**80.632**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		67	164
Provisões	12	15	15
Financiamentos	13	2.263	1.985
Obrigações sociais e trabalhistas		28	103
Obrigações fiscais		94	96
IRPJ e CSLL a pagar		86	87
Adiantamento de clientes		88	88
Contas a pagar à partes relacionadas	9	17	-
Tributos diferidos		-	32
Total do passivo circulante		**2.658**	**2.570**
Provisões	12	1.325	-
Financiamentos	13	41.218	43.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos		65	27
Total do passivo não circulante		**42.608**	**43.495**
Capital social		37.735	37.735
Prejuízos acumulados		(2.778)	(3.168)
Total do patrimônio líquido	**14**	**34.957**	**34.567**
Total do passivo e patrimônio líquido		**80.223**	**80.632**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	9.677	10.261
Custo da geração de energia	16	(4.703)	(4.466)
Receitas (despesas) operacionais		**4.974**	**5.795**
Despesas gerais e administrativas	16	(215)	(390)
Outras despesas operacionais, liquidas	16	(1)	38
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.758**	**5.443**
Despesas financeiras	17	(4.078)	(5.303)
Receitas financeiras	17	77	183
Despesas financeiras líquidas		**(4.001)**	**(5.120)**
Resultado antes dos impostos		**757**	**323**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(362)	(390)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(26)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**391**	**(93)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	391	(93)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	391	(93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(707)**	**(1.132)**
Ajustes para:			
. Depreciações	11	2.879	2.649
. Juros e variações monetárias	13	3.275	4.006
. Amortização de custos de transação	13	119	119
. Provisão para ressarcimento	12	1.325	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	362	390
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	26
		8.355	**7.097**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		11	10
. Despesas antecipadas		(16)	(11)
. Tributos e contribuições a compensar		(4)	166
. Contas a receber de partes relacionadas		921	(146)
. Fornecedores		(97)	92
. Obrigações fiscais		(96)	(445)
. Contas a pagar à partes relacionadas		17	(102)
. Adiantamento de clientes		-	88
. Impostos pagos sobre o lucro		(273)	(301)
. Outras contas a pagar		(76)	103
. Tributos diferidos		6	(27)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**8.748**	**6.524**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de imobilizado	11	-	(1.261)
. Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(1.257)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		14	(546)
. Integralização de capital		-	1.261
. Captação de empréstimos e financiamentos		-	12
. Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(2.067)	(1.777)
. Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(3.299)	(3.857)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(5.352)**	**(4.907)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.396**	**360**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**368**	**8**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3.764**	**368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**36.474**	**(3.075)**	**33.399**
Integralização de capital	1.261	-	1.261
Prejuízo do exercício	-	(93)	(93)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**37.735**	**(3.168)**	**34.567**
Lucro líquido do exercício	-	391	391
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**37.735**	**(2.778)**	**34.957**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. ("SVP VIII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim IV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VIII foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, eassinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2017 coma produção anual estimada de 6,0 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	17/07/2014	16/07/2049	6	7,5	7,5	1,5

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** -As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 391 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 2.438, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contudo a Companhia possui prejuízos acumulados em R$ 2.778. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receitade vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,62%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de **transação diretamente** atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrimento de divida é mensurado ap VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	53	77
Aplicações financeiras	3.711	291
	3.764	**368**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.215	1.226
	1.215	**1.226**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	921
	-	**921**

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	17	-
	17	**-**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	3.218
	3.204	**3.218**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	10.616	(1.164)	9.452	9.756
Aerogeradores	4%	72.329	(9.858)	62.471	65.046
		82.945	**(11.022)**	**71.923**	**74.802**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.616	-	-	-	10.616
Aerogeradores	72.329	-	-	-	72.329
	82.945	**-**	**-**	**-**	**82.945**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.616	-	-	-	10.616
Aerogeradores	71.068	1.261	-	-	72.329
	81.684	**1.261**	**-**	**-**	**82.945**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(860)	(304)	-	-	(1.164)
Aerogeradores	(7.283)	(2.575)	-	-	(9.858)
	(8.143)	**(2.879)**	**-**	**-**	**(11.022)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(579)	(281)	-	-	(860)
Aerogeradores	(4.915)	(2.368)	-	-	(7.283)
	(5.494)	**(2.649)**	**-**	**-**	**(8.143)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XVII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15
Constituição	1.325
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.340**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	15	15
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.325	-
	1.340	**15**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	29.613	31.037
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	15.395	16.062
Custos com a captação			(1.527)	(1.646)
			43.481	**45.453**
Passivo circulante			2.263	1.985
Passivo não circulante			41.218	43.468

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	45.008
2023	37.791
2026	28.867
2029	17.809
2032	4.085

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.218**	**45.453**	**37.735**	**86.406**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicações financeiras vinculadas	(14)	-	-	(14)
Pagamento de principal	-	(2.067)	-	(2.067)
Pagamento de juros	-	(3.299)	-	(3.299)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(14)	(5.366)	-	(5.380)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.275	-	3.275
Custos de captação amortizados	-	119	-	119
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.394	-	3.394
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.204**	**43.481**	**37.735**	**84.420**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.672**	**46.950**	**36.474**	**86.096**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	1.261	1.261
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	546	-	-	546
Recursos recebidos de financiamentos	-	12	-	12
Pagamento de juros	-	(3.857)	-	(3.857)
Pagamento de financiamentos	**-**	**(1.777)**	**-**	**(1.777)**
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	546	(5.622)	1.261	(3.815)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	4.006	-	4.006
Custos de captação amortizados	-	119	-	119
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	4.125	-	4.125
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.218**	**45.453**	**37.735**	**86.406**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.**13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	89
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	889
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.218
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	10
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.600
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.600
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	13.200
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.309

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 37.735, dividido em 37.735.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	37.735	37.735

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	62.125	57.051
Receita bruta venda de energia	11.520	10.653
Ressarcimento de Energia (1)	(1.325)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(518)	(392)
	9.677	**10.261**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 1.325, vide nota explicativa 12 (i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(4.703)	(4.466)
Despesas gerais e administrativas	(215)	(390)
Outras despesas operacionais	(1)	38
	(4.919)	**(4.818)**
Encargos de transmissão e conexão	(624)	(583)
Despesas com pessoal	(206)	(479)
Compra de energia	(499)	(542)
Serviço de terceiros	(12)	(50)
Depreciação	(2.880)	(2.649)
Arrendamento	(117)	(106)
Manutenção	(342)	(275)
Despesas administrativas	(141)	(119)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(15)
Liquidação Financeira Negativa - CCEE	(90)	-
Outras	(8)	-
	(4.919)	**(4.818)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(56)	(53)
IOF	-	(33)
Juros sobre financiamentos	(3.275)	(4.006)
Juros e multa de mora	(1)	(52)
Amortização do custo de captação	(119)	(265)
Custo da estruturação da dívida	(618)	(894)
Outras	(9)	-
Total das despesas financeiras	**(4.078)**	**(5.303)**
Receitas de aplicações financeiras	69	113
Descontos obtidos	8	58
Outras	-	12
Total das receitas financeiras	77	183
Resultado financeiro líquido	(4.001)	(5.120)

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	11.458	10.676
Outras receitas	99	249
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.016	1.103
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.474	1.530
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	285	303
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	77	86
Imposto de renda e contribuição social correntes	**362**	**390**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**4**	**26**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2019 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 4 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	53	77	53	77
Aplicações financeiras	3.711	291	3.711	291
Contas a receber de clientes	1.215	1.226	1.215	1.226
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	3.218	3.204	3.218
Partes relacionadas	-	921	-	921
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	67	164	67	164
Financiamentos	2.263	1.985	2.263	1.985
Partes relacionadas	17	-	17	-
Não circulante				
Financiamentos	**41.218**	**43.468**	**41.218**	**43.468**

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	53	-	53	77	-	77
Aplicações financeiras	3.711	-	3.711	291	-	291
Contas a receber de clientes	-	1.215	1.215	-	1.226	1.226
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	-	3.204	3.218	-	3.218
Partes relacionadas	-	-	-	-	921	921
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	67	67	-	164	164
Financiamentos	-	2.263	2.263	-	1.985	1.985
Partes relacionadas	-	17	17	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	41.218	41.218	-	43.468	43.468

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	53	53	-	-
Aplicações financeiras	3.711	3.711	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	3.204	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Caixa e equivalentes de caixa	77	77	-	-
Aplicações financeiras	291	291	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.218	3.218	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	3.711	291
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	3.218
Contas a receber de clientes	1.215	1.226

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	43.481	45.453
Fornecedores	67	164

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	3.711	291
Aplicações financeiras vinculadas	3.204	3.218
	6.915	**3.509**
Passivo		
Financiamentos	**43.481**	**45.453**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	6.915	Redução do CDI	143	95

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	45.008	Aumento da TJLP	2.560	3.072

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Continuação

e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.891.491/0001-36

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	826	149
Contas a receber de clientes	8	717	714
Despesas antecipadas		65	55
Adiantamento a fornecedores		1	1
Tributos e contribuições a compensar		34	31
Total do ativo circulante		**1.643**	**950**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.907	1.892
Total do realizável de longo prazo		**1.907**	**1.892**
Imobilizado	11	51.149	53.160
Total do ativo não circulante		**51.149**	**53.160**
Total do ativo		**54.699**	**56.002**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		27	200
Provisões	12	114	-
Financiamentos	13	1.392	1.228
Obrigações sociais e trabalhistas		17	62
Obrigações fiscais		58	59
IRPJ e CSLL a pagar		47	47
Adiantamento de clientes		60	60
Contas a pagar à partes relacionadas	9	10	61
Tributos diferidos		-	19
Total do passivo circulante		**1.725**	**1.736**
Provisões	12	860	-
Financiamentos	13	25.411	26.795
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	7.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39	15
Total do passivo não circulante		**26.310**	**33.986**
Capital social		28.243	21.561
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140
Prejuízos acumulados		(1.579)	(1.421)
Total do patrimônio líquido	**14**	**26.664**	**20.280**
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.699**	**56.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	5.634	6.015
Custo da geração de energia	16	(3.092)	(3.238)
Receitas (despesas) operacionais		**2.542**	**2.777**
Despesas gerais e administrativas	16	(153)	(246)
Outras despesas operacionais, liquidas	16	(1)	16
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.388**	**2.547**
Despesas financeiras	17	(2.383)	(3.134)
Receitas financeiras	17	43	100
Despesas financeiras líquidas		**(2.340)**	**(3.034)**
Resultado antes dos impostos		**48**	**(487)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(203)	(215)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(15)
Prejuízo do exercício		**(158)**	**(717)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(158)	(717)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(158)	(717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(707)**	**(1.132)**	
Ajustes para:			
. Depreciações	11	2.011	2.035
. Juros e variações monetárias	13	1.951	2.384
. Amortização de custos de transação	13	2	2
. Provisão para ressarcimento	12	974	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	203	215
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	15
		4.986	**3.934**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(3)	47
. Despesas antecipadas		(10)	(6)
. Tributos e contribuições a compensar		(3)	(1)
. Fornecedores		(173)	152
. Obrigações fiscais		(54)	(164)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(202)
. Tributos diferidos		5	(18)
. Adiantamento de clientes		-	60
. Outras contas a pagar		(45)	62
. Impostos pagos sobre o lucro		(153)	(167)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.550**	**3.697**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Baixa de intangível		-	4
. Aquisição de imobilizado	11	-	(757)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(753)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(15)	(311)
. Integralização de capital		-	757
. Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(140)	-
. Pagamento de partes relacionadas		(545)	
. Captação de empréstimos e financiamentos		-	82
. Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(1.208)	(1.037)
. Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(1.965)	(2.295)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(3.873)**	**(2.804)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**677**	**140**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**149**	**9**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**826**	**149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**20.804**	**-**	**(704)**	**20.100**
Integralização de capital		757	-	-	757
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140	-	140
Prejuízo do exercício		-	-	(717)	(717)
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**21.561**	**140**	**(1.421)**	**20.280**
Integralização de capital	14	6.682	-	-	6.682
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	(140)	-	(140)
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**(158)**	**(158)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**28.243**	**-**	**(1.579)**	**26.664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVP IX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VIX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 coma produção anual estimada de 3,4 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	22/07/2014	21/07/2049	3,4	4,5	4,4	1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** -As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 158 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 82, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendasadvinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,37%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii)* ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iv) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. ***(v) Desreconhecimento*** **• Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos *(impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	21	32
Aplicações financeiras	805	117
	826	**149**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	717	714
	717	**714**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	10	60
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (a)	-	1
	10	**61**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	7.176
	-	**7.176**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 7.237 de valores a pagar para partes relacionadas e durante o exercício de 2020, o montante de R$ 6.682 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
	1.907	**1.892**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,00%	7.086	(692)	6.394	6.597
Aerogeradores	3,00%	50.919	(6.164)	44.755	46.563
		58.005	**(6.856)**	**51.149**	**53.160**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.086	-	-	-	7.086
Aerogeradores	50.919	-	-	-	50.919
	58.005	**-**	**-**	**-**	**58.005**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.086	-	-	-	7.086
Aerogeradores	50.162	757	-	-	50.919
	57.248	**757**	**-**	**-**	**58.005**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(489)	(203)	-	-	(692)
Aerogeradores	(4.356)	(1.808)	-	-	(6.164)
	(4.845)	**(2.011)**	**-**	**-**	**(6.856)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(300)	(189)	-	-	(489)
Aerogeradores	(2.510)	(1.846)	-	-	(4.356)
	(2.810)	**(2.035)**	**-**	**-**	**(4.845)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mirim VI baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x	
Cenários	**Montante Contratado**	**Resultados**
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	114
Constituição	860
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**974**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	114	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	860	-
	974	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** -Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	**Indexador e taxas anuais de juros**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	17.673	18.508
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	9.156	9.544
Custos com a captação			(26)	(29)
			26.803	**28.023**
Passivo circulante			1.392	1.228
Passivo não circulante			25.411	26.795

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.752, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	26.829
2023	22.611
2026	17.394
2029	10.932
2032	2.912

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.892**	**28.023**	**21.561**	**51.476**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	6.682	6.682
Aplicações financeiras vinculadas	15	-	-	15
Pagamento de principal	-	(1.208)	-	(1.208)
Pagamento de juros	-	(1.965)	-	(1.965)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**15**	**(3.173)**	**6.682**	**3.524**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	1.951	-	1.951
Custos de captação amortizados	-	2	-	2
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**1.953**	**-**	**1.953**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.907**	**26.803**	**28.243**	**56.953**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.581**	**28.887**	**20.804**	**51.272**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	757	757
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	311	-	-	311
Recursos recebidos de financiamentos	-	82	-	82
Pagamento de juros	-	(2.295)	-	(2.295)
Pagamento de financiamentos	-	(1.037)	-	(1.037)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**311**	**(3.250)**	**757**	**(2.182)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	2.384	-	2.384
Custos de captação amortizados	-	2	-	2
Total das outras variações relacionadas com passivos		2.386	-	2.386
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.892**	**28.023**	**21.561**	**51.476**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.**13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	**Final da vigência**	**Objeto da garantia**	**Banco/Seguradora**	**Valor**
04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	415
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.502
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	19
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	68
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.717

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 28.243 (R$21.561em 2019), dividido em 28.242.660 (21.561.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	28.243	21.561

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 6.682 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 140 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	36.151	32.887
Receita bruta venda de energia	6.798	6.244
Ressarcimento de Energia (1)	(860)	-
(-) PIS / COFINS	(304)	(229)
	5.634	**6.015**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 860, vide nota explicativa 12 (i).

16 Gastos por natureza	2020	2019
Custo da geração de energia	(3.092)	(3.238)
Despesas gerais e administrativas	(153)	(246)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1)	16
	(3.246)	**(3.468)**
Encargos de transmissão e conexão	(391)	(478)
Compra de energia	(339)	(358)
Despesas com pessoal	(123)	(288)
Serviço de terceiros	(10)	(31)
Depreciação	(2.011)	(2.035)
Arrendamento	(68)	(62)
Manutenção	(205)	(135)
Despesas administrativas	(90)	(81)
Outras	(9)	-
	(3.246)	**(3.468)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(52)
IOF	-	(25)
Juros sobre financiamentos	(1.951)	(2.384)
Amortização do custo de captação	(2)	(77)
Juros e multa de mora	-	(41)
Custo da estruturação da dívida	(365)	(555)
Outras	(5)	-
Total das despesas financeiras	**(2.383)**	**(3.134)**
Juros recebidos	1	1
Receitas de aplicações financeiras	38	64
Descontos obtidos	4	35
Total das receitas financeiras	**43**	**100**
Resultado financeiro líquido	**(2.340)**	**(3.034)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	6.758	6.305
Outras receitas	56	135
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	596	639
Base de cálculo CSLL 12% (*)	867	891
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	167	176
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	35	40
Imposto de renda e contribuição social correntes	**203**	**215**
Taxa efetiva	13,88%	14,12%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**3**	**15**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 3 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 15 em 2019).

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	21	32	21	32
Aplicações financeiras	805	117	805	117
Contas a receber de clientes	717	714	717	714
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892	1.907	1.892
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27	200	27	200
Financiamentos	1.392	1.228	1.392	1.228
Partes relacionadas	10	61	10	61
Não circulante				
Financiamentos	25.411	26.795	25.411	26.795
Partes relacionadas	-	7.176	-	7.176

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativo financeiro	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	21	-	21	32	-	32
Aplicações financeiras	805	-	805	117	-	117
Contas a receber de clientes	-	717	717	-	714	714
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	-	1.907	1.892	-	1.892
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	27	27	-	200	200
Financiamentos	-	1.392	1.392	-	1.228	1.228
Partes relacionadas	-	10	10	-	61	61
Não circulante						
Financiamentos	-	25.411	25.411	-	26.795	26.795
Partes relacionadas	-	-	-	-	7.176	7.176

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	21	21	-	-
Aplicações financeiras	805	805	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.907	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Caixa e equivalentes de caixa	32	32	-	-
Aplicações financeiras	117	117	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.892	1.892	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca em isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **a. Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **b. Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	805	117
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
Contas a receber de clientes	**717**	**714**

c. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	26.803	28.023
Fornecedores	27	200

d. Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	805	117
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
	2.712	**2.009**
Passivo		
Financiamentos	26.803	28.023

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	2.712	Redução do CDI	56	37

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	26.829	Aumento da TLP	1.526	1.831

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.891.491/0001-36

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	826	149
Contas a receber de clientes	8	717	714
Despesas antecipadas		65	55
Adiantamento a fornecedores		1	1
Tributos e contribuições a compensar		34	31
Total do ativo circulante		**1.643**	**950**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.907	1.892
Total do realizável de longo prazo		**1.907**	**1.892**
Imobilizado	11	51.149	53.160
Total do ativo não circulante		**51.149**	**53.160**
Total do ativo		**54.699**	**56.002**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		27	200
Provisões	12	114	-
Financiamentos	13	1.392	1.228
Obrigações sociais e trabalhistas		17	62
Obrigações fiscais		58	59
IRPJ e CSLL a pagar		47	47
Adiantamento de clientes		60	60
Contas a pagar à partes relacionadas	9	10	61
Tributos diferidos		-	19
Total do passivo circulante		**1.725**	**1.736**
Provisões	12	860	-
Financiamentos	13	25.411	26.795
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	7.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39	15
Total do passivo não circulante		**26.310**	**33.986**
Capital social		28.243	21.561
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140
Prejuízos acumulados		(1.579)	(1.421)
Total do patrimônio líquido	**14**	**26.664**	**20.280**
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.699**	**56.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	5.634	6.015
Custo da geração de energia	16	(3.092)	(3.238)
Receitas (despesas) operacionais		**2.542**	**2.777**
Despesas gerais e administrativas	16	(153)	(246)
Outras despesas operacionais, liquidas	16	(1)	16
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.388**	**2.547**
Despesas financeiras	17	(2.383)	(3.134)
Receitas financeiras	17	43	100
Despesas financeiras líquidas		**(2.340)**	**(3.034)**
Resultado antes dos impostos		**48**	**(487)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(203)	(215)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(15)
Prejuízo do exercício		**(158)**	**(717)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(158)	(717)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(158)	(717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(707)**	**(1.132)**
Ajustes para:			
. Depreciações	11	2.011	2.035
. Juros e variações monetárias	13	1.951	2.384
. Amortização de custos de transação	13	2	2
. Provisão para ressarcimento	12	974	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	203	215
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	15
		4.986	**3.934**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(3)	47
. Despesas antecipadas		(10)	(6)
. Tributos e contribuições a compensar		(3)	(1)
. Fornecedores		(173)	152
. Obrigações fiscais		(54)	(164)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(202)
. Tributos diferidos		5	(18)
. Adiantamento de clientes		-	60
. Outras contas a pagar		(45)	62
. Impostos pagos sobre o lucro		(153)	(167)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.550**	**3.697**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Baixa de intangível		-	4
. Aquisição de imobilizado	11	-	(757)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(753)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(15)	(311)
. Integralização de capital		-	757
. Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(140)	-
. Pagamento de partes relacionadas		(545)	
. Captação de empréstimos e financiamentos		-	82
. Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(1.208)	(1.037)
. Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(1.965)	(2.295)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(3.873)**	**(2.804)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**677**	**140**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**149**	**9**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**826**	**149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**20.804**	**-**	**(704)**	**20.100**
Integralização de capital		757	-	-	757
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	140	-	140
Prejuízo do exercício		-	-	(717)	(717)
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**21.561**	**140**	**(1.421)**	**20.280**
Integralização de capital	14	6.682	-	-	6.682
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	(140)	-	(140)
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**(158)**	**(158)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**28.243**	**-**	**(1.579)**	**26.664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVP IX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VIX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 coma produção anual estimada de 3,4 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	22/07/2014	21/07/2049	3,4	4,5	4,4	1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -**As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R$ 158 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 82, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa n° 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendasadvinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,37%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii)* ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iv) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. ***(v) Desreconhecimento*** **• Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos *(impairment)* -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	21	32
Aplicações financeiras	805	117
	826	**149**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	717	714
	717	**714**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	10	60
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (a)	-	1
	10	**61**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	-	7.176
	-	**7.176**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 7.237 de valores a pagar para partes relacionadas e durante o exercício de 2020, o montante de R$ 6.682 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
	1.907	**1.892**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,00%	7.086	(692)	6.394	6.597
Aerogeradores	3,00%	50.919	(6.164)	44.755	46.563
		58.005	**(6.856)**	**51.149**	**53.160**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.086	-	-	-	7.086
Aerogeradores	50.919	-	-	-	50.919
	58.005	**-**	**-**	**-**	**58.005**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.086	-	-	-	7.086
Aerogeradores	50.162	757	-	-	50.919
	57.248	**757**	**-**	**-**	**58.005**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(489)	(203)	-	-	(692)
Aerogeradores	(4.356)	(1.808)	-	-	(6.164)
	(4.845)	**(2.011)**	**-**	**-**	**(6.856)**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(300)	(189)	-	-	(489)
Aerogeradores	(2.510)	(1.846)	-	-	(4.356)
	(2.810)	**(2.035)**	**-**	**-**	**(4.845)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mirim VI baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x	
Cenários	**Montante Contratado**	**Resultados**
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	114
Constituição	860
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**974**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	114	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	860	-
	974	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** -Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	**Indexador e taxas anuais de juros**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	17.673	18.508
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	9.156	9.544
Custos com a captação			(26)	(29)
			26.803	**28.023**
Passivo circulante			1.392	1.228
Passivo não circulante			25.411	26.795

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.752, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	26.829
2023	22.611
2026	17.394
2029	10.932
2032	2.912

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.892**	**28.023**	**21.561**	**51.476**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	6.682	6.682
Aplicações financeiras vinculadas	15	-	-	15
Pagamento de principal	-	(1.208)	-	(1.208)
Pagamento de juros	-	(1.965)	-	(1.965)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**15**	**(3.173)**	**6.682**	**3.524**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	1.951	-	1.951
Custos de captação amortizados	-	2	-	2
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**1.953**	**-**	**1.953**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.907**	**26.803**	**28.243**	**56.953**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.581**	**28.887**	**20.804**	**51.272**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	757	757
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	311	-	-	311
Recursos recebidos de financiamentos	-	82	-	82
Pagamento de juros	-	(2.295)	-	(2.295)
Pagamento de financiamentos	-	(1.037)	-	(1.037)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**311**	**(3.250)**	**757**	**(2.182)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	2.384	-	2.384
Custos de captação amortizados	-	2	-	2
Total das outras variações relacionadas com passivos		2.386	-	2.386
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.892**	**28.023**	**21.561**	**51.476**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.**13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	**Final da vigência**	**Objeto da garantia**	**Banco/Seguradora**	**Valor**
04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	415
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.502
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	19
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	68
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.717

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 28.243 (R$21.561em 2019), dividido em 28.242.660 (21.561.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	28.243	21.561

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 6.682 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 140 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	36.151	32.887
Receita bruta venda de energia	6.798	6.244
Ressarcimento de Energia (1)	(860)	-
(-) PIS / COFINS	(304)	(229)
	5.634	**6.015**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 860, vide nota explicativa 12 (i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custo da geração de energia	(3.092)	(3.238)
Despesas gerais e administrativas	(153)	(246)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1)	16
	(3.246)	**(3.468)**
Encargos de transmissão e conexão	(391)	(478)
Compra de energia	(339)	(358)
Despesas com pessoal	(123)	(288)
Serviço de terceiros	(10)	(31)
Depreciação	(2.011)	(2.035)
Arrendamento	(68)	(62)
Manutenção	(205)	(135)
Despesas administrativas	(90)	(81)
Outras	(9)	-
	(3.246)	**(3.468)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(52)
IOF	-	(25)
Juros sobre financiamentos	(1.951)	(2.384)
Amortização do custo de captação	(2)	(77)
Juros e multa de mora	-	(41)
Custo da estruturação da dívida	(365)	(555)
Outras	(5)	-
Total das despesas financeiras	**(2.383)**	**(3.134)**
Juros recebidos	1	1
Receitas de aplicações financeiras	38	64
Descontos obtidos	4	35
Total das receitas financeiras	**43**	**100**
Resultado financeiro líquido	**(2.340)**	**(3.034)**

Continua...

...Continuação

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	6.758	6.305
Outras receitas	56	135
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	596	639
Base de cálculo CSLL 12% (*)	867	891
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	167	176
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	35	40
Imposto de renda e contribuição social correntes	**203**	**215**
Taxa efetiva	13,88%	14,12%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**3**	**15**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 3 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 15 em 2019).

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	21	32	21	32
Aplicações financeiras	805	117	805	117
Contas a receber de clientes	717	714	717	714
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892	1.907	1.892
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27	200	27	200
Financiamentos	1.392	1.228	1.392	1.228
Partes relacionadas	10	61	10	61
Não circulante				
Financiamentos	25.411	26.795	25.411	26.795
Partes relacionadas	-	7.176	-	7.176

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativo financeiro	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	21	-	21	32	-	32
Aplicações financeiras	805	-	805	117	-	117
Contas a receber de clientes	-	717	717	-	714	714
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	-	1.907	1.892	-	1.892
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	27	27	-	200	200
Financiamentos	-	1.392	1.392	-	1.228	1.228
Partes relacionadas	-	10	10	-	61	61
Não circulante						
Financiamentos	-	25.411	25.411	-	26.795	26.795
Partes relacionadas	-	-	-	-	7.176	7.176

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	21	21	-	-
Aplicações financeiras	805	805	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.907	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Caixa e equivalentes de caixa	32	32	-	-
Aplicações financeiras	117	117	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.892	1.892	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca em isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **a. Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **b. Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	805	117
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
Contas a receber de clientes	**717**	**714**

c. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	26.803	28.023
Fornecedores	27	200

d. Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	805	117
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.892
	2.712	**2.009**
Passivo		
Financiamentos	26.803	28.023

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	2.712	Redução do CDI	56	37

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	26.829	Aumento da TLP	1.526	1.831

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.917.214/0001-55

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70 , Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	905	127
Contas a receber de clientes	8	712	713
Despesas antecipadas		68	58
Total do ativo circulante		**1.685**	**898**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.880	1.864
Despesas antecipadas		8	10
Total do realizável de longo prazo		**1.888**	**1.874**
Imobilizado	11	52.395	54.482
Total do ativo não circulante		**52.395**	**54.482**
Total do Ativo		**55.968**	**57.254**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		40	86
Provisões	12	45	45
Financiamentos	13	1.371	1.210
Obrigações sociais e trabalhistas		17	62
Obrigações fiscais		56	56
IRPJ e CSLL a pagar		48	48
Adiantamento de clientes		66	66
Contas a pagar à partes relacionadas	9	13	42
Tributos diferidos		-	20
Total do passivo circulante		**1.656**	**1.635**
Provisões	12	680	-
Financiamentos	13	24.553	25.917
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	10.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39	15
Total do passivo não circulante		**25.272**	**36.905**
Capital social		31.154	20.654
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	198
Prejuízos acumulados		(2.114)	(2.138)
Total do patrimônio líquido	**14**	**29.040**	**18.714**
Total do passivo e patrimônio líquido		**55.968**	**57.254**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	5.843	6.074
Custo da geração de energia	16	(3.179)	(3.464)
Receitas (despesas) operacionais		**2.664**	**2.610**
Despesas gerais e administrativas	16	(157)	(252)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(1)	15
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.506**	**2.373**
Despesas financeiras	17	(2.318)	(3.071)
Receitas financeiras	17	43	101
Despesas financeiras líquidas		**(2.275)**	**(2.970)**
Resultado antes dos impostos		**231**	**(597)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(204)	(217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(15)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**24**	**(829)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	24	(829)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	24	(829)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(707)**	**(1.132)**
Ajustes para:			
. Depreciações	11	2.087	2.326
. Juros e variações monetárias	13	1.889	2.311
. Amortização de custos de transação	13	3	3
. Provisão para ressarcimento	12	680	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	204	217
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	15
		4.890	**4.043**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		1	43
. Despesas antecipadas		(8)	(20)
. Tributos e contribuições a compensar		-	143
. Contas a receber de partes relacionadas		-	-
. Fornecedores		(46)	83
. Obrigações fiscais		(53)	(294)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(347)
. Adiantamento de clientes		-	66
. Outras contas a pagar		(45)	62
. Tributos diferidos		4	(17)
. Impostos pagos sobre o lucro		(154)	(169)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.589**	**3.593**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Baixa de intangível		-	4
. Aquisição de imobilizado	11	-	(757)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(753)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(16)	(309)
. Pagamento de partes relacionadas		(502)	
. Integralização de capital		-	756
. Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(198)	-
. Captação de financiamentos		-	79
. Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.192)	(1.025)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.903)	(2.225)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(3.811)**	**(2.724)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**778**	**116**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**127**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**905**	**127**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**19.898**	**-**	**(1.309)**	**18.589**
Integralização de capital		756	-	-	756
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	198	-	198
Prejuízo do exercício		-	-	(829)	(829)
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**20.654**	**198**	**(2.138)**	**18.714**
Integralização de capital	14	10.500	-	-	10.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	(198)	-	(198)
Lucro líquido do exercício		-	-	24	24
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**31.154**	**-**	**(2.114)**	**29.040**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("SVP X" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP X foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, eassinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 coma produção anual estimada de 3,3 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	22/07/2014	21/07/2049	3,3	4,4	4,4	1,1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. A Companhia reconheceu um lucro liquido de R$ 24 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 29, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contudo a Companhia possui prejuízos acumulados em R$ 2.114. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizouestimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa n° 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,13%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,86%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os

Continua...

...Continuação

direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos*****:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** **-** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j.Mudança nas principais políticas contábeis**. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	38	33
Aplicações financeiras	867	94
	905	**127**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	712	713
	712	**713**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	10	42
Santa Vitória do Palmar IEnergias Renováveis S/A (a)	3	-
	13	**42**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)	-	10.973
	-	**10.973**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 11.015 de valores a pagar para partes relacionadas e durante o exercício de 2020, o montante de R$ 10.500 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.864
	1.880	**1.864**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	5.823	(569)	5.254	(5.421)
Aerogeradores	3%	53.689	(6.548)	47.141	(49.061)
		59.512	**(7.117)**	**52.395**	**54.482**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-	-	-	5.823
Aerogeradores	53.689	-	-	-	53.689
	59.512	**-**	**-**	**-**	**59.512**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-	-	-	5.823
Aerogeradores	52.932	757	-	-	53.689
	58.755	**757**	**-**	**-**	**59.512**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(402)	(167)	-	-	(569)
Aerogeradores	(4.628)	(1.920)	-	-	(6.548)
	(5.030)	**(2.087)**	**-**	**-**	**(7.117)**

		Movimentação em 2019			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(247)	(155)	-	-	(402)
Aerogeradores	(2.457)	(2.171)	-	-	(4.628)
	(2.704)	**(2.326)**	**-**	**-**	**(5.030)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mirim VIIIbaseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor,por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	45
Constituição	680
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**725**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	45	45
Provisão para ressarcimento longo prazo	680	-
	725	**45**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** -A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 313 (R$ 313 em 31 de dezembro de 2019).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	17.048	17.869
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.913	9.299
Custos com a captação			(37)	(41)
			25.924	**27.127**
Passivo circulante			1.371	1.210
Passivo não circulante			24.553	25.917

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	25.961
2023	21.800
2026	16.652
2029	10.274
2032	2.356

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.864**	**27.127**	**20.654**	**198**	**49.843**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	10.302	-	10.302
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	198	(198)	-
Aplicações financeiras vinculadas	16	-	-	-	16
Pagamento de financiamentos	-	(1.192)	-	-	(1.192)
Pagamento de juros	-	(1.903)	-	-	(1.903)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**16**	**(3.095)**	**10.500**	**(198)**	**7.223**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	1.889	-	-	1.889
Custos de captação amortizados	-	3	-	-	3
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**1.892**	**-**	**-**	**1.892**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.880**	**25.924**	**31.154**	**-**	**58.958**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.555**	**27.984**	**19.898**	**49.437**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	756	756
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	309	-	-	309
Recursos recebidos de financiamentos	-	79	-	79
Pagamento de juros	-	(2.225)	-	(2.225)
Pagamento de financiamentos	-	(1.025)	-	(1.025)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**309**	**(3.171)**	**756**	**(2.106)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	2.311	-	2.311
Custos de captação amortizados	-	3	-	3
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**2.314**	**-**	**2.314**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.864**	**27.127**	**20.654**	**49.645**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinadosindicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui ***covenants*** financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de ***covenants*** não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	408
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.476
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	18
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	65
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.422

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é deR$ 31.154 (R$ 20.654 em 2019),dividido em31.154.000 (20.654.000em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	31.154	20.654

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 10.500 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 198 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lein° 6.404/76.**d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	36.546	33.362
Receita bruta venda de energia	6.827	6.302
Ressarcimento de Energia (1)	(680)	-
(-) PIS / COFINS / ICMS	(304)	(228)
	5.843	**6.074**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 680, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza	2020	2019
Custo da geração de energia	(3.179)	(3.464)
Despesas gerais e administrativas	(157)	(252)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1)	15
	(3.337)	**(3.701)**
Encargos de transmissão e conexão	(393)	(363)
Compra de energia	(356)	(364)
Despesa com pessoal	(123)	(288)
Serviços de terceiros	(12)	(34)
Depreciação	(2.087)	(2.326)
Arrendamento	(66)	(60)
Manutenção	(199)	(139)
Despesas administrativas	(93)	(82)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(45)
Outras	(8)	-
	(3.337)	**(3.701)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(60)	(53)
IOF	-	(21)
Juros sobre financiamentos	(1.889)	(2.311)
Amortização do custo de captação	(3)	(78)
Juros e multa de mora	-	(65)
Custo da estruturação da dívida	(361)	(543)
Outras	(5)	-
Total das despesas financeiras	**(2.318)**	**(3.071)**
Juros recebidos	-	1
Receitas de aplicações financeiras	38	65
Descontos obtidos	5	35
Total das receitas financeiras	**43**	**101**
Resultado financeiro líquido	**(2.275)**	**(2.970)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	6.792	6.339
Outras receitas	55	135
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	599	643
Base de cálculo CSLL 12% (*)	870	869
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	168	177
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	36	40
Imposto de renda e contribuição social correntes	**204**	**217**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**3**	**15**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 3 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	38	33	38	33
Aplicações financeiras	867	94	867	94
Contas a receber de clientes	712	713	712	713
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.864	1.880	1.864
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	40	86	40	86
Financiamentos	1.371	1.210	1.371	1.210
Partes relacionadas	13	42	13	42
Não circulante				
Financiamentos	24.553	25.917	24.553	25.917
Partes relacionadas	-	10.973	-	10.973

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativo financeiro	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	38	-	38	33	-	33
Aplicações financeiras	867	-	867	94	-	94
Contas a receber de clientes	-	712	712	-	713	713
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	-	1.880	1.864	-	1.864
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	40	40	-	86	86
Financiamentos	-	1.371	1.371	-	1.210	1.210
Partes relacionadas	-	13	13	-	42	42
Não circulante						
Financiamentos	-	24.553	24.553	-	25.917	25.917
Partes relacionadas	-	-	-	-	10.973	10.973

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38	38	-	-
Aplicações financeiras	867	867	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.880	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	33	33	-	-
Aplicações financeiras	94	94	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.864	1.864	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	867	94
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.864
Contas a receber de clientes	712	713

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Fornecedores	40	86
Financiamentos	25.924	27.127

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	867	94
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.864
	2.747	**1.958**
Passivo		
Financiamentos	25.924	27.127

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	2.747	Redução do CDI	57	38

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	25.961	Aumento da TJLP	1.474	1.769

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Continuação

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.593.647/0001-81

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.764	401
Contas a receber de clientes	8	1.988	1.871
Despesas antecipadas		173	148
Adiantamento a fornecedores		55	55
Tributos e contribuições a compensar		67	63
Total do ativo circulante		**4.047**	**2.538**
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.323	5.285
Despesas antecipadas		2	2
Total do realizável de longo prazo		**5.325**	**5.287**
Imobilizado	11	110.864	115.367
Total do ativo não circulante		**110.864**	**115.367**
Total do ativo		**120.236**	**123.192**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		134	330
Provisões	12	5.988	1.465
Financiamentos	13	3.868	3.396
Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Obrigações fiscais		189	190
IRPJ e CSLL a pagar		142	142
Contas a pagar à partes relacionadas	9	34	286
Adiantamento de clientes		275	274
Tributos diferidos		-	54
Total do passivo circulante		**10.687**	**6.343**
Financiamentos	13	68.153	71.999
Contas a pagar à partes relacionadas	9	-	3.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos		107	44
Total do passivo não circulante		**68.260**	**75.954**
Capital social		56.142	52.712
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	782
Prejuízos acumulados		(14.853)	(12.599)
Total do patrimônio líquido	**14**	**41.289**	**40.895**
Total do passivo e patrimônio líquido		**120.236**	**123.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	13.407	16.797
Custo da geração de energia	16	(7.944)	(9.693)
Lucro bruto		**5.463**	**7.104**
Despesas gerais e administrativas	16	(389)	(707)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	15	23
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.089**	**6.420**
Despesas financeiras	17	(6.838)	(8.938)
Receitas financeiras	17	101	182
Despesas financeiras líquidas		**(6.737)**	**(8.756)**
Resultado antes dos impostos		**(1.648)**	**(2.336)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(602)	(602)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(44)
Prejuízo do exercício		**(2.255)**	**(2.982)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(2.255)	(2.982)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(2.255)	(2.982)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(2.255)**	**(2.982)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	4.503	4.404
Juros e variações monetárias	13	5.507	6.732
Amortização de custos de transação	13	210	210
Provisão para ressarcimento	12	4.523	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	602	602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	44
		13.095	**9.010**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(117)	(74)
Despesas antecipadas		(25)	(20)
Tributos e contribuições a compensar		(4)	120
Contas a receber de partes relacionadas		-	21
Fornecedores		(196)	1.756
Obrigações fiscais		(154)	(538)
Adiantamento de clientes		1	127
Contas a pagar à partes relacionadas		-	600
Outras contas a pagar		(148)	206
Tributos diferidos		9	(36)
Impostos pagos sobre o lucro		(454)	(459)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.007**	**10.713**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	-	(2.018)
Baixa de intangível		-	4
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas proveniente das atividades operacionais		**-**	**(2.014)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(38)	(796)
Aumento de capital		-	2.018
Pagamento de partes relacionadas		(733)	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(782)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(3.542)	(3.048)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(5.549)	(6.483)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		**(10.644)**	**(8.309)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**1.363**	**390**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**401**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.764**	**401**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**50.694**	**-**	**(9.617)**	**41.077**
Integralização de capital		2.018	-	-	2.018
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	782	-	782
Prejuízo do exercício		-	-	(2.982)	(2.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**52.712**	**782**	**(12.599)**	**40.895**
Integralização de capital	14	3.430	-	-	3.430
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	(782)	-	(782)
Prejuízo do exercício		-	-	(2.255)	(2.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**56.142**	**-**	**(14.853)**	**41.289**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. ("SVP XI" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira VII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP XI foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2017 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 27 de dezembro de 2016 com a produção anual estimada de 9,6 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	05/02/2015	04/02/2050	9,6	11,8	11,8	2,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 2.255 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 6.640, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Tem condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, não existem impactos na capacidade da Companhia cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (Valor residual e vida útil dos ativos).
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,86%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimôniolíquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são

Continua...

...Continuação

mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento*** **- • Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - *(i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis**. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e banco	110	401
Aplicações financeiras	1.654	-
	1.764	**401**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em conta no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Banrisul e Banco Itaú em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	1.988	1.871
	1.988	**1.871**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	34	286
	34	**286**
Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)	-	3.911
	-	**3.911**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 4.197 de valores a pagar para partes relacionadas e durante o exercício de 2020, o montante de R$ 3.430 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa n° 14.
As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	5.285
	5.323	**5.285**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	15.557	(1.778)	13.779	14.225
Aerogeradores	4%	113.271	(16.186)	97.085	101.142
		128.828	**(17.964)**	**110.864**	**115.367**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.557	-	-	-	15.557
Aerogeradores	113.271	-	-	-	113.271
	128.828	**-**	**-**	**-**	**128.828**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.557	-	-	-	15.557
Aerogeradores	111.253	2.018	-	-	113.271
	126.810	**2.018**	**-**	**-**	**128.828**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.332)	(446)	-	-	(1.778)
Aerogeradores	(12.129)	(4.057)	-	-	(16.186)
	(13.461)	**(4.503)**	**-**	**-**	**(17.964)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(894)	(438)	-	-	(1.332)
Aerogeradores	(8.163)	(3.966)	-	-	(12.129)
	(9.057)	**(4.404)**	**-**	**-**	**(13.461)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) **-** A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira VII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.465
Constituição	4.523
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.988**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	5.988	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	-
	5.988	-

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 26 (R$ 26 em 31 de dezembro de 2019).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	49.080	51.517
BRDE (b)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	25.561	26.707
Custos com a captação			(2.620)	(2.829)
			72.021	**75.395**
Passivo circulante			3.868	3.396
Passivo não circulante			68.153	71.999

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2020	74.641
2023	62.253
2026	46.889
2029	27.794
2032	4.027

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Finan-ciamentos	Capital Social	Adianta-mento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.285**	**75.395**	**52.712**	**782**	**134.174**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	2.648	-	2.648
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	782	(782)	-
Aplicações financeiras vinculadas	38	-	-	-	38
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(3.542)	-	-	(3.542)
Pagamento de juros	-	(5.549)	-	-	(5.549)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**38**	**(9.091)**	**3.430**	**(782)**	**(6.405)**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	5.507	-	-	5.507
Custos de captação amortizados	-	210	-	-	210
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	5.717	-	-	5.717
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.323**	**72.021**	**56.142**	**-**	**133.486**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Finan-ciamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.489**	**77.984**	**50.694**	**133.167**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	2.018	2.018
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	796	-	-	796
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de juros	-	(6.483)	-	(6.483)
Pagamento de financiamentos	-	(3.048)	-	(3.048)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**796**	**(9.531)**	**2.018**	**(6.717)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	6.732	-	6.732
Custos de captação amortizados	-	210	-	210
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	6.942	-	6.942
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.285**	**75.395**	**52.712**	**133.392**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinado sindicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui ***covenants*** financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de ***covenants*** não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
28/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	187
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.251
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.530
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	11.066
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	11.066
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	22.132
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.530

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 56.142 (R$ 52.712 em 2019), dividido em 56.141.485 (52.712.075 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	56.142	52.712

A Companhia mantinha saldo de contas a pagar com sua controladora Santa Vitória do Palmar S.A., assim esse montante de R$ 3.430 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 782 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	91.971	82.169
Receita bruta venda de energia	18.609	17.349
Ressarcimento de Energia (1)	(4.523)	-
(-) PIS / COFINS	(679)	(552)
	13.407	**16.797**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 4.523 (R$ 1.465 em 2019), vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(7.944)	(9.693)
Despesas gerais e administrativas	(389)	(707)
Outras despesas (receitas) operacionais	15	23
	(8.318)	**(10.377)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.238)	(1.162)
Compra de energia	(1.036)	(1.172)
Despesa com pessoal	(411)	(959)
Serviços de terceiros	(15)	(78)
Depreciação	(4.503)	(4.404)
Arrendamento	(300)	(289)
Manutenção	(532)	(660)
Materiais	(71)	-
Despesas administrativas	(217)	(201)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(1.465)
Outras	3	13
	(8.318)	**(10.377)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(61)	(53)
IOF	-	(86)
Juros sobre financiamentos	(5.507)	(6.732)
Amortização do custo de captação	(210)	(455)
Juros e multa de mora	-	(76)
Custo da estruturação da dívida	(1.048)	(1.536)
Outras	(12)	-
Total das despesas financeiras	**(6.838)**	**(8.938)**
Juros recebidos	1	4
Receitas de aplicações financeiras	100	178
Total das receitas financeiras	**101**	**182**
Resultado financeiro líquido	**(6.737)**	**(8.756)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	18.508	17.314
Outras receitas	164	273
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.644	1.658
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.385	2.351
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	461	460
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	141	142
Imposto de renda e contribuição social correntes	**602**	**602**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**5**	**44**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 5 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	110	401	110	401
Aplicações financeiras	1.654	-	1.654	-
Contas a receber de clientes	1.988	1.871	1.988	1.871
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	5.285	5.323	5.285
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	134	330	134	330
Financiamentos	3.868	3.396	3.868	3.396
Partes relacionadas	34	286	34	286
Não circulante				
Financiamentos	68.153	71.999	68.153	71.999
Partes relacionadas	-	3.911	-	3.911

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativo financeiro	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	110	-	110	401	-	401
Aplicações financeiras	1.654	-	1.654	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.988	1.988	-	1.871	1.871
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	-	5.323	5.285	-	5.285
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	134	134	-	330	330
Financiamentos	-	3.868	3.868	-	3.396	3.396
Partes relacionadas	-	34	34	-	286	286
Não circulante						
Financiamentos	-	68.153	68.153	-	71.999	71.999
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.911	3.911

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	110	110	-	-
Aplicações financeira	1.654	1.654	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	5.323	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	401	401	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.285	5.285	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	1.654	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	5.285
Contas a receber de clientes	1.988	1.871

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Fornecedores	134	330
Financiamentos	72.021	75.395

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorare controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	1.654	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.323	5.285
	6.977	**5.285**
Passivo		
Financiamentos	72.021	75.395

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	6.977	Redução do CDI	144	99

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	74.641	Aumento da TJLP	4.245	5.094

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.586.118/0001-50

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.101	345
Contas a receber de clientes	8	2.436	2.281
Despesas antecipadas		222	184
Adiantamento a fornecedores		41	72
Tributos e contribuições a compensar		220	211
Total do ativo circulante		**6.020**	**3.093**
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.302	6.283
Despesas antecipadas		21	-
Total do realizável de longo prazo		**6.323**	**6.283**
Imobilizado	11	139.343	145.012
Total do ativo não circulante		**139.343**	**145.012**
Total do Ativo		**151.686**	**154.388**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		91	324
Provisões	12	4.608	837
Financiamentos	13	4.483	3.924
Obrigações socias e trabalhistas		45	164
Obrigações fiscais		225	228
IRPJ e CSLL a pagar		174	180
Contas a pagar à partes relacionadas	9	28	52
Adiantamento de clientes		382	382
Tributos diferidos		-	67
Total do passivo circulante		**10.036**	**6.158**
Financiamentos	13	78.762	83.219
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	1.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos		133	55
Total do passivo não circulante		**78.895**	**84.706**
Capital social		73.762	73.762
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	797
Prejuízos acumulados		(11.007)	(11.035)
Total do patrimônio líquido	**14**	**62.755**	**63.524**
Total do passivo e patrimônio líquido		**151.686**	**154.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	18.359	20.713
Custo da geração de energia	16	(9.395)	(10.965)
Lucro bruto		**8.964**	**9.748**
Despesas gerais e administrativas	16	(462)	(662)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	54	51
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**8.556**	**9.137**
Despesas financeiras	17	(7.897)	(10.337)
Receitas financeiras	17	133	240
Despesas financeiras líquidas		**(7.764)**	**(10.097)**
Resultado antes dos impostos		**792**	**(960)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(757)	(756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(6)	(55)
Lucro (prejuízo) do exercício		**29**	**(1.771)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício	29	(1.771)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**29**	**(1.771)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(2.255)**	**(2.982)**
Ajustes para:			
Depreciações	11	5.669	5.748
Juros e variações monetárias	13	6.367	7.781
Amortização de custos de transação	13	244	244
Provisão para ressarcimento	12	3.771	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	757	756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	6	55
		16.843	**12.813**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(155)	(3)
Adiantamentos a fornecedores		31	(18)
Despesas antecipadas		(59)	(23)
Tributos e contribuições a compensar		(9)	152
Contas a receber de partes relacionadas		-	-
Fornecedores		(233)	1.099
Obrigações fiscais		(197)	(703)
Adiantamento de clientes		-	231
Contas a pagar à partes relacionadas		-	(1.001)
Outras contas a pagar		(120)	164
Tributos diferidos		11	(52)
Impostos pagos sobre o lucro		(575)	(575)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.537**	**12.084**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Baixa de intangível		-	4
Aquisição de imobilizado	11	-	(2.523)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**-**	**(2.519)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(19)	(965)
Integralização de capital		-	2.522
Pagamento de partes relacionadas		(1.456)	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(797)	-
Captação de financiamentos		-	231
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.095)	(3.523)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(6.414)	(7.494)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(12.781)**	**(9.229)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.756**	**336**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**345**	**9**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3.101**	**345**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**71.240**	**-**	**(9.264)**	**61.976**
Integralização de capital		2.522	-	-	2.522
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	797	-	797
Prejuízo do exercício		-	-	(1.771)	(1.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**73.762**	**797**	**(11.035)**	**63.524**
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	(797)	-	(797)
Lucro líquido do exercício		-	-	29	29
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**73.762**	**-**	**(11.007)**	**62.755**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. ("SVP XII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim II, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP XII foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos,e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2017 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial no dia 27 de dezembro de 2016 com a produção anual estimada será de 10,8 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do PalmarXII	30	A-32014	AW3000-3MW-HH120m	6	14/01/2015	13/01/2050	10,8	14,8	14,6	3,8

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 29 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 4.016, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contudo a Companhia possui prejuízos acumulados em R$ 11.007. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Tem condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, não existem impactos na capacidade da Companhia cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* Ativo Imobilizado).
- **Nota explicativa n° 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento da receitade vendas -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos de renda e contribuição social -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:*** Em 2020 e 2019 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados.*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	3,57%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,90%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenaspagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento*** **• Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação*** **-** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (*impairment*) - *(i) Ativos financeiros não derivativos*:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Mudança nas principais políticas contábeis**. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e banco	62	126
Aplicações financeiras	3.039	219
	3.101	**345**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Banrisul, em moeda nacional.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.436	2.281
	2.436	**2.281**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Contas a receber e a pagar de partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	28	52
	28	**52**
Passivo não circulante	**2020**	**2019**
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)	-	1.432
	-	**1.432**

(a)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração -** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	6.283
	6.302	**6.283**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 12) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco epodem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo:

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	19.091	(2.213)	16.878	17.433
Aerogeradores	4%	142.866	(20.401)	122.465	127.579
		161.957	**(22.614)**	**139.343**	**145.012**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	-	-	-	19.091
Aerogeradores	142.866	-	-	-	142.866
	161.957	**-**	**-**	**-**	**161.957**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	-	-	-	19.091
Aerogeradores	140.343	2.523	-	-	142.866
	159.434	**2.523**	**-**	**-**	**161.957**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.658)	(555)	-	-	(2.213)
Aerogeradores	(15.287)	(5.114)	-	-	(20.401)
	(16.945)	**(5.669)**	**-**	**-**	**(22.614)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.113)	(545)	-	-	(1.658)
Aerogeradores	(10.084)	(5.203)	-	-	(15.287)
	(11.197)	**(5.748)**	**-**	**-**	**(16.945)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidadedos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mirim II baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,76%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	3,00%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: - Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 3,00%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção; - Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e - Taxa de desconto: 9,76% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC); O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gera da acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	837
Constituição	3.771
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.608**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	4.608	837
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	-
	4.608	**837**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 815 (R$ 740 em 31 de dezembro de 2019).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BBNDES (a)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	56.715	59.531
BRDE (b)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	29.573	30.899
Custos com a captação			(3.043)	(3.287)
			83.245	**87.143**
Passivo circulante			4.483	3.924
Passivo não circulante			78.762	83.219

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	XVII
2020	86.288
2023	71.968
2026	54.206
2029	32.132
2032	4.655

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.283**	**87.143**	**73.762**	**797**	**167.985**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(797)	(797)
Aplicações financeiras vinculadas	19	-	-	-	19
Pagamento de principal	-	(4.095)	-	-	(4.095)
Pagamento de juros	-	(6.414)	-	-	(6.414)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**19**	**(10.509)**	**-**	**(797)**	**(11.287)**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	6.367	-	-	6.367
Custos de captação amortizados	-	244	-	-	244
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**6.611**	**-**	**-**	**6.611**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.302**	**83.245**	**73.762**	**-**	**163.309**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**5.318**	**89.904**	**71.240**	**166.462**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	2.522	2.522
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	965	-	-	965
Recursos recebidos de financiamentos	-	231	-	231
Pagamento de juros	-	(7.494)	-	(7.494)
Pagamento de financiamentos	-	(3.523)	-	(3.523)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**965**	**(10.786)**	**2.522**	**(7.299)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	7.781	-	7.781
Custos de captação amortizados	-	244	-	244
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	8.025	-	8.025
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.283**	**87.143**	**73.762**	**167.188**

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.) -** A Companhia possui ***covenants*** financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa clausula de ***covenants*** não era aplicável a Companhia. **13.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
28/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	233
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.395
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.049
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	52
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	190
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	13.089
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	13.089
22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	26.178
25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.412

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 73.762, dividido em 73.762.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	73.762	73.762

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A **b. Reserva legal -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	120.299	106.374
Receita bruta venda de energia	22.968	21.388
Ressarcimento de Energia (1)	(3.771)	-
(-) PIS / COFINS	(838)	(675)
	18.359	**20.713**

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, que gerou um impacto de R$ 3.771, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(9.395)	(10.965)
Despesas gerais e administrativas	(462)	(662)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	54	51
	(9.803)	**(11.576)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.556)	(1.437)
Compra de energia	(1.107)	(1.539)
Despesas com pessoal	(329)	(767)
Serviço de terceiros	(30)	(76)
Depreciação	(5.669)	(5.748)
Arrendamento	(228)	(204)
Manutenção	(626)	(762)
Despesas administrativas	(274)	(206)
Viagens e estadias	-	-
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(837)
Outras	16	-
	(9.803)	**(11.576)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(61)	(54)
IOF	(1)	(109)
Juros de financiamentos	(6.367)	(7.781)
Amortização do custo de captação	(244)	(534)
Juros e multa de mora	-	(85)
Custo da estruturação da dívida	(1.210)	(1.774)
Outras	(14)	-
Total das despesas financeiras	**(7.897)**	**(10.337)**
Juros recebidos	4	13
Receitas de aplicações financeiras	129	212
Outras	-	15
Total das receitas financeiras	**133**	**240**
Resultado financeiro líquido	**(7.764)**	**(10.097)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	22.831	21.434
Outras receitas	229	355
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.056	2.069
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.969	2.927
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	576	574
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	181	183
Imposto de renda e contribuição social correntes	**757**	**756**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**6**	**55**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 6 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	126	62	126
Aplicações financeiras	3.039	219	3.039	219
Contas a receber de clientes	2.436	2.281	2.436	2.281
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	6.283	6.302	6.283
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	91	324	91	324
Financiamentos	4.483	3.924	4.483	3.924
Partes relacionadas	28	52	28	52
Não circulante				
Financiamentos	78.762	83.219	78.762	83.219
Partes relacionadas	-	1.432	-	1.432

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativo financeiro	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado(*)**	**Total**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	62	-	62	126	-	126
Aplicações financeiras	3.039	-	3.039	219	-	219
Contas a receber de clientes	-	2.436	2.436	-	2.281	2.281
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	-	6.302	6.283	-	6.283
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	91	91	-	324	324
Financiamentos	-	4.483	4.483	-	3.924	3.924
Partes relacionadas	-	28	28	-	52	52
Não circulante						
Financiamentos	-	78.762	78.762	-	83.219	83.219
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.432	1.432

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-
Aplicações financeiras	3.039	3.039	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	6.302	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - *Inputs* não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	126	126	-	-
Aplicações financeiras	219	219	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6.283	6.283	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo**: **Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	3.039	219
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	6.283
Contas a receber de clientes	2.436	2.281

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Fornecedores	91	324
Financiamentos	83.245	87.143

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	3.039	219
Aplicações financeiras vinculadas	6.302	6.283
	9.341	**6.502**
Passivo		
Financiamentos	83.245	87.143

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	9.341	Redução do CDI	193	128

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Financiamentos	86.288	Aumento da TJLP	4.908	5.889

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Continuação

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 13.365.015/0001-03

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.248	31	76.243	677
Contas a receber de clientes	8	-	-	20.086	18.445
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.084	218	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.669	1.407
Adiantamento a fornecedores		-	-	508	475
Tributos e contribuições a compensar		117	106	1.092	1.071
Total do ativo circulante		**7.449**	**355**	**99.598**	**22.075**
Despesas antecipadas		-	-	-	1.434
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	73.981	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	9.971	9.236
Total do realizável de longo prazo		**-**	**73.981**	**9.971**	**10.670**
Investimentos	11	559.484	472.831	-	2
Imobilizado	12	-	-	1.463.658	1.463.600
Ativo de direito de uso		-	-	166	217
Total do ativo não circulante		**559.484**	**472.831**	**1.463.824**	**1.463.819**
Total do Ativo		**566.933**	**547.167**	**1.573.393**	**1.496.564**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Fornecedores		-	23	10.445	10.842
Provisões	13	-	-	20.208	10.833
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	674	1.336
Contas a pagar à partes relacionadas	9	3.439	429	3.439	429
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	1	5
Financiamentos	14	-	-	87.656	58.816
Obrigações fiscais		5.682	5.684	9.117	9.603
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	1.386	-
Tributos diferidos		-	-	-	1.322
Total do passivo circulante		**9.121**	**6.136**	**132.927**	**93.186**
Provisões	13	-	-	20.140	-
Financiamentos	14	-	-	861.273	864.209
Conta a pagar à partes relacionadas	9	49.154	2.097	49.154	19
Tributos diferidos		-	-	1.072	-
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	169	216
Total do passivo não circulante		**49.154**	**2.097**	**931.808**	**864.444**
Capital social		618.188	585.045	618.188	585.045
Capital social a integralizar		-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	9.409	-	9.409
Prejuízos acumulados		(109.530)	(55.520)	(109.530)	(55.520)
Total do patrimônio líquido	16	**508.658**	**538.934**	**508.658**	**538.934**
Total do passivo e patrimônio líquido		**566.933**	**547.167**	**1.573.393**	**1.496.564**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Capital Social à integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019		**585.045**	**-**	**(158.388)**	**(14.077)**	**412.580**
Integralização de capital		-	-	158.388	-	158.388
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	9.409	-	-	9.409
Prejuízo do exercício		-	-	-	(41.443)	(41.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**585.045**	**9.409**	**-**	**(55.520)**	**538.934**
Integralização de capital	15.a	33.143	(9.409)	-	-	23.734
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(54.010)	(54.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**618.188**	**-**	**-**	**(109.530)**	**508.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	17	-	-	134.104	146.105
Custo da geração de energia	18	-	-	(87.170)	(75.960)
Lucro bruto		**-**	**-**	**46.934**	**70.145**
Despesas gerais e administrativas	18	(79)	(103)	(4.032)	(8.478)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(1)	(8)	309	68
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(80)**	**(111)**	**43.211**	**61.735**
Despesas financeiras	19	(46)	(5.719)	(91.913)	(104.480)
Receitas financeiras	19	30	37	576	1.302
Despesas financeiras líquidas		**(16)**	**(5.682)**	**(91.337)**	**(103.178)**
Resultado de equivalência patrimonial	11	(53.914)	(35.650)	-	-
Resultado antes dos impostos		**(54.010)**	**(41.443)**	**(48.126)**	**(41.443)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes	20	-	-	(5.393)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	20	-	-	(491)	-
Prejuízo do exercício		**(54.010)**	**(41.443)**	**(54.010)**	**(41.443)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(54.010)	(41.443)	(54.010)	(41.443)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(54.010)	(41.443)	(54.010)	(41.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício		**(54.010)**	**(41.443)**	**(54.010)**	**(41.443)**
Ajustes para:					
.Equivalência patrimonial	11	52.143	35.650	2	-
.Depreciação	12	-	-	58.875	39.252
.Juros e variações monetárias	14	-	-	71.109	66.799
.Juros de arrendamentos provisionados		-	-	-	221
.Amortização de custos de transação	14	-	-	1.015	965
.Provisão para ressarcimento	12	-	-	21.526	-
.mposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes	20	-	-	5.393	-
.Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	20	-	-	491	-
Resultado ajustado		**(1.867)**	**(5.793)**	**104.401**	**65.794**
Variações em:					
.Contas a receber de clientes		-	-	(1.641)	(10.939)
.Contas a receber de partes relacionadas		-	12.775	-	-
.Despesas antecipadas		-	-	1.172	(1.776)
.Adiantamentos a fornecedores		-	-	(33)	(116)
.Tributos e contribuições a compensar		(11)	(15)	(21)	(700)
.Fornecedores		(23)	23	(397)	(7.374)
.Outras contas a pagar		-	-	8.713	1.336
.Adiantamento de clientes		-	-	-	(10.000)
.Obrigações fiscais		(2)	5.684	(2.407)	5.875
.Contas a pagar à partes relacionadas		-	(174.053)		9.137
.Tributos diferidos		-	-	(250)	796
Caixa proveniente das atividades operacionais		**(1.903)**	**(161.379)**	**109.538**	**52.033**
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(3.963)	(850)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(1.903)**	**(161.379)**	**105.575**	**51.183**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Integralização de capital nas controladas	11	(138.796)	-	-	-
Aplicações em investimentos		-	-	-	(2)
Baixa de intangível		-	2.604	-	-
Aquisição de intangível		-	-	-	(8.199)
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(58.933)	(295.341)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(138.796)**	**2.604**	**(58.933)**	**(303.542)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(735)	(1.819)
Integralização de capital		-	158.388	-	158.388
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(9.409)	-	(9.409)	
Recebimento de partes relacionadas		155.325	-	85.288	
Captação de financiamentos		-	-	-	146.763
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	-	-	(15.761)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	-	-	(30.459)	(64.144)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**145.916**	**158.388**	**28.924**	**239.188**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**5.217**	**(387)**	**75.566**	**(13.171)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**31**	**418**	**677**	**13.848**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**5.248**	**31**	**76.243**	**677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

O Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. ("Complexo Lagoa do Barro" ou "Companhia" ou "Grupo"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 2020, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014 e tem como objeto social administrar os bens próprios e as participações no capital das companhias que compõem o parque eólico denominado Complexo Lagoa do Barro, que exploram as atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O Grupo atua no mercado de geração e comercialização de energia elétrica, por meio de desenvolvimento de projetos provenientes de fontes renováveis, como parques eólicos. As participações diretas detidas pelo Grupo são:

	Percentual de participação 2020	2019
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A. (*)	100%	100%
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A. (*)	100%	100%

(*)Em fase pré-operacional

As controladas da Complexo Lagoa do Barro foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 10 parques eólicos localizados na cidade de Lagoa do Barro, no estado do Piauí com as seguintes características:

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada Outorga	Garantia Física solicitada [MWm]	Garantia Física outorgada alteração [MWm]	Garantia Física Sobra de [MWm]	Energia
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	02/07/2015	01/07/2050	14,2	15,5	15,5	1,3
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	02/07/2015	01/07/2050	11,3	15,0	15,0	3,7
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	02/07/2015	01/07/2050	13,5	15,3	15,3	1,8
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	02/07/2015	01/07/2050	12,9	15,1	15,1	2,2
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	02/07/2015	01/07/2050	10,3	13,2	13,2	2,9
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	02/07/2015	01/07/2050	11,9	14,8	14,8	2,9
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	02/07/2015	01/07/2050	13,8	14,3	14,3	0,5
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	02/07/2015	01/07/2050	4,5	5,1	5,1	0,6
Lagoa do Barro IX	30	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	n/a	11,3	n/a
Lagoa do Barro X	29,4	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	n/a	13,2	n/a

A Complexo Lagoa do Barro possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos. Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O Grupo também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14. O Grupo reconheceu um prejuízo de R$ 54.010 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 1.672 individual e R$ 33.329 no consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que o Grupo possui para o Grupo, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, o Grupo conta com o continuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 13** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas - Controladas são todas as Companhias investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido nasCompanhias investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente - A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhiacumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos de suas contoladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos - *(i) Impostos e contribuições sobre as receitas* - As receitas de vendas estão

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado (i)Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhiainclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas praticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Aerogeradores	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	5%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06(R2)não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **h. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial -*** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente -*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento -*** · **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. · **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação -*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***k.Valor recuperável de ativos ("impairment") - (i)Ativos financeiros não-derivativos*** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros*** A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l.Mudança nas principais políticas contábeis -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: · Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06); · Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; · Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); · Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) ; · Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); · Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); · Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	4	31	587	673
Aplicações financeiras	5.244	-	75.656	4
	5.248	**31**	**76.243**	**677**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2020	2019
Contas a receber	20.086	18.445
	20.086	**18.445**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2020 recebido em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

a. Controladora

	2020	2019
Ativo circulante		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (a)	54	112
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A (a)	31	58
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A (a)	31	-
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (a)	31	28
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A (a)	28	-
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A (a)	31	-
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A (a)	31	-
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A (a)	10	20
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (a)	928	-
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (a)	909	-
	2.084	**218**
Ativo não circulante		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (b)	-	72.400
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A (b)	-	1.345
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A (b)	-	11
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (b)	-	122
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A (b)	-	103
	-	**73.981**
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A (a)	3.439	429
	3.439	**429**
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A (b)	49.154	19
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (b)	-	90
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A (b)	-	1.390
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A (b)	-	598
	49.154	**2.097**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhiase a controladora direta. (b) Os saldos referem-se acordo ao de cooperação financeira entre as companhiase a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Os saldos de partes relacionadas foram realizados através de cessão de crédito, utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 15.

b. Consolidado

	2020	2019
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A (a)	3.439	429
	3.439	**429**
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A (b)	49.154	19
	49.154	**19**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhiase a controladora direta. (b) Os saldos referem-se acordo ao de cooperação financeira entre as compnhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	9.011	8.276
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	960	960
	9.971	**9.236**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b)O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das companhias controladas

		2020				
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas						
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A		255.397	134.953	120.444	20.513	(8.145)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A		204.503	137.773	66.730	18.736	(7.845)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A		203.759	141.064	62.695	17.996	(6.666)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A		200.722	142.311	58.412	17.743	(8.141)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A		178.454	121.463	56.991	18.453	(4.321)
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A		196.814	139.474	57.339	18.163	(7.979)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A		201.752	142.369	59.383	16.841	(7.123)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A		66.710	46.728	19.982	5.659	(3.453)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A		22.888	1.197	21.690	-	(123)
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A		37.029	1.212	35.818	-	(118)
		1.568.028	**1.008.544**	**559.484**	**134.104**	**(53.914)**

		2019				
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas						
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A		288.838	202.490	86.348	21.134	(4.807)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A		202.007	139.180	62.827	19.615	(6.633)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A		201.443	138.094	63.349	20.792	(3.420)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A		200.484	138.747	61.737	20.444	(5.801)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A		177.729	121.158	56.571	17.843	(3.161)
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A		197.727	137.475	60.252	19.476	(5.746)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A		197.328	137.394	59.934	19.956	(4.612)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A		66.966	45.153	21.813	6.845	(1.470)
		1.532.522	**1.059.691**	**472.831**	**146.105**	**(35.653)**

11.2 Participações em companhias controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

		2020				
	Patrimônio	Participação líquido	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Saldo final 2020
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	86.348	42.240	-	(8.145)	120.443
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	62.827	11.750	-	(7.845)	66.731
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	63.349	6.012	-	(6.666)	62.695
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	61.737	4.815	-	(8.141)	58.411
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	56.571	4.743	-	(4.321)	56.992
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	60.252	5.065	-	(7.979)	57.338
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	59.934	6.573	-	(7.123)	59.384
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	21.813	1.622	-	(3.453)	19.982
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	100%	-	21.813	-	(123)	21.690
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	100%	-	35.935	-	(118)	35.818
						559.484

		2019				
	Patrimônio	Participação líquido	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Saldo final 2019
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	65.739	-	25.416	(4.807)	86.348
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	52.597	13.585	3.278	(6.633)	62.827
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	52.145	14.627	-	(3.423)	63.349
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	52.699	14.839	-	(5.801)	61.737
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	59.732	-	-	(3.161)	56.571
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	54.440	11.558	-	(5.746)	60.252
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	59.357	5.189	-	(4.612)	59.934
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	23.283	-	-	(1.470)	21.813
						472.831

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	12	(2)	10	11
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	111.143	(3.725)	107.418	109.584
Aerogeradores	4%	1.300.831	(65.672)	1.235.159	1.273.355
Sistemas de transmissão e conexão	4%	93.863	(31.773)	62.090	80.581
Equipamentos de informática	20%	69	(5)	64	16
Peças de reposição e manutenção		123	-	123	53
Imobilizado em andamento		58.794	-	58.794	-
		1.564.835	**(101.177)**	**1.463.658**	**1.463.600**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	2020 Adições	Baixas	Trans-ferência	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	12	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	111.143	-	-	-	111.143
Aerogeradores	1.300.815	16	-	-	1.300.831
Sistemas de transmissão e conexão	93.863	-	-	-	93.863
Equipamentos de informática	16	53	-	-	69
Peças de reposição e manutenção	53	70	-	-	123
Imobilizado em andamento	-	58.794	-	-	58.794
	1.505.902	**58.933**	**-**	**-**	**1.564.835**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	2020 Adições	Baixas	Trans-ferência	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	(1)	(1)	-	-	(2)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.559)	(2.166)	-	-	(3.725)
Aerogeradores	(27.460)	(38.212)	-	-	(65.672)
Sistemas de transmissão e conexão	(13.282)	(18.491)	-	-	(31.773)
Equipamentos de informática	-	(5)	-	-	(5)
	(42.302)	**(58.875)**	**-**	**-**	**(101.177)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs.Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Complexo Eólico Lagoa do Barro baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: · Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção. · Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis. · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 13,83% ao ano.

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.833
Constituição	29.515
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**40.348**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	20.208	10.833
Provisão para ressarcimento longo prazo	20.140	-
	40.348	**10.833**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras doGrupo"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura do Grupo e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii)Provisão para contingências** - A Companhia Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A é parte (polo passivo) em processo administrativo perante o Estado do Piauí, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões administrativas. De acordo com os advogados que assessoram a Empresa, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 444 em 2020. A Companhia Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A é parte (polo passivo) em processo administrativo, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. De acordo com os advogados que assessoram a Empresa, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 70 em 2020.

14 Financiamentos a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	98.538	96.303
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	32.594	31.718
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (c)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	99.202	96.956
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (d)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.153	31.903
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (e)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.579	98.141
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (f)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.559	32.294
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (g)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	102.091	99.640
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (h)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.801	32.891
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (i)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	89.597	87.554
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (j)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	29.850	28.703
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (k)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.588	98.320
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (l)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.405	32.146
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (m)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.606	98.098
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (n)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.255	32.360
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (o)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	33.517	32.751
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (p)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	11.153	10.818
	Custos com captação			(16.559)	(17.571)
				948.929	**923.025**
Passivo circulante				87.656	58.816
Passivo não circulante				861.273	864.209

(a) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b)Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (c)Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (d)Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (e)Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (f) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (g)Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (h)Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (i) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (j)Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (k)Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (l)Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (m)Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (n) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (o)Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (p)Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos - O Grupo mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	-	87.656
2022 a 2024	-	111.879
2025 a 2027	-	135.382
2028 a 2030	-	159.855
2031 a 2033	-	190.504
2034 a 2036	-	230.719
2037 a 2039	-	32.934
Total	**-**	**948.929**

14.1Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento consolidadas (consolidado)

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**9.236**	**923.025**	**585.045**	**1.517.306**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	33.143	33.143
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	735	-	-	735
Recursos provenientes de financiamentos	-	-	-	
Pagamento de principal	-	(15.761)	-	(15.761)
Pagamento de juros	-	(30.459)	-	(30.459)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**735**	**(46.220)**	**33.143**	**(12.342)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	71.109	-	71.109
Custos de captação amortizados	-	1.015	-	1.015
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**72.124**	**-**	**72.124**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**9.971**	**948.929**	**618.188**	**1.577.088**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Passivo Dividendos a pagar	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**7.417**	**772.642**	**585.045**	**(158.388)**	**1.206.716**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	158.388	158.388
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	1.819	-	-	-	1.819
Recursos provenientes de financiamentos	-	146.763	-	-	146.763
Pagamento de juros	-	(64.144)	-	-	(64.144)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**1.819**	**82.619**	**-**	**158.388**	**242.826**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	64.288	-	-	64.288
Custos de captação amortizados	-	965	-	-	965
Juros capitalizados	-	2.462	-	-	2.462
Custos de captação capitalizados	-	49	-	-	49
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	67.764	-	-	67.764
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**9.236**	**923.025**	**585.045**	**-**	**1.517.306**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 Covenants - O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 O Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **14.3 Outras garantias -** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 618.188 em 2020 (R$ 585.045 em 2019), dividido em49.505.601.222 ações ordinárias (45.937.205.116 em 2019), nominativas e semvalor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2020	2019
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	618.188	585.045

Aumento de capital social no exercício corrente foi de R$ 33.143 e distribuído conforme abaixo:

Aumento de capital social	2020
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	5.9999
Saldo de contas a pagar com partes relacionadas (2)	27.144
	33.143

(1) Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social do Grupo no valor de R$ 5.999 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. (2)O Grupo mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Atlantic Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 27.144, foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de Novembro de 2020.

Controladora e controlador final - As ações da Companhia são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos -** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros -** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2020	2019
Geração em MW/h	731.089	761.051
Receita bruta venda de energia	168.991	147.196
Ressarcimento de Energia (1)	(29.515)	-
(-) PIS e COFINS	(5.372)	(1.091)
	134.104	**146.105**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 29.515, vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza (consolidado)

	2020	2019
Custos dos serviços prestados	(87.170)	(75.960)
Despesas gerais e administrativas	(4.032)	(8.478)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	309	68
	(90.893)	**(84.370)**
Encargos de transmissão e conexão	(8.321)	(9.417)
Compra de energia	(5.892)	(2.910)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(4.732)	(5.702)
Despesa com pessoal	(2.984)	(8.242)
Serviços de terceiros	(1.070)	(657)
Depreciação	(58.875)	(39.252)
Arrendamento	(2.417)	(1.756)
Manutenção	(3.301)	(2.927)
Aluguel	(305)	(563)
Materiais	(99)	(105)
Outras despesas administrativas	(2.205)	(2.486)
Viagens e estadias	(117)	(260)
Penalidade por insuficiência de lastro	(792)	(9.949)
Outros	217	(144)
	(90.893)	**(84.370)**

18 Resultado financeiro

a. Controladora

	2020	2019
IOF	-	(5.684)
Despesas bancárias	(46)	(35)
Total das despesas financeiras	**(46)**	**(5.719)**
Juros recebidos	3	5
Receita de aplicação financeira	27	32
Total das receitas financeiras	**30**	**37**
Resultado financeiro	**(16)**	**(5.679)**

b. Consolidado

	2020	2019
Despesas bancárias	(447)	(354)
IOF	(3)	(8.517)
Juros de financiamentos	(71.109)	(64.288)
Amortização do custo de captação	(1.015)	(965)
Juros de mora de fornecedores	(34)	-
Custo da estruturação da dívida	(18.474)	(29.567)
Outras despesas financeiras	(831)	(789)
Total das despesas financeiras	**(91.913)**	**(104.480)**
Juros recebidos	24	18
Receita de aplicação financeira	530	493
Outras receitas financeiras	22	791
Total das receitas financeiras	**576**	**1.302**
Resultado financeiro líquido	**(91.337)**	**(103.178)**

19 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	167.459
Outras receitas	1.263
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	14.660
Base de cálculo CSLL 12% (*)	21.358
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.119
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.274
Imposto de renda e contribuição social correntes	**5.393**
Taxa efetiva	**14,97%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**491**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 491 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(41.443)
(+) Adições	35.655
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(5.788)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

20 Instrumentos financeiros - O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Parafinanciamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	587	673	587	673
Aplicações financeiras	75.656	4	75.656	4
Contas a receber de clientes	20.086	18.445	20.086	18.445
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	9.971	9.236	9.971	9.236
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.445	10.842	10.445	10.842
Financiamentos	87.656	58.816	87.656	58.816
Partes relacionadas	3.494	429	3.494	429
Não circulante				
Financiamentos	861.273	864.209	861.273	864.209
Partes relacionadas	49.154	19	49.154	19

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	4	31
Aplicações financeiras	5.244	-	5.244	-
Partes relacionadas	2.084	218	2.084	218
Não circulante				
Partes relacionadas	-	73.978	-	73.978
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	23	-	23
Partes relacionadas	3.439	429	3.439	429
Não circulante				
Partes relacionadas	49.154	2.097	49.154	2.097

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	587	-	587	673	-	673
Aplicações financeiras	75.656	-	75.656	4	-	4
Contas a receber de clientes	-	20.086	18.445	-	20.086	18.445
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.971	9.971	9.236	-	9.236
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	10.445	10.445	-	10.842	10.842
Financiamentos	-	87.656	87.656	-	58.816	58.816
Partes relacionadas	-	3.494	3.494	-	429	429
Não circulante						
Financiamentos	-	861.273	861.273	-	864.209	864.209
Partes relacionadas	-	49.154	49.154	-	19	19

	Controladora					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	4	31	-	31
Aplicações financeiras	5.244	-	5.244	-	-	-
Partes relacionadas	-	2.084	2.084	-	218	218
Não circulante						
Partes relacionadas	-	73.978	73.978	-	73.978	73.978
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	23	23
Partes relacionadas	-	3.439	3.439	-	429	429
Não circulante						
Partes relacionadas	-	49.154	49.154	-	2.097	2.097

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.c.Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Atlantic:

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	587	587	-	-
Aplicações financeiras	75.656	75.656	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	9.971	9.971	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	4	4	-	-
Aplicações financeiras	5.244	5.244	-	-

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	673	673	-	-
Aplicações financeiras	4	4	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	9.236	9.236	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	31	31	-	-

Caixa e equivalentes de caixa: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

· **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

· **Nível 1. Mercado ativo: Preço** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(iv)Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(v) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	75.656	4
Aplicações financeiras vinculadas	9.971	9.236
Contas a receber de clientes	20.086	18.445

(vi) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	948.929	923.025
Fornecedores	10.444	10.842

(vii) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	75.656	4
Aplicações financeiras vinculadas	9.971	9.236
	85.627	**9.240**
Passivo		
Financiamentos	240.770	923.025

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Aplicações financeiras	85.627	Redução do CDI	1.779	1.177

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Financiamentos	240.770	Aumento do IPCA	13.604	16.324

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (Grupo), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos e distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.779/0001-09

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.878	48
Contas a receber de clientes	8	2.821	2.676
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	33.944
Despesas antecipadas		231	195
Adiantamento a fornecedores		493	459
Tributos e contribuições a compensar		14	9
Total do ativo circulante		**13.437**	**37.331**
Despesas antecipadas		-	199
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.375	1.289
Total do realizável de longo prazo		**1.375**	**1.488**
Imobilizado	11	240.584	250.019
Total do ativo não circulante		**240.584**	**250.019**
Total do ativo		**255.396**	**288.838**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		2.374	3.933
Provisões	12	351	227
Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Financiamentos	13	12.568	8.607
Contas a pagar à partes relacionadas	9	54	112
Obrigações fiscais		87	175
IRPJ e CSLL a pagar		193	-
Tributos diferidos		-	190
Total do passivo circulante		**15.678**	**13.429**
Provisões	12	3.157	-
Financiamentos	13	115.970	116.661
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	72.400
Tributos diferidos		147	-
Total do passivo não circulante		**119.274**	**189.061**
Capital social		134.416	66.759
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	25.416
Prejuízos acumulados		(13.972)	(5.827)
Total do patrimônio líquido	**14**	**120.444**	**86.348**
Total do passivo e patrimônio líquido		**255.396**	**288.838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**67.002**	**(13.622)**	**(552)**	**52.828**
Integralização de capital	-	2.064	-	2.064
Prejuízo do exercício	-	-	(452)	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**67.002**	**(11.558)**	**(1.004)**	**54.440**
Integralização de capital	-	11.558	-	11.558
Prejuízo do exercício	-	-	(5.746)	(5.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.002**	**-**	**(6.750)**	**60.252**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	20.513	21.134
Custo da geração de energia	16	(14.362)	(10.656)
Lucro bruto		**6.151**	**10.478**
Despesas gerais e administrativas	16	(1.197)	(2.116)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(38)	18
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.916**	**8.380**
Despesas financeiras	17	(12.289)	(13.248)
Receitas financeiras	17	76	61
Despesas financeiras líquidas		**(12.213)**	**(13.187)**
Resultado antes dos impostos		**(7.297)**	**(4.807)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(781)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(67)	-
Prejuízo do exercício		**(8.145)**	**(4.807)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(8.145)	(4.807)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(8.145)	(4.807)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(8.145)**	**(4.807)**
Ajustes para:			
. Depreciação	11	9.508	5.595
. Juros e variações monetárias	13	9.591	9.069
. Amortização de custos de transação	13	159	150
. Provisão para ressarcimento	12	3.281	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	781	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	67	-
		15.242	**10.007**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(145)	(387)
. Contas a receber de partes relacionadas		-	6.536
. Despesas antecipadas		163	(246)
. Adiantamentos a fornecedores		(34)	(113)
. Tributos e contribuições a compensar		(5)	86
. Fornecedores		(1.559)	71
. Outras contas a pagar		(134)	185
. Obrigações fiscais		(159)	(2.785)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	18.354
. Adiantamento de clientes		-	(667)
. Tributos diferidos		(43)	14
Caixa proveniente das atividades operacionais		**13.326**	**31.055**
. Impostos pagos sobre o lucro		(584)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.742**	**31.055**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	(73)	(34.459)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(73)**	**(34.459)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(86)	(288)
. Captação de financiamentos		-	12.444
. Recebimento de partes relacionadas		3.727	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.211)	-
. Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.269)	(9.034)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(2.839)**	**3.122**
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**9.830**	**(282)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**48**	**330**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**9.878**	**48**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. ("LDB I" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de maio de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 01, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB I foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 27 de outubro de 2018 com a produção anual estimada de 14,2 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	02/07/2015	01/07/2050	14,2	15,5	15,5	1,3

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 8.145e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 2.241, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

· **Nota explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);

· **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendasadvinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados

c. Imposto - ***(i)Impostos e contribuições sobre as receitas -*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro -*** Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado - ***(i)Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas praticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Móveis e utensílios	6%
Equipamentos de informática	20%
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros** - *Reconhecimento e mensuração inicial* - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis. - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	27	48
Aplicações financeiras	9.851	-
	9.878	**48**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.821	2.676
	2.821	**2.676**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A. (a)	-	7.012
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A. (a)	-	6.014
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. (a)	-	4.817
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A. (a)	-	4.743
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A. (a)	-	5.065
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A. (a)	-	4.671
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A. (a)	-	1.622
	-	**33.944**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	54	112
	54	**112**
Passivo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (b)	-	72.400
	-	**72.400**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 72.512 de valores a pagar para partes relacionadas e R$ 33.944 a receber montante líquido de R$ 38.568 durante o exercício de 2020 esse valor foi aumentado para R$ 40.920 dos quais R$ 40.866 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.255	1.169
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	120
	1.375	**1.289**

(a) Em 31 de dezembro de 2020e 2019os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	12	(1)	11	11
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	26.183	(1.289)	24.894	25.644
Aerogeradores	4%	175.733	(10.728)	165.005	171.232
Sistemas de transmissão e conexão	4%	54.864	(4.312)	50.552	53.063
Equipamentos de informática	20%	68	(5)	63	15
Peças de reposição e manutenção		59	-	59	54
		256.919	**(16.335)**	**240.584**	**250.019**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	12	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	26.183	-	-	-	26.183
Aerogeradores	175.718	15	-	-	175.733
Sistemas de transmissão e conexão	54.864	-	-	-	54.864
Equipamentos de informática	15	53	-	-	68
Peças de reposição e manutenção	54	5	-	-	59
	256.846	**73**	**-**	**-**	**256.919**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	10	-	-	2	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.711	-	-	1.472	26.183
Aerogeradores	93.164	1.942	-	80.612	175.718
Sistemas de transmissão e conexão	48.964	-	-	5.900	54.864
Equipamentos de informática	3	12	-	-	15
Peças de reposição e manutenção	-	54	-	-	54
Imobilizado em andamento	54.943	30.850	-	(85.793)	-
	221.795	**32.858**	**-**	**2.193**	**256.846**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	-	(1)	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539)	(750)	-	-	(1.289)
Aerogeradores	(4.486)	(6.242)	-	-	(10.728)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.802)	(2.510)	-	-	(4.312)
Equipamentos de informática	-	(5)	-	-	(5)
	(6.827)	**(9.508)**	**-**	**-**	**(16.335)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155)	(384)	-	-	(539)
Aerogeradores	(723)	(3.763)	-	-	(4.486)
Sistemas de transmissão e conexão	(354)	(1.448)	-	-	(1.802)
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-
	(1.232)	**(5.595)**	**-**	**-**	**(6.827)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro01baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	10,01%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA ((média dos próximos cinco anos)	2,7%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado do levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,3%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.

· Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis.

· Taxa de desconto: 10,01% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 13,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x

Cenários	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	227
Constituição	3.281
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.405**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	351	227
Provisão para ressarcimento longo prazo	3.157	-
	3.405	**227**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante o Estado do Piauí, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões administrativas. De acordo com os advogados que assessoram a Empresa, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 444 em 2020.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	98.538	96.303
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	32.594	31.718
Custo com captação			(2.594)	(2.753)
			128.538	**125.268**
Passivo circulante			12.568	8.607
Passivo não circulante			115.970	116.661

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b)Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos - A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	12.568
2022 a 2024	16.948
2025 a 2027	19.360
2028 a 2030	21.777
2031 a 2033	25.000
2034 a 2036	29.024
2037 a 2039	3.862
Total	**128.538**

13.1Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido: Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.289**	**125.268**	**66.759**	**193.316**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	67.657	67.657
Resgate/ Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	86	-	-	86
Pagamento de juros	-	(4.269)	-	(4.269)
Pagamento de principal	-	(2.211)	-	(2.211)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**86**	**(6.480)**	**67.657**	**61.263**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	9.591	-	9.591
Custos de captação amortizados	-	159	-	159
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.750**	**-**	**9.750**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.375**	**128.538**	**134.416**	**264.329**

Em milhares de reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido: Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.001**	**112.639**	**66.759**	**180.399**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	-
Resgate/ Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	288	-	-	288
Recursos provenientes de financiamentos	-	12.444	-	12.444
Pagamento de juros	-	(9.034)	-	(9.034)
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**288**	**3.410**	**-**	**3.698**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	8.865	-	8.865
Custos de captação amortizados	-	150	-	150
Juros capitalizados	-	195	-	195
Custos de captação capitalizados	-	9	-	9
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.219**	**-**	**9.219**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.289**	**125.268**	**66.759**	**193.316**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	177
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	26.108
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	26.108
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.863
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.863
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.195
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.195
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	675
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	675
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	403
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	403
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	148
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	148
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.061
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.061
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.592
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.592
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.373
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.373
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	815
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	815
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 134.416 (R$ 66.759 em 2019), dividido em 134.416.027 (66.759.038 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	134.416	66.759

Aumento de capital social no exercício corrente foi de R$ 67.657 e distribuído conforme abaixo:

Aumento de capital social	2020
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	26.791
Saldo de contas a pagar com partes relacionadas (2)	40.866
	67.657

(1) Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$26.791 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. (2) A Companhia mantinha saldo de contas à pagar com as empresas Lagoa do Barro II, III, IV, V, VII, VII, no montante total de R$ 40.886. Foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controlada Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., assim esse montante foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinaria do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direiro aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	115.080	116.787
Receita bruta venda de energia	24.577	23.288
Ressarcimento de Energia (1)	(3.281)	-
(-) PIS / COFINS	(783)	(2.154)
	20.513	**21.134**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 3.281, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(14.362)	(10.656)
Despesas gerais e administrativas	(1.198)	(2.116)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(38)	18
	(15.598)	**(12.754)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.158)	(1.078)
Compra de energia	(841)	(1.244)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(252)	-
Despesa com pessoal	(422)	(1.177)
Serviço de terceiros	(286)	(268)
Depreciação	(9.508)	(5.595)
Arrendamento	(350)	(307)
Manutenção	(1.280)	(1.048)
Aluguel	(298)	(554)
Materiais	(99)	(104)
Outras despesas administrativas	(745)	(791)
Viagens e estadias	(106)	(260)
Penalidade por insuficiência de lastro	(202)	(226)
Outros	(51)	(102)
	(15.598)	**(12.754)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(51)	(41)
IOF	-	(2)
Juros de financiamentos	(9.591)	(8.865)
Amortização do custo de captação	(159)	(150)
Juros de mora de fornecedores	(18)	-
Custo da estruturação da dívida	(2.470)	(4.080)
Outras despesas financeiras	-	(110)
Total das despesas financeiras	**(12.289)**	**(13.248)**
Juros recebidos	2	-
Receitas de aplicações financeiras	67	57
Outras	7	4
Total das receitas financeiras	**76**	**61**
Resultado financeiro líquido	**(12.213)**	**(13.187)**

(*) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou o registro de IOF, incidente sobre as operações de mútuo entre a controladora e a controlada, relativas aos exercícios corrente e anteriores.

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	24.427
Outras receitas	154
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.108
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.085
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	594
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	187
Imposto de renda e contribuição socialcorrentes	**781**
Taxa efetiva	*15,03%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**67**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 67 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(4.807)
(+) Adições	3
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(4.804)
Lucro Real - Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	-
Lucro Real - Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentosfinanceiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros -**Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	23	48	23	48
Aplicações financeiras	9.855	-	9.855	-
Contas a receber de clientes	2.821	2.676	2.821	2.676
Partes relacionadas	-	33.944	-	33.944
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	1.289	1.375	1.289
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.374	3.933	2.374	3.933
Financiamentos	12.568	8.607	12.568	8.607
Partes relacionadas	54	112	54	112
Não circulante				
Financiamentos	115.970	116.661	115.970	116.661
Partes relacionadas	-	72.400	-	72.400

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	23	-	23	48	-	48
Aplicações financeiras	9.855	-	9.855	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.821	2.821	-	2.676	2.676
Partes relacionadas	-	-	-	-	33.944	33.944
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	-	1.375	1.289	-	1.289
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	2.374	2.374	-	3.933	3.933
Financiamentos	-	12.568	12.568	-	8.607	8.607
Partes relacionadas	-	54	54	-	112	112
Não circulante						
Financiamentos	-	115.970	115.970	-	116.661	116.661
Partes relacionadas	-	-	-	-	72.400	72.400

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	23	23	-	-
Aplicações financeiras	9.855	9.855	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	1.375	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	48	48	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.289	1.289	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** : Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	9.855	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	1.289
Contas a receber de clientes	2.821	2.676

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	2.374	3.933
Financiamentos	128.538	125.268

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	9.855	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	1.289
	11.230	**1.289**
Passivo		
Financiamentos	128.538	125.268

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	11.230	Redução do CDI	232	154

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	32.594	Aumento do IPCA	1.842	2.210

Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor | SuiSheng Huang – Diretor | Vagner Garcia Toneli – Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.809/0001-79

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.127	168
Contas a receber de clientes	8	2.829	2.489
Despesas antecipadas		233	195
Adiantamento a fornecedores		1	1
Tributos e contribuições a compensar		149	139
Total do ativo circulante		**14.339**	**2.992**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.388	1.305
Despesas antecipadas		-	199
Total do realizável de longo prazo		**1.388**	**1.504**
Imobilizado	11	188.776	197.511
Total do ativo não circulante		**188.776**	**197.511**
Total do ativo		**204.503**	**202.007**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		1.320	1.152
Provisões	12	2.848	2.150
Financiamentos	13	11.999	8.197
Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Contas a pagar à partes relacionadas	9	31	7.083
Obrigações fiscais		472	524
IRPJ e CSLL a pagar		199	-
Tributos diferidos		-	186
Total do passivo circulante		**16.919**	**19.477**
Provisões	12	2.515	-
Financiamentos	13	118.185	118.358
Contas a pagar à partes relacionadas	9	-	1.345
Tributos diferidos		154	-
Total do passivo não circulante		**120.854**	**119.703**
Capital social		82.072	67.044
Prejuízos acumulados		(15.341)	(7.495)
Total do patrimônio líquido		**66.731**	**62.827**
Total do passivo e patrimônio líquido		**204.503**	**202.007**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	**67.044**	**(13.585)**	**-**	**(862)**	**52.597**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.633)	(6.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.044**	**-**	**3.278**	**(7.495)**	**62.827**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.845)	(7.845)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(2.731)	-	(2.731)
Integralização de capital	15.028	-	(547)	-	14.481
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**82.072**	**-**	**-**	**(15.340)**	**66.732**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida	15	18.736	19.615
Custo da geração de energia	16	(13.041)	(12.163)
Lucro Bruto		**5.695**	**7.452**
Despesas gerais e administrativas	16	(406)	(1.031)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	59	15
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.348**	**6.436**
Despesas financeiras	17	(12.470)	(13.227)
Receitas financeiras	17	75	158
Despesas financeiras líquidas		**(12.395)**	**(13.069)**
Resultado antes dos impostos		**(7.047)**	**(6.633)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(728)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(70)	-
Prejuízo do exercício		**(7.845)**	**(6.633)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(7.845)	(6.633)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(7.845)	(6.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(7.845)**	**(6.633)**
Ajustes para:			
. Depreciação	11	8.799	6.144
. Juros e variações monetárias	13	9.774	9.120
. Amortização de custos de transação	13	133	123
. Provisão para ressarcimento	12	3.213	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	728	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	70	-
		14.872	**8.754**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(340)	(1.755)
. Tributos e contribuições a compensar		(10)	(100)
. Despesas antecipadas		161	(246)
. Contas a receber de partes relacionadas		-	19.696
. Fornecedores		168	384
. Obrigações fiscais		(326)	375
. Adiantamento de clientes		-	(2.500)
. Outras contas a pagar		(134)	185
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	15.483
. Impostos pagos sobre o lucro		-	(129)
. Tributos diferidos		(32)	138
. Impostos pagos sobre o lucro		(524)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**13.834**	**40.285**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	(64)	(49.441)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(64)**	**(49.441)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(83)	(300)
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.278
. Recebimento partes relacionadas		3.353	-
. Captação de financiamentos		-	15.106
. Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.229)	-
. Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.050)	(8.923)
Fluxo de caixa líquido proveniente (gerado) das atividades de financiamento		**(3.009)**	**9.161**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**10.761**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**168**	**163**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.929**	**168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A. ("LDB II" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 02, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB II foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 13 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 11,3 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	02/07/2015	01/07/2050	11,3	15,0	15,0	3,7

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 7.845 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 2.580, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Imposto - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - ***(i)Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões** -As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** -No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k Mudança nas principais políticas contábeis. - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	190	167
Aplicações financeiras	10.937	1
	11.127	**168**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.829	2.489
	2.829	**2.489**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Passivo circulante		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. (b)	-	7.012
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. (b)	-	13
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (b)	31	58
	31	**7.083**
Passivo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a)	-	1.345
	-	**1.345**

(a) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 8.428 de valores a pagar para partes relacionadas, durante o exercício de 2020 esse valor foi aumentado para R$ 14.512 dos quais R$ 14.481 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.268	1.305
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	-
	1.388	**1.305**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	3.085	(151)	2.934	13.711
Aerogeradores	4%	116.068	(7.025)	109.043	180.856
Sistemas de transmissão e conexão	4%	84.681	(7.946)	76.735	2.944
Peças de manutenção		64		64	-
		203.898	**(15.122)**	**188.776**	**197.511**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.775	-	-	-	13.775
Aerogeradores	183.793	-	-	-	183.793
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
Peças de manutenção	-	64	-	-	64
	203.834	**64**	**-**	**-**	**203.898**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.259	-	-	516	13.775
Aerogeradores	72.640	935	-	110.218	183.793
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
Imobilizado em andamento	61.478	46.898	-	(108.376)	-
	153.643	**47.833**	**-**	**2.358**	**203.834**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(63)	(88)	-	-	(151)
Aerogeradores	(2.938)	(4.087)	-	-	(7.025)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.322)	(4.624)	-	-	(7.946)
	(6.323)	**(8.799)**	**-**	**-**	**(15.122)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(22)	(41)	-	-	(63)
Aerogeradores	(149)	(2.789)	-	-	(2.938)
Sistemas de transmissão e conexão	(8)	(3.314)	-	-	(3.322)
	(179)	**(6.144)**	**-**	**-**	**(6.323)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 02 baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção. · Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.150
Constituição	3.213
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.363

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.848	2.150
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.515	-
	5.363	**2.150**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. De acordo com os advogados que assessoram a Empresa, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 70 em 2020.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	99.202	96.956
BNB (b)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.153	31.903
Custo com captação			(2.171)	(2.304)
			130.184	**126.555**
Passivo circulante			11.999	8.197
Passivo não circulante			118.185	118.358

((a)Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b)Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos - A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	11.999
2022 a 2024	14.791
2025 a 2027	18.338
2028 a 2030	22.144
2031 a 2033	26.405
2034 a 2036	31.411
2037 a 2039	5.096
Total	**130.184**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.305**	**126.555**	**67.044**	**194.904**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	15.028	15.028
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	83	-	-	83
Pagamento de juros	-	(4.049)	-	(4.049)
Pagamento de principal	-	(2.229)	-	(2.229)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**83**	**(6.278)**	**15.028**	**8.833**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Custos de captação amortizados	-	133	-	133
Despesa com juros	-	9.774	-	9.774
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.907**	**-**	**9.907**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.388**	**130.184**	**82.072**	**213.644**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Dividendos a pagar	Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.005**	**111.129**	**67.044**	**(13.585)**	**165.593**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	13.585	13.585
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	300	-	-	-	300
Recursos provenientes de financiamentos	-	15.106	-	-	15.106
Pagamento de juros	-	(8.923)	-	-	(8.923)
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**300**	**6.183**	**-**	**13.585**	**20.068**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	8.578	-	-	8.578
Custos de captação amortizados	-	123	-	-	123
Juros capitalizados	-	532	-	-	532
Custos de captação capitalizados	-	10	-	-	10
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.243**	**-**	**-**	**9.243**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.305**	**126.555**	**67.044**	**-**	**194.904**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	177
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	24.977
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	24.977
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	5.130
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.130
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.250
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.250
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	660
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	660
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	359
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	359
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	75
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	75
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.300
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.300
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.104
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.104
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.455
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.455
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.349
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.349
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 82.072 (R$ 67.044 em 2019), dividido em 82.071.576 ações ordinárias (67.044.012 em 2019), no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	82.072	67.044

Aumento de capital social no exercício corrente foi de R$ 15.028 e distribuído conforme abaixo:

Aumento de capital social	**2020**
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	547
Saldo de contas a pagar com partes relacionadas (2)	14.481
	15.028

(1) Em 23 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 547 mediante conversão do AFAC, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. (2) A Companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 14.481. Foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o saldo de R$ 14.481 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	**2019**
Geração em MW/h	95.326	99.341
Receita bruta venda de energia	22.664	21.614
Ressarcimento de energia (1)	(3.213)	-
(-) PIS / COFINS	(715)	(1.999)
	18.736	**19.615**

(3) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 3.213, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	**2019**
Custo da geração de energia	(13.041)	(12.163)
Despesas gerais e administrativas	(406)	(1.031)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	59	15
	(13.388)	**(13.179)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.151)	(1.069)
Compra de energia	(851)	(1.843)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.387)	-
Despesa com pessoal	(370)	(1.135)
Serviço de terceiros	(27)	(71)
Depreciação	(8.799)	(6.144)
Arrendamento	(312)	(205)
Manutenção	(296)	(289)
Outras despesas administrativas	(232)	(273)
Viagens e estadias	(10)	-
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(2.150)
Outros	47	-
	(13.388)	**(13.179)**

17 Resultado financeiro

	2020	**2019**
Despesas bancárias	(50)	(40)
IOF	-	(391)
Juros de financiamentos	(9.774)	(8.578)
Amortização do custo de captação	(133)	(123)
Custo da estruturação da dívida	(2.507)	(4.070)
Outras despesas financeiras	(6)	(25)
Total das despesas financeiras	**(12.470)**	**(13.227)**
Juros recebidos	4	-
Receitas de aplicações financeiras	71	60
Outras	-	98
Total das receitas financeiras	**75**	**158**
Resultado financeiro líquido	**(12.395)**	**(13.069)**

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	22.386
Outras receitas	184
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.975
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.871
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	555
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	173
Imposto de renda e contribuição social correntes	**728**
Taxa efetiva	*15,03%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**70**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 70 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(6.633)
(+) Adições	3
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(6.630)
Lucro Real - Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	-
Lucro Real - Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros** -Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		**Valor contábil**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	190	167	190	167
Aplicações financeiras	10.937	1	10.937	1
Contas a receber de clientes	2.829	2.489	2.829	2.489
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.388	1.305	1.388	1.305
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.320	1.152	1.320	1.152
Financiamentos	11.999	8.197	11.999	8.197
Partes relacionadas	31	7.083	31	7.083
Não circulante				
Financiamentos	118.185	118.358	118.185	118.358
Partes relacionadas	-	1.345	-	1.345

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			**2019**		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	190	-	190	167	-	167
Aplicações financeiras	10.937	-	10.937	1	-	1
Contas a receber de clientes	-	2.829	2.829	-	2.489	2.489
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.388	-	1.388	1.305	-	1.305
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.320	1.320	-	1.152	1.152
Financiamentos	-	11.999	11.999	-	8.197	8.197
Partes relacionadas	-	31	31	-	7.083	7.083
Não circulante						
Financiamentos	-	118.185	118.185	-	118.358	118.358
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.345	1.345

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	190	190	-	-
Aplicações financeiras	10.937	10.937	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.388	1.388	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	167	167	-	-
Aplicações financeiras	1	1	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.305	1.305	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamentointegrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	10.937	1
Aplicações financeiras vinculadas	1.388	1.305
Contas a receber de clientes	2.829	2.489

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Fornecedores	1.320	1.152
Financiamentos	130.184	126.555

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	10.937	1
Aplicações financeiras vinculadas	1.388	1.305
	12.325	**1.306**
Passivo		
Financiamentos	130.184	126.555

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	12.325	Redução do CDI	254	169

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Financiamentos	33.153	Aumento de IPCA	1.873	2.248

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez, Diretor | SuiSheng Huang, Diretor | Vagner Garcia Toneli, Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR - 007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.750/0001-19

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.446	51	Fornecedores		1.056	960
Contas a receber de clientes	8	2.787	2.609	Provisões	12	4.234	2.135
Adiantamento a fornecedores		8	8	Financiamentos	13	12.526	8.323
Despesas antecipadas		240	195	Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Tributos e contribuições a compensar		204	209	Contas a pagar à partes relacionadas	9	31	6.028
				Obrigações fiscais		389	468
Total do ativo circulante		**12.685**	**3.072**	IRPJ e CSLL a pagar		196	
				Tributos diferidos		-	186
Despesas antecipadas		-	199	**Total do passivo circulante**		**18.484**	**18.285**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.400	1.314	Provisões	12	3.002	-
				Financiamentos	13	119.431	119.798
Total do realizável de longo prazo		**1.400**	**1.513**	Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	11
				Tributos diferidos		147	-
Imobilizado	11	189.674	196.858	**Total do passivo não circulante**		**122.580**	**119.809**
				Capital social		74.029	68.016
Total do ativo não circulante		**189.674**	**196.858**	Capital social à integralizar		-	-
				Prejuízos acumulados		(11.334)	(4.667)
				Total do patrimônio líquido	**14**	**62.695**	**63.349**
Total do ativo		**203.759**	**201.443**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**203.759**	**201.443**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**68.016**	**(14.627)**	**(1.244)**	**52.145**
Integralização de capital	-	14.627	-	14.627
Prejuízo do exercício	-	-	(3.423)	(3.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**68.016**	**-**	**(4.667)**	**63.349**
Integralização de capital	6.013	-	-	6.013
Prejuízo do exercício	-	-	(6.667)	(6.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**74.029**	**-**	**(11.334)**	**62.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	17.996	20.792
Custo da geração de energia	16	(10.806)	(10.187)
Lucro bruto		**7.190**	**10.605**
Despesas gerais e administrativas	16	(389)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	56	10
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**6.857**	**9.619**
Despesas financeiras	17	(12.755)	(13.180)
Receitas financeiras	17	62	138
Despesas financeiras líquidas		**(12.693)**	**(13.042)**
Resultado antes dos impostos		**(5.836)**	**(3.423)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(763)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(68)	-
Prejuízo do exercício		**(6.667)**	**(3.423)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(6.667)	(3.423)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(6.667)	(3.423)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(6.667)**	**(3.423)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	7.184	5.024
Juros e variações monetárias	13	9.904	9.147
Amortização de custos de transação	13	134	126
Provisão para ressarcimento	12	134	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	763	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	68	-
		11.520	**10.874**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(178)	(2.180)
Contas a receber de partes relacionadas		-	11.792
Adiantamentos a fornecedores		-	(1)
Despesas antecipadas		154	(246)
Tributos e contribuições a compensar		5	(179)
Fornecedores		96	177
Obrigações fiscais		(163)	627
Adiantamento de clientes		-	(1.000)
Obrigações sociais e trabalhistas		(134)	-
Outras contas a pagar		4.967	185
Contas a pagar à partes relacionadas		-	(481)
Tributos diferidos		(39)	164
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.228**	**19.732**
Impostos pagos sobre o lucro		(551)	(199)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.677**	**19.533**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(49.999)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(49.999)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(86)	(318)
Integralização de capital		-	14.627
Recebimento partes relacionadas		5	-
Captação de financiamentos		-	24.982
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.103)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.099)	(8.787)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(6.283)**	**30.504**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**9.395**	**38**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**51**	**13**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**9.446**	**51**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A. ("LDB III" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 03, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB III foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 13,5 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Garantia Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	02/07/2015	01/07/2050	13,5	15,3	15,3	1,8

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 6.667 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 5.799, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social , estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados

c. Imposto - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas -*** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro -*** Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i)Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Arrendamentos -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis. - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	59	51
Aplicações financeiras	9.387	-
	9.446	**51**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.829	2.489
	2.829	**2.489**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a)	31	-
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. (b)	-	6.014
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. (b)	-	14
	31	**6.028**
Passivo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a)	-	11

(a) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. O montante de R$ 6.013 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.280	1.314
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	-
	1.400	**1.314**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias		14.057	(692)	13.365	13.768
Aerogeradores		181.690	(11.066)	170.624	177.063
Sistemas de transmissão e conexão		6.273	(588)	5.685	6.027
		202.020	**(12.346)**	**189.674**	**196.858**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.057	-	-	-	14.057
Aerogeradores	181.690	-	-	-	181.690
Sistemas de transmissão e conexão	6.273	-	-	-	6.273
	202.020	**-**	**-**	**-**	**202.020**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.590	-	-	467	14.057
Aerogeradores	118.252	936	-	62.502	181.690
Sistemas de transmissão e conexão	6.273	-	-	-	6.273
Imobilizado em andamento	13.511	47.460	-	(60.971)	-
	151.626	**48.396**	**-**	**1.998**	**202.020**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(289)	(403)	-	-	(692)
Aerogeradores	(4.627)	(6.439)	-	-	(11.066)
Sistemas de transmissão e conexão	(246)	(342)	-	-	(588)
	(5.162)	**(7.184)**	**-**	**-**	**(12.346)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13)	(276)	-	-	(289)
Aerogeradores	(120)	(4.507)	-	-	(4.627)
Sistemas de transmissão e conexão	(5)	(241)	-	-	(246)
	(138)	**(5.024)**	**-**	**-**	**(5.162)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 01 baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
· Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.135
Constituição	5.101
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.236

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	4.234	2.135
Provisão para ressarcimento longo prazo	3.002	-
	7.236	**2.135**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.579	98.141
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/06/2037	33.559	32.294
Custo com captação			(2.181)	(2.314)
			131.957	**128.121**
Passivo circulante			12.526	8.323
Passivo não circulante			119.431	119.798

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos - A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	12.526
2022 a 2024	16.331
2025 a 2027	19.735
2028 a 2030	22.912
2031 a 2033	26.187
2034 a 2036	30.097
2037 a 2039	4.169
Total	131.957

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.314**	**128.121**	**68.016**	**197.451**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	6.013	6.013
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	86	-	-	86
Pagamento de principal		(2.103)	-	(2.103)
Pagamento de juros	-	(4.099)	-	(4.099)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**86**	**(6.202)**	**6.013**	**(103)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	9.904	-	9.904
Custos de captação amortizados	-	134	-	134
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**10.038**	**-**	**10.038**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.400**	**131.957**	**74.029**	**207.386**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Passivo Dividendos a pagar	Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**996**	**102.653**	**68.016**	**(14.627)**	**157.038**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	14.627	14.627
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	318	-	-	-	318
Recursos provenientes de financiamentos	-	24.982	-	-	24.982
Pagamento de juros	-	(8.787)	-	-	(8.787)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**318**	**16.195**	**-**	**14.627**	**31.140**
Outras variações					
Relacionadas com passivos	**-**				
Despesa com juros	-	8.572	-	-	8.572
Custos de captação amortizados	-	126	-	-	126
Juros capitalizados	-	568	-	-	568
Custos de captação capitalizados	-	7	-	-	7
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.273**	**-**	**-**	**9.273**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.314**	**128.121**	**68.016**	**-**	**197.451**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	182
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	20.697
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	20.697
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	5.203
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.203
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.375
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.375
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	675
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	675
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	302
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	302
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	101
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	101
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.338
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.338
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.299
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.299
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.144
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.144
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.303
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.303
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 74.029 (R$ 68.016 em 2019), dividido em 74.029.349 ações ordinárias (68.015.500 em 2019), no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	74.029	68.016

A companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 6.013, foi efetuada cessão de direito desse crédito

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	99.344	103.887
Receita bruta venda de energia	23.854	22.930
Ressarcimento de Energia (1)	(5.101)	-
(-) PIS / COFINS	(758)	(2.138)
	17.996	**20.792**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 5.101, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(10.806)	(10.187)
Despesas gerais e administrativas	(389)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56	10
	(11.139)	**(11.173)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.151)	(1.068)
Compra de energia	(851)	(994)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(622)	-
Despesa com pessoal	(370)	(1.135)
Serviço de terceiros	(21)	(50)
Depreciação	(7.184)	(5.024)
Arrendamento	(337)	(233)
Manutenção	(419)	(268)
Outras despesas administrativas	(228)	(263)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(2.135)
Outros	44	(3)
	(11.139)	**(11.173)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(50)	(4)
IOF	-	(310)
Juros de financiamentos	(9.904)	(8.572)
Amortização do custo de captação	(134)	(126)
Custo da estruturação da dívida	(2.549)	(11)
Outras despesas financeiras	(118)	(4.157)
Total das despesas financeiras	**(12.755)**	**(13.180)**
Juros recebidos	-	1
Receita de aplicação financeira	62	61
Outras receitas financeiras	-	76
Total das receitas financeiras	**62**	**138**
Resultado financeiro líquido	**(12.693)**	**(13.042)**

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	23.675
Outras receitas	169
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.063
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.010
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	581
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	182
Imposto de renda e contribuição social correntes	**763**
Taxa efetiva	*15,03%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**68**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 68 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(3.423)
(+) Adições	1.818
(-) Exclusões	(1.815)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(3.420)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentosfinanceiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	59	51	59	51
Aplicações financeiras	9.387	-	9.387	-
Contas a receber de clientes	2.787	2.609	2.787	2.609
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.400	1.314	1.400	1.314
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.056	960	1.056	960
Financiamentos	12.526	8.323	12.526	8.323
Partes relacionadas	31	6.028	31	6.028
Não circulante				
Financiamentos	119.431	119.798	119.431	119.798
Partes relacionadas	-	11	-	11

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	59	-	59	51	-	51
Aplicações financeiras	9.387	-	9.387	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.787	2.787	-	2.609	2.609
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.400	-	1.400	1.314	-	1.314
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.056	1.056	-	960	960
Financiamentos	-	12.526	12.526	-	8.323	8.323
Partes relacionadas	-	31	31	-	6.028	6.028
Não circulante						
Financiamentos	-	119.431	119.431	-	119.798	119.798
Partes relacionadas	-	-	-	-	11	11

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	59	59	-	-
Aplicações financeiras	9.387	9.387	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.400	1.400	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	51	51	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.314	1.314	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamentointegrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	9.387	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.400	1.314
Contas a receber de clientes	2.787	2.609

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	1.056	960
Financiamentos	131.957	128.121

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	9.387	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.400	1.314
	10.787	**1.314**
Passivo		
Financiamentos	131.957	128.121

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	9.387	Redução do CDI	194	129

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	33.559	Aumento do IPCA	1.896	2.275

Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor | SuiSheng Huang – Diretor | Vagner Garcia Toneli – Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - *Continuação*

contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências e auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas

Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.831/0001-19

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.789	86
Contas a receber de clientes	8	2.778	2.599
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	72
Despesas antecipadas		240	195
Tributos e contribuições a compensar		264	254
Total do ativo circulante		**12.071**	**3.206**
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	90
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.169	1.086
Despesas antecipadas		-	199
Total do realizável de longo prazo		**1.169**	**1.375**
Imobilizado	11	187.343	195.729
Ativo de direito de uso		138	174
Total do ativo não circulante		**187.481**	**195.903**
Total do ativo		**200.721**	**200.484**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		1.117	1.041
Provisões	12	3.814	1.841
Financiamentos	13	12.193	8.342
Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Passivo de arrendamento mercantil		-	6
Contas a pagar à partes relacionadas	9	31	4.817
Obrigações fiscais		392	467
IRPJ e CSLL a pagar		191	-
Tributos diferidos		-	186
Total do passivo circulante		**17.789**	**16.885**
Provisões	12	2.889	-
Financiamentos	13	121.343	121.689
Tributos diferidos		148	-
Passivo de arrendamento mercantil		141	173
Total do passivo não circulante		**124.521**	**121.862**
Capital social		73.260	68.443
Capital social a integralizar		(12)	(12)
Prejuízos acumulados		(14.837)	(6.694)
Total do patrimônio líquido		**58.411**	**61.737**
Total do passivo e patrimônio líquido		**200.721**	**200.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	**68.443**	**(14.851)**	**(893)**	**52.699**
Integralização de capital	-	14.839	-	14.839
Prejuízo do exercício	-	-	(5.801)	(5.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**68.443**	**(12)**	**(6.694)**	**61.737**
Integralização de capital	4.817	-	-	4.817
Prejuízo do exercício	-	-	(8.142)	(8.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**73.260**	**(12)**	**(14.837)**	**58.411**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	17.743	20.444
Custo da geração de energia	16	(11.964)	(10.966)
Lucro bruto		**5.779**	**9.478**
Despesas gerais e administrativas	16	(389)	(992)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	44	18
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.434**	**8.504**
Despesas financeiras	17	(12.829)	(14.365)
Receitas financeiras	17	63	60
Despesas financeiras líquidas		**(12.766)**	**(14.305)**
Resultado antes dos impostos		**(7.332)**	**(5.801)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(742)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(68)	-
Prejuízo do exercício		**(8.142)**	**(5.801)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(8.142)	(5.801)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(8.142)	(5.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(8.142)**	**(5.801)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	8.386	6.013
Juros e variações monetárias	13	9.936	9.457
Juros sob operações de arrendamentos provisionados		(3)	5
Amortização de custos de transação	13	144	143
Provisão para ressarcimento	12	4.862	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	742	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	68	-
		15.993	**9.817**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(179)	(2.490)
Contas a receber de partes relacionadas		-	15.646
Despesas antecipadas		154	(246)
Tributos e contribuições a compensar		(10)	(230)
Fornecedores		76	(90)
Adiantamento de clientes		-	(1.417)
Obrigações fiscais		(142)	402
Contas a pagar à partes relacionadas		-	(1.676)
Outras contas a pagar		(134)	185
Tributos diferidos		(38)	176
Caixa proveniente das atividades operacionais		**15.720**	**20.077**
Impostos pagos sobre o lucro		(552)	(245)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.168**	**19.832**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(48.569)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(48.569)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(83)	(261)
Integralização de capital		-	14.839
Recebimento partes relacionadas		193	
Captação de financiamentos		-	23.485
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.158)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.417)	(9.253)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(6.465)**	**28.810**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**8.703**	**73**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**86**	**13**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8.789**	**86**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. ("LDB IV" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 04, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDBIVfoi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos easinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em 28 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 12,9 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
					Garantia					
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	02/07/2015	01/07/2050	12,9	15,1	15,1	2,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***Continuidade operacional e dependência econômica*** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 8.142 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 5.718, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

(i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Imposto - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - ***(i)Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. *Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos **i. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***k. Mudança nas principais políticas contábeis. -*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	89	86
Aplicações financeiras	8.700	-
	8.789	**86**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020e 2019os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.778	2.559
	2.778	**2.559**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A. (a)	-	13
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A. (a)	-	14
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A. (a)	-	12
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A. (a)	-	14
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A. (a)	-	14
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A. (a)	-	5
	-	**72**
Ativo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (b)	-	90
	-	90
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	31	-
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. (a)	-	4.817
	31	**4.817**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b)Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. O montante de R$ 4.817 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.049	1086
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	0
	1.169	**1.086**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	14.155	(109)	14.046	14.120
Aerogeradores	4%	181.332	(8.579)	172.753	177.195
Sistemas de transmissão e conexão	4%	6.268	(5.724)	544	4.414
		201.755	**(14.412)**	**187.343**	**195.729**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.155	-	-	-	14.155
Aerogeradores	181.332	-	-	-	181.332
Sistemas de transmissão e conexão	6.268	-	-	-	6.268
	201.755	-	-	-	**201.755**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.051	-	-	1.104	14.155
Aerogeradores	104.707	12.954	-	63.671	181.332
Sistemas de transmissão e conexão	6.268	-	-	-	6.268
Imobilizado em andamento	28.324	34.009	-	(62.333)	-
	152.350	**46.963**	-	**2.442**	**201.755**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(35)	(74)	-	-	(109)
Aerogeradores	(4.137)	(4.442)	-	-	(8.579)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.854)	(3.870)	-	-	(5.724)
	(6.026)	**(8.386)**	-	-	**(14.412)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4)	(31)	-	-	(35)
Aerogeradores	(8)	(4.129)	-	-	(4.137)
Sistemas de transmissão e conexão	(1)	(1.853)	-	-	(1.854)
	(13)	**(6.013)**	-	-	**(6.026)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 04baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção. · Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internosde geração de energia da Companhia. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x

Cenários	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.841
Constituição	4.862
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.703**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	3.814	1.841
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.889	-
	6.703	**1.841**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BBNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	102.091	99.640
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.801	32.891
Custo com captação			(2.356)	(2.500)
			133.536	**130.031**
Passivo circulante			**12.193**	**8.342**
Passivo não circulante			121.343	121.689

(a) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). ***Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos -*** A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	12.193
2022 a 2024	15.712
2025 a 2027	19.382
2028 a 2030	22.565
2031 a 2033	26.403
2034 a 2036	32.889
2037 a 2039	4.392
Total	**133.536**

13.1Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Passivo Dividendos a pagar	Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**1.086**	**130.031**	**68.443**	**(12)**	**199.548**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	4.817	-	4.817
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	83	-	-	-	83
Pagamento de juros	-	(4.417)	-	-	(4.417)
Pagamento de principal	-	(2.158)	-	-	(2.158)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**83**	**(6.575)**	**4.817**	**-**	**(1.675)**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	9.936	-	-	9.936
Custos de captação amortizados	-	144	-	-	144
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	10.080	-	-	10.080
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.169**	**133.536**	**73.260**	**(12)**	**207.953**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Passivo Dividendos a pagar	Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**825**	**106.199**	**68.443**	**(14.851)**	**160.616**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	14.839	14.839
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	261	-	-	-	261
Recursos provenientes de financiamentos	-	23.485	-	-	23.485
Pagamento de juros	-	(9.253)	-	-	(9.253)
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**261**	**14.232**	**-**	**14.839**	**29.332**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	9.411	-	-	9.411
Custos de captação amortizados	-	143	-	-	143
Juros capitalizados	-	45	-	-	45
Custos de captação capitalizados	-	1	-	-	1
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.600**	**-**	**-**	**9.600**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.086**	**130.031**	**68.443**	**(12)**	**199.548**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	182
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	20.914
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	20.914
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	6.546
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.546
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.550
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.550
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	685
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	685
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	184
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	184
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	61
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	61
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.766
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.766
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.713
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.713
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 73.248 (R$ 68.431 em 2019) e o capital social à integralizar é de R$ 12 (R$ 12 em 2019), totalizando um capital social subscrito de R$ 73.260 (R$ 68.443 em 2019), dividido em 73.259.978 (68.443.198 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	73.248	68.431
Composição capital	**2020**	**2019**
Capital social subscrito	73.260	68.443
Capital social à integralizar	(12)	(12)
Capital social integralizado	73.248	68.431

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

A companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 4.817, foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor de R$ 4.817 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	96.542	103.831
Receita bruta venda de energia	23.344	22.553
Ressarcimento de Energia (1)	(4.862)	-
(-) PIS / COFINS	(739)	(2.109)
	17.743	**20.444**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 4.862, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(11.964)	(10.966)
Despesas gerais e administrativas	(390)	(992)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	44	18
	(12.310)	**(11.940)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.151)	(1.068)
Compra de energia	(722)	(1.092)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(798)	-
Despesa com pessoal	(370)	(1.135)
Serviço de terceiros	(21)	(46)
Depreciação	(8.386)	(6.013)
Arrendamento	(333)	(214)
Manutenção	(330)	(269)
Outras despesas administrativas	(228)	(257)
Penalidade por insuficiência de lastro	(1)	(1.841)
Outros	30	(5)
	(12.310)	**(11.940)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(50)	(40)
IOF	-	(316)
Juros de financiamentos	(9.936)	(9.411)
Amortização do custo de captação	(144)	(143)
Custo da estruturação da dívida	(2.575)	(4.324)
Outras	(124)	(131)
Total das despesas financeiras	**(12.829)**	**(14.365)**
Receitas de aplicações financeiras	56	57
Outras	7	3
Total das receitas financeiras	**63**	**60**
Resultado financeiro líquido	**(12.766)**	**(14.305)**

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	23.162
Outras receitas	155
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.008
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.934
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	565
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	177
Imposto de renda e contribuição social correntes	**742**
Taxa efetiva	*15,03%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**68**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 68 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(5.801)
(+) Adições	1.818
(-) Exclusões	(1.816)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(5.799)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

As Companhias mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a.Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	89	86	89	86
Aplicações financeiras	8.700	-	8.700	-
Contas a receber de clientes	2.778	2.599	2.778	2.599
Partes relacionadas	-	72	-	72
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.169	1.086	1.169	1.086
Partes relacionadas	-	90	-	90
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.117	1.041	1.117	1.041
Financiamentos	12.193	8.342	12.193	8.342
Partes relacionadas	31	4.817	31	4.817
Não circulante				
Financiamentos	121.343	121.689	121.343	121.689

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	89	-	89	86	-	86
Aplicações financeiras	8.700	-	8.700	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.778	2.778	-	2.599	2.599
Partes relacionadas	-	-	-	-	72	72
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.169	-	1.169	1.086	-	1.086
Partes relacionadas	-	-	-	-	90	90
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.117	1.117	-	1.041	1.041
Financiamentos	-	12.193	12.193	-	8.342	8.342
Partes relacionadas	-	31	31	-	4.817	4.817
Não circulante						
Financiamentos	-	121.343	121.343	-	121.689	121.689

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	89	89	-	-
Aplicações financeiras	8.700	8.700	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.169	1.169	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	86	86	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.086	1.086	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamentointegrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional -** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	8.700	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.169	1.086
Contas a receber de clientes	2.778	2.599

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	1.117	1.041
Financiamentos	133.536	130.031

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	8.700	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.169	1.086
	9.869	**1.086**
Passivo		
Financiamentos	133.536	130.031

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/ redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	9.869	Redução do CDI	204	136

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	33.801	Aumento do IPCA	1.910	2.292

Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez, Diretor | SuiSheng Huang, Diretor | Vagner Garcia Toneli, Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras *-Continuação*

das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Londrina, 09 de abril de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria

Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.949.390/0001-10

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.185	103
Contas a receber de clientes	8	2.606	2.240
Despesas antecipadas		191	173
Adiantamento a fornecedores		3	5
Tributos e contribuições a compensar		32	29
Total do ativo circulante		**11.017**	**2.550**
Despesas antecipadas		-	177
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	1.390
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.209	1.049
Total do realizável de longo prazo		**1.209**	**2.616**
Imobilizado	11	166.200	172.520
Ativo de direito de uso		28	43
Total do ativo não circulante		**166.228**	**172.563**
Total do ativo		**178.454**	**177.729**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		832	945
Financiamentos	13	11.168	7.196
Obrigações sociais e trabalhistas		45	164
Passivo de arrendamento mercantil		1	1
Contas a pagar à partes relacionadas	9	28	4.755
Obrigações fiscais		828	881
IRPJ e CSLL a pagar		177	-
Tributos diferidos		-	165
Total do passivo circulante		**13.079**	**14.107**
Provisões	12	1.867	-
Financiamentos	13	106.344	107.008
Tributos diferidos		145	-
Passivo de arrendamento mercantil		28	43
Total do passivo não circulante		**108.384**	**107.051**
Capital social		64.672	59.929
Prejuízos acumulados		(7.681)	(3.358)
Total do patrimônio líquido	14	**56.991**	**56.571**
Total do passivo e patrimônio líquido		**178.454**	**177.729**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	18.453	17.843
Custo da geração de energia	16	(9.976)	(7.444)
Lucro bruto		**8.477**	**10.399**
Despesas gerais e administrativas	16	(352)	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	65	34
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**8.190**	**9.538**
Despesas financeiras	17	(11.826)	(12.803)
Receitas financeiras	17	57	104
Despesas financeiras líquidas		**(11.769)**	**(12.699)**
Resultado antes dos impostos		**(3.579)**	**(3.161)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(676)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(66)	-
Prejuízo do exercício		**(4.321)**	**(3.161)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(4.321)	(3.161)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(4.321)	(3.161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(4.321)**	**(3.161)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	6.319	3.869
Juros e variações monetárias	13	8.885	8.382
Juros de arrendamentos provisionados		-	1
Amortização de custos de transação	13	118	111
Provisão para ressarcimento	12	1.867	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	676	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	66	-
		13.610	**9.202**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(366)	(826)
Adiantamentos a fornecedores		2	(1)
Tributos à compensar		(3)	7
Despesas antecipadas		159	(219)
Conta a receber de partes relacionadas		1.390	26.111
Contas a pagar à partes relacionadas		16	(1.041)
Fornecedores		(113)	868
Obrigações fiscais		(125)	540
Outras contas a pagar		(119)	164
Adiantamento de clientes		-	(2.083)
Tributos diferidos		(20)	73
Caixa proveniente das atividades operacionais		**14.431**	**32.795**
Impostos pagos sobre o lucro		(493)	(19)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**13.938**	**32.776**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(41.146)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(41.146)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações em aplicações financeiras vinculadas e de longo prazo		(161)	(148)
Captação de financiamentos		-	13.463
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.999)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.696)	(7.886)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(5.856)**	**5.429**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**8.082**	**(2.941)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**103**	**3.044**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8.185**	**103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	**59.929**	**(197)**	**59.732**
Prejuízo do exercício	-	(3.161)	(3.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**59.929**	**(3.358)**	**56.571**
Integralização de capital	4.743	-	4.742
Prejuízo do exercício	-	(4.321)	(4.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**64.672**	**(7.680)**	**56.991**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro VEnergias Renováveis S.A. ("LDB V" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 05, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDBV foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos eassinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019por um período de 20 anosA Companhia entrou em operação comercial em 02 de novembro de 2018 com a produção anual estimada de 10,3 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	02/07/2015	01/07/2050	10,3	13,2	13,2	2,9

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 4.321e passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 2.062, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. Areceita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Imposto** - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii)Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - ***(i) Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. ***Taxas médias de depreciaçãopara os dois exercícios apresentados:***

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhiaoptou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** -No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	62	103
Aplicações financeiras	8.123	-
	8.185	**103**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.606	2.240
	2.606	**2.240**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (b)	-	1.390
	-	**1.390**
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a)	28	-
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. (a)	-	4.743
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. (a)	-	12
	28	**4.755**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.O montante de R$ 4.743 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.089	1.049
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	0
	1.209	**1.049**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b)O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	11.939	(588)	11.351	11.693
Aerogeradores	4%	159.552	(9.739)	149.813	155.480
Sistemas de transmissão e conexão	4%	5.570	(534)	5.036	5.347
		177.061	**(10.861)**	**166.200**	**172.520**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.939	-	-	-	11.939
Aerogeradores	159.552	-	-	-	159.552
Sistemas de transmissão e conexão	5.570	-	-	-	5.570
	177.061	**-**	**-**	**-**	**177.061**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.593	-	-	346	11.939
Aerogeradores	79.651	5.381	-	74.520	159.552
Sistemas de transmissão e conexão	5.570	-	-	-	5.570
Imobilizado em andamento	38.691	34.344	-	(73.035)	-
	135.505	**39.725**	**-**	**1.831**	**177.061**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(246)	(342)	-	-	(588)
Aerogeradores	(4.072)	(5.667)	-	-	(9.739)
Sistemas de transmissão e conexão	(223)	(311)	-	-	(534)
	(4.541)	**(6.320)**	**-**	**-**	**(10.861)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(64)	(182)	-	-	(246)
Aerogeradores	(584)	(3.488)	-	-	(4.072)
Sistemas de transmissão e conexão	(24)	(199)	-	-	(223)
	(672)	**(3.869)**	**-**	**-**	**(4.541)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 05 baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
· Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição	1.867
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.867**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.867	-
	1.867	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratualde restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	89.597	87.554
BNB (b)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	29.850	28.703
Custo com captação			(1.935)	(2.053)
			117.512	**114.204**
Passivo circulante			11.168	7.196
Passivo não circulante			106.344	107.008

(a) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). ***Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos -*** A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	11.168
2022 a 2024	14.803
2025 a 2027	17.371
2028 a 2030	19.747
2031 a 2033	23.040
2034 a 2036	27.378
2037 a 2039	4.005
Total	**117.512**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**1.049**	**114.204**	**59.929**	**175.182**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	160	-	-	160
Integralização de capital	-	-	4.743	4.743
Pagamento de principal	-	(1.999)	-	(1.999)
Pagamento de juros	-	(3.696)	-	(3.696)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**160**	**(5.695)**	**4.743**	**(792)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	8.885	-	8.885
Custos de captação amortizados	-	118	-	118
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.003**	**-**	**9.003**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.209**	**117.512**	**64.672**	**183.393**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**901**	**100.134**	**59.929**	**160.964**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	148	-	-	148
Recursos provenientes de financiamentos		13.463	-	13.463
Pagamento de juros	-	(7.886)	-	(7.886)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**148**	**5.577**	**-**	**5.725**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	7.963	-	7.963
Custos de captação amortizados	-	111	-	111
Juros capitalizados	-	412	-	412
Custos de captação capitalizados	-	7	-	7
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**8.493**	**-**	**8.493**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.049**	**114.204**	**59.929**	**175.182**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.**13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	158
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.154
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	14.377
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.377
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.094
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.094
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.035
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	11.035
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	595
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	595
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.797
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.797
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.444
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.444
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.077
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.077

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 64.672(R$ 59.929 em 2019), dividido em 64.671.822(59.928.930 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	64.672	59.929

A Companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 4.743, foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	100.051	102.863
Receita bruta venda de energia	20.985	19.700
Ressarcimento de Energia (1)	(1.859)	-
(-) PIS / COFINS	(666)	(1.857)
	18.460	**17.843**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 1.859, vide nota explicativa 12(i).

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(9.976)	(7.444)
Despesas gerais e administrativas	(352)	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	65	34
	(10.263)	**(8.305)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.024)	(954)
Compra de energia	(920)	(1.739)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(454)	-
Despesa com pessoal	(329)	(1.009)
Serviço de terceiros	(21)	(41)
Depreciação	(6.320)	(3.869)
Arrendamento	(324)	(251)
Manutenção	(265)	(219)
Outras despesas administrativas	(203)	(223)
Viagens e estadias	(1)	-
Penalidade por insuficiência de lastro	(453)	-
Outros	51	-
	(10.263)	**(8.305)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(50)	(40)
IOF	-	(760)
Juros de financiamentos	(8.885)	(7.963)
Amortização do custo de captação	(118)	(111)
Juros de mora de fornecedores	(12)	-
Custo da estruturação da dívida	(2.665)	(3.837)
Outras despesas	(96)	(92)
Total das despesas financeiras	**(11.826)**	**(12.803)**
Receitas de aplicações financeiras	51	55
Outras	6	49
Total das receitas financeiras	**57**	**104**
Resultado financeiro líquido	**(11.769)**	**(12.699)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	20.622
Outras receitas	192
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.841
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.666
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	516
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	160
Imposto de renda e contribuição social correntes	**676**
Taxa efetiva	*15,00%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**66**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 66 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(3.161)
(+) Adições	1.616
(-) Exclusões	(1.614)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(3.159)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **d. Valor justo dos instrumentos financeiros** -Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentose fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	103	62	103
Aplicações financeiras	8.123	-	8.123	-
Contas a receber de clientes	2.606	2.240	2.606	2.240
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.209	1.049	1.209	1.049
Partes relacionadas	-	1.390	-	1.390
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	832	945	832	945
Financiamentos	11.168	7.196	11.168	7.196
Partes relacionadas	28	4.755	28	4.755
Não circulante				
Financiamentos	106.344	107.008	106.344	107.008

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	62	-	62	103	-	103
Aplicações financeiras	8.123	-	8.123	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.606	2.606	-	2.240	2.240
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.209	-	1.209	1.049	-	1.049
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.390	1.390
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	832	832	-	945	945
Financiamentos	-	11.168	11.168	-	7.196	7.196
Partes relacionadas	-	28	28	-	4.755	4.755
Não circulante						
Financiamentos	-	106.344	106.344	-	107.008	107.008

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo

f. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-
Aplicações financeiras	8.123	8.123	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.209	1.209	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	103	103	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.049	1.049	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 dedezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	8.123	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.209	1.049
Contas a receber de clientes	2.606	2.240

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	832	945
Financiamentos	117.512	114.204

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorare controlar estasexposiçõesdentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	8.123	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.209	1.390
	9.332	**1.390**
Passivo		
Financiamentos	117.512	114.204

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/ redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	9.332	Redução do CDI	192	128

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	29.850	Aumento do IPCA	1.687	2.024

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez — Diretor
SuiSheng Huang — Diretor
Vagner Garcia Toneli — Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC PR - 007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.959.389/0001-77

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.475	120
Contas a receber de clientes	8	2.753	2.512
Despesas antecipadas		241	195
Tributos e contribuições a compensar		180	173
Total do ativo circulante		**10.649**	**3.000**
Despesas antecipadas		-	199
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.348	1.254
Total do realizável de longo prazo		**1.348**	**1.453**
Imobilizado	11	184.817	193.274
Total do ativo não circulante		**184.817**	**193.274**
Total do ativo		**196.814**	**197.727**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		1.159	1.100
Provisões	12	2.977	2.127
Financiamentos	13	11.825	7.847
Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Contas a pagar à partes relacionadas	9	31	5.107
Obrigações fiscais		515	578
IRPJ e CSLL a pagar		187	-
Tributos diferidos		-	176
Total do passivo circulante		**16.745**	**17.120**
Provisões	12	2.661	-
Financiamentos	13	119.920	120.233
Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	122
Adiantamento de clientes		149	-
Total do passivo não circulante		**122.730**	**120.355**
Capital social		72.067	67.002
Prejuízos acumulados		(14.728)	(6.750)
Total do patrimônio líquido	**14**	**57.339**	**60.252**
Total do passivo e patrimônio líquido		**196.814**	**197.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	18.163	17.349
Custo da geração de energia	16	(12.091)	(9.302)
Lucro bruto		**6.072**	**8.047**
Despesas gerais e administrativas	16	(390)	(990)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	59	1
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.741**	**7.058**
Receitas financeiras	17	57	269
Despesas financeiras	17	(12.991)	(13.073)
Despesas financeiras líquidas		**(12.934)**	**(12.804)**
Resultado antes dos impostos		**(7.193)**	**(5.746)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(718)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(68)	-
Prejuízo do exercício		**(7.979)**	**(5.746)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(7.979)	(5.746)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(7.979)	(5.746)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(4.321)**	**(3.161)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	8.457	5.894
Juros e variações monetárias	13	9.898	8.061
Amortização de custos de transação	13	138	127
Provisão para ressarcimento	12	3.511	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	718	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	68	-
		14.811	**8.336**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(241)	(1.788)
Conta a receber de partes relacionadas		-	10.747
Despesas antecipadas		153	(247)
Tributos à compensar		(7)	(154)
Fornecedores		59	(9.805)
Adiantamento de clientes		149	(2.000)
Obrigações fiscais		(138)	501
Contas a pagar à partes relacionadas		(133)	(1.291)
Outras contas a pagar		(134)	185
Tributos diferidos		(176)	132
Caixa proveniente das atividades operacionais		**14.344**	**4.616**
Impostos pagos sobre o lucro		(524)	(163)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**13.820**	**4.453**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(44.503)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(44.503)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras de longo prazo e vinculadas		(94)	(253)
Integralização de capital		-	11.558
Captação de financiamentos		-	34.053
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.271)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.100)	(8.389)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(6.465)**	**36.969**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**7.355**	**(3.081)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**120**	**3.201**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**7.475**	**120**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	**67.002**	**(11.558)**	**(1.004)**	**54.440**
Integralização de capital	-	11.558	-	11.558
Prejuízo do exercício	-	-	(5.746)	(5.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.002**	**-**	**(6.750)**	**60.252**
Integralização de capital	5.065	-	-	5.065
Prejuízo do exercício	-	-	(7.979)	(7.979)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**72.067**	**-**	**(14.728)**	**57.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A. ("LDB VI" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 06, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB VI foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 11,9 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	02/07/2015	01/07/2050	11,9	14,8	14,8	2,9

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 7.979 os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 6.096, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Imposto** - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii)Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** -A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - ***(i) Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** -Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. ***Taxas médias de depreciaçãopara os dois exercícios apresentados:***

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** -As ações ordinárias são classificadas no patrimônioliquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** -No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	111	120
Aplicações financeiras	7.364	-
	7.475	**120**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.753	2.512
	2.753	**2.512**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	31	28
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (b)	-	5.065
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (b)	-	14
	31	**5.107**
Passivo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	-	122
	-	**122**

(a) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. O montante de R$ 5.065 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.228	1.134
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	120
	1.348	**1.254**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b) O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	2.829	(139)	2.690	13.281
Aerogeradores	4%	118.891	(7.112)	111.779	176.773
Sistemas de transmissão e conexão	4%	77.632	(7.284)	70.348	3.220
		199.352	**(14.535)**	**184.817**	**193.274**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.339	-	-	-	2.829
Aerogeradores	179.747	-	-	-	118.891
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	77.632
	199.352	-	-	-	**199.352**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.029	-	-	310	13.339
Aerogeradores	103.717	8.224	-	67.806	179.747
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
Imobilizado em andamento	31.444	34.675	-	(66.119)	-
	154.456	**42.899**	**-**	**1.997**	**199.352**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(58)	(81)	-	-	(139)
Aerogeradores	(2.974)	(4.138)	-	-	(7.112)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.046)	(4.238)	-	-	(7.284)
	(6.078)	**(8.457)**	**-**	**-**	**(14.535)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(17)	(41)	-	-	(58)
Aerogeradores	(160)	(2.814)	-	-	(2.974)
Sistemas de transmissão e conexão	(7)	(3.039)	-	-	(3.046)
	(184)	**(5.894)**	**-**	**-**	**(6.078)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 06baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção. · Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.127
Constituição	3.511
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.302**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.977	2.127
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.661	-
	5.302	**2.127**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratualde restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.588	98.320
BNB (b)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33.405	32.146
Custo com captação			(2.248)	(2.386)
			131.745	**128.080**
Passivo circulante			11.825	7.847
Passivo não circulante			119.920	120.233

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b)Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). ***Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos -*** A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	11.825
2022 a 2024	14.465
2025 a 2027	17.875
2028 a 2030	21.787
2031 a 2033	26.926
2034 a 2036	33.885
2037 a 2039	4.982
Total	**131.745**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**1.254**	**128.080**	**67.002**	**196.336**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	5.065	5.065
Aplicações financeiras vinculadas	**94**	**-**	**-**	**94**
Pagamento de principal	-	(2.271)	-	(2.271)
Pagamento de juros	-	(4.100)	-	(4.100)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	94	(6.371)	5.065	(1.212)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	**-**	**9.898**	**-**	**9.898**
Custos de captação amortizados	**-**	**138**	**-**	**138**
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**10.036**	**-**	**10.036**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.348**	**131.745**	**72.067**	**205.160**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Dividendos a pagar	Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**1.001**	**94.228**	**67.002**	**(11.558)**	**150.673**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	11.558	11.558
Aplicações financeiras vinculadas	253	-	-	-	253
Recursos provenientes de financiamentos	-	34.053	-	-	34.053
Pagamento de juros	-	(8.389)	-	-	(8.389)
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**253**	**25.664**	**-**	**11.558**	**37.475**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	7.4957	-	-	7.495
Custos de captação amortizados	-	127	-	-	127
Juros capitalizados	-	556	-	-	556
Custos de captação capitalizados	-	10	-	-	10
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.160**	**-**	**-**	**8.188**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.254**	**128.080**	**67.002**	**-**	**196.336**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	182
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	12.377
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.377
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.794
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.794
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.375
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.375
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	670
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	670
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.883
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.883
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	795
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	795
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	8.022
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	8.022
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.755
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.755
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.700
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.700
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.183
29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.183
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 72.067(R$ 67.002em 2019) totalizando um capital social subscrito de R$ 72.067 (R$ 67.002 em 2019), dividido em72.066.845 (67.001.996 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	72.067	67.002

A companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 5.065. Foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	97.222	98.973
Receita bruta venda de energia	22.388	21.451
Ressarcimento de Energia (1)	(3.511)	-
(-) PIS / COFINS	(714)	(1.975)
	18.163	**19.476**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

(1)Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que, neste caso, gerou um impacto de R$ 3.511, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(12.091)	(11.429)
Despesas gerais e administrativas	(389)	(990)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	59	1
	(12.421)	**(12.418)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.152)	(1.068)
Compra de energia	(714)	(1.411)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(920)	-
Despesa com pessoal	(370)	(1.135)
Serviço de terceiros	(24)	(44)
Depreciação	(8.457)	(5.894)
Arrendamento	(314)	(209)
Manutenção	(291)	(258)
Outras despesas administrativas	(228)	(262)
Penalidade por insuficiência de lastro	(2)	(2.127)
Outros	49	(10)
	(12.421)	**(12.418)**

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(49)	(39)
IOF	-	(438)
Juros de financiamentos	(9.898)	(7.495)
Amortização do custo de captação	(138)	(127)
Custo da estruturação da dívida	(2.813)	(3.899)
Outras despesas financeiras	(93)	(1.075)
Total das despesas financeiras	**(12.991)**	**(13.073)**
Receitas de aplicações financeiras	50	62
Outras	7	207
Total das receitas financeiras	**57**	**269**
Resultado financeiro líquido	**(12.934)**	**(12.804)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	22.177
Outras receitas	172
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.946
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.833
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	547
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	171
Imposto de renda e contribuição social correntes	**718**
Taxa efetiva	*15,01%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**68**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 68 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(5.746)
(+) Adições	2
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(5.744)
Lucro Real - Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-
Lucro Real - Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	111	120	111	120
Aplicações financeiras	7.364	-	7.364	-
Contas a receber de clientes	2.573	2.512	2.573	2.512
Não circulante				
Aplicações financeiras	1.348	1.254	1.348	1.254
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.159	1.100	1.159	1.100
Financiamentos	11.825	7.847	11.825	7.847
Partes relacionadas	31	5.107	31	5.107
Não circulante				
Financiamentos	119.920	120.233	119.920	120.233
Partes relacionadas	-	122	-	122

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	111	-	111	120	-	120
Aplicações financeiras	7.364	-	7.364	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.753	2.753	-	2.512	2.512
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.348	-	1.348	1.254	-	1.254
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.159	1.159	-	1.100	1.100
Financiamentos	-	11.825	11.825	-	7.847	7.847
Partes relacionadas	-	31	31	-	5.107	5.107
Não circulante						
Financiamentos	-	119.920	119.920	-	120.233	120.233
Partes relacionadas	-	-	-	-	122	122

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	111	111	-	-
Aplicações financeiras	7.364	7.364	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.348	1.348	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	120	120	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.254	1.254	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 dedezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	7.364	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.348	1.254
Contas a receber de clientes	2.753	2.512

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	1.159	1.100
Financiamentos	131.745	128.080

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	7.364	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.348	1.254
	8.712	**1.254**
Passivo		
Financiamentos	131.745	128.080

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/ redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	8.712	Redução do CDI	180	120

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	33.405	Aumento do IPCA	1.887	2.265

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez — Diretor
SuiSheng Huang — Diretor
Vagner Garcia Toneli — Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naqueladata, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. -Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR - 007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.959.329/0001-54

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.017	13
Contas a receber de clientes	8	2.578	2.458
Despesas antecipadas		223	195
Tributos e contribuições a compensar		112	105
Total do ativo circulante		**14.930**	**2.771**
Despesas antecipadas		-	198
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	598
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.498	1.392
Total do realizável de longo prazo		**1.498**	**2.188**
Imobilizado	11	185.324	192.369
Total do ativo não circulante		**185.324**	**192.369**
Total do Ativo		**201.752**	**197.328**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Fornecedores		1.963	1.375
Provisões	12	4.824	2.353
Financiamentos	13	11.523	7.696
Obrigações sociais e trabalhistas		51	185
Contas a pagar à partes relacionadas	9	31	4.685
Obrigações fiscais		596	656
IRPJ e CSLL a pagar		184	
Tributos diferidos		-	170
Total do passivo circulante		**19.172**	**17.120**
Provisões	12	3.072	-
Financiamentos	13	119.993	120.274
Tributos diferidos		132	-
Total do passivo não circulante		**123.197**	**120.274**
Capital social		72.501	67.829
Capital social a integralizar		-	(1.902)
Prejuízos acumulados		(13.118)	(5.993)
Total do patrimônio líquido	**14**	**59.383**	**59.934**
Total do passivo e patrimônio líquido		**201.752**	**197.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	16.841	19.956
Custo da geração de energia	16	(10.649)	(10.040)
Lucro bruto		**6.192**	**9.916**
Despesas gerais e administrativas	16	(398)	(998)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	77	(17)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.871**	**8.901**
Despesas financeiras	17	(12.259)	(13.879)
Receitas financeiras	17	78	366
Despesas financeiras líquidas		**(12.181)**	**(13.513)**
Resultado antes dos impostos		**(6.310)**	**(4.612)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(753)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(61)	-
Prejuízo do exercício		**(7.124)**	**(4.612)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(7.124)	(4.612)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(7.124)	(4.612)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(4.321)**	**(3.161)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	7.045	4.601
Juros e variações monetárias	13	9.789	9.376
Amortização de custos de transação	13	144	140
Provisão para ressarcimento	12	5.543	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	753	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	61	-
		16.211	**9.505**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(120)	(1.397)
Conta a receber de partes relacionadas		598	10.709
Despesas antecipadas		170	(245)
Tributos à compensar		(7)	(84)
Fornecedores		588	1.740
Contas a pagar à partes relacionadas		1.920	(1.835)
Obrigações fiscais		(128)	489
Outras contas a pagar		(134)	185
Tributos diferidos		(38)	86
Caixa proveniente das atividades operacionais		**19.059**	**19.153**
Impostos pagos sobre o lucro		(562)	(91)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividade operacionais		**18.497**	**19.062**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(35.711)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(35.711)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicação financeira de longo prazo e vinculadas		(106)	(169)
Integralização de capital		-	5.189
Captação de financiamentos		-	17.293
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.044)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.343)	(8.874)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(6.493)**	**13.439**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**12.004**	**(3.210)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**13**	**3.223**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**12.017**	**13**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**67.829**	**(7.091)**	**(1.381)**	**59.357**
Prejuízo do exercício	-	-	(4.612)	(4.612)
Integralização de capital	-	5.189	-	5.189
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.829**	**(1.902)**	**(5.993)**	**59.934**
Prejuízo do exercício	-	-	(7.124)	(7.124)
Integralização de capital	4.672	1.902	-	6.573
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**72.501**	**-**	**(13.118)**	**59.383**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A. ("LDB VII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 07, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB VII foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 27 de novembro de 2018 com a produção anual estimada de 13,8 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	02/07/2015	01/07/2050	13,8	14,3	14,3	0,5

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve paralização dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízode R$ 7.124 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 4.242, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Imposto** - ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii)Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** -A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - ***(i) Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** -Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. ***Taxas médias de depreciaçãopara os dois exercícios apresentados:***

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônioliquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** -No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	20	13
Aplicações financeiras	11.997	-
	12.017	**13**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.578	2.458
	2.578	**2.458**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	-	598
	-	**598**
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	31	-
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (b)	-	4.671
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (b)	-	14
	31	**4.685**

(a) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b)Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. O montante de R$ 4.671 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	1.378	1.272
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	120
	1.498	**1.392**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Divida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b)O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	12.312	(606)	11.706	12.059
Aerogeradores	4%	178.853	(10.899)	167.954	174.296
Sistemas de transmissão e conexão	4%	6.266	(602)	5.664	6.014
		197.431	**(12.107)**	**185.324**	**192.369**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.312	-	-	-	12.312
Aerogeradores	178.853	-	-	-	178.853
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
	197.431	**-**	**-**	**-**	**197.431**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(253)	(353)	-	-	(606)
Aerogeradores	(4.557)	(6.342)	-	-	(10.899)
Sistemas de transmissão e conexão	(252)	(350)	-	-	(602)
	(5.062)	**(7.045)**	**-**	**-**	**(12.107)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 06baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
· Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.353
Constituição		5.543
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**7.389**
	2020	**2019**
Provisão para ressarcimento curto prazo	4.824	2.353
Provisão ressarcimento para longo prazo	3.072	-
	7.896	**2.353**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratualde restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	100.606	98.098
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	33.255	32.360
Custo com captação			(2.345)	(2.488)
			131.516	**127.970**
Passivo circulante			11.523	7.696
Passivo não circulante			119.993	120.274

(a) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). ***Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos -*** A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	11.523
2022 a 2024	14.182
2025 a 2027	17.530
2028 a 2030	21.690
2031 a 2033	27.387
2034 a 2036	34.401
2037 a 2039	4.804
Total	**131.516**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**1.392**	**127.970**	**67.829**	**(1.902)**	**195.289**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	4.672	1.902	6.574
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	106	-	-	-	106
Pagamento de principal	-	(2.044)	-	-	(2.044)
Pagamento de juros	-	(4.343)	-	-	(4.343)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**106**	**(6.387)**	**4.672**	**1.902**	**293**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	9.789	-	-	9.789
Custos de captação amortizados	-	144	-	-	144
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.933**	**-**	**-**	**9.933**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.498**	**131.516**	**72.501**	**-**	**205.515**

	Ativo	Passivo		Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**1.223**	**110.035**	**67.829**	**(7.091)**	**171.996**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	5.189	5.189
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	169	-	-	-	169
Recursos provenientes de financiamentos	-	17.293	-	-	17.293
Pagamento de juros	-	(8.874)	-	-	(8.874)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**169**	**8.419**	**-**	**5.189**	**13.777**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesa com juros	-	9.219	-	-	9.219
Custos de captação amortizados	-	140	-	-	140
Juros capitalizados	-	153	-	-	153
Custos de captação capitalizados	-	4	-	-	4
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**9.516**	**-**	**-**	**9.516**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.392**	**127.970**	**67.829**	**(1.902)**	**195.289**

13.2 *Covenants* - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
02/07/2020	02/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	177
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	10.783
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	10.783
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	5.270
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.270
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.380
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.380
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	675
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	675
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.504
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.504
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.185
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.185
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.109
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.109
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.508
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.508
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 72.501 (R$ 65.927 em 2019)dividido em72.500.596(67.828.971 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	72.501	65.927
Composição capital	**2020**	**2019**
Capital social subscrito	72.501	67.829
Capital social à integralizar	-	(1.902)
Capital social integralizado	**72.501**	**65.927**

A companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 4.671, foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	95.770	96.302
Receita bruta venda de energia	23.125	21.989
Ressarcimento de Energia (1)	(5.543)	-
(-) PIS / COFINS	(741)	(2.033)
	16.841	**19.956**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 5.543, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(10.649)	(10.040)
Despesas gerais e administrativas	(398)	(998)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	77	(17)
	(10.970)	**(11.055)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.150)	(1.068)
Compra de energia	(747)	(817)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(128)	-
Despesa com pessoal	(370)	(1.135)
Serviço de terceiros	(578)	(44)
Depreciação	(7.045)	(4.601)
Arrendamento	(333)	(251)
Manutenção	(314)	(486)
Aluguel	(7)	(8)
Materiais	-	(1)
Outras despesas administrativas	(228)	(262)
Penalidade por insuficiência de lastro	(134)	(2.353)
Outros	64	(29)
	(10.970)	**(11.055)**

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(50)	(40)
IOF	-	(497)
Juros de financiamentos	(9.789)	(9.219)
Amortização do custo de captação	(144)	(140)
Custo da estruturação da dívida	(2.188)	(3.881)
Outras despesas financeiras	(88)	(102)
Total das despesas financeiras	**(12.259)**	**(13.879)**
Receitas de aplicações financeiras	69	80
Total das receitas financeiras	**78**	**366**
Resultado financeiro líquido	**(12.181)**	**(13.513)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	23.016
Outras receitas	206
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.047
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.968
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	572
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	181
Imposto de renda e contribuição social correntes	**753**
Taxa efetiva	*15,01%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**61**

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 61 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020. A tributação para fins de imposto de renda e contribuição social até 31 de dezembro de 2019 era apurado pelo lucro real, em 2020 a apuração passou a ser efetuada pelo lucro presumido.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(4.612)
(+) Adições	1.818
(-) Exclusões	(1.815)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(4.609)
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	20	13	20	13
Aplicações financeiras	11.997	-	11.997	-
Contas a receber de clientes	2.578	2.458	2.578	2.458
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.498	1.392	1.498	1.392
Partes relacionadas	-	598	-	598
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.963	1.375	1.963	1.375
Financiamentos	11.523	7.696	11.523	7.696
Partes relacionadas	31	4.685	31	4.685
Não circulante				
Financiamentos	119.993	120.274	119.993	120.274

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	13	-	13
Aplicações financeiras	11.997	-	11.997	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	2.578	2.578	-	2.458	2.458
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1.498	-	1.498	1.392	-	1.392
Partes relacionadas	-	-	-	598	-	598
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.963	1.963	-	1.375	1.375
Financiamentos	-	11.523	11.523	-	7.696	7.696
Partes relacionadas	-	31	31	-	4.685	4.685
Não circulante						
Financiamentos	-	119.993	119.993	-	120.274	120.274

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	20	20	-	-
Aplicações financeiras	11.997	11.997	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.498	1.498	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	13	13	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.392	1.392	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 dedezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	11.997	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.498	1.392
Contas a receber de clientes	2.578	2.458

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	1.963	1.375
Financiamentos	131.516	127.970

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	11.997	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.498	1.392
	13.495	**1.392**
Passivo		
Financiamentos	131.516	127.970

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e doIPCA, sendo o cenário possível um aumento/ redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	13.495	Redução do CDI	278	186

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.
Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	33.255	Aumento do IPCA	1.879	2.255

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor
SuiSheng Huang – Diretor
Vagner Garcia Toneli – Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administraçãoa respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.959.361/0001-30

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.966	57	Fornecedores		366	309
Contas a receber de clientes	8	935	863	Provisões	12	1.160	-
Despesas antecipadas		69	62	Financiamentos	13	3.855	2.609
Adiantamento a fornecedores		1	1	Obrigações sociais e trabalhistas		17	61
Tributos e contribuições a compensar		8	49	Contas a pagar à partes relacionadas	9	10	1.646
Total do ativo circulante		**3.979**	**1.032**	Obrigações fiscais		22	174
				IRPJ e CSLL a pagar		184	-
Despesas antecipadas		-	66	Tributos diferidos		-	62
Aplicações financeiras vinculadas	10	585	546	**Total do passivo circulante**		**5.615**	**4.861**
				Provisões	12	978	-
Total do realizável de longo prazo		**585**	**612**	Financiamentos	13	40.087	40.188
Imobilizado	11	62.146	65.322	Conta a pagar à partes relacionadas	9	-	103
				Tributos diferidos		49	-
Total do ativo não circulante		**62.146**	**65.322**	**Total do passivo não circulante**		**41.114**	**40.291**
				Capital social		25.034	23.413
				Prejuízos acumulados		(5.053)	(1.599)
				Total do patrimônio líquido	**14**	**19.981**	**21.814**
Total do ativo		**66.710**	**66.966**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**66.710**	**66.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	5.659	6.845
Custo da geração de energia	16	(4.281)	(3.073)
Lucro bruto		**1.378**	**3.772**
Despesas gerais e administrativas	16	(148)	(357)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(4)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.226**	**3.409**
Despesas financeiras	17	(4.445)	(4.989)
Receitas financeiras	17	21	110
Despesas financeiras líquidas		**(4.424)**	**(4.879)**
Resultado antes dos impostos		**(3.198)**	**(1.470)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(233)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(23)	-
Prejuízo líquido do exercício		**(3.454)**	**(1.470)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(3.454)	(1.470)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(3.454)	(1.470)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		**(4.321)**	**(3.161)**
Ajustes para:			
Depreciação	11	3.176	2.111
Juros e variações monetárias	13	3.331	3.213
Amortização de custos de transação	13	45	45
Provisão para ressarcimento	12	2.138	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	233	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	23	-
		5.492	**3.899**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(72)	(117)
Despesas antecipadas		59	(79)
Adiantamento a fornecedores		-	(1)
Tributos à compensar		41	(38)
Fornecedores		57	(747)
Outras contas a pagar		(44)	61
Adiantamento de clientes		-	(333)
Obrigações fiscais		(52)	52
Contas a pagar à partes relacionadas		(118)	(7.825)
Tributos diferidos		(13)	12
Caixa proveniente das atividades operacionais		**5.351**	**(5.116)**
Impostos pagos sobre o lucro		(172)	(4)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades operacionais		**5.179**	**(5.120)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	(2.099)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**-**	**(2.099)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras de longo prazo e vinculadas		(39)	(83)
Integralização de capital		-	6.910
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(747)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.484)	(2.994)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(2.270)**	**3.833**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**2.909**	**(3.386)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**57**	**3.443**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2.966**	**57**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	**23.413**	**(129)**	**23.284**
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**23.413**	**(1.599)**	**21.814**
Integralização de capital	1.621	-	1.621
Prejuízo líquido do exercício	-	(3.454)	(3.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**25.034**	**(5.053)**	**19.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A. ("LDB VIII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Queimada Nova 03, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB VIII foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos.A Companhia entrou em operação comercial em 01 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 4,5 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	02/07/2015	01/07/2050	4,5	5,1	5,1	0,6

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 3.454 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 2.138, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendasé reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Imposto -** ***(i) Impostos e contribuições sobre as receitas*** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. ***(ii)Impostos e contribuições sobre o lucro*** - Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração*** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** -Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação*** - Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciaçãopara os dois exercícios apresentados:

Classe de imobilizado	Taxa anualde depreciação
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***(i) Como arrendatário*** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *Ressarcimento* - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial*** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente*** -No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

· **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

· **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

· Inadimplência ou atrasos do devedor;
· Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
· Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
· Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
· O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
· Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***(iii) Ativos não financeiros -*** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Mudança nas principais políticas contábeis. -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
· IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	21	56
Aplicações financeiras	2.945	1
	2.966	**57**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	935	863
	935	**863**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. (a)	-	1.622
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. (a)	-	4
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A.(a)	10	20
	10	**1.646**
Passivo não circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (b)	-	103
	-	**103**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) O saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. O montante de R$ 1.621 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas (a)	465	426
Aplicações financeiras de longo de prazo (b)	120	120
	585	**546**

(a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. (b)O referido título de capitalização foi emitido pelo BNB e é regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

11 Imobilizado - (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	2.664	(132)	2.532	5.328
Aerogeradores	4%	24.762	(1.471)	23.291	59.516
Sistemas de transmissão e conexão	4%	40.178	(3.855)	36.323	478
		67.604	**(5.458)**	**62.146**	**65.322**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.383	-	-	-	2.664
Aerogeradores	60.131	-	-	-	24.762
Sistemas de transmissão e conexão	2.090	-	-	-	40.178
	67.604	**-**	**-**	**-**	**67.604**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.787	-	-	3.596	5.383
Aerogeradores	36.016	1.277	-	22.838	60.131
Sistemas de transmissão e conexão	27.026	-	-	(24.936)	2.090
Imobilizado em andamento	671	292	-	(963)	-
	65.500	**1.569**	**-**	**535**	**67.604**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(55)	(77)	-	-	(132)
Aerogeradores	(615)	(856)	-	-	(1.471)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.612)	(2.243)	-	-	(3.855)
	(2.282)	**(3.176)**	**-**	**-**	**(5.458)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(16)	(39)	-	-	(55)
Aerogeradores	(151)	(464)	-	-	(615)
Sistemas de transmissão e conexão	(4)	(1.608)	-	-	(1.612)
	(171)	**(2.111)**	**-**	**-**	**(2.282)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Lagoa do Barro Queimada Nova 03baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	9,29%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,8%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: · Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,8%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção. · Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e · Taxa de desconto: 9,29% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). OO valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,83% ao ano. **12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição	2.138
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.138**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.160	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	978	-
	2.138	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratualde restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências -** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BBNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	33.517	32.751
BNB (b)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	11.153	10.818
Custo com captação			(728)	(772)
			43.942	**42.797**
Passivo circulante			3.855	2.609
Passivo não circulante			40.087	40.188

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b)Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiançae aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). ***Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos -*** A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	3.855
2022 a 2024	4.647
2025 a 2027	5.791
2028 a 2030	7.233
2031 a 2033	9.158
2034 a 2036	11.634
2037 a 2039	1.626
Total	**43.942**

13.1Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**546**	**42.797**	**23.413**	**66.756**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	39	-	-	39
Integralização de capital	-	-	1.621	1.621
Pagamento de principal	-	(747)	-	(747)
Pagamento de juros	-	(1.484)	-	(1.484)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**39**	**(2.231)**	**1.621**	**(571)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	3.331	-	3.331
Custos de captação amortizados	-	45	-	45
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**3.376**	**-**	**3.376**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**585**	**43.942**	**25.034**	**69.561**

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Finan-ciamentos	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	**463**	**35.623**	**23.413**	**59.499**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	83	-	-	83
Recursos provenientes de financiamentos	-	6.910	-	6.910
Pagamento de juros	-	(2.994)	-	(2.994)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**83**	**3.916**	**-**	**3.999**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesa com juros	-	3.213	-	3.213
Custos de captação amortizados	-	45	-	45
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**3.258**	**-**	**3.258**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**546**	**42.797**	**23.413**	**66.756**

13.2 *Covenants -* A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Informações financeiras da controladora direta Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.) -** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
02/07/2020	02/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	59
31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	2.308
12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.985
12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.985
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	2.266
13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.266
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	1.502
16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.502
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	4.140
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.140
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	230
28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	230
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.444
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.444
28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.103
28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.103
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	362
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	362
24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	123
24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	123
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.154
14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.154

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019é de R$ 25.034 (R$ 23.413 em 2019), dividido em25.034.434(23.412.723 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	25.034	23.413

A companhia mantinha saldo de contas à pagar com a empresa Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 1.621.Foi efetuada cessão de direito desse crédito para sua controladora Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 2020 o valor foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020. **Controladora e controlador final -** As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Geração em MW/h	30.736	39.063
Receita bruta venda de energia	8.053	7.543
Ressarcimento de Energia (1)	(2.138)	-
(-) PIS / COFINS	(256)	(698)
	5.659	**6.845**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que, neste caso, gerou um impacto de R$ 2.138, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(4.281)	(3.073)
Despesas gerais e administrativas	(148)	(357)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4)	(6)
	(4.433)	**(3.436)**
Encargos de transmissão e conexão	(386)	(386)
Compra de energia	(246)	(267)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(172)	-
Despesa com pessoal	(123)	(378)
Serviço de terceiros	(16)	(21)
Depreciação	(3.176)	(2.111)
Arrendamento	(114)	(85)
Manutenção	(106)	(91)
Outras despesas administrativas	(82)	(79)
Outros	(12)	(18)
	(4.433)	**(3.436)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(50)	(39)
IOF	-	(122)
Juros de financiamentos	(3.331)	(3.213)
Amortização do custo de captação	(45)	(45)
Custo da estruturação da dívida	(974)	(1.536)
Outras despesas financeiras	(45)	(34)
Total das despesas financeiras	**(4.445)**	**(4.989)**
Receitas de aplicações financeiras	21	34
Outras	-	76
Total das receitas financeiras	**21**	**110**
Resultado financeiro líquido	**(4.424)**	**(4.879)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020
Receitas com vendas de energia	7.944
Outras receitas	31
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	671
Base de cálculo CSLL 12% (*)	990
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	190
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	43
Imposto de renda e contribuição social correntes	**233**
Taxa efetiva	*14,01%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**23**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. (**)O saldo de R$ 23 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020.

Regime de tributação pelo lucro real

	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.470)
(+) Adições	1
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(1.469)
Lucro Real - Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	-
Lucro Real - Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**
Taxa efetiva	*0,00%*

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	21	56	21	56
Aplicações financeiras	2.945	1	2.945	1
Contas a receber de clientes	935	863	935	863
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	585	546	585	546
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	366	309	366	309
Financiamentos	3.855	2.609	3.855	2.609
Partes relacionadas	10	1.646	10	1.646
Não circulante				
Financiamentos	40.087	40.188	40.087	40.188
Partes relacionadas	-	103	-	103

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	21	-	21	56	-	56
Aplicações financeiras	2.945	-	2.945	1	-	1
Contas a receber de clientes	-	935	935	-	863	863
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	585	-	585	546	-	546
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	366	366	-	309	309
Financiamentos	-	3.855	3.855	-	2.609	2.609
Partes relacionadas	-	10	10	-	1.646	1.646
Não circulante						
Financiamentos	-	40.087	40.087	-	40.188	40.188
Partes relacionadas	-	-	-	-	103	103

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	21	21	-	-
Aplicações financeiras	2.945	2.945	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	585	585	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	56	56	-	-
Aplicações financeiras	1	1	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	546	546	-	-

· **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
· **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
· **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
· **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado-** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
· **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
· **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 dedezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dosriscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i)Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	2.945	1
Aplicações financeiras vinculadas	585	546
Contas a receber de clientes	935	863

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o riscodea Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	366	309
Financiamentos	43.942	42.797

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. ***Exposição ao risco de taxa de juros*** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	2.945	1
Aplicações financeiras vinculadas	585	546
	3.530	**547**
Passivo		
Financiamentos	43.942	42.797

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/ redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	3.530	Redução do CDI	73	49

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamentos	11.153	Aumento do IPCA	630	756

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices do IPCA considerados foram de 4,52%.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez — Diretor
SuiSheng Huang — Diretor
Vagner Garcia Toneli — Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR - 007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.572.851/0001-93

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	396	1
Contas a receber de clientes		-	-
Tributos e contribuições a compensar		5	-
Total do ativo circulante		**401**	**1**
Imobilizado	9	22.487	-
Total do ativo não circulante		**22.487**	**-**
Total do ativo		**22.888**	**1**

Passivo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores		111	-
Financiamentos		-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		155	-
Obrigações fiscais		4	-
Tributos diferidos		-	-
Contas a pagar à partes relacionadas	8	928	-
Total do passivo circulante		**1.198**	**-**
Capital social		88.800	10
Capital social a integralizar		(66.987)	(9)
Prejuízos acumulados		(123)	-
Total do patrimônio líquido	**10**	**21.690**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**22.888**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(141)	-
Outras despesas operacionais, líquida	11	(3)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(144)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Receitas financeiras		22	-
Despesas financeiras líquidas		**21**	**-**
Prejuízo do exercício		**(123)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(123)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(123)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Prejuízo do exercício		**(123)**	**-**
Variações em:			
. Tributos e contribuições a compensar		(6)	-
. Fornecedores		112	-
. Obrigações fiscais		4	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		155	-
. Conta a pagar à partes relacionadas		928	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.070**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(22.487)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(22.487)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Integralização de capital		21.812	1
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**21.812**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**395**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**396**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		**10**	**(9)**	**-**	**1**
Integralização de capital	10	88.790	-	-	88.790
Capital a integralizar	10	-	(66.978)	-	(66.978)
Prejuízo do exercício		-	-	(123)	(123)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**88.800**	**(66.987)**	**(123)**	**21.690**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A. ("LDB IX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Candido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 01, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB IX foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 05 de maio de 2019 por um período de 20 anos.A Companhia se encontra em fase pré-operacional Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2023, a produção anual estimada é de 30 MW (não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro IX	30	A-6 2019	208/2020	05/05/2020	05/05/2055	3,4	N/a	11,3

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. A Companhia mantem a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** Considerando que a Companhia está em fase pré operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 123 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 797, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras - As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias. **b. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes. **c. Imobilizado** - ***(i) Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **d. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

· É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	2	1
Aplicação financeira	394	-
	396	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

8 Contas a pagar àpartes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	928	-
	928	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

9 Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	22.487	-
	22.487	**-**

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social -O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 21.813 (R$ 1 em 2019), dividido em 88.800.000(10.000 em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019 (não auditado)
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	21.813	1
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	88.800	10
Capital social à integralizar	(66.987)	(9)
Capital social integralizado	**21.813**	**1**

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renovaveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ***b. Reserva legal:*** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. ***c. Dividendos*****:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. ***d. Reserva de lucros:*** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

11 Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(144)	-
	(144)	**-**
Despesa com pessoal	(129)	-
Serviços de terceiros	(11)	
Outras despesas	(4)	-
	(144)	**-**

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	2	1
Aplicações financeiras	394	-	394	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	111	-	111	-
Partes relacionadas	928	-	928	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	1	-	1
Partes relacionadas	394	-	394	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	111	111	-	-	-
Partes relacionadas	-	928	928	-	-	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia. **(ii)Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero. **(iii) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	111	-

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor
SuiSheng Huang – Diretor
Vagner Garcia Toneli – Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Exercício anterior não auditado -** Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresaem 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR - 007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.603.267/0001-58

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	715	1
Tributos e contribuições a compensar		8	-
Total do ativo circulante		**723**	**1**
Imobilizado	9	36.306	-
Total do ativo não circulante		**36.306**	**-**
Total do Ativo		**37.029**	**1**

Passivo	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores		146	-
Obrigações sociais e trabalhistas		152	-
Obrigações fiscais		5	-
Contas a pagar à partes relacionadas	8	909	-
Total do passivo circulante		**1.212**	**-**
Capital social		139.500	10
Capital social a integralizar		(103.565)	(9)
Prejuízos acumulados		(118)	-
Total do patrimônio líquido	**10**	**35.817**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**37.029**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 Período de 07 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(147)	-
Outras despesas operacionais, líquida	11	(4)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida		**(151)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Receitas financeiras		34	-
Despesas financeiras líquidas		**33**	**-**
Prejuízo do exercício		**(118)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 Período de 07 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(118)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(118)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 Período de 07 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo do exercício		**(118)**	-
Variações em:			
. Tributos e contribuições a compensar		(8)	-
. Fornecedores		146	-
. Obrigações fiscais		5	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		152	-
. Conta a pagar à partes relacionadas		908	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**1.085**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(36.306)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(36.306)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Integralização de capital		35.935	1
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**35.935**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**714**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**715**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 07 de novembro de 2019 (Não auditado)		**10**	**(9)**	**-**	**1**
Integralização de capital	10	139.490	-	-	139.490
Capital à integralizar	10	-	(103.556)	-	(103.556)
Prejuízo do exercício		-	-	(118)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**139.500**	**(103.565)**	**(118)**	**35.817**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional - A Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A. ("LDBX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Candido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 01, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDBX foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 05 de maio de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia se encontra em fase pré-operacional. Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2023, a produção anual estimada é de 30 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro X	29,4	A-6 2019	207/2020	04/05/2020	05/05/2055	4.0	N/a	13,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. A Companhia mantem a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 05de abrilde 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** Considerando que a Companhia está em fase pré operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 118 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 489, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras - As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias. **b. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes. **c. Imobilizado** - ***(i)Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. ***(ii) Custos subsequentes*** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **d. Instrumentos financeiros** - ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR(Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

j. Valor recuperável de ativos (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Mudança nas principais políticas contábeis.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
- Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	2	1
Aplicações financeiras	713	-
	715	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

8 Contas a pagar àpartes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	909	-
	909	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

9 Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	36.306	-
	36.306	**-**

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social -O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 35.935 (R$ 1 em 2019), dividido em 139.500.000 (10.000em 2019) ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019 (não auditado)
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	35.935	1
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	139.500	10
Capital social à integralizar	(103.565)	(9)
Capital social integralizado	**35.935**	**1**

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renovaveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ***b. Reserva legal:*** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. ***c. Dividendos*****:** Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. ***d. Reserva de lucros:*** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

11 Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(151)	-
	(151)	**-**
Despesa com pessoal	(129)	-
Serviços de terceiros	(11)	
Outras despesas	(11)	-
	(151)	**-**

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses

Continua...

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Valor justo dos instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	2	1
Aplicações financeiras	713	-	713	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	146	-	146	-
Partes relacionadas	909	-	909	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	1	-	1
Aplicações financeiras	713	-	713	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	146	146	-	-	-
Partes relacionadas	-	909	909	-	-	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia. **(ii) Risco de crédito -** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero. **(iii) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	146	-

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria:

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Exercício anterior não auditado** - Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresaem 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 20.829.557/0001-47

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo.

A Administração.

Curitiba (PR), 09 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	8	2.100	122.951	44.555
Contas a receber de clientes	8	–	–	32.644	30.958
Contas a receber de partes relacionadas	9	–	130	–	–
Dividendos a receber	9	10.216	–	–	–
Adiantamento a fornecedores		3	3	143	112
Despesas antecipadas		–	–	1.104	931
Tributos e contribuições a compensar		66	63	716	946
Total do ativo circulante		**10.293**	**2.296**	**157.558**	**77.502**
Contas a receber de partes relacionadas	9	–	15.582	–	908
Aplicações financeiras vinculadas	10	1	6	28.918	28.495
Despesas antecipadas		–	–	–	939
Dividendos a receber	9	–	1.168	–	–
Total do realizável de longo prazo		**1**	**16.756**	**28.918**	**30.342**
Investimentos	11	472.553	429.990	–	–
Imobilizado	12	–	–	714.296	737.866
Intangível		31	–	31	–
Total do ativo não circulante		**472.584**	**429.990**	**714.327**	**737.866**
Total do ativo		**482.879**	**449.042**	**900.803**	**845.710**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Fornecedores		–	27	1.637	2.104
Provisões	13	–	–	11.961	7.584
Financiamentos	14	–	–	24.192	21.499
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	340	1.234
Debêntures a pagar	14	7.834	1.149	7.834	1.149
Adiantamento de clientes		–	–	101	100
Dividendos a pagar	9	6.866	–	6.866	–
Contas a pagar à partes relacionadas	9	232	–	232	–
Obrigações fiscais		2.194	2.194	4.077	4.075
IRPJ e CSLL		–	–	1.252	1.301
Tributos diferidos		–	–	–	985
Total do passivo circulante		**17.127**	**3.370**	**58.493**	**40.031**
Provisões	13	–	–	3.171	–
Financiamentos	14	–	–	375.929	399.985
Debêntures a pagar	14	88.752	91.905	88.752	91.905
Contas a pagar à partes relacionadas	9	5.136	40.628	653	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	1.941	650
Total do passivo não circulante		**93.888**	**132.533**	**470.446**	**492.540**
Capital social		281.183	244.503	281.183	244.503
Reserva legal		5.937	4.492	5.937	4.492
Reserva de retenção de lucros		84.744	64.144	84.744	64.144
Total do patrimônio líquido	15	**371.864**	**313.139**	**371.864**	**313.139**
Total do passivo e patrimônio líquido		**482.879**	**449.042**	**900.803**	**845.710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	16	–	–	139.877	153.594
Custo da geração de energia	17	–	–	(56.131)	(69.058)
Lucro bruto		–	–	**83.746**	**84.536**
Despesas gerais e administrativas	17	(88)	(102)	(2.358)	(4.188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1)	(15)	252	(64)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(89)**	**(117)**	**81.640**	**80.284**
Despesas financeiras	18	(14.025)	(19.942)	(48.816)	(64.222)
Receitas financeiras	18	9	292	1.664	3.322
Resultado financeiro		**(14.016)**	**(19.650)**	**(47.152)**	**(60.900)**
Resultado de equivalência patrimonial	11	43.016	33.397	–	–
Resultado antes dos impostos		**28.911**	**13.630**	**34.488**	**19.384**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	–	–	(5.338)	(5.721)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	–	(239)	(33)
Lucro líquido do exercício		**28.911**	**13.630**	**28.911**	**13.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**244.503**	**3.810**	**54.433**	–	**302.746**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.630	13.630
Constituição da reserva	–	682	–	(682)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.237)	(3.237)
Retenção de lucros	–	–	9.711	(9.711)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**244.503**	**4.492**	**64.144**	–	**313.139**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	28.911	28.911
Constituição da reserva	–	1.446	–	(1.446)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(6.866)	(6.866)
Integralização de capital	36.680	–	–	–	36.680
Retenção de lucros	–	–	20.599	(20.599)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**281.183**	**5.937**	**84.744**	–	**371.864**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	28.911	13.630	28.911	13.630
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	28.911	13.630	28.911	13.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		**28.911**	**13.630**	**28.911**	**13.630**
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	(43.016)	(33.397)	–	–
Depreciação	12.III	–	–	28.721	27.527
Juros e variações monetárias	14.1	11.361	11.076	42.888	49.565
Amortização custo de captação	14.1	845	845	1.433	1.397
Provisão ressarcimento	13	–	–	7.548	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	–	–	5.338	5.721
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	–	–	239	33
		(1.899)	**(7.846)**	**115.078**	**97.873**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		–	–	(1.686)	(9.939)
Contas a receber de partes relacionadas		–	6.011	908	8.530
Dividendos a receber		(10.216)	–	–	–
Adiantamento a fornecedores		–	–	(31)	(95)
Despesas antecipadas		–	–	766	(1.127)
Impostos e contribuições a recuperar		(3)	(33)	230	131
Fornecedores		(27)	27	(467)	8.932
Contas a pagar à partes relacionadas		–	7.206	885	(10.320)
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	(894)	1.234
Obrigações fiscais		0	2.193	(5.624)	2.700
Tributos diferidos		–	–	306	274
Adiantamento de cliente		–	–	1	–
Caixa (utilizado) proveniente das atividades operacionais		**(12.145)**	**7.558**	**109.472**	**98.193**
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(3.807)	(6.102)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		–	–	**(3.807)**	**(6.102)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aplicações em investimentos		453	–	–	–
Dividendos recebidos		1.168	16.675	–	–
Aquisição de imobilizado	12.III	–	–	(5.151)	(9.417)
Aquisição de intangível		(31)	–	(31)	–
Baixa de intangível		–	–	–	56
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**1.590**	**16.675**	**(5.182)**	**(9.361)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		5	(5)	(423)	(3.367)
Dividendos pagos		–	(8.175)	–	(8.175)
Integralização de capital		–	–	36.680	–
Recebimento de partes relacionadas		17.132	–	–	–
Financiamentos e debêntures obtidos		–	–	–	983
Pagamento de principal de financiamentos	14.1	(1.709)	(7.749)	(23.455)	(26.520)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14.1	(6.964)	(7.239)	(38.696)	(44.459)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**8.463**	**(23.168)**	**(25.894)**	**(81.538)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.092)**	**1.065**	**78.396**	**1.192**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.100**	**1.035**	**44.555**	**43.363**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8**	**2.100**	**122.951**	**44.555**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. ("Complexo Morrinhos" ou "Companhia" ou "Grupo"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014 e tem como objeto social administrar os bens próprios e as participações no capital das empresas que compõem o parque eólico denominado Complexo Morrinhos, que exploram as atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica dos parques eólicos Ventos da Andorinha, Ventos de Campo Formoso I, Ventos de Campo Formoso II, Ventos de Morrinhos, Ventos dos Guaras I e Ventos do Sertão, localizados no município de Campo Formoso-BA.

O Grupo atua no mercado de geração e comercialização de energia elétrica, por meio de desenvolvimento de projetos provenientes de fontes renováveis, como parques eólicos.

As participações diretas detidas pela Companhia são:

	Participação acionária % 2020	Participação acionária % 2019
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%
Sertão Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	100,00%	100,00%

As características estão apresentadas a seguir:

A Andorinha, Campo Formoso II, Morrinhos, Sertão e Campo Formoso I foram vencedoras do Leilão de Energia A-5 n° 07 de 2011 e Ventos dos Guaras I foi vencedora do Leilão de Energia A-3 de 2013. As Companhias assinaram contrato de fornecimento de energia por um período de 20 anos.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	11/09/2012	10/09/2047	15,9	17,9	17,9	2,0
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	11/09/2012	10/09/2047	15,5	16,9	16,9	1,4
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	05/09/2012	04/09/2047	15,5	17,8	17,8	2,3
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	11/09/2012	10/09/2047	15,0	17,2	17,1	2,1
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	11/09/2012	10/09/2047	12,7	14,8	14,8	2,1
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013	G97-2MW-HH78m	254	04/06/2014	03/06/2049	15,5	15,8	15,7	0,2

A Complexo Morrinhos possui como acionista e controladora a Atlantic Energias Renováveis S.A., que possui relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*Impairment do ativo imobilizado);*
- **Nota explicativa 13** - Provisões para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- **Nota explicativa 21** - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos (consolidado)

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(v) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(vi) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Aerogeradores	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	5%

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(vii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(viii) Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	8	5	578	188
Aplicações financeiras	–	2.095	122.373	44.367
	8	2.100	122.951	44.555

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2020	2019
Contas a receber	32.644	30.958
	32.644	30.958

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Controladora	2020	2019
Ativo circulante		
Andorinha Energias Renováveis S/A. (c)	2.013	–
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (c)	1.509	–
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (a)	–	53
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (c)	986	–
Morrinhos Energias Renováveis (c)	1.853	–
Sertão Energias Renováveis S/A. (c)	1.430	–
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A. (a)	–	77
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A. (c)	2.425	–
Total dividendos a receber	**10.216**	**130**
Ativo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (b)	–	908
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (b)	–	1.336
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A. (b)	–	13.348
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A. (c)	–	1.168
	–	**16.750**

Contas a receber partes relacionadas	2020	2019
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	232	–
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	6.866	–
Dividendos a pagar e contas a pagar	**7.098**	–
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A.(b)	653	–
Andorinha Energias Renováveis S/A (b)	712	11.783
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (b)	712	3.569
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (b)	686	–
Morrinhos Energias Renováveis (b)	712	20.487
Sertão Energias Renováveis S/A. (b)	712	4.789
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A. (b)	949	–
Contas a pagar partes relacionadas	**5.136**	**40.628**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R$ 40.628 de valores a pagar para partes relacionadas e R$ 16.880 a receber, resultando em um montante líquido de R$ 23.748 durante o exercício de 2020 aumentou para 38.698, o montante de R$ 36.680 foi utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 15.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Consolidado	2020	2019
Ativo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (b)	–	908
	–	**908**

	2020	2019
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	232	–
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	6.866	–
	7.098	–
Passivo não circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (b)	653	–
	653	–

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	28.918	28.495
	28.918	**28.495**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 14).

Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das empresas controladas

	2020				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	148.366	71.054	77.312	23.983	8.475
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	136.117	76.575	59.542	21.106	6.356
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	169.355	70.318	99.037	24.003	4.151
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	144.611	71.039	73.572	22.400	7.800
Sertão Energias Renováveis S/A.	140.063	61.832	78.231	20.307	6.022
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	166.901	82.042	84.859	28.078	10.212
	905.413	432.860	472.553	139.877	43.016

	2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	142.401	71.551	70.850	25.554	7.925
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	130.817	76.121	54.696	23.498	2.364
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	172.042	74.784	97.258	25.481	3.621
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	138.834	71.209	67.625	24.574	6.463
Sertão Energias Renováveis S/A.	135.828	62.189	73.639	22.544	6.162
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	163.335	97.413	65.922	31.942	6.861
	883.257	453.267	429.990	153.593	33.396

11.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos são compostos como segue:	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo final 2020
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	77.312	8.475	77.312
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	59.542	6.356	59.542
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	99.037	4.151	99.037
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100%	73.572	7.800	73.572
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	78.231	6.022	78.231
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	100%	84.859	10.212	84.859
		472.553	43.016	472.553

	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo final 2019
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	70.850	7.925	70.850
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	54.696	2.364	54.696
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	97.258	3.621	97.258
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100%	67.625	6.463	67.625
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	73.639	6.162	73.639
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	100%	65.922	6.861	65.922
		429.990	**33.396**	**429.990**

A movimentação dos investimentos nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	2020					
	Saldo inicial	Dividendos	Integralização de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A.	70.850	(2.013)	–	–	8.475	77.312
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	54.696	(1.509)	–	–	6.355	59.542
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	97.258	(986)	–	(1.386)	4.151	99.037
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	67.625	(1.853)	–	–	7.800	73.572
Sertão Energias Renováveis S/A.	73.639	(1.430)	–	–	6.022	78.231
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	65.922	(2.425)	11.150	–	10.212	84.859
	429.990	**(10.216)**	**11.150**	**(1.386)**	**43.016**	**472.553**

	2019					
	Saldo inicial	Dividendos	Integralização de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A.	64.807	(2.057)	–	–	7.925	70.850
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	52.894	(1.650)	–	–	2.364	54.696
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	93.111	(907)	–	–	3.621	97.258
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	62.697	(1.929)	–	–	6.463	67.625
Sertão Energias Renováveis S/A.	68.941	(1.798)	–	–	6.162	73.639
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	59.199	(1.722)	–	–	6.861	65.922
	401.649	**(10.062)**	**–**	**–**	**33.396**	**429.990**

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	40	(7)	33	37
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	4.111	(626)	3.485	3.607
Aerogeradores	3%	855.991	(151.994)	703.998	732.513
Sistemas de transmissão e conexão	4%	1.288	(164)	1.124	1.178
Equipamentos de informática	5%	143	(56)	87	82
Peças de reposição e manutenção		569	–	569	449
Imobilizado em andamento		5.000	–	5.000	–
		867.142	**(152.847)**	**714.296**	**737.866**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020			Movimentação em 2019		
	Saldo em 2019	Adições	Saldo em 2020	Saldo em 2018	Adições	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	40	–	40	2	38	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.111	–	4.111	4.111	–	4.111
Aerogeradores	855.991	–	855.991	846.735	9.256	855.991
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	–	1.288	1.288	–	1.288
Equipamentos de informática	112	31	143	99	13	112
Peças de reposição e manutenção	449	120	569	339	110	449
Imobilizado em andamento	–	5.000	5.000			
	861.991	**5.151**	**867.142**	**852.574**	**9.417**	**861.991**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020		
	Saldo em 2019	Adições	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	(3)	(4)	(7)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(504)	(122)	(626)
Aerogeradores	(123.478)	(28.515)	(151.994)
Sistemas de transmissão e conexão	(110)	(54)	(164)
Equipamentos de informática	(30)	(26)	(56)
	(124.125)	(28.721)	(152.847)

	Movimentação em 2019		
	Saldo em 2018	Adições	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	–	(3)	(3)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(389)	(115)	(504)
Aerogeradores	(96.148)	(27.330)	(123.478)
Sistemas de transmissão e conexão	(56)	(54)	(110)
Equipamentos de informática	(5)	(25)	(30)
	(96.598)	(27.527)	(124.125)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) Consolidado

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Complexo Eólico Morrinhos baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

	Taxa de desconto ao ano	Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	Taxa de crescimento estimado para o EBITDA
Ventos de Andorinha	9,36%	2,06%	5,4%
Ventos de Campo Formoso I	9,36%	2,06%	5,2%
Ventos de Campo Formoso II	9,36%	2,06%	5,4%
Ventos de Morrinhos	9,36%	2,06%	5,3%
Ventos de Sertão	9,36%	2,06%	5,0%
Ventos de Guarás I	9,36%	2,06%	2,7%
	9,36%	2,06%	4,83%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, para 2021 patamares em linha com os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,83%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para cada UGC foi superior aos seus valores contábeis, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,39% ao ano.

13 Provisões

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.584
Constituição	7.548
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.132**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	11.961	7.584
Provisão para ressarcimento longo prazo	3.171	–
	15.132	**7.584**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributário, no curso normal de seus negócios.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com possibilidade de perda avaliados como possível somam o montante de R$ 4.854.

14 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (a)	TJPL + 2,45%	15/02/2032	47.554	50.283
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/02/2032	19.967	20.988
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (c)	TJPL + 2,45%	15/04/2032	47.604	50.270
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (d)	TJPL + 4,15%	15/04/2032	20.758	21.795
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (e)	TJPL + 2,45%	15/03/2032	47.432	50.117
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (f)	TJPL + 4,15%	15/03/2032	20.684	21.729
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (g)	TJPL + 2,45%	15/03/2032	46.277	48.897
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (h)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	20.103	21.124
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (i)	TJPL + 2,45%	15/04/2032	40.396	42.658
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (j)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	17.614	18.494
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (k)	TJPL + 2,45%	15/10/2032	54.763	57.643
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (l)	TJLP + 4,15%	15/10/2032	23.628	24.731
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A.	Debêntures (m)	IPCA + 7,0602%	15/12/2027	102.430	99.743
	Custos com a captação			(12.503)	(13.934)
				496.707	**514.538**
Passivo circulante				32.026	22.648
Passivo não circulante				464.681	491.890

(a) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032.

(b) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(c) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032.

(d) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(e) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.414, com vencimento final para março de 2032.

(f) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.035, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(g) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.378, com vencimento final para março de 2032.

(h) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 24.162, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(i) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032.

(j) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(k) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032.

(l) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(m) A Controlada Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A: em 10 de abril de 2017 foi assinado Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples contendo 102.500 debentures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para dezembro de 2027.

Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	7.834	32.026
2022 a 2024	30.076	110.272
2025 a 2027	58.676	159.491
2028 a 2030	–	126.853
2031 a 2033	–	68.065
Total	**96.586**	**496.707**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento e financiamento (consolidado)

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos e debêntures	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.495	514.538	–	244.503	787.536
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	423	–	–	–	423
Integralização de capital	–	–	–	36.680	36.680
Pagamento de juros	–	(38.697)	–	–	(38.697)
Pagamento de principal	–	(23.455)	–	–	(23.455)
Dividendos pagos	–	–	–	–	–
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	423	(62.152)	–	36.680	(25.049)
Ajustes no lucro líquido na movimentação de caixa					
Despesas com juros	–	42.888	–	–	42.888
Custos de captação amortizados	–	1.433	–	–	1.433
Total das ajustes líquidos na movimentação de caixa	–	44.321	–	–	44.321
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Dividendos propostos no exercício	–	–	6.866	–	6.866
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	–	6.866	–	6.866
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.918	496.707	6.866	281.183	813.674

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.128	533.572	4.938	244.503	808.141
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	3.367	–	–	–	3.367
Recursos recebidos de financiamentos	–	983	–	–	983
Pagamento de juros de financiamentos	–	(44.459)	–	–	(44.459)
Pagamento de principal de financiamentos	–	(26.520)	–	–	(26.520)
Dividendos pagos	–	–	(8.175)	–	(8.175)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	3.367	(69.996)	(8.175)	–	(74.804)
Ajustes no lucro líquido na movimentação de caixa					
Despesas com juros	–	49.565	–	–	49.565
Custos de captação amortizados	–	1.397	–	–	1.397
Total das ajustes líquidos na movimentação de caixa	–	50.962	–	–	50.962
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Dividendos propostos no exercício	–	–	3.237	–	3.237
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	–	3.237	–	3.237
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.495	514.538	–	244.503	787.536

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES bem como no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas dos referidos contratos.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Companhia	Início de Vigência	Final da Vigência	Objeto da Garantia	Banco/Seguradora	Valor
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	26/04/2019	26/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	34.167
Andorinha Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Andorinha Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.364
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.124
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.071
Morrinhos Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Morrinhos Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.558
Sertão Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Sertão Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	17.925
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	06/03/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	262
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	24.143

15 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 281.183 (R$ 244.503 em 2019), dividido em 281.182.615 ações ordinárias (244.502.615 em 2019), no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

a. Capital social

Acionista	2020	2019
Atlantic Energias Renováveis S/A. ("Atlantic")	281.183	244.503
	281.183	244.503

A Companhia mantinha saldo de contas à pagar com sua controladora Atlantic Energias Renováveis S.A., assim esse montante de R$ 36.680 foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

16 Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**28.911**	13.630
Constituição de reserva legal - 5%	1.446	682

a. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	28.911	13.630
Constituição de reserva legal - 5%	(1.446)	(682)
	27.465	**12.948**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(6.866)	(3.237)
Lucros retidos	20.599	9.711

b. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

17 Receita líquida de venda de energia (consolidado)	2020	2019
Geração em MW/h	775.116	837.925
Receita bruta venda de energia	153.018	159.604
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(8)	(184)
Ressarcimento de energia [1]	(7.548)	–
(-) PIS e COFINS	(5.585)	(5.826)
	139.877	**153.594**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 7.548, vide nota explicativa 13(i).

18 Gastos por natureza (consolidado)	2020	2019
Custos dos serviços prestados	(56.131)	(69.058)
Despesas gerais e administrativas	(2.358)	(4.188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	252	(64)
	(58.237)	**(73.310)**
Encargos de transmissão e conexão	(10.304)	(10.143)
Compra de energia	(4.422)	(9.226)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.908)	–
Despesa com pessoal	(2.496)	(5.765)
Serviços de terceiros	(504)	(530)
Depreciação	(28.721)	(27.527)
Arrendamento	(2.168)	(2.150)
Manutenção	(6.009)	(5.459)
Aluguel	(119)	(110)
Materiais	(47)	(98)
Outras despesas administrativas	(1.190)	(1.073)
Viagens e estadias	(84)	(140)
Penalidade por insuficiência de lastro	(444)	(10.771)
Outros	179	(318)
	(58.237)	**(73.310)**

19 Resultado financeiro

a. Controladora	2020	2019
Despesas bancárias	(160)	(131)
IOF	(1)	(1.720)
Juros e multa de mora	–	(490)
Juros de financiamentos	(11.361)	(11.076)
Amortização do custo de captação	(876)	(845)
Custo de estruturação da divida	(1.627)	(3.951)
Outras despesas financeiras	–	(1.729)
Total das despesas financeiras	**(14.025)**	**(19.942)**
Receita de aplicação financeira	7	290
Outras receitas financeiras	2	2
Total das receitas financeiras	**9**	**292**
Resultado financeiro	**(14.016)**	**(19.650)**

b. Consolidado	2020	2019
Despesas bancárias	(914)	(855)
IOF	(8)	(2.826)
Juros de financiamentos	(42.888)	(49.565)
Juros e multa de mora	(1.433)	(1.051)
Amortização do custo de captação	(58)	(1.397)
Custo da estruturação da divida	(3.490)	(6.748)
Outras despesas financeiras	(25)	(1.780)
Total das despesas financeiras	**(48.816)**	**(64.222)**
Juros recebidos	5	162
Receita de aplicação financeira	1.653	3.160
Outras receitas financeiras	6	–
Total das receitas financeiras	**1.664**	**3.322**
Resultado financeiro	**(47.152)**	**(60.900)**

20 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receitas com vendas de energia	151.161	153.029
Outras receitas	2.429	3.376
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	14.521	15.631
Base de cálculo CSLL 12% (*)	20.568	21.752
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.030	4.302
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	1.308	1.419
Imposto de renda e contribuição social	**5.338**	**5.721**
Taxa efetiva	15,21%	15,30%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**239**	**33**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 239 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento das controladas em dezembro de 2020 (R$ 33 em 2019).

21 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto,

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	578	188	578	188
Aplicações financeiras	122.373	44.367	122.373	44.367
Contas a receber de clientes	32.644	30.958	32.644	30.958
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	28.918	28.495	28.918	28.495
Partes relacionadas	–	908	–	908
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.637	2.104	1.637	2.104
Financiamentos e debêntures	32.026	22.648	32.026	22.648
Partes relacionadas	7.098	–	7.098	–
Não circulante				
Financiamentos e debêntures	464.681	491.890	464.681	491.890
Partes relacionadas	653	–	653	–

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	5	8	5
Aplicações financeiras	–	2.095	–	2.095
Partes relacionadas	10.216	130	10.216	130
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1	6	1	6
Partes relacionadas	–	16.750	–	16.750
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	27	–	27
Financiamentos	7.834	1.149	7.834	1.149
Partes relacionadas	7.098	–	7.098	–
Não circulante				
Financiamentos	88.752	91.905	88.752	91.905
Partes relacionadas	5.136	40.628	5.136	40.628

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	578	–	578	188	–	188
Aplicações financeiras	122.373	–	122.373	44.367	–	44.367
Contas a receber de clientes	–	32.644	32.644	–	30.958	30.958
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	–	28.918	–	28.495	–	28.495
Partes relacionadas	–	–	–	–	908	908
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	1.637	1.637	–	2.104	2.104
Financiamentos	–	32.026	32.026	–	22.648	22.648
Partes relacionadas	–	7.098	7.098	–	–	–
Não circulante						
Financiamentos	–	464.681	464.681	–	491.890	491.890
Partes relacionadas	–	653	653	–	–	–

	Controladora					
	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8	–	8	5	–	5
Aplicações financeiras	–	–	–	2.095	–	2.095
Partes relacionadas	–	10.216	10.216	–	130	130
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	1	–	1	6	–	6
Partes relacionadas	–	–	–	–	16.750	16.750
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	–		–	27	27
Financiamentos	–	7.834	7.834	–	1.149	1.149
Partes relacionadas	–	7.098	7.098	–	–	–
Não circulante						
Financiamentos	–	88.752	88.752	–	91.905	91.905
Partes relacionadas	–	5.136	5.136	–	40.628	40.628

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo:

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	578	578	–	–
Aplicações financeiras	122.373	122.373	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	28.918	28.918	–	–

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	188	188	–	–
Aplicações financeiras	44.367	44.367	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	28.495	28.495	–	–

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	–	–
Aplicações financeiras	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	1	1	–	–

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	–	–
Aplicações financeiras	2.095	2.095	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações Financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

22 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	122.373	44.367
Aplicações financeiras vinculadas	28.918	28.495
Contas a receber de clientes	32.644	30.958

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos e debêntures	496.707	514.538
Fornecedores	1.637	2.104

(vi) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	122.373	44.367
Aplicações financeiras vinculadas	28.918	28.495
	151.291	**72.862**
Passivo		
Financiamentos e debêntures	496.707	514.538

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	151.291	Redução do CDI	3.121	2.080

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para financiamentos de taxa variável vinculadas a TJLP e ao IPCA em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	406.780	Aumento da TJLP	23.136	27.763
Debêntures	102.430	Aumento do IPCA	5.787	6.945
	509.210		**28.923**	**34.708**

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 4,55% e 4,52% respectivamente.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor
SuiSheng Huang - Diretor
Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados

Nota explicativa 4, 6.k e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrado em seus ativos consolidados na rubrica de ativo imobilizado o montante R$ 714.296 mil, sujeitos a análise de seu valor recuperável.

A Companhia estimou o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") Complexo Eólico Morrinhos, às quais esses ativos estão alocados, com base no valor em uso.

A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC (custo médio ponderado de capital). Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria realizamos os seguintes procedimentos, entre outros:

• Confrontamos o preço ACR utilizado pela Companhia com o relatório da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

• Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, atendendo assim, os requerimentos do CPC 01;

(ii) se as premissas utilizadas (preços do ACL e do ACR, geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada) são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia;

(iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;

(iv) recálculo independente do valor em uso de cada UGC; e

(v) analisamos a sensibilidade do cálculo realizado pela Companhia.

• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor em uso das unidades geradoras de caixa e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Morrinhos Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 20.829.557/0001-47

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. **A Administração**. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	36.998	8.215	Fornecedores		192	44
Contas a receber de clientes	**8**	2.773	3.012	Provisões	**12**	1.974	1.049
Despesas antecipadas		184	155	Financiamentos	**13**	4.018	3.560
Adiantamento a fornecedores		7	–	Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Tributos e contribuições a compensar		36	33	Adiantamento de clientes		9	9
				Dividendos	**9**	1.853	–
Total do ativo circulante		**39.998**	**11.415**	Contas a pagar de partes relacionadas	**9**	47	–
Contas a receber de partes relacionadas	**9**	712	20.487	Obrigações fiscais		689	692
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	4.770	4.701	IRPJ e CSLL a pagar		226	234
Despesas antecipadas		–	157	Tributos diferidos		–	86
				Total do passivo circulante		**9.065**	**5.880**
Total do realizável de longo prazo		**5.482**	**25.345**	Provisões	**12**	574	–
Imobilizado	**11**	99.132	102.075	Financiamentos	**13**	61.259	65.260
				Imposto de renda e contribuição social diferidos		142	70
Total do ativo não circulante		**99.132**	**102.075**	**Total do passivo não circulante**		**61.975**	**65.330**
				Capital social		38.823	38.823
				Reserva legal		2.271	1.881
				Reserva de lucros		32.478	26.921
				Total do patrimônio líquido	**14**	**73.572**	**67.625**
Total do ativo		**144.612**	**138.835**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**144.612**	**138.835**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019		**38.823**	**1.558**	**22.316**	–	**62.697**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.463	6.463
Constituição da reserva legal		–	323	–	(323)	–
Dividendos mínimo obrigatório		–	–	–	(1.535)	(1.535)
Reserva de lucros		–	–	4.605	(4.605)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**38.823**	**1.881**	**26.921**	–	**67.625**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	7.800	7.800
Constituição da reserva legal	14.b	–	390	–	(390)	–
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	–	–	–	(1.853)	(1.853)
Reserva de lucros	14.d	–	–	5.557	(5.557)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**38.823**	**2.271**	**32.478**	–	**73.572**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Morrinhos" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico de Morrinhos, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Morrinhos foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em novembro de 2015 com a produção anual estimada de 15,0 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWmédio]	Garantia Física solicitada alteração [MWmédio]	Garantia Física outorgada [MWmédio]	Sobra de Energia
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	11/09/2012	10/09/2047	15	17,2	17,1	2,1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 7.800 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 30.933, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados	**Taxa anual de depreciação**
Classe de imobilizado	
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o

Continua...

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	**15**	22.400	24.574
Custo da geração de energia	**16**	(8.070)	(9.435)
Lucro bruto		**14.330**	**15.139**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(361)	(646)
Outras receitas operacionais, líquidas	**16**	66	46
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**14.035**	**14.539**
Despesas financeiras	**17**	(5.667)	(7.562)
Receitas financeiras	**17**	329	436
		(5.338)	**(7.126)**
Resultado antes dos impostos		**8.697**	**7.413**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(902)	(973)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	5	23
Lucro líquido do exercício		**7.800**	**6.463**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	7.800	6.463
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**7.800**	**6.463**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**7.800**	**6.463**
Ajustes para:			
Depreciações	**11**	3.943	3.935
Juros sobre financiamentos	**13**	5.150	6.298
Amortização de custos de transação	**13**	97	93
Provisão de ressarcimento	**12**	1.499	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	902	973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	(5)	(23)
		19.386	**17.739**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		239	68
Contas a receber de partes relacionadas		–	2.925
Despesas antecipadas		128	(191)
Adiantamento a fornecedores		(7)	–
Tributos e contribuições a compensar		(3)	(27)
Fornecedores		148	1.066
Outras contas a pagar		(149)	206
Obrigações fiscais		(291)	553
Contas a pagar à partes relacionadas		–	(255)
Parcelamento de impostos		–	(51)
Tributos diferidos		(9)	(49)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**19.442**	**21.984**
Impostos pagos sobre o lucro		(622)	(1.056)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**18.820**	**20.928**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**11**	(1.000)	–
Baixa de intangível		–	14
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**(1.000)**	**14**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(69)	(669)
Dividendos pagos		–	(5.216)
Recebimento de partes relacionadas		19.822	–
Pagamento de principal de financiamentos	**13**	(3.602)	(3.112)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**13**	(5.188)	(6.088)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		**10.963**	**(15.085)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**28.783**	**5.857**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.215**	**2.358**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**36.998**	**8.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.
A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.
Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de
realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor;
• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	52	36
Aplicações financeiras	36.946	8.179
	36.998	**8.215**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco Bradesco foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.773	3.012
	2.773	**3.012**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.
Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	712	20.487
	712	**20.487**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	1.853	–
	1.900	**–**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.
(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.
As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.
Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.701
	4.770	**4.701**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13).
Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.
As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	739	(131)	608	633
Aerogeradores	4%	118.855	(21.331)	97.524	101.442
Imobilizado em andamento		1.000	–	1.000	–
		120.594	**(21.462)**	**99.132**	**102.075**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	739	–	–	–	739
Aerogeradores	118.855	–	–	–	118.855
Imobilizado em andamento	–	1.000	–	–	1.000
	119.594	**1.000**	**–**	**–**	**120.594**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	739	–	–	–	739
Aerogeradores	118.855	–	–	–	118.855
	119.594	**–**	**–**	**–**	**119.594**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(106)	(25)	–	–	(131)
Aerogeradores	(17.413)	(3.918)	–	–	(21.331)
	(17.519)	**(3.943)**	**–**	**–**	**(21.462)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(87)	(19)	–	–	(106)
Aerogeradores	(13.497)	(3.916)	–	–	(17.413)
	(13.584)	**(3.935)**	**–**	**–**	**(17.519)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Morrinhos baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	5,3%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:
• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,3%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;
• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis.
• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).
O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.
A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.
Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.
Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.
Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.049
Constituição	1.499
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.548**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.974	1.049
Provisão para ressarcimento longo prazo	574	–
	2.548	**1.049**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.
Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	46.277	48.897
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	20.103	21.124
Custos com a captação			(1.103)	(1.201)
			65.277	**68.820**
Passivo circulante			4.018	3.560
Passivo não circulante			61.259	65.260

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.378, com vencimento final para março de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
(b) Em 2 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 24.162, com vencimento final para março de 2032.
Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	4.018
2022 a 2024	13.289
2025 a 2027	16.715
2028 a 2030	21.041
2031 a 2033	10.214
Total	**65.277**

13.1.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.701	68.820	–	38.823	112.344
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	69	–	–	–	69
Pagamento de juros	–	(5.188)	–	–	(5.188)
Pagamento de principal	–	(3.602)	–	–	(3.602)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	69	(8.790)	–	–	(8.721)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	5.150	–	–	5.150
Custos de captação amortizados	–	97	–	–	97
Dividendos propostos no exercício	–	–	1.853	–	1.853
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	5.247	1.853	–	7.100
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.770	65.277	1.853	38.823	110.723

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.032	71.629	3.681	38.823	118.165
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	669	–	–	–	669
Pagamento de juros	–	(6.088)	–	–	(6.088)
Pagamento de financiamentos	–	(3.112)	–	–	(3.112)
Dividendos pagos	–	–	(5.216)	–	(5.360)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	669	(9.200)	(5.216)	–	(13.747)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	6.298	–	–	6.298
Custos de captação amortizados	–	93	–	–	93
Dividendos propostos no exercício	–	–	1.535	–	1.535
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	6.391	1.535	–	7.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.701	68.820	–	38.823	112.344

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.1.2 ***Covenants***

A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.1.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.1.4 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.558

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 38.823, dividido em 38.823.068 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Capital Social Acionistas	2020	2019
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	38.823	38.823

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	7.800	6.463
Constituição de reserva legal - 5%	390	323

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	7.800	6.463
Constituição de reserva legal - 5%	(390)	(323)
	7.410	**6.140**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(1.853)	(1.535)
Lucros retidos	5.557	4.605

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia	**2020**	**2019**
Geração em MW/h	124.564	139.416
Receita bruta venda de energia	24.804	25.505
Ressarcimento de Energia [1]	(1.499)	–
(-) PIS / COFINS	(905)	(931)
	22.400	**24.574**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 1.499, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custo da geração de energia	(8.070)	(9.435)
Despesas gerais e administrativas	(361)	(646)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	66	46
	(8.365)	**(10.035)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.563)	(1.676)
Compra de energia	(766)	(323)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(427)	(845)
Despesa com pessoal	(411)	(959)
Serviços de terceiros	(12)	(32)
Depreciação	(3.943)	(3.935)
Arrendamentos	(335)	(367)
Manutenção	(774)	(729)
Viagens e estadias	(3)	–
Outras despesas administrativas	(189)	(157)
Penalidade por insuficiência de lastro	–	(1.048)
Outros	58	36
	(8.365)	**(10.035)**

17 Resultado financeiro	**2020**	**2019**
Despesas bancárias	(126)	(120)
IOF	(1)	(470)
Juros de financiamentos	(5.150)	(6.298)
Amortização do custo de captação	(97)	(93)
Custo de estruturação da dívida	(293)	(431)
Juros e multa de mora	–	(150)
Total das despesas financeiras	**(5.667)**	**(7.562)**
Juros recebidos	–	72
Receita de aplicação financeira	329	364
Total das receitas financeiras	**329**	**436**
Resultado financeiro	**(5.338)**	**(7.126)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita com venda de energia	25.039	26.239
Outras receitas	454	554
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.457	2.653
Base de cálculo CSLL 12% (*)	454	3.703
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	680	732
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	222	241
Imposto de renda e contribuição social correntes	**902**	**973**
Taxa efetiva	*15,24%*	*15,30%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**5**	**23**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 5 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 23 em 2019).

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	52	36	52	36
Aplicações financeiras	36.946	8.179	36.946	8.179
Contas a receber de clientes	2.773	3.012	2.773	3.012
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.701	4.770	4.701
Partes relacionadas	712	20.487	712	20.342
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	192	44	192	44
Financiamentos	4.018	3.560	4.018	3.560
Partes relacionadas	1.900	-	1.900	-
Não circulante				
Financiamentos	61.259	65.260	61.259	65.260

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	52	–	52	36	–	36
Aplicações financeiras	36.946	–	36.946	8.179	–	8.179
Contas a receber de clientes	–	2.773	2.773	–	3.012	3.012
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	–	4.770	4.770	4.701	–	4.701
Partes relacionadas	–	712	712	–	20.487	20.487
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	192	192	–	44	44
Financiamentos	–	4.018	4.018	–	3.560	3.560
Partes relacionadas	–	1.900	1.900	–	–	–
Não circulante						
Financiamentos	–	61.259	61.259	–	65.260	65.260

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	52	52	–	–
Aplicações financeiras	36.946	36.946	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.770	–	–

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	36	36	–	–
Aplicações financeiras	8.179	8.179	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.701	4.701	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	36.946	8.179
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.701
Contas a receber de clientes	2.773	3.012

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	65.277	68.820
Fornecedores	192	44

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	36.946	8.179
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.701
	41.716	**12.880**
Passivo		
Financiamentos	65.227	68.820

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	41.716	Redução do CDI	860	574

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	66.380	Aumento da TJLP	3.775	4.530

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor **SuiSheng Huang** - Diretor **Vagner Garcia Toneli** - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Morrinhos Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morrinhos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

Andorinha Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 17.613.512/0001-26

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	32.013	11.347	Fornecedores		161	40
Contas a receber de clientes	8	2.873	3.129	Provisões	12	1.189	650
Despesas antecipadas		183	154	Financiamentos	13	4.124	3.672
Adiantamentos a fornecedores		3	1	Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Tributos e contribuições a compensar		19	16	Adiantamento de clientes		11	10
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	47	-
Total do ativo circulante		**35.091**	**14.647**	Dividendos	9	2.013	-
				Obrigações fiscais		170	173
Contas a receber de partes relacionadas	9	712	11.783	IRPJ e CSLL		219	231
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.886	4.808	Tributos diferidos		-	89
Despesas Antecipadas		-	157	**Total do passivo circulante**		**7.991**	**5.071**
				Provisões	12	611	-
Total do realizável de longo prazo		**5.598**	**16.748**	Financiamentos	13	62.303	66.407
				Imposto de renda e contribuição social diferidos		149	73
Imobilizado	11	107.677	111.006	**Total do passivo não circulante**		**63.063**	**66.480**
				Capital social		41.618	41.618
Total do ativo não circulante		**107.677**	**111.006**	Reserva legal		2.335	1.911
				Reserva de lucros		33.359	27.321
				Total do patrimônio líquido	14	**77.312**	**70.850**
Total do ativo		**148.366**	**142.401**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**148.366**	**142.401**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**41.618**	**1.515**	**21.674**	**-**	**64.807**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.925	7.925
Destinações						
Redução de capital						
Constituição da reserva legal		-	396	-	(396)	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	(844)	(844)
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(1.038)	(1.038)
Reserva de lucros		-	-	5.647	(5.647)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**41.618**	**1.911**	**27.321**	**-**	**70.850**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.475	8.475
Destinações						
Redução de capital						
Constituição da reserva legal	14.b	-	424	-	(424)	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(2.013)	(2.013)
Reserva de lucros	14.d	-	-	6.038	(6.038)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**41.618**	**2.335**	**33.359**	**-**	**77.312**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	23.983	25.554
Custo da geração de energia	16	(8.948)	(9.352)
Lucro bruto		**15.035**	**16.202**
Despesas gerais e administrativas	16	(358)	(646)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	133	(48)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**14.810**	**15.508**
Despesas financeiras	17	(5.703)	(7.248)
Receitas financeiras	17	337	707
		(5.366)	**(6.541)**
Resultado antes dos impostos		**9.444**	**8.967**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(973)	(1.067)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	25
Lucro líquido do exercício		**8.475**	**7.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.475	7.925
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**8.475**	**7.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**8.475**	**7.925**
Ajustes para:			
Depreciações	11	4.329	4.305
Juros sobre financiamentos	13	5.189	6.352
Provisão para ressarcimento	12	1.150	-
Amortização de custos de transação	13	98	94
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	973	1.067
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(25)
		20.209	**19.718**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		256	142
Contas a receber de partes relacionadas		-	(8.574)
Despesas antecipadas		128	(191)
Adiantamentos a fornecedores		(2)	(1)
Tributos e contribuições a compensar		(3)	(8)
Fornecedores		121	668
Obrigações fiscais		(277)	(165)
Parcelamento de impostos		-	(36)
Contas a pagar à partes relacionadas		-	(184)
Outras contas a pagar		(149)	206
Tributos diferidos		(8)	(31)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**20.275**	**11.544**
Impostos pagos sobre o lucro		(710)	(1.091)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**19.565**	**10.453**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(1.000)	(2.234)
Baixa de intangível		-	13
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.000)**	**(2.221)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(78)	(781)
Dividendos pagos		-	(5.617)
Adiantamentos para futuro aumento de capital			
Recebimento de partes relacionadas		11.118	-
Captação de financiamentos		-	982
Pagamento de principal de financiamentos	13	(3.716)	(3.210)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.223)	(6.141)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		**2.101**	**(14.767)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**20.666**	**(6.429)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**11.347**	**17.776**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**32.013**	**11.347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Andorinha Energias Renováveis S.A. ("Andorinha" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 26 de novembro de 2012 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Andorinha, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A Andorinha foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em novembro de 2015 com a produção anual estimada de 15,9 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWmédio]	Garantia Física solicitada alteração [MWmédio]	Garantia Física outorgada [MWmédio]	Sobra de Energia
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	11/09/2012	10/09/2047	15,9	17,9	17,9	2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil .

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 8.475 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 27.100, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12** – Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada sobre a presunção de 12% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Continuação

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato
• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	35	37
Aplicação financeira	31.978	11.310
	32.013	**11.347**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual e Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.873	3.129
	2.873	**3.129**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2020 a vencer em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	712	11.783
	712	**11.783**

	2020	2019
Passivo circulante		
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A (a)	47	-
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	**2.013**	**-**
	2.060	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co$_2$, Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	4.808
	4.886	**4.808**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13).

Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	678	(101)	577	596
Aerogeradores	4%	129.321	(23.221)	106.100	110.410
Imobilizado em andamento		1.000	-	1.000	-
		130.999	**(23.322)**	**107.677**	**111.006**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	-	-	-	678
Aerogeradores	129.321	-	-	-	129.321
Imobilizado em andamento	-	1.000	-	-	1.000
	129.999	**1.000**	**-**	**-**	**130.999**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	-	-	-	678
Aerogeradores	127.087	2.234	-	-	129.321
	127.765	**2.234**	**-**	**-**	**129.999**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(82)	(19)	-	-	(101)
Aerogeradores	(18.911)	(4.310)	-	-	(23.221)
	(18.993)	**(4.329)**	**-**	**-**	**(23.322)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(63)	(19)	-	-	(82)
Aerogeradores	(14.625)	(4.286)	-	-	(18.911)
	(14.688)	**(4.305)**	**-**	**-**	**(18.993)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Ventos de Andorinha baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	5,4%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,4%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	650
Constituição	1.150
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.800**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.189	650
Provisão para ressarcimento longo prazo	611	-
	1.800	**650**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25 , parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/02/2032	47.554	50.283
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/02/2032	19.967	20.988
Custos com a captação			(1.094)	(1.192)
			66.427	**70.079**
Passivo circulante			4.124	3.672
Passivo não circulante			62.303	66.407

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	4.124
2022 a 2024	13.689
2025 a 2027	17.174
2028 a 2030	21.568
2031 a 2033	9.873
Total	**66.427**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Dividendos a pagar	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.808	70.079	-	41.618	116.505
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	78	-	-	-	78
Pagamento de juros	-	(5.223)	-	-	(5.223)
Pagamento de principal	-	(3.716)	-	-	(3.716)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	78	(8.939)	-	-	(8.861)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	5.189	-	-	5.189
Custos de captação amortizados	-	98	-	-	98
Dividendos a pagar	-	-	2.013	-	2.013
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	5.287	2.013	-	7.300
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.886	66.427	2.013	41.618	114.944

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Dividendos a pagar	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.027	72.002	3.715	41.618	121.362
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	781	-	-	-	781
Recursos recebidos de financiamnetos	-	982	-	-	982
Pagamento de juros	-	(6.141)	-	-	(6.141)
Pagamento de financiamentos	-	(3.210)	-	-	(3.210)
Dividendos pagos	-	-	(5.617)	-	(5.617)

Continuação

Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	781	(8.369)	(5.617)	-	(13.205)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	6.352	-	-	6.352
Custos de captação amortizados	-	94	-	-	94
Dividendos propostos no exercício	-	-	1882	-	1. 882
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	6.446	1.882	-	8.328
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.808	70.079	-	41.618	116.485

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.364

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 41.618, dividido em 41.618.146 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	41.618	41.618

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	8.475	7.925
Constituição de reserva legal – 5%	424	396

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	8.475	7.925
Constituição de reserva legal – 5%	(424)	(396)
	8.051	**7.529**
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(2.013)	(1.882)
Lucros retidos	6.038	5.647

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renovaveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	**2019**
Geração em MW/h	133.162	147.921
Receita bruta de venda de energia	26.085	26.522
Ressarcimento de Energia [1]	(1.150)	-
(-) PIS / COFINS	(952)	(968)
	23.983	**25.554**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 1.150, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	**2019**
Custo da geração de energia	(8.948)	(9.352)
Despesas gerais e administrativas	(358)	(646)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	133	(48)
	(9.173)	**(10.046)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.588)	(1.698)
Compra de energia	(806)	(339)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(371)	(743)
Despesa com pessoal	(411)	(959)
Serviços de terceiros	(17)	(29)
Depreciação	(4.329)	(4.305)
Arrendamentos	(383)	(383)
Manutenção	(1.204)	(724)
Outras despesas administrativas	(189)	(157)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(650)
Outros	126	(59)
	(9.173)	**(10.046)**

17 Resultado financeiro

	2020	**2019**
Despesas bancárias	(122)	(118)
IOF	(1)	(86)
Juros de financiamentos	(5.189)	(6.352)
Amortização do custo de captação	(98)	(143)
Custo de estruturação da dívida	(293)	(520)
Juros e multa de mora	-	(29)
Total das despesas financeiras	**(5.703)**	**(7.248)**
Receita de aplicação financeira	334	707
Outras receitas financeiras	3	-
Total das receitas financeiras	**337**	**707**
Resultado financeiro líquido	**(5.366)**	**(6.541)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	**2019**
Receita com venda de energia	26.314	27.344
Outras receitas	549	730
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.654	2.918
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.706	4.012
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	732	799
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	241	268
Imposto de renda e contribuição social correntes	**973**	**1.067**
Taxa efetiva	*15,30%*	*15,40%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**(5)**	**(25)**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente. **(**)** O saldo de R$ 5 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 25 em 2019).

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		**Valor contábil**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35	37	35	37
Aplicações financeiras	31.978	11.310	31.978	11.310
Contas a receber de clientes	2.873	3.129	2.873	3.129
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	4.808	4.886	4.808
Partes relacionadas	712	11.783	712	11.783
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	161	40	161	40
Financiamentos	4.124	3.672	4.124	3.672
Partes relacionadas	2.060	-	2.060	-
Não circulante				
Financiamentos	62.303	66.407	62.303	66.407

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			**2019**		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35	37	-	37
Aplicações financeiras	31.978	-	31.978	11.310	-	11.310
Contas a receber de clientes	-	2.873	2.873	-	3.129	3.129
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	-	4.886	4.808	-	4.808
Partes relacionadas	-	712	712	-	11.783	11.783
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	161	161	-	40	40
Financiamentos	-	4.124	4.124	-	3.672	3.672
Partes relacionadas	-	2.060	2.060	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	62.303	62.303	-	66.407	66.407

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	35	35	-	-
Aplicações financeiras	31.978	31.978	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	4.886	-	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	37	37	-	-
Aplicações financeiras	11.310	11.310	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.808	4.808	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	31.978	11.310
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	4.808
Contas a receber de clientes	2.873	3.129

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	66.427	70.079
Fornecedores	161	40

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	31.978	11.310
Aplicações financeiras vinculadas	4.886	4.808
	36.864	**16.118**
Passivo		
Financiamentos	66.427	70.079

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Aplicações financeiras	36.864	Redução do CDI	760	507

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Financiamentos	67.521	Aumento da TJLP	3.840	4.608

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Andorinha Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andorinha Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorinha Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

CGN

Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.613.280/0001-06

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. **A Administração**. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	23.470	12.039	Fornecedores		151	44
Contas a receber de clientes	**8**	2.719	2.785	Provisões	**12**	6.566	4.582
Despesas antecipadas		184	156	Financiamentos	**13**	4.077	3.627
Adiantamento a fornecedores		1	–	Adiantamento de clientes		9	9
Tributos e contribuições a compensar		60	59	Contas a pagar à partes relacionadas	**9**	47	–
				Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Total do ativo circulante		**26.434**	**15.039**	Dividendos a pagar	**9**	1.510	–
Contas a receber de partes relacionadas	**9**	712	3.569	Obrigações fiscais		79	79
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	4.860	4.784	IRPJ e CSLL a pagar		200	231
Despesas antecipadas		–	158	Tributos diferidos		–	78
				Total do passivo circulante		**12.696**	**8.856**
Total do realizável de longo prazo		**5.572**	**8.511**	Provisões	**12**	590	–
Imobilizado	**11**	104.111	107.267	Financiamentos	**13**	63.149	67.202
				Imposto de renda e contribuição social diferidos		140	63
Total do ativo não circulante		**104.111**	**107.267**	**Total do passivo não circulante**		**63.879**	**67.265**
				Capital social		39.971	39.971
				Reserva legal		1.283	966
				Reserva de lucros		18.288	13.759
				Total do patrimônio líquido	**14**	**59.542**	**54.696**
Total do ativo		**136.117**	**130.817**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**136.117**	**130.817**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**39.971**	**848**	**12.075**	–	**52.894**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.364	2.364
Constituição da reserva legal		–	118	–	(118)	–
Dividendos mínimo obrigatório		–	–	–	(562)	(562)
Reserva de lucros		–	–	1.684	(1.684)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**39.971**	**966**	**13.759**	–	**54.696**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.356	6.356
Constituição da reserva legal	14.b	–	317	–	(317)	–
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	–	–	–	(1.510)	(1.510)
Reserva de lucros	14.d	–	–	4.529	(4.529)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**39.971**	**1.283**	**18.288**	–	**59.542**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. ("Campo Formoso I" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do parque eólico de Campo Formoso I, no município de Campo Formoso-BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Campo Formoso I foi vencedora do Leilão de Energia A-5 nº 07 de 2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 22 de janeiro de 2016 e possui a produção anual estimada de 15,5 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWmédio]	Garantia Física solicitada alteração [MWmédio]	Garantia Física outorgada [MWmédio]	Sobra de Energia
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	11/09/2012	10/09/2047	15,5	16,9	16,9	1,4

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 6.356 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 13.738, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment ativo imobilizado*);
- **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados	**Taxa anual de depreciação**
Classe de imobilizado	
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada

Continua...

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	**15**	21.106	23.498
Custo da geração de energia	**16**	(8.047)	(13.010)
Lucro bruto		**13.059**	**10.488**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(359)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16**	6	(24)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**12.706**	**9.817**
Despesas financeiras	**17**	(5.836)	(7.135)
Receitas financeiras	**17**	369	639
		(5.467)	**(6.496)**
Resultado antes dos impostos		**7.239**	**3.321**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(882)	(978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	(1)	21
Lucro líquido do exercício		**6.356**	**2.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	6.356	2.364
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**6.356**	**2.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**6.356**	**2.364**
Ajustes para:			
Depreciações	**11**	4.156	4.144
Juros sobre financiamentos	**13**	5.307	6.472
Provisão para ressarcimento	**12**	2.574	
Amortização de custos de transação	**13**	100	94
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	882	978
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	1	(21)
		19.376	**14.031**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		66	10
Contas a receber de partes relacionadas		–	(2.105)
Despesas antecipadas		130	(193)
Adiantamento para fornecedores		(1)	–
Tributos e contribuições a compensar		(1)	(2)
Fornecedores		107	4.600
Obrigações fiscais		(304)	(138)
Outras contas a pagar		(149)	206
Contas a pagar à partes relacionadas		–	(184)
Parcelamento de impostos		–	(20)
Tributos diferidos		(2)	(24)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**19.222**	**16.181**
Impostos pagos sobre o lucro		(609)	(933)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**18.613**	**15.248**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**11**	(1.000)	(489)
Baixa de intangível		–	6
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(1.000)**	**(483)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(76)	(784)
Recebimento de partes relacionadas		2.904	
Pagamento de principal de financiamentos	**13**	(3.669)	(6.261)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**13**	(5.341)	(3.168)
Dividendos pagos		–	(3.381)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(6.182)**	**(13.594)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**11.431**	**1.171**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**12.039**	**10.868**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**23.470**	**12.039**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*"impairment"*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e Bancos	43	16
Aplicação financeira	23.427	12.023
	23.470	**12.039**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual e Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.719	2.785
	2.719	**2.785**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2020 a vencer em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	712	3.569
	712	**3.569**
Passivo circulante		
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	1.510	–
	1.557	–

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.784
	4.860	**4.784**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13).

Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	641	(96)	545	563
Aerogeradores	4%	125.019	(22.453)	104.566	106.704
Imobilizado em andamento		1.000	–	1.000	1.000
		126.660	**(22.549)**	**104.111**	**107.267**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	641	–	–	–	641
Aerogeradores	125.019	–	–	–	125.019
Imobilizado em andamento	–	1.000	–	–	1.000
	125.660	**1.000**	–	–	**126.660**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	641	–	–	–	641
Aerogeradores	124.530	489	–	–	125.019
	125.171	**489**	–	–	**125.660**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(78)	(18)	–	–	(96)
Aerogeradores	(18.315)	(4.138)	–	–	(22.453)
	(18.393)	**(4.156)**	–	–	**(22.549)**

	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(60)	(18)	–	–	(78)
Aerogeradores	(14.189)	(4.126)	–	–	(18.315)
	(14.249)	**(4.144)**	–	–	**(18.393)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Ventos de Campo Formoso I baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	5,2%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,2%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.582
Constituição	2.574
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.156**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	6.566	4.582
Provisão para ressarcimento longo prazo	590	–
	7.156	**4.582**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, no curso normal de seus negócios.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com possibilidade de perda avaliados como possível somam o montante de R$ 112.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	47.604	50.270
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	20.758	21.795
Custos com a captação			(1.136)	(1.236)
			67.226	**70.829**
Passivo circulante			4.077	3.627
Passivo não circulante			63.149	67.202

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	4.077
2022 a 2024	13.535
2025 a 2027	17.024
2028 a 2030	21.432
2031 a 2033	11.158
Total	**67.226**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.784	70.829	–	39.971	115.584
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	76	–	–	–	76
Pagamento de juros	–	(5.341)	–	–	(5.341)
Pagamento de principal	–	(3.669)	–	–	(3.669)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	76	(9.010)	–	–	(8.934)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	5.307	–	–	5.307
Custos de captação amortizados	–	100	–	–	100
Dividendos propostos no exercício	–	–	1.510	–	1.510
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	5.407	1.510	–	6.917
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.860	67.226	1.510	39.971	113.567

	Ativo	Passivo	Patrimônio Liquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.000	73.692	2.819	39.971	120.482
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	784	–	–	–	784
Pagamento de juros	–	(3.168)	–	–	(3.168)

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Ativo	Passivo	Patrimônio Liquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Pagamento de financiamentos	–	(6.261)	–	–	(6.261)
Dividendos pagos	–	–	(3.381)	–	(3.381)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	784	(9.429)	(3.381)	–	(12.026)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	6.472	–	–	6.472
Custos de captação amortizados	–	94	–	–	94
Dividendos propostos no exercício	–	–	562	–	562
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	6.566	562	–	7.128
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.784	70.829	–	39.971	115.584

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.124

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 39.971. O capital é dividido em 39.970.930 ações, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	39.971	39.971

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	6.356	2.364
Constituição de reserva legal - 5%	317	118

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	6.356	2.364
Constituição de reserva legal - 5%	(317)	(118)
	6.039	**2.246**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(1.510)	(562)
Lucros retidos	4.529	1.684

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia	**2020**	**2019**
Geração em MW/h	116.892	132.990
Receita bruta venda de energia	24.577	24.388
Ressarcimento de Energia [1]	(2.574)	–
(-) PIS / COFINS	(897)	(890)
	21.106	**23.498**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 2.574, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custos da geração de energia	(8.047)	(13.010)
Despesas gerais e administrativas	(359)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	(24)
	(8.400)	**(13.681)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.563)	(1.657)
Compra de energia	(787)	(319)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(302)	(723)
Despesa com pessoal	(411)	(959)
Serviço de terceiros	(43)	(32)
Depreciação	(4.156)	(4.144)
Arrendamentos	(359)	(351)
Manutenção	(586)	(721)
Outras despesas administrativas	(189)	(157)
Viagens e estadias	(1)	(1)
Penalidade por insuficiência de lastro	–	(4.582)
Outros	(3)	(35)
	(8.400)	**(13.681)**

17 Resultado financeiro líquido	**2020**	**2019**
Despesas bancárias	(125)	(121)
IOF	(3)	(2)
Juros de financiamentos	(5.307)	(6.472)
Amortização do custo de captação	(100)	(94)
Juros de parcelamentos e fornecedores	–	(2)
Custo de estruturação da dívida	(301)	(444)
Despesa financeira	**(5.836)**	**(7.135)**
Receita de aplicação financeira	369	639
Receita financeira	**369**	**639**
Resultado financeiro líquido	**(5.467)**	**6.496)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido	**2020**	**2019**
Receita com venda de energia	24.621	25.056
Outras receitas	435	675
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.405	2.679
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.389	3.682
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	666	734
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	216	244
Imposto de renda e contribuição social correntes	**882**	**978**
Taxa efetiva	*15,23%*	*15,36%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**1**	**21**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 1 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 21 em 2019).

19 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	43	16	43	16
Aplicações financeiras	23.427	12.023	23.427	12.023
Contas a receber de clientes	2.719	2.785	2.719	2.785
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.784	4.860	4.784
Partes relacionadas	712	3.569	712	3.569
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	151	44	151	44
Financiamentos	4.077	3.627	4.077	3.627
Partes relacionadas	1.557	–	1.557	–
Não circulante				
Financiamentos	63.149	67.202	63.149	67.202

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	43	–	43	16	–	16
Aplicações financeiras	23.427	–	23.427	12.023	–	12.023
Contas a receber de clientes	–	2.719	2.719	–	2.785	2.785
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	–	4.860	4.784	–	4.784
Partes relacionadas	–	712	712	–	3.569	3.569
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	151	151	–	44	44
Financiamentos	–	4.077	4.077	–	3.627	3.627
Partes relacionadas	–	1.557	1.557	–	–	–
Não circulante						
Financiamentos	–	63.149	63.149	–	67.202	67.202

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	43	43	–	–
Aplicações financeiras	23.427	23.427	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.860	–	–

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	16	16	–	–
Aplicações financeiras	12.023	12.023	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.784	4.784	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	23.427	12.023
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.784
Contas a receber de clientes	2.719	2.785

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	67.226	70.829
Fornecedores	151	44

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	23.427	12.023
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.784
	28.287	**16.807**
Passivo		
Financiamentos	67.226	70.829

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Aplicações financeiras	28.287	Redução do CDI	583	389

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Financiamentos	68.362	Aumento da TJLP	3.888	4.666

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor **SuiSheng Huang** - Diretor **Vagner Garcia Toneli** - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.613.629/0001-00

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. **A Administração**. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.550	1.580	Fornecedores		909	1.897
Contas a receber de clientes	8	2.802	3.194	Provisões	12	255	106
Empréstimos com partes relacionadas	9	235	–	Financiamentos	13	4.106	3.653
Despesas antecipadas		185	155	Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Adiantamento a fornecedor		121	101	Adiantamento de clientes		9	–
Tributos e contribuições a compensar		3	4	Contas a pagar à partes relacionadas	9	–	53
				Dividendos a pagar	9	986	–
				Obrigações fiscais		182	186
Total do ativo circulante		**6.896**	**5.034**	IRPJ e CSLL a pagar		201	223
Contas a receber de partes relacionadas	9	687	–	Tributos diferidos		–	91
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.862	4.787	**Total do passivo circulante**		**6.705**	**6.415**
Despesas antecipadas		–	157	Provisões	12	590	–
				Financiamentos	13	62.877	66.960
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	–	1.336
Total do realizável de longo prazo		**5.549**	**4.944**	Impostos de renda e contribuição social diferidos		147	74
Imobilizado	11	156.910	162.065	**Total do passivo não circulante**		**63.614**	**68.370**
				Capital social		82.548	82.548
				Adiantamento para futuro aumento de capital		–	1.386
Total do ativo não circulante		**156.910**	**162.065**	Reserva legal		1.081	873
				Reserva de lucros		15.407	12.451
				Total do patrimônio líquido	14	**99.036**	**97.258**
Total do ativo		**169.355**	**172.043**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**169.355**	**172.043**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**82.548**	–	**693**	**9.870**	–	**93.111**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	3.620	3.620
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	1.386	–	–	–	1.386
Constituição da reserva legal		–	–	180	–	(180)	–
Dividendos mínimo obrigatório		–	–	–	–	(859)	(859)
Reserva de lucros		–	–	–	2.581	(2.581)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**82.548**	**1.386**	**873**	**12.451**	–	**97.258**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	4.150	4.150
Constituição da reserva legal	14.b	–	–	208	–	(208)	–
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	14.a		(1.386)	–	–	–	(1.386)
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	–	–	–	–	(986)	(986)
Reserva de lucros	14.d	–	–	–	2.956	(2.956)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**82.548**	–	**1.081**	**15.407**	–	**99.036**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. ("Campo Formoso II" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do parque eólico de Campo Formoso II, localizado no município de Campo Formoso-BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Campo Formoso II foi vencedora do Leilão de Energia A-5 nº 07 de 2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2015 e possui a produção anual estimada de 15,5 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWmédio]	Garantia Física solicitada alteração [MWmédio]	Garantia Física outorgada [MWmédio]	Sobra de Energia
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	05/09/2012	04/09/2047	15,5	17,8	17,8	2,3

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 2.636 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 539, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas praticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados	**Taxa anual de depreciação**
Classe de imobilizado	
Móveis e utensílios	6%
Equipamentos de informática	20%
Aerogeradores	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Com-

Continua...

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	24.003	25.481
Custo da geração de energia	16	(12.635)	(13.170)
Lucro bruto		**11.368**	**12.311**
Despesas gerais e administrativas	16	(476)	(847)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	(79)	57
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**10.813**	**11.521**
Despesas financeiras	17	(5.952)	(7.289)
Receitas financeiras	17	142	340
		(5.810)	**(6.949)**
Resultado antes dos impostos		**5.003**	**4.572**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(860)	(974)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	7	22
Lucro líquido do exercício		**4.150**	**3.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.150	3.620
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**4.150**	**3.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**4.150**	**3.620**
Ajustes para:			
Depreciações	11	6.307	6.286
Juros sobre financiamentos	13	5.290	6.458
Provisão para ressarcimento	12	739	
Amortização de custos de transação	13	101	95
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	860	974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(7)	(22)
		17.440	**17.411**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		392	11
Contas a receber de partes relacionadas		–	1.703
Despesas antecipadas		127	(172)
Adiantamentos a fornecedores		(20)	(93)
Tributos e contribuições a compensar		1	64
Fornecedores		(988)	1.341
Obrigações fiscais		(216)	41
Parcelamento de impostos		–	(25)
Contas a pagar à partes relacionadas		–	(4.126)
Adiantamento de clientes		9	–
Outras contas a pagar		(149)	206
Tributos diferidos		(18)	(48)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.578**	**16.313**
Impostos pagos sobre o lucro		(663)	(1.104)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.915**	**15.209**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(1.152)	(197)
Baixa de intangível		–	6
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.152)**	**(191)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos		–	(4.150)
Aplicações financeiras vinculadas		(75)	(785)
Pagamento partes relacionadas		(2.311)	–
Devolução para futuro aumento de capital		(1.386)	–
Pagamento de principal de financiamentos	13	(3.696)	(3.193)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.325)	(6.247)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(12.793)**	**(14.375)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.970**	**643**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.580**	**937**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3.550**	**1.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

panhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*"impairment"*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e Bancos	28	45
Aplicação financeira	3.522	1.535
	3.550	**1.580**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.802	3.194
	2.802	**3.194**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Andorinha Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Sertão Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Morrinhos Energias Renováveis S/A (a)	47	–
Contas a receber de partes relacionadas	**235**	**–**
	2020	**2019**
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	687	–
Contas a pagar à partes relacionadas	**687**	**–**
	2020	**2019**
Passivo circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (a)	–	53
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	986	–
	986	**53**
	2020	**2019**
Passivo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	–	1.336
	–	**1.336**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.862	4.787
	4.862	**4.787**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Móveis e utensílios	5%	41	(28)	13	33
Equipamentos de informática	20%	143	(34)	109	88
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	952	(136)	816	845
Aerogeradores	4%	187.051	(33.773)	153.278	159.472
Sistemas de transmissão e conexão	4%	1.288	(164)	1.124	1.178
Peças de reposição e manutenção		570	–	570	449
Imobilizado em andamento		1.000	–	1.000	–
		191.045	**(34.135)**	**156.910**	**162.065**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	41	–	–	–	41
Equipamentos de informática	112	31	–	–	143
Edificações, obras civis e benfeitorias	952	–	–	–	952
Aerogeradores	187.051	–	–	–	187.051
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	–	–	–	1.288
Peças de reposição e manutenção	449	121	–	–	570
Imobilizado em andamento	–	1.000	–	–	1.000
	189.893	**1.152**	**–**	**–**	**191.045**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Móveis e utensílios	2	39	–	–	41
Equipamentos de informática	100	12	–	–	112
Edificações, obras civis e benfeitorias	952	–	–	–	952
Aerogeradores	187.015	36	–	–	187.051
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	–	–	–	1.288
Peças de reposição e manutenção	339	110	–	–	449
	189.696	**197**	**–**	**–**	**189.893**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Equipamentos de informática	(8)	(26)	–	–	(34)
Móveis e utensílios	(24)	(4)	–	–	(28)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(107)	(29)	–	–	(136)
Aerogeradores	(27.579)	(6.194)	–	–	(33.773)
Sistemas de transmissão e conexão	(110)	(54)	–	–	(164)
	(27.828)	**(6.307)**	**–**	**–**	**(34.135)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Equipamentos de informática	(5)	(3)	–	–	(8)
Móveis e utensílios	–	(24)	–	–	(24)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(78)	(29)	–	–	(107)
Aerogeradores	(21.403)	(6.176)	–	–	(27.579)
Sistemas de transmissão e conexão	(56)	(54)	–	–	(110)
	(21.542)	**(6.286)**	**–**	**–**	**(27.828)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Campo Formoso II baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	5,4%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,4%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

• Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

• Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes caracteristicas; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	106
Constituição	739
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**845**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	255	106
Provisão para ressarcimento longo prazo	590	–
	845	**106**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19ª, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	47.432	50.117
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	20.684	21.729
Custos com a captação			(1.133)	(1.233)
			66.983	**70.613**
Passivo circulante			4.106	3.653
Passivo não circulante			62.887	66.960

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.414, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.035, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de cai-

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

xa como segue:

2021	4.106
2022 a 2024	13.635
2025 a 2027	17.151
2028 a 2030	21.592
2031 a 2033	10.500
Total	**66.983**

13.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.787	70.613	–	82.548	157.948
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	75	–	–	–	75
Pagamento de juros	–	(5.325)	–	–	(5.325)
Pagamento de principal	–	(3.696)	–	–	(3.696)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	75	(9.021)	–	–	(8.946)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	5.290	–	–	5.290
Custos de captação amortizados	–	101	–	–	101
Dividendos propostos no exercício	–	–	626	–	626
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	5.391	626	–	6.017
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.862	66.983	626	82.548	155.019

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.002	73.500	3.291	82.548	163.341
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas					1.386
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	785	–	–	–	785
Pagamento de juros	–	(6.247)	–	–	(6.247)
Pagamento de financiamentos	–	(3.193)	–	–	(3.193)
Dividendos pagos	–	–	(4.150)	–	(4.150)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	785	(9.440)	(4.150)	–	(11.419)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	6.458	–	–	6.458
Custos de captação amortizados	–	95	–	–	95
Dividendos propostos no exercício	–	–	860	–	860
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	6.553	860	–	7.413
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.787	70.613	–	82.548	159.335

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 ***Covenants***

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.071

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 82.548, dividido em 82.548.447 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	82.548	82.548

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuia o montante de R$ 1.386 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	4.150	3.620
Constituição de reserva legal - 5%	208	180

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	4.150	3.621
Constituição de reserva legal - 5%	(208)	(180)
	3.942	**3.441**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(986)	(860)
Lucros retidos	2.956	2.581

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

15 Receita líquida de venda de energia	**2020**	**2019**
Geração em MW/h	134.787	148.079
Receita bruta venda de energia	25.688	26.453
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(8)	(184)
Ressarcimento de Energia [1]	(739)	–
(-) PIS / COFINS	(938)	(972)
	24.003	**25.481**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 739, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	**2019**
Custos da geração de energia	(12.635)	(13.170)
Despesas gerais e administrativas	(476)	(847)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(79)	57
	(13.190)	**(13.960)**
Encargos de transmissão e conexão	(2.341)	(2.461)
Compra de energia	(790)	(338)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(410)	(895)
Despesa com pessoal	(440)	(971)
Serviço de terceiros	(344)	(330)
Depreciação	(6.307)	(6.286)
Arrendamentos	(379)	(384)
Manutenção	(1.602)	(1.642)
Aluguel	(119)	(110)
Materiais	(47)	(98)
Outras despesas administrativas	(222)	(243)
Viagens e estadias	(80)	(96)
Penalidade por insuficiência de lastro	–	(106)
Outros	(109)	–
	(13.190)	**(13.960)**

17 Resultado financeiro líquido	**2020**	**2019**
Despesas bancárias	(126)	(122)
IOF	(1)	(76)
Juros de financiamentos	(5.290)	(6.458)
Amortização do custo de captação	(101)	(95)
Juros e Multa de mora	(56)	(22)
Custo de estruturação da dívida	(377)	(516)
Outras	(1)	–
Despesa financeira	**(5.952)**	**(7.289)**
Receita de aplicação financeira	142	340
Receita financeira	**142**	**340**
Resultado financeiro líquido	**(5.810)**	**(6.949)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido	**2020**	**2019**
Receita com venda de energia	25.979	27.365
Outras receitas	245	442
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.323	2.644
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.362	3.739
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	651	733
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	209	240
Imposto de renda e contribuição social correntes	**860**	**974**
Taxa efetiva	*15,12%*	*15,24%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**7**	**22**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 7 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 22 em 2019).

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	28	45	28	45
Aplicações financeiras	3.522	1.535	3.522	1.535
Contas a receber de clientes	2.802	3.194	2.802	3.194
Partes relacionadas	235	–	235	–
Não circulante				
Aplicações financeiras	4.862	4.787	4.862	4.787
Partes relacionadas	687	–	687	–
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	909	1.897	909	1.897
Financiamentos	4.106	3.653	4.106	3.653
Partes relacionadas	986	53	986	53
Não circulante				
Financiamentos	62.877	66.960	62.877	66.960
Partes relacionadas	–	1.336	–	1.336

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			**2019**		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	28	–	28	45	–	45
Aplicações financeiras	3.522	–	3.522	1.535	–	1.535
Contas a receber de clientes	–	2.802	2.802	–	3.194	3.194
Partes relacionadas	–	235	235	–	–	–
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	4.862	–	4.862	4.787	–	4.787
Partes relacionadas	–	687	–	–	–	–
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	909	909	–	1.897	1.897
Financiamentos	–	4.106	4.106	–	3.653	3.653
Partes relacionadas	–	986	986	–	53	53
Não circulante						
Financiamentos	–	62.877	62.877	–	66.960	66.960
Partes relacionadas	–	–	–	–	1.336	1.336

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	28	28	–	–
Aplicações financeiras	3.522	3.522	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.862	4.862	–	–

		Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	45	45	–	–
Aplicações financeiras	1.535	1.535	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.787	4.787	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	3.522	1.535
Aplicações financeiras vinculadas	4.862	4.787
Contas a receber de clientes	2.802	3.194

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	66.983	70.613
Fornecedores	909	1.897

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	3.522	1.535
Aplicações financeiras vinculadas	4.862	4.787
	8.384	**6.322**
Passivo		
Financiamentos	66.983	70.613

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Aplicações financeiras	8.384	Redução do CDI	173	115

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%(*)**	**50%(*)**
Financiamentos	68.115	Aumento da TJLP	3.874	4.649

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor **SuiSheng Huang** - Diretor **Vagner Garcia Toneli** - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

Continua...

...Continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

Sertão Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.613.432/0001-70

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	21.433	9.271	Fornecedores		155	27
Contas a receber de clientes	**8**	2.462	2.827	Provisões	**12**	1.977	1.197
Despesas antecipadas		184	156	Financiamentos	**13**	3.459	3.077
Tributos e contribuições a compensar		25	23	Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
				Adiantamento de clientes		8	8
				Dividendos	**9**	1.430	–
Total do ativo circulante		**24.104**	**12.277**	Contas a pagar à partes relacionadas	**9**	47	–
Contas a receber de partes relacionadas	**9**	712	4.789	Obrigações fiscais		286	288
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	4.357	4.287	IRPJ e CSLL a pagar		183	209
Despesas antecipadas		–	157	Tributos diferidos		–	82
				Total do passivo circulante		**7.602**	**5.094**
				Provisões	**12**	513	–
Total do realizável de longo prazo		**5.069**	**9.233**	Financiamentos	**13**	53.588	57.027
Imobilizado	**11**	110.890	114.318	Imposto de renda e contribuição social diferidos		129	68
				Total do passivo não circulante		**54.230**	**57.095**
				Capital social		52.153	52.153
Total do ativo não circulante		**110.890**	**114.318**	Reserva legal		1.709	1.408
				Reserva de lucros		24.369	20.078
				Total do patrimônio líquido	**14**	**78.231**	**73.639**
Total do ativo		**140.063**	**135.828**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**140.063**	**135.828**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**52.153**	**1.100**	**15.688**	–	**68.941**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.162	6.162
Destinações						
Constituição da reserva legal		–	308	–	(308)	–
Dividendos mínimo obrigatório		–	–	–	(1.464)	(1.464)
Reserva de lucros		–	–	4.390	(4.390)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**52.153**	**1.408**	**20.078**	–	**73.639**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.022	6.022
Destinações						
Constituição da reserva legal	14.b	–	301	–	(301)	–
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	–	–	–	(1.430)	(1.430)
Reserva de lucros	14.d	–	–	4.291	(4.291)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**52.153**	**1.709**	**24.369**	–	**78.231**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	**15**	20.307	22.544
Custo da geração de energia	**16**	(8.481)	(8.854)
Lucro bruto		**11.826**	**13.690**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(358)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16**	6	(39)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**11.474**	**13.004**
Despesas financeiras	**17**	(4.971)	(6.507)
Receitas financeiras	**17**	320	565
		(4.651)	**(5.942)**
Resultado antes dos impostos		**6.823**	**7.062**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(810)	(918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	9	18
Lucro líquido do exercício		**6.022**	**6.162**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	6.022	6.162
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**6.022**	**6.162**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**6.022**	**6.162**
Ajustes para:			
Depreciações	**11**	4.428	3.314
Juros sobre financiamentos	**13**	4.504	5.496
Provisão ressarcimento	**12**	1.293	–
Amortização de custos de transação	**13**	87	82
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	810	918
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	(9)	(18)
		17.135	**15.954**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		365	(2)
Contas a receber de partes relacionadas		–	2.918
Despesas antecipadas		129	(192)
Tributos e contribuições a compensar		(2)	(17)
Fornecedores		128	1.217
Obrigações fiscais		(261)	106
Contas a pagar à partes relacionadas		–	(184)
Parcelamento de impostos		–	(17)
Outras contas a pagar		(149)	206
Tributos diferidos		(21)	(38)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**17.324**	**19.951**
Impostos pagos sobre o lucro		(568)	(932)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**16.756**	**19.019**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**11**	(1.000)	(6.494)
Baixa de intangível		–	6
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.000)**	**(6.488)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(70)	(583)
Dividendos pagos		–	(4.050)
Capitação de partes relacionadas		4.124	
Pagamento de principal de financiamentos	**13**	(3.133)	(2.688)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**13**	(4.515)	(5.318)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(3.594)**	**(12.639)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**12.162**	**(108)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**9.271**	**9.379**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**21.433**	**9.271**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Sertão Energias Renováveis S.A. ("Sertão" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico de Sertão, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A Sertão foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em janeiro de 2016 com a produção anual estimada de 12,7 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWmédio]	Garantia Física solicitada alteração [MWmédio]	Garantia Física outorgada [MWmédio]	Sobra de Energia
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	11/09/2012	10/09/2047	12,7	14,8	14,8	2,1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 6.022 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 16.502, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*"impairment"*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	30	45
Aplicações financeiras	21.403	9.226
	21.433	**9.271**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual e Banco do Nordeste - BNB, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI e no Banco do Nordeste - BNB foi de 95% do CDI no exercício, em linha com exercício anterior.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	2.462	2.827
	2.462	**2.827**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	712	4.789
	712	**4.789**
Passivo circulante	**2020**	**2019**
Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. (a)	47	–
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	1.430	–
	1.477	**–**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	4.287
	4.357	**4.287**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	664	(96)	548	566
Aerogeradores	4%	132.324	(22.982)	110.322	113.752
Imobilizado em andamento	4%	1.000	–	1.000	–
		133.988	**(23.078)**	**110.890**	**114.318**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
	Movimentação em 2020				
Edificações, obras civis e benfeitorias	644	–	–	–	664
Aerogeradores	132.324	–	–	–	132.324
Imobilizado em andamento	–	1.000	–	–	1.000
	132.968	**1.000**	**–**	**–**	**133.968**
	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2019**
Edificações, obras civis e benfeitorias	644	–	–	–	644
Aerogeradores	125.830	6.494	–	–	132.324
	126.474	**6.494**	**–**	**–**	**132.968**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
	Movimentação em 2020				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(78)	(18)	–	–	(96)
Aerogeradores	(18.572)	(4.410)	–	–	(22.982)
	(18.650)	**(4.428)**	**–**	**–**	**(23.078)**
	Movimentação em 2019				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2019**
Edificações, obras civis e benfeitorias	(61)	(17)	–	–	(78)
Aerogeradores	(15.275)	(3.297)	–	–	(18.572)
	(15.336)	**(3.314)**	**–**	**–**	**(18.650)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Sertão baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	5,3%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,3%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP),nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.197
Constituição	1.293
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.490**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.977	1.197
Provisão para ressarcimento longo prazo	513	–
	2.490	**1.197**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	40.396	42.658
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	17.614	18.494
Custos com a captação			(963)	(1.048)
			57.047	**60.104**
Passivo circulante			3.459	3.077
Passivo não circulante			53.588	57.027

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	3.459
2022 a 2024	11.484
2025 a 2027	14.445
2028 a 2030	18.185
2031 a 2033	9.474
Total	**57.047**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Dividendos a pagar	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.287	60.104	–	52.153	116.544
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas					
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	70	–	–	–	70
Pagamento de juros	–	(4.515)	–	–	(4.515)
Pagamento de principal	–	(3.133)	–	–	(3.133)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	70	(7.648	–	–	(7.578)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	4.504	–	–	4.504
Custos de captação amortizados	–	87	–	–	87
Dividendos propostos no exercício	–	–	1.430	–	1.430
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	4.591	1.430	–	6.021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.357	57.047	1.430	52.153	114.987

Em milhares de reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Dividendos a pagar	Patrimônio Líquido Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.704	62.532	2.586	52.153	120.975
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	–	–	–	–	–
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	583	–	–	–	583

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Recursos recebidos de financiamentos	–	–	–	–	–
Pagamento de juros	–	(5.318)	–	–	(5.318)
Pagamento de financiamentos	–	(2.688)	–	–	(2.688)
Dividendos pagos	–	–	(4.049)	–	(4.049)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	583	(8.006)	(4.049)	–	(11.472)
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	–	5.496	–	–	5.496
Custos de captação amortizados	–	82	–	–	82
Dividendos propostos no exercício	–	–	1.464	–	1.464
Total das outras variações relacionadas com passivos	–	5.578	1.464	–	7.042
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.287	60.104	–	52.153	116.545

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiro. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	17.925

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 52.153, dividido em 52.152.923 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	52.153	52.153

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A..

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	6.022	6.162
Constituição de reserva legal - 5%	301	308

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	6.022	6.162
Constituição de reserva legal - 5%	(301)	(308)
	5.721	**5.854**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(1.430)	(1.464)
Lucros retidos	4.291	4.390

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia	**2020**	**2019**
Geração em MW/h	108.155	120.580
Receita bruta venda de energia	22.418	23.398
Ressarcimento de Energia [1]	(1.293)	–
(-) PIS / COFINS	(818)	(854)
	20.307	**22.544**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 1.293, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza	**2020**	**2019**
Custo da geração de energia	(8.481)	(8.854)
Despesas gerais e administrativas	(358)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	(39)
	(8.833)	**(9.540)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.561)	(1.664)
Compra de energia	(670)	(277)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(397)	(761)
Despesa com pessoal	(411)	(959)
Serviço de terceiros	(12)	(29)
Depreciação	(4.428)	(3.314)
Arrendamentos	(350)	(347)
Manutenção	(812)	(784)
Outras despesas administrativas	(189)	(157)
Penalidade por insuficiência de lastro	–	(1.197)
Outros	(3)	(51)
	(8.833)	**(9.540)**

17 Resultado financeiro	**2020**	**2019**
Despesas bancárias	(123)	(121)
Juros de financiamentos	(4.504)	(5.496)
Amortização do custo de captação	(87)	(82)
Custo da estruturação da dívida	(257)	(377)
IOF	–	(154)
Juros e multa de mora	–	(277)
Despesa financeira	**(4.971)**	**(6.507)**
Receita de aplicação financeira	320	565
Receita financeira	**320**	**565**
Resultado financeiro	**(4.651)**	**(5.942)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido	**2020**	**2019**
Receita com venda de energia	22.763	23.968
Outras receitas	390	598
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.211	2.516
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.121	3.475
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	613	690
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	197	228
Imposto de renda e contribuição social correntes	**810**	**918**
Taxa efetiva	*15,18%*	*15,31%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**(9)**	**(18)**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 9 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 18 em 2019).

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	30	45	30	45
Aplicações financeiras	21.403	9.226	21.403	9.226
Contas a receber de clientes	2.462	2.827	2.462	2.827
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	4.287	4.357	4.287
Partes relacionadas	712	4.789	712	4.739
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	155	27	155	27
Financiamentos	3.459	3.077	3.459	3.077
Partes relacionadas	1.477	-	1.477	-
Não circulante				
Financiamentos	53.588	57.027	53.588	57.027

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	30	–	30	45	–	45
Aplicações financeiras	21.403	–	21.403	9.226	–	9.226
Contas a receber de clientes	–	2.462	2.462	–	2.827	2.827
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	–	4.357	4.287	–	4.287
Partes relacionadas	–	712	712	–	4.789	4.789
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	155	155	–	27	27
Financiamentos	–	3.459	3.459	–	3.077	3.077
Partes relacionadas	–	1.477	1.477	–	–	–
Não circulante						
Financiamentos	–	53.588	53.588	–	57.027	57.027

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	30	30	–	–
Aplicações financeiras	21.403	21.403	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	4.357	–	–

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	45	45	–	–
Aplicações financeiras	9.226	9.226	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	4.287	4.287	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações Financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem Mercado Ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	21.403	9.226
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	4.287
Contas a receber de clientes	2.462	2.827

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	57.047	60.104
Fornecedores	155	27

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	21.403	9.226
Aplicações financeiras vinculadas	4.357	4.287
	25.760	**13.513**
Passivo		
Financiamentos	57.047	60.104

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Aplicações financeiras	25.760	Redução do CDI	531	354

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,77%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Financiamentos	58.010	Aumento da TJLP	3.299	3.959

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor **SuiSheng Huang** - Diretor **Vagner Garcia Toneli** - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Sertão Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sertão Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

CGN

Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 13.344.343/0001-15

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.480	4	Fornecedores		72	25
Contas a receber de clientes	8	19.014	16.011	Financiamentos	13	4.408	3.910
Despesas antecipadas		184	155	Obrigações sociais e trabalhistas		57	206
Adiantamento a fornecedores		8	6	Adiantamento de clientes		54	54
Tributos e contribuições a compensar		507	748	Dividendos a pagar	9	2.425	-
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	47	77
Total do ativo circulante		**25.193**	**16.924**	Obrigações fiscais		478	463
Contas a receber de partes relacionadas	9	949	-	IRPJ e CSLL a pagar		222	173
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.182	5.122	Tributos diferidos		-	559
Despesas antecipadas		-	156	**Total do passivo circulante**		**7.763**	**5.467**
Total do realizável de longo prazo		**6.131**	**5.278**	Provisões	12	292	-
				Financiamentos	13	72.753	77.130
Imobilizado	11	135.577	141.133	Dividendos a pagar	9	-	1.168
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	-	13.348
Total do ativo não circulante		**135.577**	**141.133**	Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.234	301
				Total do passivo não circulante		**74.279**	**91.947**
				Capital social		66.212	53.570
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.492
				Reserva de lucros		17.424	10.147
				Reserva legal		1.223	712
				Total do patrimônio líquido	14	**84.859**	**65.921**
Total do ativo		**166.901**	**163.335**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**166.901**	**163.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capita social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**53.570**	**-**	**369**	**5.259**	**-**	**59.198**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.861	6.861
Destinações							
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.492	-	-	-	1.492
Constituição de reserva		-	-	343	-	(343)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(1.630)	(1.630)
Retenção de lucros		-	-	-	4.888	(4.888)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**53.570**	**1.492**	**712**	**10.147**	**-**	**65.921**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.213	10.213
Destinações							
Integralização de capital	14.a	12.642	-	-	-	-	12.642
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	14.a	-	(1.492)	-	-	-	(1.492)
Constituição de reserva	14.b	-	-	511	-	(511)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	-	(2.425)	(2.425)
Retenção de lucros	14.d	-	-	-	7.277	(7.277)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**66.212**	**-**	**1.223**	**17.424**	**-**	**84.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. ("Guarás I" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 25 de fevereiro de 2011 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Ventos dos Guarás I, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A Guarás I foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em abril de 2016 com a produção anual estimada de 15,5 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013G97-2MW-HH78m	254	04/06/2014	03/06/2049	15,5	15,8	15,7	0,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 10.213 e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 17.430, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por clausúlas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de energia	15	28.078	31.943
Custo da geração de energia	16	(9.949)	(15.238)
Lucro bruto		**18.129**	**16.705**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(356)	(651)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	120	(43)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**17.893**	**16.011**
Despesas financeiras	17	(6.661)	(8.538)
Receitas financeiras	17	158	343
		(6.503)	**(8.195)**
Resultado antes dos impostos		**11.390**	**7.816**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(912)	(814)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(265)	(141)
Lucro líquido do exercício		**10.213**	**6.861**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.213	6.861
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**10.213**	**6.861**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**10.213**	**6.861**
Ajustes para:			
. Depreciações	11	5.556	5.543
. Juros sobre financiamentos	13	6.088	7.412
. Amortização de custos de transação	13	105	95
. Provisão para ressarcimento	12	292	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	18	912	814
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	265	141
		23.431	**20.866**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(3.003)	(10.178)
. Contas a receber de partes relacionadas		-	974
. Despesas antecipadas		127	(190)
. Adiantamentos a fornecedores		(2)	(1)
. Tributos e contribuições a compensar		241	154
. Fornecedores		47	13
. Obrigações fiscais		(182)	174
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	30
. Outras contas a pagar		(149)	206
. Parcelamento de impostos		-	(47)
. Tributos diferidos		109	510
Caixa proveniente das atividades operacionais		**20.619**	**12.511**
. Impostos pagos sobre o lucro		(666)	(987)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**19.953**	**11.524**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Baixa de intangível		-	10
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		**-**	**10**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações financeiras vinculadas		(60)	240
. Dividendos pagos		(1.168)	(2.216)
. Pagamento partes relacionadas		(1.685)	-
. Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		(1.492)	-
. Pagamento de principal de financiamentos	13	(3.949)	(3.400)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(6.123)	(7.164)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(14.477)**	**(12.540)**
Aumento aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**5.476**	**(1.006)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4**	**1.010**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**5.480**	**4**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*"impairment"*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	383	4
Aplicação financeira	5.097	-
	5.480	**4**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior, em linha com exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	19.014	16.011
	19.014	**16.011**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	949	-
	949	**-**
Passivo circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (a)	-	77
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A (a)	47	-
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	2.425	-
	2.472	**77**
Passivo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	-	1.168
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	-	13.348
	-	**14.516**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020. O montante de R$ 12.642 foi cedido e utilizado para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa 14.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas**,** os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited..

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	5.122
	5.182	**5.122**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	457	(64)	393	404
Aerogeradores	4%	163.417	(28.233)	135.184	140.729
		163.874	**(28.297)**	**135.577**	**141.133**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	457	-	-	-	457
Aerogeradores	163.417	-	-	-	163.417
	163.874	**-**	**-**	**-**	**163.874**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	457	-	-	-	457
Aerogeradores	163.417	-	-	-	163.417
	163.874	**-**	**-**	**-**	**163.874**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(53)	(13)	-	-	(66)
Aerogeradores	(22.688)	(5.543)	-	-	(28.231)
	(22.741)	**(5.556)**	**-**	**-**	**(28.297)**

	Saldo em 2018	Movimentação em 2019 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	(40)	(13)	-	-	(53)
Aerogeradores	(17.158)	(5.530)	-	-	(22.688)
	(17.198)	**(5.543)**	**-**	**-**	**(22.741)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Ventos dos Guarás I baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	9,36%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	2,7%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 2,7%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 9,36% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,86% ao ano.

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição	292
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**292**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	-
Provisão para ressarcimento longo prazo	292	-
	292	**-**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/10/2032	54.763	57.643
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/10/2032	23.628	24.731
Custos com a captação			(1.230)	(1.334)
			77.161	**81.040**
Passivo circulante			4.408	3.910
Passivo não circulante			72.753	77.130

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	4.408
2022 a 2024	14.563
2025 a 2027	18.308
2028 a 2030	23.036
2031 a 2033	16.846
Total	**77.161**

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido		
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de sapital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.122	81.040	1.168	53.570	1.492	142.392
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	12.642	(1.492)	11.150
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	60	-	-	-	-	60
Pagamento de juros	-	(6.123)	-	-	-	(6.123)
Pagamento de principal	-	(3.949)	-	-	-	(3.949)
Dividendos pagos	-	-	(1.168)	-	-	(1.168)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	60	(10.072)	(1.168)	12.642	(1.492)	(30)
Outras variações						
Relacionadas com passivos						
Despesas com juros	-	6.088	-	-	-	6.088
Custos de captação amortizados	-	105	-	-	-	105
Dividendos propostos no exercício	-	-	2.425	-	-	2.425
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	6.193	2.425	-	-	8.618
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.182	77.161	2.425	66.212	-	150.980

	Ativo	Passivo		Patrimônio Líquido	
Em milhares de reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Dividendos a pagar	Capital Social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.362	84.097	1.753	53.570	144.782
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	-	1.492
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	(240)	-	-	-	(240)
Pagamento de juros	-	(7.164)	-	-	(7.164)
Pagamento de financiamentos	-	(3.400)	-	-	(3.400)
Dividendos pagos	-	-	(2.216)	-	(2.216)

Continuação

Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(240)**	**(10.564)**	**(2.216)**	**-**	**(11.528)**
Outras variações					
Relacionadas com passivos					
Despesas com juros	-	7.412	-	-	7.412
Custos de captação amortizados	-	95	-	-	95
Dividendos propostos no exercício	-	-	1.630	-	1.630
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**7.507**	**1.630**	**-**	**9.137**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.122	81.040	1.167	53.570	142.391

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
06/03/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	262
17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	24.143

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 66.212 (R$ 53.570 em 2019), dividido em 66.211.587 ações ordinárias (53.569.717 em 2019), no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019**
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.	66.212	53.570

Aumento de Capital social no exercício corrente foi de R$ 12.642, a Companhia mantinha saldo de contas a pagar com a empresa Complexo Eólico Morrinhos Energias Renováveis S.A., no montante total de R$ 12.642, assim esse montante foi convertido em capital social, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R$ 1.492 de adiantamento para futuro aumento de capital, esse montante foi devolvido em recursos próprios durante o exercício de 2020.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	10.213	6.861
Constituição de reserva legal - 5%	511	343

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "a" do artigo 36 do Estatuto Social, a qual é de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	10.213	6.861
Constituição de reserva legal - 5%	(511)	(343)
Base para destinação de dividendos	**9.702**	**6.518**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.425)	(1.630)
Lucros retidos	**7.277**	**4.888**

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

15 Receita líquida de venda de energia

	2020	**2019**
Geração em MW/h	137.555	148.938
Receita bruta venda de energia	29.445	33.153
Ressarcimento de Energia [1]	(292)	-
(-) PIS / COFINS	(1.075)	(1.210)
	28.078	**31.943**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, que neste caso, gerou um impacto de R$ 292, vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2020	**2019**
Custo da geração de energia	(9.949)	(15.238)
Despesas gerais e administrativas	(356)	(651)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	120	(43)
	(10.185)	**(15.932)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.689)	(1.782)
Compra de energia	(603)	(314)
Liquidação financeira negativa – CCEE	-	(2.556)
Despesas com pessoal	(411)	(959)
Serviços de terceiros	(12)	(29)
Depreciação	(5.556)	(5.543)
Arrendamentos	(362)	(319)
Manutenção	(1.032)	(858)
Outras despesas administrativas	(189)	(157)
Penalidade por insuficiência de lastro	(444)	(3.187)
Outros	113	(228)
	(10.185)	**(15.932)**

17 Resultado financeiro

	2020	**2019**
Despesas bancárias	(126)	(121)
IOF	-	(316)
Juros de financiamentos	(6.088)	(7.412)
Amortização do custo de captação	(105)	(98)
Custo da estruturação da dívida	(342)	(511)
Juros e Multa de mora	-	(80)
Total das despesas financeiras	**(6.661)**	**(8.538)**
Juros recebidos	3	20
Receita de aplicação financeira	152	323
Outras receitas financeiras	3	-
Total das receitas financeiras	158	343
Resultado financeiro	**(6.503)**	**(8.195)**

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2020	**2019**
Receita com venda de energia	26.444	23.056
Outras receitas	356	376
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.472	2.220
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.530	3.142
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	689	616
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	223	198
Imposto de renda e contribuição social correntes	**912**	**814**
Taxa efetiva	*15,19%*	*15,18%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	265	141

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 265 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020 (R$ 141 em 2019).

19 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		**Valor contábil**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	383	4	383	4
Aplicações financeiras	5.097	-	5.097	-
Contas a receber de clientes	19.014	16.011	19.014	16.011
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	5.122	5.182	5.122
Partes relacionadas	949	-	949	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	72	25	72	25
Financiamentos	4.408	3.910	4.408	3.910
Partes relacionadas	2.472	77	2.472	77
Não circulante				
Financiamentos	72.753	77.130	72.753	77.130
Partes relacionadas	-	14.516	-	14.516

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			**2019**		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	383	-	383	4	-	4
Aplicações financeiras	5.097	-	5.097	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	19.014	19.014	-	16.011	16.011
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	-	5.182	5.122	-	5.122
Partes relacionadas	-	949	949	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	72	72	-	25	25
Financiamentos	-	4.408	4.408	-	3.910	3.910
Partes relacionadas	-	2.472	2.472	-	77	77
Não circulante						
Financiamentos	-	72.753	72.753	-	77.130	77.130
Partes relacionadas	-	-	-	-	14.516	14.516

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	383	383	-	-
Aplicações financeiras	5.097	5.097	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	5.182	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.122	5.122	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	5.097	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	5.122
Contas a receber de clientes	19.014	16.011

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	**2019**
Financiamentos	77.161	81.040
Fornecedores	72	25

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	**2019**
Ativo		
Aplicações financeiras	5.097	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.182	5.122
	10.279	**5.122**
Passivo		
Financiamentos	77.161	81.040

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%***	**50%***
Aplicações financeiras	10.279	Redução do CDI	212	141

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Financiamentos	78.391	Aumento da TJLP	4.458	5.350

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TJLP considerados foram de 4,55%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 35.481.793/0001-92

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	102	1	121	8
Empréstimos a partes relacionadas	8	4.920	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	23	-
Total do ativo circulante		**5.022**	**1**	**144**	**8**
Investimentos	9	3.840	7	-	-
Imobilizado em andamento	10	-	-	9.820	-
Total do ativo não circulante		**3.840**	**7**	**9.820**	**-**
Total do ativo		**8.862**	**8**	**9.964**	**8**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Passivo					
Fornecedores		15	-	234	-
Obrigações fiscais		-	-	62	-
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	821	-
Empréstimos de partes relacionadas	8	4.920	-	4.920	-
Total do passivo circulante		4.935	-	6.037	-
Patrimônio líquido					
Capital social		10	10	10	10
Capital social à integralizar		(2)	(2)	(2)	(2)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		4.676	-	4.676	-
Prejuízos acumulados		(757)	-	(757)	-
Total patrimônio líquido	11	**3.927**	**8**	**3.927**	**8**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.862**	**8**	**9.964**	**8**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Capital integralizado	-	8	-	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(2)**	**-**	**-**	**8**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	4.676	4.676
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(757)	-	(757)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(2)**	**(757)**	**4.676**	**3.927**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	12	(16)	-	(752)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(16)**	**-**	**(752)**	**-**
Despesas financeiras	13	-	-	(5)	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	9	(741)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(757)**	**-**	**(757)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(757)	-	(757)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(757)**	**-**	**(757)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	2020	Período de 19 novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(757)**	**-**	**(757)**	**-**
Ajustes para:					
. Resultado de equivalência patrimonial	9	741	-	-	-
Resultado ajustado		**(16)**	**-**	**(757)**	**-**
Variações em:					
. Adiantamentos a fornecedores		-	-	(23)	-
. Fornecedores		15	-	234	-
. Obrigações fiscais		-	-	62	-
. Outras contas a pagar		-	-	821	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades operacionais		**(1)**	**-**	**337**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
. Aplicações em investimento	9	(4.574)	(7)	-	-
. Aquisição de ativo imobilizado	10	-	-	(9.820)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.574)**	**(7)**	**(9.820)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
. Empréstimos a partes relacionadas		(4.920)	-	-	-
. Empréstimos de partes relacionadas		4.920	-	4.920	-
. Integralização de capital		-	8	-	8
. Adiantamento para futuro aumento de capital	11	4.676	-	4.676	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		**4.676**	**8**	**9.596**	**8**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**101**	**1**	**113**	**8**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**	**8**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**102**	**1**	**121**	**8**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

O Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Complexo Tanque Novo" ou "Companhia" e/ou "Grupo"), com sede na Avenida Candido de Abreu, 70 , em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado, constituída em 22 de outubro de 2019 e tem como objeto social administrar os bens próprios e as participaçõ es no capital das empresas que compõem os Parques Eólicos Aura Tanque Novo e Aura Caetité, que após o período pré-operacional explorará as atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O início das operações e a continuidade do Grupo dependem da obtenção de licenças emitidas por órgãos governamentais, e de aportes de capital de seus acionistas. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia, através de capital próprio ou obtendo financiamento com terceiros, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

As participações diretas detidas pela Companhia são:

Companhias	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga
Tanque Novo I	21,2	A-6 2019	183	20/04/2020	20/04/2055
Tanque Novo II	15,9	A-6 2019	192	24/04/2020	24/04/2055
Tanque Novo III	12,6	A-6 2019	194	24/04/2020	24/04/2055
Tanque Novo IV	29,4	A-6 2019	193	24/04/2020	24/04/2055
Tanque Novo V	29,4	A-6 2019	195	24/04/2020	24/04/2055
Tanque Novo VI	29,4	A-6 2019	191	24/04/2020	24/04/2055
Tanque Novo VII	21,2	A-6 2019	196	24/04/2020	24/04/2055

A Complexo Tanque Novo possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. A Companhia mantem a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos iniciais de construção dos parques.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Grupo também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que o Grupo está em fase pré operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 757 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 5.893, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Despesas financeiras.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias**.**

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos na Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

d. Imobilizado.

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

e. Instrumentos financeiros.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

• e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;

• e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

f. Valor recuperável de ativos *("impairment").*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e bancos	3	1	22	8
Aplicações financeiras	99	-	99	-
	102	**1**	**121**	**8**

8 Partes relacionadas

Participação acionária %		
	2020	2019
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Todas as investidas se encontram em fase pré-operacional.

As controladas da Complexo Tanque Novo foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 7 parques eólicos localizados na cidade de Tanque Novo, no estado da Bahia com as seguintes características:

Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
14,2	15,5	15,5	1,3
11,3	15,0	15,0	3,7
13,5	15,3	15,3	1,8
12,9	15,1	15,1	2,2
10,3	13,2	13,2	2,9
11,9	14,8	14,8	2,9
13,8	14,3	14,3	0,5

Continuação

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

a. Controladora

	2020	2019 (Não auditado)
Ativo circulante		
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. (a)	656	-
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. (a)	491	-
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. (a)	390	-
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. (a)	909	-
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. (a)	909	-
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. (a)	909	-
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. (a)	656	-
Total empréstimos a partes relacionadas	4.920	-
Passivo circulante		-
Atlantic Energias Renováveis S/A (a)	4.920	-
Total empréstimos a partes relacionadas	**4.920**	-

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar/ receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar/ receber de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal chave da Administração.

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

b. Consolidado

	2020	2019 (Não auditado)
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S.A (a)	4.920	-
	4.920	-

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.(CGN Brasil Energia e Participações S.A.).

9 Investimentos (controladora).

9.1 Informações das empresas controladas

	2020				
	Ativo	Passivo	Patrimonio líquido	Receita	Prejuízo
Controladas					
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	1.498	823	675	-	(101)
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	1.136	589	547	-	(76)
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	1.047	471	576	-	(63)
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	1.555	1.077	478	-	(134)
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	1.719	1.090	629	-	(134)
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	1.518	1.077	441	-	(134)
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A	1.387	893	494	-	(99)
	9.860	**6.020**	**3.840**	-	**(741)**

	2019 (Não auditado)				
	Ativo	Passivo	Patrimonio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	1	-	1	-	-
	7	-	**7**	-	-

9.2 Participações em empresas controladas.

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

	2020					
	Participação	Patrimônio líquido	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício -MEP	Saldo final 2020
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	775	(101)	675
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	622	(76)	547
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	638	(63)	576
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	611	(134)	478
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	762	(134)	629
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	574	(134)	441
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	100%	1	-	592	(99)	494
		-		**4.574**	**741**	**3.840**

	2019 (Não auditado)					
	Participação	Patrimônio líquido	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício -MEP	Saldo final 2019 (Não auditado)
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	100%	-	1	-	-	1
					-	7

10 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

	Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)
Imobilizado em andamento	9.820	-
	9.820	-

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 8 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2020	2019 (Não auditado)
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Holding")	8	8
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social à integralizar	(2)	(2)
Capital social	**8**	**8**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% da Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 4.676, será integralizado pelos acionistas como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

12 -Gastos por natureza (consolidado)

	2020	2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(752)	-
	(752)	-
Despesa com pessoal	(687)	-
Serviços de terceiros	(65)	-
	(752)	-

13 Resultado financeiro - a.Consolidado

	2020	2019 (Não auditado)
Despesas bancárias	(5)	-
Total das despesas financeiras	**(5)**	-
Resultado financeiro líquido	**(5)**	-

14 Instrumentos financeiros

O Grupo mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	22	8	22	8
Aplicações financeiras	99	-	99	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	234	-	234	-
Partes relacionadas	4.920	-	4.920	-

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Aplicações financeiras	99	-	99	-
Partes relacionadas	4.920	-	4.920	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	15	-	15	-
Partes relacionadas	4.920	-	4.920	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	2020			2019 (Não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	22	-	22	8	-	8
Aplicações financeiras	99	-	99	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	234	234	-	-	-
Partes relacionadas	-	4.920	4.920	-	-	-

	Controladora					
	2020			2019 (Não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Aplicações financeiras	99	-	99	-	-	-
Partes relacionadas	-	4.920	4.920	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	15	15	-	-	-
Partes relacionadas	-	4.920	4.920	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

15 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (Não auditado)
Aplicações financeiras	99	-

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores	234	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019 (Não auditado)
Ativo		
Aplicações financeiras	99	-

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020.

Operação	**Valor exposto Risco**		**25%***	**50%***
Aplicações financeiras	99	Redução do CDI	2	1

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,77%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado.

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.718.914/0001-77

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1
Total do ativo circulante		**3**	**1**
Não circulante			
Imobilizado	9	1.495	-
Total do ativo não circulante		**1.495**	**-**
Total do ativo		**1.498**	**1**

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Passivo			
Fornecedores		51	-
Obrigações sociais e trabalhistas		109	-
Obrigações fiscais		7	-
Empréstimos de partes relacionadas	8	656	-
Total do passivo circulante		**823**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social		10	10
Capital social a integralizar		(9)	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital		775	-
Prejuízos acumulados		(101)	-
Total do patrimônio líquido	10	**675**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.498**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Capital integralizado	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	775	-	775
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**775**	**(101)**	**675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(100)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(100)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(101)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(101)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(101)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(101)**	**-**
Variações em:			
. Fornecedores		51	-
. Obrigações fiscais		7	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		109	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**66**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.495)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.495)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Empréstimos de partes relacionadas		656	-
. Integralização de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	775	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.431**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. ("TQN I" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 01, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN I foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo I	21.2	A-6 2019	183/2020	20/04/2020	20/04/2055	2,2	N/a	7.1

O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025. A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 2.2 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 101 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 820, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	656	-
Total empréstimos de partes relacionadas	**656**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

continua

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.495	-
	1.495	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

	2020	2019 (não auditado)
Acionistas		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	1	1
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direiro aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 775, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(100)	-
	(100)	-
Despesa com pessoal	(93)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(100)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	51	-	51	-
Partes relacionadas	656	-	656	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	51	51	-	-	-
Partes relacionadas	-	656	656	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	51	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.215/0001-25

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo			(Não auditado)	**Passivo**			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	2	1	Fornecedores		7	-
Total do ativo circulante		**2**	**1**	Obrigações sociais e trabalhistas		82	-
				Obrigações fiscais		10	-
				Contas a pagar a partes relacionadas	8	490	-
				Total do passivo circulante		**589**	**-**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Imobilizado	9	1.134	-	Capital social		10	10
Total do ativo não circulante		**1.134**	**-**	Capital social a integralizar		(9)	(9)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		622	-
				Prejuízos acumulados		(76)	-
				Total do patrimônio líquido	10	**547**	**1**
Total do ativo		**1.136**	**1**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.136**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	622	-	622
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(76)	(76)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**622**	**(76)**	**547**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. ("TQN II" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 02, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN II foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025. A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 1,9 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo II	15,9	A-6 2019	192/2020	24/04/2020	24/04/2055	1,9	N/a	6,2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 76 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 587, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	2	1
	2	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	490	-
Total contas a pagar a partes relacionadas	**490**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

continua →

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(75)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(75)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(76)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(76)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(76)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(76)**	**-**
Variações em:			
. Fornecedores		7	-
. Obrigações fiscais		10	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		82	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**23**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.134)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(1.134)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Empréstimos de partes relacionadas		490	-
. Integralização de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	622	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.112**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**2**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.134	-
	1.134	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019 (não auditado)**
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	1	**1**
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

b. Dividendos

Os acionistas terão direiro aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 622, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(75)	-
	(75)	-
Despesa com pessoal	(68)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(75)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	2	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7	-	7	-
Partes relacionadas	490	-	490	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	7	7	-	-	-
Partes relacionadas	-	490	490	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	7	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.024/0001-63

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (Não auditado)		Nota	2020	2019 (Não auditado)
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1	Fornecedores		7	-
Total do ativo circulante		**3**	**1**	Obrigações sociais e trabalhistas		64	-
				Obrigações fiscais		10	-
				Empréstimos de partes relacionadas	8	390	-
				Total do passivo circulante		**471**	-
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Imobilizado	9	1.045	-	Capital social		10	10
Total do ativo não circulante		**1.045**	-	Capital social a integralizar		(9)	(9)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		638	-
				Prejuízos acumulados		(62)	-
				Total do patrimônio líquido	10	**577**	**1**
Total do ativo		**1.048**	**1**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.048**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	638	-	638
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(62)	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**638**	**(62)**	**577**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(61)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(61)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(62)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(62)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(62)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(62)**	**-**
Variações em:			
. Fornecedores		7	-
. Obrigações fiscais		10	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		64	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**19**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.045)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.045)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Conta a pagar a partes relacionadas		390	-
. Integralização de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	638	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.028**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. ("TQN III" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 03, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN III foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025. A Companhia se encontra em fase pré operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 1,5 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo III	12,6	A-6 2019	194/2020	24/04/2020	24/04/2055	1,5	N/a	4,7

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 61 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 468, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através do resultado abrangente), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	390	-
Total empréstimos de partes relacionadas	**390**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

continua

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.045	-
	1.045	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019 (não auditado)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	1	**1**
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direiro aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 638, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(61)	-
	(61)	-
Despesa com pessoal	(54)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(61)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo 2020	Valor justo 2019 (não auditado)	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7	-	7	-
Partes relacionadas	390	-	390	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	7	7	-	-	-
Partes relacionadas	-	390	390	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019 (não auditado)
Fornecedores	7	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.205/0001-90

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo			(Não auditado)	**Passivo**			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1	Fornecedores		7	-
Total do ativo circulante		**3**	**1**	Obrigações sociais e trabalhistas		151	-
				Obrigações fiscais		9	-
				Contas a pagar a partes relacionadas	8	909	-
Não circulante				**Total do passivo circulante**		**1.076**	-
Imobilizado	9	1.552	-	**Patrimônio líquido**			
Total do ativo não circulante		**1.552**	-	Capital social		1	1
				Adiantamento para futuro aumento de capital		612	-
				Prejuízos acumulados		(134)	-
				Total do patrimônio líquido	10	**479**	**1**
Total do ativo		**1.555**	**1**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.555**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**1**	-	-	-	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	612	-	612
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(134)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1**	-	**612**	**(134)**	**479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(133)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(133)**	-
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	-
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(134)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(134)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	-
Variações em:			
. Fornecedores		7	-
. Obrigações fiscais		9	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		151	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**33**	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.552)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(1.552)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Empréstimos de partes relacionadas		909	-
. Integralização de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	612	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.521**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. ("TQN IV" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 01, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN IV foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025. A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 3.4 MW (não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo IV	29,4	A-6 2019	193/2020	24/04/2020	24/04/2055	3.4	N/a	11.1

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 134 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 1.073, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	909	-
Total contas a pagar a partes relacionadas	**909**	-

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

continua →

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.552	-
	1.552	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019 (não auditado)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	1	**1**
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 612, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(133)	-
	(133)	-
Despesa com pessoal	(126)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(133)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7	-	7	-
Partes relacionadas	909	-	909	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	7	7	-	-	-
Partes relacionadas	-	909	909	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	7	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.200/0001-67

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1
Adiantamento a fornecedores		20	-
Total do ativo circulante		**23**	**1**
Não circulante			
Imobilizado	9	1.695	-
Total do ativo não circulante		**1.695**	**-**
Total do ativo		**1.718**	**1**

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Passivo			
Fornecedores		18	-
Obrigações sociais e trabalhistas		152	-
Obrigações fiscais		10	-
Contas a pagar a partes relacionadas	8	909	-
Total do passivo circulante		**1.089**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social		10	10
Capital social a integralizar		(9)	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital		762	-
Prejuízos acumulados		(134)	-
Total do patrimônio líquido	10	**629**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.718**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	762	-	762
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(134)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**762**	**(134)**	**629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(133)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(133)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(134)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(134)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	**-**
Variações em:			
. Adiantamentos a fornecedores		(20)	-
. Fornecedores		18	-
. Obrigações fiscais		10	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		152	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**26**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.695)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(1.695)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Aporte de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	762	-
. Capitação com partes relacionadas		909	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**762**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(907)**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. ("TQN V" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 02, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN V foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025. A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 3.4 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo V	29.4	A-6 2019	191/2020	24/04/2020	24/04/2055	3.4	N/a	11.2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 134 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 1.066, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	909	-
Total contas a pagar a partes relacionadas	**909**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

continua

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.695	-
	1.695	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019 (não auditado)**
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	**1**	**1**
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 762, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(133)	-
	(133)	-
Despesa com pessoal	(126)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(133)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	18	-	18	-
Partes relacionadas	909	-	909	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	18	18	-	-	-
Partes relacionadas	-	909	909	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	18	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.028/0001-41

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (não auditado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1
Total do ativo circulante		**3**	**1**
Não circulante			
Imobilizado	9	1.515	-
Total do ativo não circulante		**1.515**	**-**
Total do ativo		**1.518**	**1**

	Nota	2020	2019 (não auditado)
Passivo			
Fornecedores		7	-
Obrigações sociais e trabalhistas		151	-
Obrigações fiscais		10	-
Empréstimos de partes relacionadas	8	909	-
Total do passivo circulante		**1.077**	**-**
Patrimônio líquido	10		
Capital social		10	10
Capital social a integralizar		(9)	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital		574	-
Prejuízos acumulados		(134)	-
Total patrimônio líquido		**441**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.518**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	574	-	574
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(134)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**574**	**(134)**	**441**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. ("TQN VI" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité 03, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN VI foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025.A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 3.4 MW(não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo VI	29.4	A-6 2019	191/2020	24/04/2020	24/04/2055	3.4	N/a	11.2

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 134 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 1.074, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

continua →

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(133)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(133)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(134)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(134)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(134)**	**-**
Variações em:			
. Fornecedores		7	-
. Obrigações fiscais		10	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		151	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**34**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.515)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(1.515)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Conta a pagar a partes relacionadas		909	-
. Aporte de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	574	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.483**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Taque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	909	-
Total de empréstimos de partes relacionadas	**909**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

9. Imobilizado

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.515	-
	1.515	**-**

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2020	2019 (não auditado)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	**1**	**1**
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 574, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(133)	-
	(133)	**-**
Despesa com pessoal	(126)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(133)	**-**

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7	-	7	-
Partes relacionadas	909	-	909	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	7	7	-	-	-
Partes relacionadas	-	909	909	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	7	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.655.010/0001-40

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019 (não auditado)		Nota	2020	2019 (não auditado)
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	1	Fornecedores		121	-
Total do ativo circulante		**3**	**1**	Obrigações sociais e trabalhistas		110	-
				Obrigações fiscais		6	-
				Empréstimos de partes relacionadas	8	656	-
Não circulante				**Total do passivo circulante**		**893**	**-**
Imobilizado	9	1.384	-	**Patrimônio líquido**			
Total do ativo não circulante		**1.384**	**-**	Capital social		10	10
				Capital social a integralizar		(9)	(9)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		592	-
				Prejuízos acumulados		(99)	-
				Total patrimônio líquido	10	**494**	**1**
Total do ativo		**1.387**	**1**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**1.387**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 19 de novembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(10)**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	**10**	**(9)**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	592	-	592
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(99)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10**	**(9)**	**592**	**(99)**	**494**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. ("TQN VII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Caetité Novo 04, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A TQN VII foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL. Assinou contrato de comercialização de energia com a CCEE no ambiente regulado no dia 27 de maio de 2020. O período de suprimento é de 20 anos e terá seu início em 01 de janeiro de 2025.A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

Após o período pré-operacional, previsto para a finalização em 2024, a produção anual estimada é de 2.7 MW (não auditado). A energia produzida pela Companhia será vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Tanque Novo VII	21,2	A-6 2019	196/2020	24/04/2020	24/04/2055	2,7	N/a	9,0

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A Companhia mantém a intenção inicial e capacidade financeira para continuidade aos projetos de construção dos parques.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional e não possui receita, a mesma reconheceu um prejuízo líquido de R$ 99 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 890, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 30 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, tarifas bancárias.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente refere-se ao imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

d. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	11	(98)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(98)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Despesas financeiras líquidas		**(1)**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(99)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(99)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(99)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício		**(99)**	**-**
Variações em:			
. Fornecedores		121	-
. Obrigações fiscais		6	-
. Obrigações sociais e trabalhistas		110	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**138**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.384)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		**(1.384)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Empréstimos de partes relacionadas		656	-
. Aporte de capital		-	1
. Adiantamento para futuro aumento de capital	10	592	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**1.248**	**1**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**3**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e. Valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

continua →

continuação →

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa e bancos	3	1
	3	**1**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019 (não auditado)
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	656	-
Total de empréstimos de partes relacionadas	**656**	-

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a pagar de partes relacionadas.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros, e foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

9. Imobilizado:

O imobilizado é composto como segue:

	2020	2019 (não auditado)
Imobilizado em andamento	1.384	-
	1.384	-

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a adiantamentos para a aquisição de aerogeradores, os quais estão em processo de fabricação e montagem pelo fornecedor.

A Companhia efetuou análise de recuperação nos saldos do ativo imobilizado e com base nos estudos efetuados, não foram identificados indicadores de que os valores de ativos imobilizado e intangíveis necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração realizou análise com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10. Patrimônio líquido:

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 1, dividido em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal unitário de R$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	**2020**	**2019 (não auditado)**
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. (“Holding”)	1	1
Composição capital	**2020**	**2019 (não auditado)**
Capital social subscrito	10	10
Capital social a integralizar	(9)	(9)
Capital social integralizado	**1**	**1**

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 592, será integralizado como capital social da Companhia na próxima Assembleia de Acionistas.

11. Gastos por natureza

	2020	2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(98)	-
	(98)	-
Despesa com pessoal	(91)	-
Serviços de terceiros	(7)	-
	(98)	-

12. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	3	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	121	-	121	-
Partes relacionadas	656	-	656	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019 (não auditado)		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	121	121	-	-	-
Partes relacionadas	-	656	656	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

13. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

A Companhia monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	121	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional o seu risco de crédito é próximo de zero.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Contador

Vagner Garcia Toneli
CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Nova Olinda B Solar S.A.

CNPJ: 23.416.727/0001-50

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	1.952	20.184	Fornecedores		1.208	941
Contas a receber de clientes	**8**	10.186	10.237	Provisões	**13**	8.688	2.115
Provisões	**13**	-	754	Empréstimos e financiamentos	**14**	6.488	943
Despesas antecipadas		168	211	Salários a pagar		157	-
Adiantamento a fornecedores		2.336	242	Obrigações fiscais		497	599
Tributos e contribuições a compensar		109	188	IRPJ e CSLL a pagar		336	445
Total do ativo circulante		**14.751**	**31.816**	Conta a pagar à partes relacionadas	**9**	87	-
				Total do passivo circulante		**17.461**	**5.043**
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	7.525	7.504				
Depósitos judiciais		8	8	Provisões	**13**	8.456	2.518
				Empréstimos e financiamentos	**14**	84.832	89.339
Total do ativo não circulante		**7.533**	**7.512**	Provisão para contingências		2	2
Imobilizado	**11**	441.775	456.776	Tributos diferidos		1.695	1.314
Intangível	**12**	3.184	3.223	**Total do passivo não circulante**		**94.985**	**93.173**
Total do ativo não circulante		**444.959**	**459.999**	Capital social		358.562	403.563
				Prejuízos acumulados		(3.765)	(2.452)
				Total do patrimônio líquido	**15**	**354.797**	**401.111**
Total do ativo		**467.243**	**499.327**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**467.243**	**499.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**210.793**	**-**	**(18.201)**	**192.592**
Aumento de capital		37.975	-	-	37.975
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	154.795	-	154.795
Aumento de capital com AFAC		154.795	(154.795)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	15.753	15.753
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**403.563**	**-**	**(2.448)**	**401.115**
Redução de capital	**15.a**	(45.001)	-	-	(45.001)
Prejuízo do exercício		-	-	(1.317)	(1.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**358.562**	**-**	**(3.765)**	**354.797**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda B Solar S.A. ("Nova Olinda B" ou "Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração especifica da UFV Nova Olinda 10 e 11, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Olinda B foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Nova Olinda B	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	52/53	02/03/2016	01/03/2051	17,6	-	17,6	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.

A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 1.317 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 2.710, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**16**	38.170	51.241
Custo de operação	**17**	(25.818)	(15.851)
Lucro operacional bruto		**12.352**	**35.390**
Despesas gerais e administrativas	**17**	(2.359)	(6.024)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**17**	(286)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**9.707**	**29.366**
Receitas financeiras	**18**	780	3.628
Despesas financeiras	**18**	(9.946)	(15.258)
Despesas financeiras líquidas		**(9.166)**	**(11.630)**
Resultado antes dos impostos		**541**	**17.736**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	(1.710)	(1.983)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(148)	-
(Prejuízo) lucro do exercício		**(1.317)**	**15.753**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
(Prejuízo) lucro do exercício	(1.317)	15.753
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(1.317)**	**15.753**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
(Prejuízo) lucro do exercício		**(1.317)**	**15.753**
Ajustes para:			
. Depreciação	**11**	16.588	14.128
. Juros e variações monetárias	**14**	7.680	11.728
. Amortização de custos de transação	**14**	40	22
. Provisão para ressarcimento	**13**	11.757	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	1.710	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	148	-
		36.606	**41.631**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		51	1.746
. Tributos e contribuições a compensar		79	(40)
. Depósito judicial		-	-
. Outros créditos		-	1.576
. Despesas antecipadas		43	(211)
. Adiantamento a fornecedores		(2.094)	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	2.249
. Fornecedores		267	12.608
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(47.847)
. Obrigações fiscais		(889)	(7.734)
. Outras contas a pagar		157	(939)
. Tributos diferidos		381	-
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.176)	(1.562)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**33.425**	**1.477**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	**11**	(1.548)	(5.989)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.548)**	**(5.989)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(21)	-
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
. Integralização (redução) de capital	**15.a**	(45.001)	177.796
. Recebimento de partes relacionadas		87	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(4.158)	(150.458)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(2.524)	(12.751)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(51.617)**	**14.587**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(19.740)**	**10.075**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**20.184**	**10.109**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1.952**	**20.184**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos ("***impairment***")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

•Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	57	4.934
Aplicações financeiras	1.895	15.250
Total de caixas e equivalentes de caixa	**1.952**	**20.184**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	10.186	10.237
	10.186	**10.237**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	87	-
	87	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	7.504
	7.525	**7.504**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

		2020			2019
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	4%	6	-	6	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	73.519	(6.916)	66.603	69.049
Sistema de geração	4%	385.377	(36.556)	348.821	362.020
Sistemas de transmissão e conexão	4%	27.260	(2.606)	24.654	25.648
Peças de manutenção		1.691	-	1.691	59
		487.853	**(46.078)**	**441.775**	**456.776**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Equipamentos de informática	-	6	-	-	6
Edificações, obras civis e benfeitorias	73.519	-	-	-	73.519
Sistema de geração	385.383	-	-	-	385.383
Sistemas de transmissão e conexão	27.344	(84)	-	-	27.260
Peças de manutenção	59	1.632	-	-	1.691
	486.305	**1.548**	**-**	**-**	**487.853**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2020			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.470)	(2.446)	-	-	(6.916)
Sistema de geração	(23.363)	(13.193)	-	-	(36.556)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.696)	(910)	-	-	(2.606)
	(29.529)	**(16.549)**	**-**	**-**	**(46.078)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Nova Olinda 10 e 11 baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,56%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,41%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,56% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019			2020
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.223	77	(116)	3.184
	3.223	**77**	**(116)**	**3.184**

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.361
Constituição	17.606
Desconto	(4.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**14.626**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	8.688	1.361
Provisão para ressarcimento longo prazo	5.938	-
	14.626	**1.361**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$2.518, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

A Empresa é parte (polo passivo) em processo administrativo, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 354 em 31 de dezembro de 2020.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	91.860	90.859
Custo com captação			(540)	(577)
			91.320	**90.282**
Passivo circulante			6.488	943
Passivo não circulante			84.832	89.339

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	6.488
2022 a 2024	8.814
2025 a 2027	12.145
2028 a 2030	14.270
2031 a 2033	26.469
2034 a 2036	23.134
Total	**91.320**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Em milhares de Reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**7.504**	**90.282**	**403.563**	**501.349**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(45.001)	(45.001)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	21	-	-	21
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(4.158)	-	(4.158)
Pagamento de juros	-	(2.524)	-	(2.524)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	21	(6.682)	(45.001)	(51.662)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	7.680	-	7.680
Custos de captação amortizados	-	40	-	40
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	7.720	-	7.720
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.525**	**91.320**	**358.562**	**457.407**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ ou multas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	90.854

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 358.562 (R$ 403.563 em 2019) dividido em 368.130.330 ações ordinárias (413.130.330 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	**358.562**	**403.563**

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 45.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 45.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 403.563 para R$

Continuação

358.562, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 45.001.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	53.221	53.219
Ressarcimento de energia [1]	(17.606)	-
Desconto de ressarcimento de energia [2]	4.341	-
(-) PIS / COFINS	(1.786)	(1.978)
	38.170	**51.241**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 17.606, vide nota explicativa 13(i).
[2] Em 31 de dezembro de 2020, o desconto de ressarcimento de energia referente ao ciclo anual de ago/18 até jul/19 foi de R$ 1.918 o equivalente a 9 parcelas e referente ao ciclo de ago/19 até jul/20 foi de R$ 2.423 o equivalente a 3 parcelas.

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(25.818)	(15.851)
Despesas gerais e administrativas	(2.359)	(6.024)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(286)	-
	(28.463)	**(21.875)**
Encargos de transmissão e conexão	(855)	(846)
Compra de energia	(1.889)	(147)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(43)	-
Despesa com pessoal	(792)	-
Serviços de terceiros	(3.085)	(3.850)
Depreciação	(16.588)	(15.759)
Arrendamento	-	-
Manutenção	(3.370)	-
Aluguel	-	-
Materiais	(1.336)	(19)
Outras despesas administrativas	(37)	-
Viagens e estadias	(246)	-
Outros	(222)	(1.254)
	(28.463)	**(21.875)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(11)	-
IOF	(15)	-
Juros de financiamentos	(7.680)	(11.728)
Amortização do custo de captação	(40)	(21)
Juros de mora de fornecedores	(44)	-
Custo de estruturação da dívida	(2.155)	-
Variação cambial	-	(2.455)
Outras despesas financeiras	(1)	(1.054)
Total das despesas financeiras	**(9.946)**	**(15.258)**
Receita de aplicação financeira	764	617
Variação cambial	-	2.643
Outras receitas financeiras	16	368
Total das receitas financeiras	**780**	**3.628**
Resultado financeiro líquido	**(9.166)**	**(11.630)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	53.937	53.219
Outras receitas	780	985
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	5.095	4.258
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.252	7.371
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.279	1.449
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	431	534
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.710**	**1.983**
Taxa efetiva	*13,84%*	*16,76%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**148**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.
(**) O saldo de R$ 148 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	57	4.934	57	4.934
Aplicações financeiras	1.895	15.250	1.895	15.250
Contas a receber de clientes	10.186	10.237	10.186	10.237
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	7.504	7.525	7.504
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.208	941	1.208	941
Financiamentos	6.488	943	6.488	943
Partes relacionadas	87	-	87	-
Não circulante				
Financiamentos	84.832	89.339	84.832	89.339

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	57	-	57	4.934	-	4.934
Aplicações financeiras	1.895	-	1.895	15.250	-	15.250
Contas a receber de clientes	-	10.186	10.186	-	10.237	10.237
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	-	7.525	7.504	-	7.504
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.208	1.208	-	941	941
Financiamentos	-	6.488	6.488	-	943	943
Partes relacionadas	-	87	87	-	-	-
Não circulante						
Financiamentos	-	84.832	84.832	-	89.339	89.339

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	57	57	-	-
Aplicações financeiras	1.895	1.895	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	7.525	-	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.934	4.934	-	-
Aplicações financeiras	15.250	15.250	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.504	7.504	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	1.895	15.250
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	7.504
Contas a receber de clientes	10.186	10.237

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	91.320	90.282
Fornecedores	1.208	941

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	1.895	15.250
Aplicações financeiras vinculadas	7.525	7.504
	9.420	**22.754**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	9.420	Redução do CDI	194	130

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Olinda B Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda B Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda B Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Nova Olinda C Solar S.A.

CNPJ: 23.414.549/0001-28

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.068	42.169	Fornecedores		208	209
Contas a receber de clientes	8	9.723	9.760	Provisões	13	8.982	4.033
Despesas antecipadas		163	176	Empréstimos e financiamentos	14	6.221	904
Adiantamento a fornecedores		1.658	20	Salários a pagar		157	-
Tributos e contribuições a compensar		139	209	Obrigações fiscais		257	553
				IRPJ e CSLL a pagar		321	472
Total do ativo circulante		**36.751**	**52.334**	Conta a pagar à partes relacionadas	9	87	-
				Dividendos a pagar	9	2.795	4.249
Aplicações financeiras vinculadas	10	7.217	7.211	**Total do passivo circulante**		**19.028**	**10.420**
Total do realizável de longo prazo		**7.217**	**7.211**	Provisões	13	5.374	2.518
Imobilizado	11	339.387	352.242	Empréstimos e financiamentos	14	81.346	85.666
Intangível	12	3.144	3.223	Tributos diferidos		1.443	1.072
Total do ativo não circulante		**342.531**	**355.465**	**Total do passivo não circulante**		**88.163**	**89.256**
				Capital social		256.643	301.643
				Reserva legal		1.533	945
				Reserva de lucros		21.132	12.746
				Total do patrimônio líquido	15	**279.308**	**315.334**
Total do ativo		**386.499**	**415.010**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**386.499**	**415.010**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**144.985**	**-**	**50**	**-**	**-**	**145.035**
Aumento de capital		1.863	-	-	-	-	1.863
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	154.795	-	-	-	154.795
Aumento de capital com AFAC		154.795	(154.795)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.890	17.890
Constituição de reserva legal		-	-	895	-	(895)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(4.249)	(4.249)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	12.747	(12.747)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**301.643**	**-**	**945**	**12.747**	**-**	**315.335**
Redução de capital	15.a	(45.000)	-	-	-	-	(45.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.767	11.767
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	588	-	(588)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	-	-	-	-	(2.795)	(2.795)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	8.385	(8.385)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**256.643**	**-**	**1.533**	**21.132**	**-**	**279.308**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda C Solar S.A. ("Nova Olinda C" ou "Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 12 e 13, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Olinda C foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Nova Olinda C	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	54/55	02/03/2016	01/03/2051	17,6	-	17,6	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);

• **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	41.933	48.081
Custo de operação	17	(17.496)	(11.992)
Lucro operacional bruto		**24.437**	**36.089**
Despesas gerais e administrativas	17	(2.304)	(5.136)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(66)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**22.067**	**30.953**
Receitas financeiras	18	1.164	1.513
Despesas financeiras	18	(9.537)	(12.458)
Despesas financeiras líquidas		**(8.373)**	**(10.945)**
Resultado antes dos impostos		**13.694**	**20.008**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.779)	(2.118)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(148)	-
Lucro líquido do exercício		**11.767**	**17.890**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.767	17.890
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	11.767	17.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**11.767**	**17.890**
Ajustes para:			
. Depreciação	11	13.056	12.098
. Juros e variações monetárias	14	7.366	11.526
. Amortização de custos de transação	14	33	20
. Provisão para ressarcimento	13	7.805	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	19	1.779	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	148	-
		41.954	**41.534**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		37	2.278
. Tributos e contribuições a compensar		70	-
. Outros créditos		-	1.575
. Despesas antecipadas		13	-
. Adiantamento a fornecedores		(1.638)	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	917
. Fornecedores		(1)	(1.786)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(2.007)
. Obrigações fiscais		(1.149)	(154)
. Outras contas a pagar		157	(2.644)
. Tributos diferidos		371	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**39.814**	**39.713**
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.225)	(1.558)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**38.589**	**38.155**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	11	(122)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(122)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(6)	-
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
. Integralização (redução) de capital		(45.000)	154.795
. Dividendos pagos		(4.249)	-
. Recebimento de partes relacionadas		87	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.978)	(150.448)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(2.424)	(12.522)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(55.569)**	**(8.175)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(17.103)**	**29.980**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**42.169**	**12.189**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**25.068**	**42.169**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

•Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	73	4.503
Aplicações financeiras	24.995	37.666
	25.068	42.169

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	9.723	9.760
	9.723	9.760

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	87	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	2.795	4.249
	2.882	4.249

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
	7.217	7.211

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	67.923	(6.401)	61.522	63.667
Sistema de geração	4%	282.674	(27.437)	255.237	265.116
Sistemas de transmissão e conexão	4%	24.969	(2.386)	22.583	23.414
Peças de manutenção		45	-	45	45
		375.611	(36.224)	339.387	352.242

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.810	113	-	-	67.923
Sistema de geração	282.665	9	-	-	282.674
Sistemas de transmissão e conexão	24.969	-	-	-	24.969
Peças de manutenção	45	-	-	-	45
	375.489	122	-	-	375.611

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.143)	(2.258)	-	-	(6.401)
Sistema de geração	(17.549)	(9.888)	-	-	(27.437)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.555)	(831)	-	-	(2.386)
	(23.247)	(12.977)	-	-	(36.224)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Nova Olinda 12 e 13 baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.

A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,56%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,41%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,56% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.223	36	(115)	3.144
	3.223	36	(115)	3.144

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia fisica preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR’s).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.033
Constituição	13.800
Desconto	(5.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.838**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	8.982	4.033
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.856	-
	11.838	4.033

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$2.518, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	88.108	87.148
Custo com captação			(541)	(578)
			87.567	86.570
Passivo circulante			6.221	904
Passivo não circulante			81.346	85.666

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	6.221
2022 a 2024	8.449
2025 a 2027	11.645
2028 a 2030	13.682
2031 a 2033	25.383
2034 a 2036	22.187
Total	**87.567**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de Reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Financiamentos	Patrimônio líquido: Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**7.211**	**86.570**	**301.643**	**395.424**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(45.000)	(45.000)
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	6
Pagamento de principal	-	(3.978)	-	(3.978)
Pagamento de juros	-	(2.424)	-	(2.424)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**6**	**(6.402)**	**(45.000)**	**(51.396)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	7.366	-	7.366
Custos de captação amortizados	-	33	-	33
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	7.399	-	7.399
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.217	87.567	256.643	351.427

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.143

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 256.643 (R$ 301.643 em 2019) dividido em 252.626.433 ações ordinárias (297.626.433 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	256.643	301.643

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 45.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 45.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 301.643 para R$ 256.643, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 45.000.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

Continuação

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.767	17.890
Constituição de reserva legal – 5%	588	895

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 4.249 em dividendos.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.767	17.890
Absorção do prejuízo	-	-
Lucro líquido ajustado	11.767	17.890
Apropriação à reserva legal (5%)	(588)	(895)
	11.179	**16.996**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.795)	(4.249)
Lucros retidos	8.385	12.747

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	51.496	50.011
Ressarcimento de energia [1]	(13.800)	-
Desconto de ressarcimento de energia [2]	5.995	-
(-) PIS / COFINS	(1.758)	(1.930)
	41.933	**48.081**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 13.800, vide nota explicativa 13(i).
[2] Em 31 de dezembro de 2020, o desconto de ressarcimento de energia referente ao ciclo anual de ago/18 até jul/19 foi de R$ 3.496 o equivalente a 9 parcelas e referente ao ciclo de ago/19 até jul/20 foi de R$ 2.499 o equivalente a 3 parcelas.

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(17.496)	(11.992)
Despesas gerais e administrativas	(2.304)	(5.136)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(66)	-
	(19.866)	**(17.128)**
Encargos de transmissão e conexão	(851)	(846)
Compra de energia	(1.891)	(140)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(47)	-
Despesa com pessoal	(757)	-
Serviços de terceiros	(2.080)	(2.987)
Depreciação	(13.056)	(12.098)
Manutenção	(1.028)	-
Materiais	(105)	-
Outras despesas administrativas	(35)	-
Outros	(16)	(1.057)
	(19.866)	**(17.128)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(7)	-
IOF	(12)	(50)
Juros de financiamentos	(7.366)	(11.526)
Amortização do custo de captação	(33)	(20)
Juros de mora de fornecedores	(48)	-
Custo de estruturação da dívida	(2.067)	-
Outras despesas financeiras	(4)	(862)
Total das despesas financeiras	(9.537)	(12.458)
Receita de aplicação financeira	1.164	1.173
Outras receitas financeiras	-	340
Total das receitas financeiras	**1.164**	**1.513**
Resultado financeiro líquido	**(8.373)**	**(10.945)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	53.110	50.011
Outras receitas	1.164	1.513
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	5.413	4.001
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.537	6.001
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.319	1.503
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	460	615
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.779**	**2.118**
Taxa efetiva	*13,74%*	*20,30%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**148**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.
(**) O saldo de R$ 148 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	73	4.503	73	4.503
Aplicações financeiras	24.995	37.666	24.995	37.666
Contas a receber de clientes	9.723	9.760	9.723	9.760
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211	7.217	7.211
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	208	209	208	209
Financiamentos	6.221	904	6.221	904
Partes relacionadas	2.882	4.249	2.882	4.249
Não circulante				
Financiamentos	81.346	85.666	81.346	85.666

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	73	-	73	4.503	-	4.503
Aplicações financeiras	24.995	-	24.995	37.666	-	37.666
Contas a receber de clientes	-	9.723	9.723	-	9.760	9.760
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	-	7.217	7.211	-	7.211
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	208	208	-	209	209
Financiamentos	-	6.221	6.221	-	904	904
Partes relacionadas	-	2.882	2.882	-	4.249	4.249
Não circulante						
Financiamentos	-	81.346	81.346	-	85.666	85.666

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	73	73	-	-
Aplicações financeiras	24.995	24.995	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.217	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.503	4.503	-	-
Aplicações financeiras	37.666	37.666	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.211	7.211	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	24.995	37.666
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
Contas a receber de clientes	9.723	9.760

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	87.567	86.570
Fornecedores	208	209

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	24.995	37.666
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
	32.212	**44.877**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	32.212	Redução do CDI	664	443

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Olinda C Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda C Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda C Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Nova Olinda Norte Solar S.A.

CNPJ: 23.566.105/0001-08

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	42.533	38.874	Fornecedores		65	695
Contas a receber de clientes	**8**	10.629	10.691	Provisões	**13**	7.367	5.501
Provisões	**13**	-	884	Empréstimos e financiamentos	**14**	6.221	904
Despesas antecipadas		181	186	Salários a pagar		157	-
Adiantamento a fornecedores		8	8	Obrigações fiscais		260	764
Tributos e contribuições a compensar		106	171	IRPJ e CSLL a pagar		336	445
				Conta a pagar à partes relacionadas	**9**	87	-
Total do ativo circulante		**53.457**	**50.814**	Dividendos a pagar	**9**	2.796	1.931
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	7.217	7.211	**Total do passivo circulante**		**17.289**	**10.240**
Total do realizável de longo prazo		7.217	7.211	Provisões	**13**	4.715	2.518
				Empréstimos e financiamentos	**14**	81.344	85.665
Imobilizado	**11**	354.359	367.676	Tributos diferidos		2.508	2.092
Intangível	**12**	3.210	3.223	**Total do passivo não circulante**		**88.567**	**90.275**
Total do ativo não circulante		**357.569**	**370.899**	Capital social		297.209	322.209
				Reserva de legal		995	406
				Reserva de lucro		14.183	5.794
				Total do patrimônio líquido	**15**	**312.387**	**328.409**
Total do ativo		**418.243**	**428.924**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**418.243**	**428.924**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**148.568**	**-**	**-**	**(3.443)**	**145.125**
Aumento de capital		18.846	-	-	-	18.846
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	154.795
Aumento de capital com AFAC		154.795	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.574	11.574
Constituição da reserva legal		-	406	-	(406)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.931)	(1.931)
Reserva de lucros		-	-	5.794	(5.794)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**322.209**	**406**	**5.794**	**-**	**328.409**
Redução de capital	**15.a**	(25.000)	-	-	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.774	11.774
Constituição da reserva legal	**15.b**	-	589	-	(589)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.d**	-	-	-	(2.796)	(2.796)
Reserva de lucros		-	-	8.389	(8.389)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**297.209**	**995**	**14.183**	**-**	**312.387**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Nova Olinda Norte Solar S.A. ("Nova Olinda Norte" ou "Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 8 e 9, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Olinda Norte foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Nova Lapa Solar	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	28/29	01/03/2016	28/02/2051	17,4	-	17,4	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**16**	46.506	47.572
Custo de operação	**17**	(21.926)	(17.377)
Lucro operacional bruto		**24.580**	**30.195**
Despesas gerais e administrativas	**17**	(2.300)	(5.459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**17**	(213)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**22.067**	**24.736**
Receitas financeiras	**18**	1.376	1.373
Despesas financeiras	**18**	(9.584)	(12.478)
Despesas financeiras líquidas		**(8.208)**	**(11.105)**
Resultado antes dos impostos		**13.859**	**13.631**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	(1.937)	(2.057)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(148)	-
Lucro líquido do exercício		**11.774**	**11.574**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.774	11.574
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	11.774	11.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**11.774**	**11.574**
Ajustes para:			
. Depreciação	**11**	13.535	12.417
. Juros e variações monetárias	**14**	7.366	12.801
. Amortização de custos de transação	**14**	44	21
. Provisão para ressarcimento	**13**	4.947	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	1.937	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	148	-
		39.751	**36.813**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		62	1.803
. Tributos e contribuições a compensar		65	-
. Depósito judicial		-	(7.211)
. Outros créditos			1.092
. Despesas antecipadas		5	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	872
. Fornecedores		(630)	(15.171)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(11.133)
. Obrigações fiscais		(1.369)	1.481
. Outras contas a pagar		157	86
. Tributos diferidos		416	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**38.457**	**8.632**
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.329)	(1.532)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**37.128**	**7.100**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	**11**	(205)	(289)
. Aquisição de ativo intangível		-	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		**(205)**	**(289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(6)	-
. Integralização (redução) de capital		(25.000)	182.487
. Dividendos pagos		(1.931)	-
. Recebimento de partes relacionadas		87	-
. Pagamento de imposto de renda e contrbiução social		-	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(3.988)	(150.449)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(2.426)	(12.416)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(33.264)**	**19.622**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.659**	**26.433**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**38.874**	**12.441**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**42.533**	**38.874**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	61	5.551
Aplicações financeiras	42.472	33.323
	42.533	**38.874**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a taxa média de 90,51% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	10.629	10.691
	10.629	**10.691**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	87	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	2.796	1.931
	2.883	**1.931**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
	7.217	**7.211**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Veículos	4%	445	(23)	422	445
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	77.264	(7.141)	70.123	72.868
Sistema de geração	4%	282.304	(26.647)	255.657	265.109
Sistemas de transmissão e conexão	4%	28.421	(2.715)	25.706	26.729
Provisão para desmantelamento		2.518	(122)	2.396	2.470
Peças de manutenção		55	-	55	55
		391.007	**(36.648)**	**354.359**	**367.676**

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Veículos	445	-	-	-	445
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.244	20	-	-	77.264
Sistema de geração	282.119	185	-	-	282.304
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	-	-	-	28.421
Provisão para desmantelamento	2.518	-	-	-	2.518
Peças de manutenção	55	-	-	-	55
	390.802	**205**	**-**	**-**	**391.007**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Veículos	-	(23)	-	-	(23)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.376)	(2.765)	-	-	(7.141)
Sistema de geração	(17.010)	(9.637)	-	-	(26.647)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.702)	(1.013)	-	-	(2.715)
Provisão para desmantelamento	(38)	(84)	-	-	(122)
	(23.126)	**(13.522)**	**-**	**-**	**(36.648)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Nova Olinda 8 e 9 baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.

A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,56%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,41%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,56% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.223	117	(130)	3.210
	3.223	**117**	**(130)**	**3.210**

13 Provisões

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia fisica preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR’s).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.617
Constituição	9.278
Desconto	(4.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**9.564**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	7.367	4.617
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.197	-
	9.564	**4.617**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$2.518, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	88.105	87.146
Custo com captação			(540)	(577)
			87.565	**86.569**
Passivo circulante			6.221	904
Passivo não circulante			81.344	85.665

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	6.221
2022 a 2024	8.449
2025 a 2027	11.645
2028 a 2030	13.683
2031 a 2033	25.383
2034 a 2036	22.184
Total	**87.565**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Em milhares de Reais	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**7.211**	**86.569**	**322.209**	**415.989**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(25.000)	(25.000)
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	6
Pagamento de principal	-	(3.988)	-	(3.988)
Pagamento de juros	-	(2.426)	-	(2.426)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**6**	**(6.414)**	**(25.000)**	**(31.408)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	7.366	-	7.366
Custos de captação amortizados	-	44	-	44
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**7.410**	**-**	**7.410**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.217**	**87.565**	**297.209**	**391.991**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ ou multas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.142

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 297.209 (R$ 322.209 em 2019) dividido em 278.794.264 ações ordinárias (323.794.264 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	297.209	322.209

O acionista resolveu reduzir o Capital Social o montante de R$ 25.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 25.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 322.209 para R$ 297.209, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 25.000.

Continuação

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.774	11.574
Constituição de reserva legal – 5%	589	406

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 1.931 em dividendos.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.774	11.574
Absorção do prejuízo	-	(3.443)
Lucro líquido ajustado	11.774	8.131
Apropriação à reserva legal (5%)	(589)	(406)
	11.185	**7.725**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.796)	(1.931)
Lucros retidos	8.389	5.794

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	53.297	49.698
Ressarcimento de energia (1)	(9.278)	-
Desconto de ressarcimento de energia (2)	4.331	-
(-) PIS / COFINS	(1.844)	(2.126)
	46.506	**47.572**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 9.278, vide nota explicativa 13(i).
(2) Em 31 de dezembro de 2020, o desconto de ressarcimento de energia referente ao ciclo anual de ago/18 até jul/19 foi de R$ 2.743 o equivalente a 9 parcelas e referente ao ciclo de ago/19 até jul/20 foi de R$ 1.588 o equivalente a 3 parcelas.

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(21.926)	(17.377)
Despesas gerais e administrativas	(2.300)	(5.459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(213)	-
	(24.439)	**(22.836)**
Encargos de transmissão e conexão	(924)	(989)
Compra de energia	(1.891)	-
Liquidação financeira negativa – CCEE	(44)	-
Despesa com pessoal	(763)	-
Serviços de terceiros	(4.455)	(8.354)
Depreciação	(13.535)	(12.417)
Manutenção	(2.527)	-
Aluguel	(3)	-
Materiais	(124)	(60)
Outras despesas administrativas	(41)	(205)
Outros	(132)	(811)
	(24.439)	**(22.836)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(25)	-
IOF	(14)	(52)
Juros de financiamentos	(7.366)	(11.420)
Amortização do custo de captação	(44)	(21)
Juros de mora de fornecedores	(32)	-
Custo de estruturação da dívida	(2.091)	-
Outras despesas financeiras	-	985
Total das despesas financeiras	**(9.584)**	**(12.478)**
Receita de aplicação financeira	1.376	975
Outras receitas financeiras	-	398
Total das receitas financeiras	**1.376**	**1.373**
Resultado financeiro líquido	**(8.208)**	**(11.105)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	54.451	56.114
Outras receitas	1.376	1.373
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	5.732	4.489
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.911	6.734
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.433	1.610
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	504	562
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.937**	**2.057**
Taxa efetiva	*14,20%*	*19,35%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**148**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.
(**) O saldo de R$ 148 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	61	5.551	61	5.551
Aplicações financeiras	42.472	33.323	42.472	33.323
Contas a receber de clientes	10.629	10.691	10.629	10.691
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211	7.217	7.211
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	65	695	65	695
Financiamentos	6.221	904	6.221	904
Partes relacionadas	2.883	1.931	2.883	1.931
Não circulante				
Financiamentos	81.344	85.665	81.344	85.665

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	61	-	61	5.551	-	5.551
Aplicações financeiras	42.472	-	42.472	33.323	-	33.323
Contas a receber de clientes	-	10.629	10.629	-	10.691	10.691
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	-	7.217	7.211	-	7.211
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	65	65	-	695	695
Financiamentos	-	6.221	6.221	-	904	904
Partes relacionadas	-	2.883	2.883	-	1.931	1.931
Não circulante						
Financiamentos	-	81.344	81.344	-	85.665	85.665

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	61	61	-	-
Aplicações financeiras	42.472	42.472	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.217	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.551	5.551	-	-
Aplicações financeiras	33.323	33.323	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	7.211	7.211	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	42.472	33.323
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
Contas a receber de clientes	10.629	10.691

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants)* previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	87.565	86.569
Fornecedores	65	695

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	42.472	33.323
Aplicações financeiras vinculadas	7.217	7.211
	49.689	**40.534**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário provável um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	49.689	Redução do CDI	1.025	683

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez – Diretor
SuiSheng Huang – Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Olinda Norte Solar S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Norte Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Norte Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

–Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

–Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

–Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

–Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

–Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Nova Olinda Sul Solar S.A.

CNPJ: 23.399.563/0001-08

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	19.232	29.227	Fornecedores		269	233
Contas a receber de clientes	**8**	4.470	4.481	Provisões	**13**	5.812	1.469
Provisões	**13**	-	270	Empréstimos e financiamentos	**14**	3.030	446
Despesas antecipadas		79	88	Salários a pagar		79	-
Adiantamento a fornecedores		9	12	Obrigações fiscais		169	315
Tributos e contribuições a compensar		48	85	IRPJ e CSLL a pagar		92	276
Total do ativo circulante		**23.838**	**34.163**	Conta a pagar à partes relacionadas	**9**	44	-
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	3.505	3.466	Dividendos a pagar	**9**	805	1.513
Depósitos judiciais		62	61	**Total do passivo circulante**		**10.300**	**4.252**
				Provisões	**13**	2.776	1.259
Total do realizável de longo prazo		**3.567**	**3.527**	Empréstimos e financiamentos	**14**	39.206	41.295
Imobilizado	**11**	172.801	179.220	Tributos diferidos		515	336
Intangível	**12**	1.554	1.611	**Total do passivo não circulante**		**42.497**	**42.890**
Total do ativo não circulante		**174.355**	**180.831**	Capital social		141.522	166.522
				Reserva de legal		488	319
				Reserva de lucros		6.953	4.538
				Total do patrimônio líquido	**15**	**148.963**	**171.379**
Total do ativo		**201.760**	**218.521**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**201.760**	**218.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**78.304**	**-**	**-**	**-**	**(3.271)**	**75.033**
Aumento de capital		10.820	-	-	-	-	10.820
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	77.398	-	-	-	77.398
Aumento de capital com AFAC		77.398	(77.398)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.641	9.641
Constituição da reserva legal		-	-	319	-	(319)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	(1.513)	(1.513)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	4.538	(4.538)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**166.522**	**-**	**319**	**4.538**	**-**	**171.379**
Redução de capital	**15.a**	(25.000)	-	-	-	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.388	3.388
Constituição da reserva legal	**15.b**	-	-	169	-	(169)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.d**	-	-	-	-	(805)	(805)
Reserva de lucros		-	-	-	2.414	(2.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**141.522**	**-**	**488**	**6.953**	**-**	**148.963**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**16**	18.462	24.912
Custo de operação	**17**	(9.121)	(6.268)
Lucro operacional bruto		**9.341**	**18.644**
Despesas gerais e administrativas	**17**	(1.178)	(2.674)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**17**	(41)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**8.122**	**15.970**
Receitas financeiras	**18**	881	886
Despesas financeiras	**18**	(4.659)	(6.108)
Despesas financeiras líquidas		**(3.778)**	**(5.222)**
Resultado antes dos impostos		**4.344**	**10.748**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	(882)	(1.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(74)	-
Lucro líquido do exercício		**3.388**	**9.641**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.388	9.641
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.388	9.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**3.388**	**9.641**
Ajustes para:			
. Depreciação	**11**	6.615	6.167
. Juros e variações monetárias	**14**	3.577	5.605
. Amortização de custos de transação	**14**	25	22
. Provisão para ressarcimento	**13**	6.130	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	882	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	74	-
		20.691	**21.435**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		11	699
. Tributos e contribuições a compensar		37	-
. Depósito judicial		(1)	(3)
. Outros créditos		-	705
. Despesas antecipadas		9	-
. Adiantamento a fornecedores		3	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	95
. Fornecedores		36	(977)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(866)
. Obrigações fiscais		(587)	899
. Outras contas a pagar		79	(2.064)
. Tributos diferidos		179	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**20.457**	**19.923**
. Impostos pagos sobre o lucro		(699)	(759)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**19.758**	**19.164**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aplicações em investimentos		-	(3.466)
. Aquisição de ativo imobilizado	**11**	(139)	-
. Baixa de ativo imobilizado		-	449
. Aquisição de ativo intangível		-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(139)**	**(3.017)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(39)	-
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	77.398
. Integralização (redução) de capital	**15.a**	(25.000)	10.001
. Dividendos pagos		(1.513)	-
. Recebimento de partes relacionadas		44	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(1.943)	(75.221)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(1.164)	(6.095)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(29.614)**	**6.083**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(9.995)**	**22.230**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**29.227**	**6.997**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**19.232**	**29.227**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 **Contexto operacional**

A Nova Olinda Sul Solar S.A. ("Nova Olinda Sul" ou "Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 14, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Olinda Sul foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 11 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 30 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Nova Olinda Sul	30	LER 2015	JKM320PP-72-V	32	01/03/2016	28/02/2051	8,8	-	8,8	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
• **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

Continuação

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.
Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“***impairment***”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor;
• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato
• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	62	2.356
Aplicações financeiras	19.170	26.871
Total de caixas e equivalentes de caixa	**19.232**	**29.227**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	4.470	4.481
	4.470	**4.481**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.
Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	44	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	805	1.513
	849	1.513

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.
As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.
Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	3.466
	3.505	**3.466**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.
As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	33.558	(3.145)	30.413	31.470
Sistema de geração	4%	145.338	(14.025)	131.313	136.268
Sistemas de transmissão e conexão	4%	12.207	(1.174)	11.033	11.440
Peças de manutenção		42	-	42	42
		191.145	**(18.344)**	**172.801**	**179.220**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.497	61	-	-	33.558
Sistema de geração	145.260	78	-	-	145.338
Sistemas de transmissão e conexão	12.207	-	-	-	12.207
Peças de manutenção	42	-	-	-	42
	191.006	**139**	**-**	**-**	**191.145**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.027)	(1.118)	-	-	(3.145)
Sistema de geração	(8.992)	(5.033)	-	-	(14.025)
Sistemas de transmissão e conexão	(767)	(407)	-	-	(1.174)
	(11.786)	**(6.558)**	**-**	**-**	**(18.344)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Nova Olinda 14 baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,56%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:
• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,41%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;
• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e
• Taxa de desconto: 10,56% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);
O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.
A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).
A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso			
Concessão - cessão de direito de uso	1.611	(57)	1.554
	1.611	**(57)**	**1.554**

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.
Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.
Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.
Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR’s).
A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.199
Constituição	9.459
Desconto	(3.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.329**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	5.812	1.199
Provisão para ressarcimento longo prazo	1.517	-
	7.329	**1.199**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.
Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.
Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.
As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.
Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 1.259 (R$ 1.259, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões administrativas.
De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final dos processo avaliadas como “possível”, totalizam o montante de R$ 66 em 2020.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	42.777	42.318
Custo com captação			(541)	(577)
			42.236	**41.741**
Passivo circulante			3.030	446
Passivo não circulante			39.206	41.295

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035.
Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	3.030
2022 a 2024	4.320
2025 a 2027	5.930
2028 a 2030	6.752
2031 a 2033	12.086
2034 a 2036	10.118
Total	**42.236**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de Reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.466**	**41.741**	**166.522**	**211.729**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(25.000)	(25.000)
Aplicações financeiras vinculadas	39	-	-	39
Pagamento de principal	-	(1.943)	-	(1.943)
Pagamento de juros	-	(1.164)	-	(1.164)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	39	(3.107)	(25.000)	(28.068)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.577	-	3.577
Custos de captação amortizados	-	25	-	25
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.602	-	3.602
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.505**	**42.236**	**141.522**	**187.263**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ ou multas.
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	68
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	42.316

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 141.522 (R$ 166.522 em 2019) dividido em 122.544.834ações ordinárias (167.544.834 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	141.522	166.522

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 25.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 25.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 166.522 para R$

Continuação

141.522, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 25.000.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.388	9.641
Constituição de reserva legal – 5%	169	319

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 1.513 em dividendos.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.388	9.641
Absorção do prejuízo	-	(3.271)
Lucro líquido ajustado	3.388	6.370
Apropriação à reserva legal (5%)	(169)	(319)
	3.219	**6.052**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(805)	(1.513)
Lucros retidos	2.414	4.539

b. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	25.362	25.895
Ressarcimento de energia (1)	(9.459)	-
Desconto de ressarcimento de energia (2)	3.329	-
(-) PIS / COFINS	(770)	(983)
	18.462	**24.912**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 9.459, vide nota explicativa 13(i).

(2) Em 31 de dezembro de 2020, o desconto de ressarcimento de energia referente ao ciclo anual de ago/18 até jul/19 foi de R$ 1.470 o equivalente a 9 parcelas e referente ao ciclo de ago/19 até jul/20 foi de R$ 1.859 o equivalente a 3 parcelas.

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(9.121)	(6.268)
Despesas gerais e administrativas	(1.178)	(2.674)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(41)	-
	(10.340)	(8.942)
Encargos de transmissão e conexão	(459)	(423)
Compra de energia	(945)	(58)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(22)	-
Despesa com pessoal	(377)	-
Serviços de terceiros	(1.050)	(1.775)
Depreciação	(6.615)	(6.188)
Manutenção	(712)	-
Materiais	(102)	-
Outras despesas administrativas	(38)	-
Outros	(20)	(498)
	(10.340)	**(8.942)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(6)	
IOF	(6)	
Juros de financiamentos	(3.577)	(5.605)
Amortização do custo de captação	(25)	(22)
Juros de mora de fornecedores	(24)	-
Custo de estruturação da dívida	(1.008)	-
Outras despesas financeiras	(13)	(481)
Total das despesas financeiras	**(4.659)**	**(6.108)**
Receita de aplicação financeira	880	739
Outras receitas financeiras	1	147
Total das receitas financeiras	**881**	**886**
Resultado financeiro líquido	**(3.778)**	**(5.222)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	26.030	26.006
Outras receitas	881	885
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.963	2.080
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.004	3.121
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	659	805
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	223	272
Imposto de renda e contribuição social correntes	**882**	**1.107**
Taxa efetiva	*12,65%*	*20,73%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**74**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 74 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62	2.356	62	2.356
Aplicações financeiras	19.170	26.871	19.170	26.871
Contas a receber de clientes	4.470	4.481	4.470	4.481
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	3.466	3.505	3.466
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	269	233	269	233
Financiamentos	3.030	446	3.030	446
Partes relacionadas	849	1.513	849	1.513
Não circulante				
Financiamentos	39.206	41.295	39.206	41.295

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	62	-	62	2.356	-	2.356
Aplicações financeiras	19.170	-	19.170	26.871	-	26.871
Contas a receber de clientes	-	4.470	4.470	-	4.481	4.481
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	-	3.505	3.466	-	3.466
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	269	269	-	233	233
Financiamentos	-	3.030	3.030	-	446	446
Partes relacionadas	-	849	849	-	1.513	1.513
Não circulante						
Financiamentos	-	39.206	39.206	-	41.295	41.295

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-
Aplicações financeiras	19.170	19.170	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	3.505	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	2.356	2.356	-	-
Aplicações financeiras	26.871	26.871	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.466	3.466	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	19.170	26.871
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	3.466
Contas a receber de clientes	4.470	4.481

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants)* previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	42.236	41.741
Fornecedores	269	233

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	19.170	26.871
Aplicações financeiras vinculadas	3.505	3.466
	22.675	**30.337**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	22.675	Redução do CDI	765	510

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Olinda Sul Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Sul Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Sul Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Nova Lapa Solar S.A.

CNPJ: 23.509.564/0001-50

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	26.778	25.700	Fornecedores		1.693	2.109
Contas a receber de clientes	**8**	4.769	4.638	Provisões	**13**	67	389
Provisões	**13**	-	2.117	Empréstimos e financiamentos	**14**	4.540	595
Despesas antecipadas		139	236	Salários a pagar		147	-
Adiantamento a fornecedores		766	448	Obrigações fiscais		249	498
Tributos e contribuições a compensar		31	95	IRPJ e CSLL a pagar		429	510
Total do ativo circulante		**32.483**	**33.234**	Conta a pagar à partes relacionadas	**9**	82	-
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	5.417	5.402	Passivo de arrendamento mercantil		7	1
Despesas antecipadas		13	-	Dividendos a pagar	**9**	4.864	4.808
Depósitos judiciais		81	80	**Total do passivo circulante**		**12.078**	**8.910**
Total do realizável de longo prazo		**5.511**	**5.482**	Provisões	**13**	2.518	2.518
				Empréstimos e financiamentos	**14**	61.678	64.741
				Passivo de arrendamento mercantil		64	70
Imobilizado	**11**	349.876	362.925	Provisão para contingências		2	2
Intangível	**12**	1.766	1.953	Tributos diferidos		321	-
Ativo de direito de uso		60	64	**Total do passivo não circulante**		**64.583**	**67.331**
Total do ativo não circulante		**351.702**	**364.942**	Capital social		281.983	311.983
				Reserva legal		2.036	1.012
				Reserva de lucros		29.016	14.422
				Total do patrimônio líquido	**15**	**313.035**	**327.417**
Total do ativo		**389.696**	**403.658**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**389.696**	**403.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**149.890**	**-**	**-**	**-**	**(1.474)**	**148.416**
Aumento de capital	13.688	-	-	-	-	13.688
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	148.405	-	-	-	148.405
Aumento de capital com AFAC	148.405	(148.405)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.716	21.716
Constituição de reserva legal	-	-	1.012	-	(1.012)	0
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.808)	(4.808)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	14.422	(14.422)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**311.983**	**-**	**1.012**	**14.422**	**-**	**327.417**
Redução de capital	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.480	20.480
Constituição de reserva legal	-	-	1.024	-	(1.024)	0
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.864)	(4.864)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	14.594	(14.593)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**281.983**	**-**	**2.036**	**29.016**	**-**	**313.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**16**	52.381	54.364
Custo de operação	**17**	(19.996)	(15.725)
Lucro operacional bruto		**32.385**	**38.639**
Despesas gerais e administrativas	**17**	(3.249)	(5.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**17**	(154)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**28.982**	**33.324**
Receitas financeiras	**18**	903	2.317
Despesas financeiras	**18**	(7.312)	(12.007)
Despesas financeiras líquidas		**(6.409)**	**(9.690)**
Resultado antes dos impostos		**22.573**	**23.634**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	(1.946)	(1.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(147)	-
Lucro líquido do exercício		**20.480**	**21.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	20.480	21.716
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	20.480	21.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**20.480**	**21.716**
Ajustes para:			
. Depreciação	**11**	13.242	12.524
. Juros e variações monetárias	**14**	5.604	9.494
. Amortização de custos de transação	**14**	54	(519)
. Provisão ressarcimento	**13**	(2.439)	
. Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	1.946	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	147	-
		39.034	**43.215**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(131)	(2.261)
. Tributos e contribuições a compensar		64	11
. Depósito judicial		(1)	(14)
. Outros créditos		-	1.088
. Despesas antecipadas		84	
. Adiantamento a fornecedores		(318)	
. Contas a receber de partes relacionadas		-	219
. Fornecedores		(416)	1.641
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(25.705)
. Obrigações fiscais		3.163	(4.530)
. Outras contas a pagar		147	(412)
. Tributos diferidos		321	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**41.947**	**13.252**
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.346)	(1.388)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**40.601**	**11.864**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	**11**	(6)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(6)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		(15)	-
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
. Integralização (redução) de capital		(30.000)	160.406
. Dividendos pagos		(4.808)	-
. Recebimento de partes relacionadas		82	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(2.939)	(144.080)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(1.837)	(9.630)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(39.517)**	**6.696**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1.078**	**18.560**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**25.700**	**7.140**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**26.778**	**25.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Nova Lapa Solar S.A. ("Nova Lapa" ou "Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Lapa 2 e 3, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Lapa Solar foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato. Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Nova Lapa Solar	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	28/29	01/03/2016	28/02/2051	17,4	-	17,4	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Continuação

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“***impairment***”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

a. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	41	5.103
Aplicações financeiras	26.737	20.597
	26.778	**25.700**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em contas aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	4.769	4.638
	4.769	**4.638**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao **mês de dezembro de 2020** e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	82	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	4.864	4.808
	4.946	**4.808**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	5.402
	5.417	**5.402**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Veículos		366	(50)	316	366
Equipamentos de informática		6	-	6	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	80.829	(8.260)	72.569	75.252
Sistema de geração	4%	307.912	(31.954)	275.958	286.280
Imobilizado em andamento		1.027	-	1.027	1.027
		390.140	**(40.264)**	**349.876**	**362.925**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Veículos	366	-	-	-	366
Equipamentos de informática	-	6	-	-	6
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.829	-	-	-	80.829
Sistema de geração	307.912	-	-	-	307.912
Imobilizado em andamento	1.027	-	-	-	1.027
	390.134	**6**	**-**	**-**	**390.140**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Veículos	-	(50)	-	-	(50)
Equipamentos de informática	(5.577)	(2.683)	-	-	(8.260)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(21.632)	(10.322)	-	-	(31.954)
	(27.209)	**(13.055)**	**-**	**-**	**(40.264)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Nova Lapa 2 e 3 baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,61%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,64%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,64%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,61% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.953	54	(241)	1.766
	1.953	**54**	**(241)**	**1.766**

13 Provisões

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR’s).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.728)
Constituição	1.795
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**67**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	67	(1.728)
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	-
	67	**(1.728)**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$2.518, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em processos administrativos perante o estado da Bahia, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final dos processo avaliadas como “possível”, totalizam o montante de R$ 115 em 2020.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	67.069	66.244
Custo com captação			(851)	(908)
			66.218	**65.336**
Passivo circulante			4.540	595
Passivo não circulante			61.678	64.741

(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 96.735, com vencimento final para setembro de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	4.540
2022 a 2024	4.743
2025 a 2027	8.011
2028 a 2030	9.472
2031 a 2033	19.588
2034 a 2036	19.864
Total	**66.218**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de Reais	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.402**	**65.336**	**311.983**	**382.721**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(30.000)	(30.000)
Aplicações financeiras vinculadas	15	-	-	15
Pagamento de principal	-	(2.939)	-	(2.939)
Pagamento de juros	-	(1.837)	-	(1.837)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	15	(4.776)	(30.000)	(34.761)
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	5.604	-	5.604
Custos de captação amortizados	-	54	-	54
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	5.658	-	5.658
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.417**	**66.218**	**281.983**	**353.618**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ ou multas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
05/02/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	137
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	66.169

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 281.983 (R$ 311.983 em 2019) dividido em 262.289.692 ações ordinárias (307.289.692 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	281.983	311.983

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 30.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 30.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 311.983 para R$ 281.983, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 30.000.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do

Continuação

capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	20.480	21.716
Constituição de reserva legal – 5%	1.024	1.012

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 4.808 em dividendos.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	20.480	21.716
Absorção do prejuízo	-	(1.474)
Lucro líquido ajustado	20.480	20.242
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.024)	(1.012)
	19.456	**19.230**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.864)	(4.808)
Lucros retidos	14.592	14.420

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	56.320	56.426
Ressarcimento de energia [1]	(1.795)	-
(-) PIS / COFINS	(2.144)	(2.062)
	52.381	**54.364**

Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 1.795, vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(19.996)	(15.725)
Despesas gerais e administrativas	(3.249)	(5.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(154)	-
	(23.399)	**(21.040)**
Encargos de transmissão e conexão	(966)	(917)
Compra de energia	(191)	(146)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(107)	-
Despesa com pessoal	(712)	-
Serviços de terceiros	(3.095)	(6.008)
Depreciação	(13.242)	(12.525)
Manutenção	(3.752)	-
Aluguel	(68)	-
Materiais	(56)	(50)
Outras despesas administrativas	(1.069)	-
Outros	(141)	(1.394)
	(23.399)	**(21.040)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(6)	-
IOF	(16)	(1.625)
Juros de financiamentos	(5.604)	(9.494)
Amortização do custo de captação	(54)	520
Juros de mora de fornecedores	(55)	-
Custo de estruturação da dívida	(1.572)	-
Outras despesas financeiras	(5)	(1.408)
Total das despesas financeiras	**(7.312)**	**(12.007)**
Receita de aplicação financeira	894	587
Variação cambial	-	1.725
Outras receitas financeiras	9	5
Total das receitas financeiras	**903**	**2.317**
Resultado financeiro líquido	**(6.409)**	**(9.690)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	56.203	56.426
Outras receitas	903	592
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	5.400	4.514
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.648	6.771
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.448	1.430
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	498	488
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.946**	**1.918**
Taxa efetiva	*14,92%*	*16,98%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**147**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 147 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	41	5.103	41	5.103
Aplicações financeiras	26.737	20.597	26.737	20.597
Contas a receber de clientes	4.769	4.638	4.769	4.638
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	5.402	5.417	5.402
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.693	2.109	1.693	2.109
Financiamentos	4.540	595	4.540	595
Partes relacionadas	4.946	4.808	4.946	4.808
Não circulante				
Financiamentos	61.678	64.741	61.678	64.741

l. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	41	-	41	5.103	-	5.103
Aplicações financeiras	26.737	-	26.737	20.597	-	20.597
Contas a receber de clientes	-	4.769	4.769	-	4.638	4.638
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	-	5.417	5.402	-	5.402
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.693	1.693	-	2.109	2.109
Financiamentos	-	4.540	4.540	-	595	595
Partes relacionadas	-	4.946	4.946	-	4.808	4.808
Não circulante						
Financiamentos	-	61.678	61.678	-	64.741	64.741

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

m. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	41	41	-	-
Aplicações financeiras	26.737	26.737	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	5.417	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.103	5.103	-	-
Aplicações financeiras	20.597	20.597	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.402	5.402	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	26.737	20.597
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	5.402
Contas a receber de clientes	4.769	4.638

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	66.218	65.336
Fornecedores	1.693	2.109

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	26.737	20.597
Aplicações financeiras vinculadas	5.417	5.402
	32.154	**25.999**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	32.154	Redução do CDI	663	442

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Lapa Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Lapa Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Lapa Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Bom Jesus da Lapa Solar S.A.

CNPJ: 23.266.854/0001-10

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	23.221	27.705	Fornecedores		1.181	352
Contas a receber de clientes	**8**	4.943	4.879	Empréstimos e financiamentos	**14**	5.069	717
Provisões	**13**	6.783	6.787	Salários a pagar		151	-
Despesas antecipadas		135	233	Obrigações fiscais		395	963
Adiantamento a fornecedores		623	463	IRPJ e CSLL a pagar		408	524
Tributos e contribuições a compensar		47	127	Conta a pagar à partes relacionadas	**9**	84	-
				Passivo de arrendamento mercantil		36	38
Total do ativo circulante		**35.752**	**40.194**	Dividendos a pagar	**9**	4.219	5.836
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	5.761	5.785	**Total do passivo circulante**		**11.543**	**8.430**
Total do realizável de longo prazo		**5.761**	**5.785**	Provisões	**13**	2.518	2.518
Imobilizado	**11**	343.074	355.138	Empréstimos e financiamentos	**14**	65.306	68.811
Intangível	**12**	3.743	3.901	Passivo de arrendamento mercantil		1.485	1.686
Ativo de direito de uso		1.614	1.667	Tributos diferidos		311	-
				Total do passivo não circulante		**69.620**	**73.015**
Total do ativo não circulante		**348.431**	**360.706**	Capital social		276.128	306.128
				Reserva legal		2.141	1.254
				Reserva de lucros		30.512	17.858
				Total do patrimônio líquido	**15**	**308.781**	**325.240**
Total do ativo		**389.944**	**406.685**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**389.944**	**406.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**156.908**	**-**	**24**	**348**	**-**	**157.280**
Aumento de capital		4.937	-	-	-	-	4.937
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	144.283	-	-	-	144.283
Aumento de capital com AFAC		144.283	(144.283)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.573	24.573
Constituição de reserva legal		-	-	1.229	-	(1.229)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(5.836)	(5.836)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	17.508	(17.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**306.128**	**-**	**1.253**	**17.856**	**-**	**325.237**
Redução de capital	**15.a**	(30.000)	-			-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-			17.763	17.763
Constituição de reserva legal	**15.b**	-	-	888	-	(888)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.c**	-	-	-	-	(4.219)	(4.219)
Constituição de reserva de lucros	**15.d**	-	-	-	12.656	(12.656)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**276.128**	**-**	**2.141**	**30.512**	**-**	**308.781**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	**16**	52.444	57.513
Custo de operação	**17**	(22.984)	(16.965)
Lucro operacional bruto		**29.460**	**40.548**
Despesas gerais e administrativas	**17**	(2.200)	(3.026)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**17**	(377)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**26.883**	**37.522**
Receitas financeiras	**18**	899	4.999
Despesas financeiras	**18**	(7.914)	(15.084)
Despesas financeiras líquidas		**(7.015)**	**(10.085)**
Resultado antes dos impostos		**19.868**	**27.437**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	(1.963)	(2.864)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(142)	-
Lucro líquido do exercício		**17.763**	**24.573**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	17.763	24.573
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	17.763	24.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**17.763**	**24.573**
Ajustes para:			
. Depreciação	**11**	13.202	12.189
. Juros e variações monetárias	**14**	6.032	9.893
. Amortização de custos de transação	**14**	(20)	(905)
. Provisão ressarcimento	**13**	(4)	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	1.963	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	142	-
		39.078	**45.750**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		(64)	(6.607)
. Tributos e contribuições a compensar		80	21
. Ddepósito judicial		-	(5.785)
. Outros créditos		-	416
. Despesas antecipadas		98	(233)
. Adiantamento a fornecedores		(160)	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	78
. Fornecedores		829	(227)
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(18.598)
. Obrigações fiscais		(1.709)	(1.003)
. Outras contas a pagar		151	(560)
. Tributos diferidos		311	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**38.614**	**13.252**
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.225)	(2.373)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**37.389**	**10.879**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	**11**	(980)	(2.945)
. Alienação de ativo imobilizado		-	3.000
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades de investimento		**(980)**	**55**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
. Aplicações em aplicações financeiras vinculadas		24	-
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
. Integralização (redução) de capital		(30.000)	149.103
. Dividendos pagos		(5.836)	-
. Recebimento de partes relacionadas		84	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(3.209)	(140.110)
. Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(1.956)	(9.929)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(40.893)**	**(936)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(4.484)**	**9.998**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**27.705**	**17.707**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**23.221**	**27.705**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Bom Jesus da Lapa Solar S.A. ("Bom jesus da Lapa" ou " Companhia"), foi constituída em 31 de agosto de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Bom Jesus da Lapa I e II, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Bom Jesus da Lapa Solar foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 29 de junho de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato. Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Bom Jesus da Lapa Solar	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	242/243	29/06/2017	26/06/2047	16,8	-	16,8	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 7.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 13 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente

Continuação

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	23	5.131
Aplicações financeiras	23.198	22.574
	23.221	**27.705**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	4.943	4.879
	4.943	**4.879**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao **mês de dezembro de 2020** e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	84	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	4.219	5.836
	4.303	**5.836**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	5.785
	5.761	**5.785**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	80	-	80	73
Sistema de geração	4%	79.718	(8.058)	71.660	74.301
Sistemas de transmissão e conexão	4%	302.171	(31.822)	270.349	280.752
Peças de manutenção		1.065	-	1.065	85
		382.954	**(39.880)**	**343.074**	**355.138**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	73	7	-	-	80
Sistema de geração	79.718	-	-	-	79.718
Sistemas de transmissão e conexão	302.171	-	-	-	302.171
Peças de manutenção	85	980	-	-	1.065
	381.974	**980**	**-**	**-**	**382.954**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.417)	(2.641)	-	-	(8.058)
Sistema de geração	(21.419)	(10.403)	-	-	(31.822)
Sistemas de transmissão e conexão	-	-	-	-	-
	(26.836)	**(13.044)**	**-**	**-**	**(39.880)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC UFV Bom Jesus da Lapa I e II baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,61%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	4,64%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,64%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,61% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 8,62% ao ano.

12 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.901	54	(212)	3.743
	3.901	**54**	**(212)**	**3.743**

13 Provisões

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR’s).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(6.787)
Constituição	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(6.783)**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	(6.783)	(6.787)
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	-
	(6.783)	**(6.787)**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 2.518 (R$2.518, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como “possível”, totalizam o montante de R$ 47 em 31 de dezembro de 2020.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	71.223	70.434
Custo com captação			(848)	(906)
			70.375	**69.528**
Passivo circulante			5.069	717
Passivo não circulante			65.306	68.811

(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 95.790, com vencimento final para setembro de 2035.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	5.069
2022 a 2024	5.028
2025 a 2027	8.063
2028 a 2030	12.855
2031 a 2033	21.428
2034 a 2036	17.932
Total	**70.375**

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Em milhares de Reais	Ativo: Aplicações financeiras vinculadas	Passivo: Financiamentos	Patrimônio líquido: Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.785**	**69.528**	**306.128**	**381.441**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos/Redução provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(30.000)	(30.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	(24)	-	-	(24)
Recursos recebidos de financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	(3.209)	-	(3.209)
Pagamento de juros	-	(1.956)	-	(1.956)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(24)	(5.165)	(30.000)	(35.189
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	6.032	-	6.032
Custos de captação amortizados	-	(20)	-	(20)
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	6.012	-	6.012
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.761**	**70.375**	**276.128**	**352.264**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 *Covenants*

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas foram atendidas.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/ Seguradora	Valor
02/01/2020	01/02/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	153
20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	70.375

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 276.128 (R$ 306.128 em 2019) dividido em 253.099.293 ações ordinárias (R$ 298.099.293 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	276.128	306.128

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 30.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 30.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 311.983 para R$ 281.983, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 30.000.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	17.763	24.573
Constituição de reserva legal – 5%	888	1.229

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido

Continuação

do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 5.836 em dividendos.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	17.763	24.573
Absorção do prejuízo	-	-
Lucro líquido ajustado	17.763	24.573
Apropriação à reserva legal (5%)	(888)	(1.229)
	16.875	**23.344**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.219)	(5.836)
Lucros retidos	12.656	17.508

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

16 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	54.603	59.772
Ressarcimento de energia [1]	(4)	-
(-) PIS / COFINS	(2.155)	(2.259)
	52.444	**57.513**

Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 4, vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(22.984)	(16.965)
Despesas gerais e administrativas	(2.200)	(3.026)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(377)	-
	(25.561)	**(19.991)**
Encargos de transmissão e conexão	(3.733)	(2.699)
Compra de energia	(184)	(115)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(39)	-
Despesa com pessoal	(728)	-
Serviços de terceiros	(3.524)	(5.615)
Depreciação	(13.202)	(12.346)
Arrendamento	(120)	-
Manutenção	(3.295)	-
Aluguel	(1)	-
Materiais	(269)	(59)
Outras despesas administrativas	(39)	-
Viagens e estadias	(8)	-
Outros	(419)	843
	(25.561)	**(19.991)**

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(5)	-
IOF	(16)	-
Juros de financiamentos	(6.032)	(9.893)
Amortização do custo de captação	(20)	905
Juros de mora de fornecedores	(100)	-
Custo de estruturação da dívida	(1.675)	-
Variação cambial	-	(4.185)
Outras despesas financeiras	(66)	(1.911)
Total das despesas financeiras	**(7.914)**	**(15.084)**
Receita de aplicação financeira	899	745
Variação cambial	-	4.225
Outras receitas financeiras	-	29
Total das receitas financeiras	**899**	**4.999**
Resultado financeiro líquido	**(7.015)**	**(10.085)**

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	54.475	59.772
Outras receitas	899	775
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	5.257	4.782
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.436	7.173
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	1.460	1.549
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	503	1.315
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.963**	**2.864**
Taxa efetiva	*15,47%*	*17,41%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**142**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 142 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	23	5.131	23	5.131
Aplicações financeiras	23.198	22.574	23.198	22.574
Contas a receber de clientes	4.943	4.879	4.943	4.879
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	5.785	5.761	5.785
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.181	352	1.181	352
Financiamentos	5.069	717	5.069	717
Partes relacionadas	4.303	5.836	4.303	5.836
Não circulante				
Financiamentos	65.306	68.811	65.306	68.811

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	23	-	23	5.131	-	5.131
Aplicações financeiras	23.198	-	23.198	22.574	-	22.574
Contas a receber de clientes	-	4.943	4.943	-	4.879	4.879
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	-	5.761	5.785	-	5.785
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	1.181	1.181	-	352	352
Financiamentos	-	5.069	5.069	-	717	717
Partes relacionadas	-	4.303	4.303	-	5.836	5.836
Não circulante						
Financiamentos	-	65.306	65.306	-	68.811	68.811

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	23	23	-	-
Aplicações financeiras	23.198	23.198	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	5.761	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.131	5.131	-	-
Aplicações financeiras	22.574	22.574	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.785	5.785	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	23.198	22.574
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	5.785
Contas a receber de clientes	4.943	4.879

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	70.375	69.528
Fornecedores	1.181	352

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	23.198	22.574
Aplicações financeiras vinculadas	5.761	5.785
	28.959	**28.359**

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	28.959	Redução do CDI	597	398

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Bom Jesus da Lapa Solar S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bom Jesus da Lapa Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bom Jesus da Lapa Solar S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG

CGN

Cristalândia I Eólica S.A.

CNPJ: 22.499.471/0001-29

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.543	23.340	Fornecedores		568	2.908
Contas a receber de clientes	8	3.108	18.760	Salários a pagar		57	-
Provisões	12	2.250	2.534	Obrigações fiscais		1.692	1.654
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	21.584	IRPJ e CSLL a pagar		201	356
Despesas antecipadas		13	115	Conta a pagar à partes relacionadas	9	31	-
Adiantamento a fornecedores		471	473	Passivo de arrendamento mercantil		120	123
Tributos e contribuições a compensar		2	40	Dividendos a pagar	9	1.911	1.933
Total do ativo circulante		**11.387**	**66.846**	**Total do passivo circulante**		**4.581**	**6.974**
Despesas antecipadas		4	-	Provisões	12	1.163	1.163
Depósitos judiciais		2.257	2.163	Passivo de arrendamento mercantil		2.668	2.862
				Provisão para contingências		1	-
Total do realizável de longo prazo		**2.261**	**2.163**	Tributos diferidos		170	-
Imobilizado	10	188.585	197.364	**Total do passivo não circulante**		**4.002**	**4.025**
Intangivel	11	1.808	1.834				
Ativo de direito de uso		2.721	2.834	Capital social		161.797	229.797
				Reserva legal		2.386	1.983
Total do ativo não circulante		**193.114**	**202.032**	Reserva de lucros		33.996	28.262
				Total do patrimônio líquido	13	**198.179**	**260.042**
Total do ativo		**206.762**	**271.041**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**206.762**	**271.041**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**62.418**	**-**	**1.576**	**22.462**	**-**	**86.456**
Aumento de capital		4.958	-	-	-	-	4.958
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	162.421	-	-	-	162.421
Aumento de capital com AFAC		162.421	(162.421)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.140	8.140
Constituição de reserva legal		-	-	407	-	(407)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.933)	(1.933)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	5.800	(5.800)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**229.797**	**-**	**1.983**	**28.262**	**-**	**260.042**
Redução de capital	13.a	(68.000)	-			-	(68.000)
Lucro líquido do exercício		-	-			8.048	8.048
Constituição de reserva legal	13.a	-	-	403	-	(403)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.d	-	-	-	-	(1.911)	(1.911)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	5.734	(5.734)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**161.797**	**-**	**2.386**	**33.996**	**-**	**198.179**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	14	46.367	28.262
Custo de operação	15	(35.947)	(13.206)
Lucro operacional bruto		**10.420**	**15.056**
Despesas gerais e administrativas	15	(1.005)	(1.332)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(89)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**9.326**	**13.724**
Receitas financeiras	16	828	1.701
Despesas financeiras	16	(198)	(5.893)
Despesas financeiras líquidas		**630**	**(4.192)**
Resultado antes dos impostos		**9.956**	**9.532**
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.830)	(1.392)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(78)	-
Lucro líquido do exercício		**8.048**	**8.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.048	8.140
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	8.048	8.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Ajustes para:			
. Depreciação	10	8.841	9.078
. Juros e variações monetárias		-	4.365
. Provisão para contingências		1	1
. Provisão para ressarcimento	12	284	-
. Imposto de renda e contribuição social correntes	17	1.830	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	78	-
		19.082	**21.584**
Variações em:			
. Contas a receber de clientes		15.652	(3.006)
. Tributos e contribuições a compensar		38	-
. Depósito judicial		(94)	(62)
. Outros créditos		-	152
. Despesas antecipadas		98	-
. Adiantamento a fornecedores		2	-
. Contas a receber de partes relacionadas		-	2.645
. Fornecedores		(2.340)	3.498
. Contas a pagar à partes relacionadas		-	(6.531)
. Passivo de arrendamento mercantil		(84)	-
. Obrigações fiscais		(604)	338
. Outras contas a pagar		57	(1.175)
. Adiantamento de clientes		-	-
. Tributos diferidos		170	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**31.978**	**17.443**
. Impostos pagos sobre o lucro		(1.421)	(1.044)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**30.557**	**16.399**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
. Aquisição de ativo imobilizado	10	(36)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(36)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
. Adiantamento para futuro aumento de capital		-	162.421
. Passivo de arrendamentos		-	(42)
. Integralização (redução) de capital	13.a	(68.000)	-
. Dividendos pagos		(1.933)	-
. Recebimento de partes relacionadas		21.615	-
. Pagamento de principal sobre financiamentos		-	(157.600)
. Pagamento de juros sobre financiamentos		-	(4.778)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(48.318)**	**1**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(17.797)**	**16.400**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**23.340**	**6.940**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**5.543**	**23.340**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Cristalândia I Eólica S.A. ("Cristalândia" ou "Companhia"), foi constituída em 15 de abril de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia I, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Cristalândia I foi vencedora do Leilão de Energia LFA 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 15 de setembro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 30 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Santa Vitória do Palmar III	30	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	441	15/09/2015	16/09/2050	14,1	-	14,1	-

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 12 –** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Continuação

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	36	62
Aplicações financeiras	5.507	23.278
	5.543	**23.340**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	3.108	18.760
	3.108	**18.760**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao **mês de dezembro de 2020** e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo circulante		
Cristalândia II S.A. (a)	-	21.584
	-	**21.584**
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	31	-
SHLTR II Participações S.A. (b)	1.911	1.933
	1.942	**1.933**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Móveis e utensílios		14	(1)	13	14
Equipamentos de informática		50	(2)	48	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	1.163	(76)	1.087	1.127
Sistema de geração	4%	190.273	(26.430)	163.843	171.830
Sistemas de transmissão e conexão		26.971	(3.377)	23.594	24.393
		218.471	**(29.886)**	**188.585**	**197.364**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	14				14
Equipamentos de informática	-	50	-	-	50
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	-	-	-	1.163
Sistema de geração	190.346	(73)	-	-	190.273
Sistemas de transmissão e conexão	26.912	59	-	-	26.971
	218.435	**36**	**-**	**-**	**218.471**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	-	(1)			(1)
Equipamentos de informática	-	(2)	-	-	(2)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(36)	(40)	-	-	(76)
Sistema de geração	(18.516)	(7.914)	-	-	(26.430)
Sistemas de transmissão e conexão	(2.519)	(858)	-	-	(3.377)
	(21.071)	**(8.815)**	**-**	**-**	**(29.886)**

a. ***Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)***

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Cristalândia I baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual	
Taxa de desconto ao ano	10,93%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA ((média dos próximos cinco anos)	6,36%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 6,36%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,93% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 0% ao ano.

11 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.834	81	(107)	1.808
	1.834	**81**	**(107)**	**1.808**

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.534)
Constituição	284
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.250)**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	(2.250)	(2.534)
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	-
	(2.250)	**(2.534)**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 1.163 (R$ 1.163, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em processo administrativo perante o Estado da Bahia, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

De acordo com os advogados que assessoram a Companhia, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 23 em 31 de dezembro de 2020.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 161.797 (R$ 229.797 em 2019) dividido em 125.262.941 ações ordinárias (193.262.941 em 2019), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	161.797	229.797

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 68.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considera-lo excessivo e mediante o cancelamento de 68.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 229.797 para R$ 161.797, restituindo o acionista SHLTR II Participações S.A. em R$ 68.000.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.048	8.140
Constituição de reserva legal – 5%	403	407

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 1.933 em dividendos.

	2020	2019
Lucro liquido do exercicio	8.048	8.140
Absorção do prejuizo	-	-
Lucro Liquido ajustado	8.048	8.140
Apropriação à reserva legal (5%)	(402)	(407)
	7.646	**7.733**
Dividendos mínimos obrigatorios (25%)	(1.911)	(1.933)
Lucros retidos	5.734	5.800

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

14 Receita líquida de venda de energia

	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	48.424	29.362
Ressarcimento de energia [1]	(284)	-
(-) PIS / COFINS	(1.773)	(1.100)
	46.367	**28.262**

Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 284, vide nota explicativa 12(i).

15 Gastos por natureza

	2020	2019
Custo da geração de energia	(35.947)	(13.206)
Despesas gerais e administrativas	(1.005)	(1.332)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(89)	-
	(37.041)	**(14.538)**
Encargos de transmissão e conexão	(1.322)	(1.029)
Compra de energia	(6.512)	(208)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(15.020)	-
Despesa com pessoal	(306)	-
Serviços de terceiros	(1.044)	(3.516)
Depreciação	(8.841)	(9.154)
Arrendamento	(224)	-
Manutenção	(3.619)	-
Aluguel	(2)	-
Materiais	(22)	(103)
Outras despesas administrativas	(42)	-
Viagens e estadias	(51)	-
Outros	(36)	(528)
	(37.041)	**(14.538)**

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas bancárias	(5)	-
IOF	(11)	(35)
Juros de financiamentos	-	(4.365)
Juros de mora de fornecedores	(41)	-
Custo de estruturação da dívida	(9)	-

Continuação

Variação cambial	-	(247)
Outras despesas financeiras	(132)	(1.246)
Total das despesas financeiras	**(198)**	**(5.893)**
Receita de aplicação financeira	827	576
Variação cambial	-	1.112
Outras receitas financeiras	1	13
Total das receitas financeiras	**828**	**1.701**
Resultado financeiro líquido	**630**	**(4.192)**

17 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	48.251	29.362
Outras receitas	828	1.504
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	4.689	2.349
Base de cálculo CSLL 12% (*)	6.619	3.523
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.358	1.030
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	472	362
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.830**	**1.392**
Taxa efetiva	*16,19%*	*23,71%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**78**	**-**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 78 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

18 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	36	62	36	62
Aplicações financeiras	5.507	23.278	5.507	23.278
Contas a receber de clientes	3.108	18.760	3.108	18.760
Partes relacionadas	-	21.584	-	21.584
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	568	2.908	568	2.908
Partes relacionadas	1.942	1.933	1.942	1.933

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	36	-	36	62	-	62
Aplicações financeiras	5.507	-	5.507	23.278	-	23.278
Contas a receber de clientes	-	3.108	3.108	-	18.760	18.760
Partes relacionadas	-	-	-	-	21.584	21.584
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	568	568	-	2.908	2.908
Partes relacionadas	-	1.942	1.942	-	1.933	1.933

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	36	36	-	-
Aplicações financeiras	5.507	5.507	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	62	62	-	-
Aplicações financeiras	23.278	23.278	-	-

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

19 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	5.507	23.278
Contas a receber de clientes	3.108	18.760

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	568	2.908

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	5.507	23.278

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020:

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25% (*)**	**50% (*)**
Aplicações financeiras	5.507	Redução do CDI	114	76

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Cristalândia I Eólica S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia I Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia I Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

− Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

− Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

− Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

− Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

− Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN

Cristalândia II Eólica S.A.

CNPJ nº 23.049.225/0001-38

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2020

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. **A Administração**. Curitiba (PR), 09 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Caixa e equivalentes de caixa	7	22.437	33.181	Fornecedores		711	3.813
Contas a receber de clientes	8	6.828	40.848	Provisões	12	–	300
Provisões	12	3.407	5.687	Salários a pagar		118	1
Despesas antecipadas		19	208	Obrigações fiscais		726	1.044
Adiantamento a fornecedores		1.057	1.111	IRPJ e CSLL a pagar		399	693
Tributos e contribuições a compensar		32	115	Conta a pagar à partes relacionadas	9	63	21.584
				Passivo de arrendamento mercantil		119	124
Total do ativo circulante		**33.780**	**81.150**	Dividendos a pagar	9	4.597	5.271
Contas a receber de partes relacionadas	9	51.077	–	**Total do passivo circulante**		**6.732**	**32.830**
Depósitos judiciais		124	124	Provisões	12	1.163	1.163
				Passivo de arrendamento mercantil		4.779	5.175
Total do ativo realizável de longo prazo		**51.201**	**124**	Provisão para contingências		2	2
Imobilizado	10	406.409	421.340	Tributos diferidos		384	–
Intangível	11	3.615	3.581	**Total do passivo não circulante**		**6.328**	**6.340**
Ativo de direito de uso		4.955	5.114	Capital social		400.612	400.612
				Reserva legal		5.658	4.691
Total do ativo não circulante		**414.979**	**430.035**	Reserva de lucros		80.630	66.836
				Total do patrimônio líquido	13	**486.900**	**472.139**
Total do ativo		**499.960**	**511.309**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**499.960**	**511.309**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**75.510**	–	**3.581**	**51.024**	–	**130.115**
Aumento de capital		23.448	–	–	–	–	23.448
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	301.654	–	–	–	301.654
Aumento de capital com AFAC		301.654	(301.654)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	22.192	22.192
Constituição de reserva legal		–	–	1.110	–	(1.110)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(5.270)	(5.270)
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	15.812	(15.812)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**400.612**	–	**4.691**	**66.836**	–	**472.139**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	19.357	19.357
Constituição de reserva legal	13.b	–	–	967	–	(967)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	–	–	–	–	(4.597)	(4.597)
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	13.794	(13.794)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**400.612**	–	**5.658**	**80.630**	–	**486.900**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	14	88.540	58.182
Custo de operação	15	(64.379)	(22.614)
Lucro bruto		**24.161**	**35.568**
Despesas gerais e administrativas	15	(1.714)	(2.833)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(40)	–
Resultado antes das receitas (despesas)			
financeiras líquidas e impostos		**22.407**	**32.735**
Receitas financeiras	16	954	2.806
Despesas financeiras	16	(587)	(10.608)
Despesas financeiras líquidas		**367**	**(7.802)**
Resultado antes dos impostos		**22.775**	**24.933**
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(3.242)	(2.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(176)	–
Lucro líquido do exercício		**19.357**	**22.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.357	22.192
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	19.357	22.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**19.357**	**22.192**
Ajustes para:			
Depreciação	10	15.058	15.214
Juros e variações monetárias		–	8.107
Provisão ressarcimento	12	1.980	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	3.242	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	176	–
		39.814	**45.513**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		34.020	(10.514)
Tributos e contribuições a compensar		83	(12)
Depósito judicial		–	
Outros créditos		–	150
Despesas antecipadas		189	
Adiantamento a fornecedores		54	
Contas a receber de partes relacionadas		–	4.907
Fornecedores		(3.102)	16.307
Contas a pagar à partes relacionadas		–	–
Passivo de arrendamento mercantil		(242)	–
Parcelamento de impostos		–	(26.506)
Obrigações fiscais		(1.435)	1.596
Outras contas a pagar		117	(3.504)
Tributos diferidos		384	–
Caixa proveniente das atividades operacionais		**69.881**	**27.937**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.596)	(2.116)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**67.285**	**25.821**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(161)	(2.002)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(161)**	**(2.002)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Integralização (redução) de capital		–	301.655
Dividendos pagos		(5.271)	–
Recebimento de partes relacionadas		(72.597)	–
Pagamento de principal sobre financiamentos		–	(292.700)
Pagamento de juros sobre financiamentos		–	(8.875)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas)			
proveniente das atividades de financiamento		**(77.868)**	**80**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(10.744)**	**23.899**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**33.181**	**9.282**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**22.437**	**33.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Cristalândia II Eólica S.A. ("Cristalândia II" ou Companhia"), foi constituída em 29 de abril de 2015, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia II e III, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Cristalândia II foi vencedora do Leilão de Energia LFA 02/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 20 de outubro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 60 MW. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vende 100% das ações da Companhia para a CGN e sua subsidiária no Brasil, a SHLTR II Participações S.A. A transação foi concluída em 31 de maio de 2019.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]	Sobra de Energia
Cristalândia II	60	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	20/10/2015	20/10/2050	28,2	–	28,30	–

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, não houve impactos significativos no exercício. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 - Imobilizado (***Impairment ativo imobilizado);*
- **Nota Explicativa 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2020 e 2019, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment).*

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

• **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

• **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos *("impairment")*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

a. Mudança nas principais políticas contábeis.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

• Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

• Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

• Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

• IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e saldos bancários	15	684
Aplicações financeiras	22.422	32.497
	22.437	**33.181**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados a taxa média de 92,92% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber	6.828	40.848
	6.828	**40.848**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2020	2019
Ativo não circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	51.077	–
	51.077	–
Passivo circulante		
SHLTR II Participações S.A. (a)	63	21.584
SHLTR II Participações S.A. (b)	4.597	5.271
	4.660	**26.855**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber referente ao exercício de 2020.

(c) As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	1.163	(76)	1.087	1.127
Sistema de geração	4%	427.087	(46.116)	380.971	395.016
Sistemas de transmissão e conexão		25.589	(2.542)	23.047	23.893
Imobilizado em andamento		1.304	–	1.304	1.304
		455.143	**(48.734)**	**406.409**	**421.340**

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	–	–	–	1.163
Sistema de geração	426.960	127	–	–	427.087
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	–	–	–	25.589
Imobilizado em andamento	1.304	–	–	–	1.304
	455.016	**127**	–	–	**455.143**

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(36)	(40)	–	–	(76)
Sistema de geração	(31.944)	(14.172)	–	–	(46.116)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.696)	(846)	–	–	(2.542)
	(33.676)	**(15.058)**	–	–	**(48.734)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Cristalândia II e III baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

Em percentual

Taxa de desconto ao ano	10,93%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,06%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média dos próximos cinco anos)	6,37%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

• Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 6,37%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor solar no momento da projeção;

• Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e

• Taxa de desconto: 10,93% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 0% ao ano.

11 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2019 Valor líquido	Adição	Amortização	2020 Valor Líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	3.581	162	(128)	3.615
	3.581	**162**	**(128)**	**3.615**

12 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal a CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's).

A composição do saldo de provisões é como segue:	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.387)
Constituição	1.980
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3.407)**

	2020	2019
Provisão para ressarcimento curto prazo	(3.407)	(5.687)
	(3.407)	**(5.687)**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 1.163 (R$ 1.163, em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R$ 400.612 dividido em 295.303.900 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2020	2019
SHLTR II Participações S.A.	400.612	400.612

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela SHLTR II Participações S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.357	22.192
Constituição de reserva legal - 5%	967	1.110

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R$ 5.271 em dividendos.

Lucro líquido do exercício	19.357	22.192
Absorção do prejuízo	–	–
Lucro líquido ajustado	19.357	22.192
Apropriação à reserva legal (5%)	(968)	(1.110)
	18.390	**21.082**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.597)	(5.271)
Lucros retidos	13.792	15.812

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A Administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

14 Receita líquida de venda de energia	2020	2019
Receita bruta de venda de energia	92.292	60.434
Ressarcimento de energia [1]	(1.980)	–
(-) PIS/COFINS	(1.772)	(2.252)
	88.540	**58.182**

[1] Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, gerou um impacto de R$ 1.980, vide nota explicativa 12(i).

15 Gastos por natureza	2020	2019
Custo da geração de energia	(64.379)	(22.614)
Despesas gerais e administrativas	(1.754)	(2.833)
	(66.133)	**(25.447)**
Encargos de transmissão e conexão	(2.698)	(1.649)
Compra de energia	(11.216)	(599)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(28.341)	–
Despesa com pessoal	(549)	–
Serviços de terceiros	(1.911)	(6.514)
Depreciação	(15.225)	(15.215)
Arrendamento	(345)	–
Manutenção	(5.982)	–
Aluguel	(8)	–
Materiais	(–)	(5)
Outras despesas administrativas	(67)	–
Viagens e estadias	(2)	–
Outros	211	(1.465)
	(66.133)	**(25.447)**

16 Resultado financeiro	2020	2019
Despesas bancárias	(5)	–
IOF	(14)	(74)
Juros de financiamentos	–	(8.107)
Juros de mora de fornecedores	(318)	–
Custo de estruturação da dívida	(12)	–
Variação cambial	–	(247)
Outras despesas financeiras	(238)	(2.180)
Total das despesas financeiras	**(587)**	**(10.608)**
Receita de aplicação financeira	949	905
Variação cambial	–	1.900
Outras receitas financeiras	5	1
Total das receitas financeiras	**954**	**2.806**
Resultado financeiro líquido	**367**	**(7.802)**

Continua...

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

17 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2020	2019
Receita com venda de energia	91.924	60.434
Outras receitas	954	2.540
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	8.308	4.835
Base de cálculo CSLL 12% (*)	11.985	7.252
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	2.397	1.987
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	845	713
Imposto de renda e contribuição social correntes	**3.242**	**2.741**
Taxa efetiva	*15,98%*	*22,34%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**176**	–

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro e faturada no mês subsequente.

(**) O saldo de R$ 176 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

18 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15	684	15	684
Aplicações financeiras	22.422	32.497	22.422	32.497
Contas a receber de clientes	6.828	40.848	6.828	40.848
Não Circulante				
Partes relacionadas	51.077	–	51.077	–
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	711	3.813	711	3.813
Partes relacionadas	4.660	26.855	4.660	26.855

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	15	–	15	684	–	684
Aplicações financeiras	22.422	–	22.422	32.497	–	32.497
Contas a receber de clientes	–	6.828	6.828	–	40.848	40.848
Não Circulante						
Partes relacionadas	–	51.077	51.077	–	–	–
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	–	711	711	–	3.813	3.813
Partes relacionadas	–	4.660	4.660	–	26.855	26.855

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	**Saldo em 2020**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	15	15	–	–
Aplicações financeiras	22.422	22.422	–	–

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	**Saldo em 2019**	**Mercado ativo - preço cotado (nível 1)**	**Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)**	**Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)**
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	684	684	–	–
Aplicações financeiras	32.497	32.497	–	–

• **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

19 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Contas a receber de clientes	6.828	40.848

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	711	3.813

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	22.422	32.497

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020:

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	22.422	Redução do CDI	463	309

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 2,75%.

Gabriel Luaces Fernandez - Diretor **SuiSheng Huang** - Diretor **Vagner Garcia Toneli** - Contador CRC PR-065535/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Cristalândia II Eólica S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia II Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR
João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

CGN